



**UNIFACS UNIVERSIDADE SALVADOR
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

VIVIAN BRENDELE

**BANCO POSTAL E A INCLUSÃO FINANCEIRA: UMA ANÁLISE ESPACIAL DAS
ATIVIDADES NOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DA BAHIA**

Salvador
2015

VIVIAN BRENDE

**BANCO POSTAL E A INCLUSÃO FINANCEIRA: UMA ANÁLISE ESPACIAL DAS
ATIVIDADES NOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Laumar Neves de Souza

Salvador
2015

FICHA CATALOGRÁFICA

(Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIFACS Universidade Salvador,
Laureate International Universities).

Brendle, Vivian,

Banco Postal e a inclusão financeira: uma análise espacial das atividades nos territórios de identidade da Bahia. / Vivian Brendle. – Salvador: Unifacs 2015.

202 f. ; il.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano.

Orientador: Prof. Dr. Laumar Neves de Souza .

1. Economia financeira. 2. Inclusão financeira. 3. Banco Postal. I. Souza, Laumar Neves de, orient. II. Título.

CDD: 332

VIVIAN BRENDELE

BANCO POSTAL E A INCLUSÃO FINANCEIRA: UMA ANÁLISE ESPACIAL DAS
ATIVIDADES NOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DA BAHIA

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador UNIFACS, Laureate International Universities, pela banca examinadora a seguir:

Laumar Neves de Souza - Orientador _____
Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Universidade Salvador UNIFACS, Laureate International Universities

Gervásio Ferreira Santos _____
Doutor em Economia pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Noelio Dantaslé Spinola _____
Doutor em Análise Geográfica Regional pela *Universidad* de Barcelona, Espanha
Universidade Salvador UNIFACS, Laureate International Universities.

Salvador/BA, 10 de setembro de 2015.

Aos meus filhos, Guilherme e Fernanda, que me proporcionam viver o amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

Finalizo este trabalho com o sentimento de que é apenas o início de uma longa jornada pela trilha do conhecimento. Muitas foram as pessoas que me apoiaram nessa caminhada, às quais registro o meu profundo agradecimento, em especial:

Ao meu orientador, **Prof. Dr. Laumar Neves de Souza**, pela atenção dedicada, pela confiança em meu trabalho, por pacientemente me ajudar a enfrentar os desafios e superar as dificuldades e por despertar em minha pessoa uma nova postura acadêmica.

Ao **Prof. Dr. Noelio Dantaslé Spinola**, que persiste, firmemente, no ensino de qualidade. Registro minha imensa admiração e consideração, pelo seu notável conhecimento e por sua generosidade em compartilhá-lo. Fica minha gratidão pelas incontáveis orientações ao longo do curso e pelas ricas contribuições a este trabalho.

Ao **Prof. Dr. Gervásio Ferreira Santos**, cujo profundo conhecimento na área proporcionou valiosas contribuições à esta pesquisa. Agradeço por sua cordialidade e pela gentileza em ceder fontes de pesquisa bibliográfica.

Sou muito grata ao **Prof. Dr. Renato Reis**, pelas orientações recebidas e por sua nobre presteza em ter me ajudando na construção dos mapas georeferenciados. Sem o seu especial apoio, eu não teria conseguido finalizar este trabalho.

À **Vaner José do Prado**, o “grande culpado” por eu ter ingressado no curso de mestrado. Agradeço por sua preciosa amizade de longa data, pelo seu constante incentivo e orientações e pelo apoio com materiais de pesquisa.

À **Uelinton Santos**, pelo apoio nos cálculos estatísticos.

Ao meu esposo **Jair Jairo Joris**, meu grande companheiro de todas as horas. Agradeço pelo calor do seu aconchego, pelos momentos de encorajamento e por me erguer cada vez que esmoreci.

Às minhas maiores alegrias, **Guilherme e Fernanda**, pelos quais eu sigo em frente, todos os dias, na busca por me tornar uma pessoa melhor.

Ao **meus pais**, meu porto seguro, pelo estímulo e por ensinarem que devemos persistir até o fim nos desafios à que nos propomos. À minha querida **irmã Ariana**, minha melhor amiga, que torce e vibra pelas minhas conquistas.

À **Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos**, por ceder os dados necessários para a realização da pesquisa e pelo apoio financeiro. À Cora Azevedo e à Vanessa Jacques, pelas conciliações de horários que me viabilizaram cumprir as disciplinas do curso.

Ao **corpo docente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador - UNIFACS**, de modo especial aos Profs.(a) Dr^a. Carolina Spinola, Dr. Carlos Alberto da Costa Gomes e Dr. Jorge Uzeda, que contribuíram sobremaneira para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

Aos **funcionários do Programa**, especialmente à Gilsa Batista, pelo apoio e cordialidade de cada dia e à **equipe da Biblioteca Central**.

Aos **colegas de turma do curso**, pela ajuda mútua, pelas trocas de experiências e companheirismo. Em especial à Bruno Motta, Eunice Almeida, Shirley Dantas e Viviane Gomes, pela amizade construída.

A todos, enfim, que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho, o meu muito obrigado!

Vivian Brendle

RESUMO

O tema da presente dissertação é a inclusão financeira, definida como um processo de efetivo acesso e uso pela população de serviços financeiros adequados às suas necessidades e admitida como um dos caminhos para a atenuação das desigualdades sociais e para um maior crescimento econômico do país, principalmente, em razão dos benefícios proporcionados pelo círculo virtuoso da adequada inclusão financeira. No Brasil, os principais esforços para expandir o acesso ao Sistema Financeiro Nacional (SFN) se concentram no aumento e na equalização geográfica dos pontos de atendimento bancário e na acessibilidade aos serviços para as populações de baixa renda. O aprimoramento desse processo apresenta estreita vinculação com a disseminação dos correspondentes bancários, que contribuem de forma substancial para a formação de um indicador de acesso ao SFN favorável. Com o intuito de colaborar com o debate sobre esse tema, o presente trabalho aborda o desempenho do correspondente bancário Banco Postal, no papel de agente de inclusão financeira nos territórios de identidade do estado da Bahia. O estudo adota a pesquisa exploratória e faz uso do método descritivo de natureza quantitativa, baseado em dados coligidos em fontes secundárias, e tem por objetivo analisar espacialmente a distribuição locacional dos bancos postais no período de 2009 à 2014 e avaliar o desempenho da instituição nos recortes territoriais a partir do estabelecimento do índice de inclusão financeira (IIF) aplicado ao Banco Postal. Para esse fim, faz uso do método de cálculo do IIF adotado pelo Banco Central do Brasil, mantendo as dimensões de análise, suas variáveis e respectivos pesos, em um recorte específico às atividades do Banco Postal. Os resultados das dimensões analisadas apontam que a distribuição espacial das dependências do Banco Postal na Bahia vem de encontro à política de democratização do acesso aos serviços financeiros para as regiões com menor dinamismo econômico. Considerando que para a reprodução da metodologia de mensuração do IIF os volumes das variáveis financeiras observadas foram parametrizados pelo Produto Interno Bruto dos municípios, os valores absolutos auferidos para o Banco Postal foram bastante reduzidos, em se comparando com os valores globais nacionais, apresentando classificação de baixo grau de inclusão financeira em 96% dos territórios de identidade. Portanto, as resultantes obtidas não podem ser utilizadas como referência única para avaliar o grau de inclusão financeira proporcionado pela instituição no Estado, motivo pelo qual, a análise desse indicador foi realizada de forma comparativa entre os territórios de identidade. Por fim, depreendeu-se do estudo, que o Banco Postal tem se revelado como instrumento versátil para viabilizar a expansão dos canais de atendimento bancário e tem proporcionado a real possibilidade de utilização dos serviços financeiros para amplas camadas da população baiana.

Palavras-chave: Inclusão Financeira. Círculo Virtuoso. Correspondentes Bancários. Banco Postal.

ABSTRACT

The theme of this dissertation is financial inclusion, defined as a process of effective access and use by the population of financial services tailored to their needs and admitted as one of the ways to mitigate social inequality and to further economic growth, mainly, due to the benefits provided by the virtuous circle of appropriate financial inclusion. In Brazil, the main efforts to expand access to the National Financial System (SFN) focus on increasing and geographical equalization of banking service points and accessibility to services for low-income populations. The improvement of this process has close relationship with the spread of banking correspondents, which contribute substantially to the formation of an indicator of access to favorable SFN. In order to contribute to the debate on this issue, this paper discusses the performance of the correspondent bank Banco Postal, the role of financial inclusion agent in the state of Bahia identity territories. The study adopts the exploratory research and makes use of the descriptive method quantitative, based on data collected from secondary sources, and aims to spatially analyze the locational distribution of postal banks in the period 2009 to 2014 to evaluate the performance of the institution in the indentations territory from the establishment of financial inclusion index (IIF) applied to the Postal Bank. To this end, it makes use of the IIF calculation method adopted by the Central Bank of Brazil, maintaining the dimensions of analysis variables and their respective weights, in a specific focus to the activities of the Postal Bank. The results of the analyzed dimensions show that the spatial distribution of the Postal Bank premises in Bahia is against the policy of democratization of access to financial services to regions with lower economic dynamism. Whereas for the reproduction of mensuration methodology IIF volume of the observed financial variables are parameterized by the Gross Domestic Product of the municipalities, the absolute amounts calculated for the Postal Bank were greatly reduced in comparing with the overall national values, with classification low level of financial inclusion in 96% of identity territories. Therefore, the result obtained can not be used as a single reference to assess the degree of financial inclusion provided by the institution in the State, for which the analysis of this indicator was performed comparatively between identity territories. Finally, it is surmised from the study, the Postal Bank has proved as versatile instrument for achieving the expansion of banking service channels and has provided the real possibility of use of financial services to large sections of the Bahian population.

Keywords: Financial Inclusion. Virtuous circle. Correspondent Banking. Postal Bank.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - As interdependências entre Estado, ordem política e formas institucionais	36
Figura 2 - Círculo virtuoso da inclusão financeira.....	64

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Cenário com transferência de renda física	41
Gráfico 2 - Cenário com instrumentos financeiros permitindo poupança	42
Gráfico 3 - Cenário com instrumentos financeiros permitindo poupança e empréstimo	43
Gráfico 4 - Índice de Inclusão Financeira por unidade da federação e Brasil (anos 2000, 2005 e 2010)	76
Gráfico 5 - Índice de Inclusão Financeira: média das regiões e do Brasil (anos 2000, 2005 e 2010)	76
Gráfico 6 - Percentual dos pontos de atendimento bancário por região, 2010.....	88
Gráfico 7 - Correspondentes por 10 mil adultos, Brasil, 2010	100
Gráfico 8 - Correspondentes bancários por 1.000 Km ² , Brasil, 2010	101
Gráfico 9 - Distribuição regional dos municípios atendidos apenas por correspondentes.....	101
Gráfico 10 - Proporção de conta corrente, empréstimo à pessoa física e depósito em poupança por território de identidade, 2009 a 2014	123

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Princípios do G-20 para a Inclusão Financeira Inovadora.....	53
Quadro 2 - Composição do Sistema Financeiro Nacional.....	57
Quadro 3 - Canais de acesso da população ao SFN	59
Quadro 4 - Indicadores de inclusão financeira utilizados pela CNBV.....	70
Quadro 5 - Classificação do grau de inclusão financeira	72
Quadro 6 - Indicadores de acesso e uso de serviços financeiros	73
Quadro 7 - Evolução da aplicação de TI aos serviços bancários no Brasil	84
Quadro 8 - Distribuição dos pontos de atendimento bancário por região/UF, 2010..	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - <i>Index of financial inclusion</i> dos países latinos	75
Tabela 2 - Índice de inclusão financeira nos estados da região nordeste	77
Tabela 3 - Número de canais de atendimento bancário/1.000 Km ²	89
Tabela 4 - Número de canais de atendimento bancário/10 mil adultos	89

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Evolução dos pontos de acesso do Sistema Financeiro Nacional, pelos critérios geográfico e demográfico, 2000/2010.....	60
Mapa 2 - Evolução dos pontos de acesso do Sistema Financeiro Nacional, pelos critérios geográfico e demográfico, 2000/2010 (continuação)	61
Mapa 2 - Pontos de acesso a correspondentes bancários no Brasil, 2000/2010	99
Mapa 3 – Distribuição da população adulta (A) e do PIB (B) nos TIDs do estado da Bahia	112
Mapa 4 – Distribuição das agências bancárias no estado da Bahia nos anos de 2010 (A) e 2014 (B).....	113
Mapa 5 – Distribuição dos Bancos Postais no estado da Bahia nos anos de 2010 (A) e 2014 (B).....	114
Mapa 6 - Acesso a agências bancárias – dimensão geográfica (A) e dimensão demográfica (B), 2014.....	115
Mapa 7 – Acesso a bancos postais – dimensão geográfica (A) e dimensão demográfica (B), 2014.....	116
Mapa 8 - Quociente Locacional das agências bancárias por TID em 2010(A) e 2014 (B)	119
Mapa 9 - Quociente locacional dos bancos postais por TID em 2010 (A) e 2014 (B)	120
Mapa 10 - Coeficiente de especialização do setor bancário por TI em 2010 (A) e 2014 (B)	121
Mapa 11 - Atividade conta corrente por TI: total absoluto (A) e total por 10mil adultos (B), 2009 a 2014.....	124
Mapa 12 - Atividade poupança por TI: por 10mil adultos (A) e por PIB* (B), 2009 a 2014	125
Mapa 13 - Atividade empréstimo concedido à PF por TID: por 10mil adultos (A) e por PIB* (B), 2009 a 2014	126
Mapa 14 - Índice de Inclusão Financeira aplicado ao Banco Postal, por Território de Identidade do estado da Bahia, anos 2009 (A), 2010 (B) e 2011(C) e 2012 (D)	128
Mapa 15 - Índice de Inclusão Financeira aplicado ao Banco Postal, por município da Bahia, anos 2010 (A), 2011 (B) e 2012 (C)	131

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACP	Análise de componentes principais
ATM	<i>Automatic Teller Machine</i>
ATISG	<i>Access Through Innovation Subgroup</i>
BACEN	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BM	Banco Mundial
BP	Banco Postal
CA	Coeficiente de Associação Geográfica
CE	Coeficiente de Especialização
CF/88	Constituição Federal de 1988
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNPC	Conselho Nacional de Previdência Complementar
CNSP	Conselho Nacional dos Seguros Privados
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DENOR	Departamento de Normas do Sistema Financeiro
DEPLAN	Departamento de Planejamento Estratégico dos Correios
ECT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
FIEG	<i>Financial Inclusion Expert Group</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
GERAT	Gerência de Atendimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFI	<i>Index of Financial Inclusion</i>
IIF	Índice de Inclusão Financeira
IREPP	<i>Institut de recherche et prospective postales: réseaux, postes, territoires</i>
PAA	Postos Avançados de Atendimento
PAB	Postos de Atendimento Bancário
PAC	Postos de Atendimento Cooperativo
PAE	Postos de Atendimento Bancário Eletrônico

PAM	Postos de Atendimento de Microcrédito
PIF	Projeto de Inclusão Financeira
PF	Pessoa Física
POS	<i>Point of Sale</i>
QL	Quociente Locacional
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SME	<i>Small and Medium Enterprise Finance</i>
SPSS	<i>Statistical Package for Social Sciences for Windows</i>
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
TI	Território de Identidade

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 ELEMENTOS CONCEITUAIS PARA A COMPREENSÃO DA IMPORTÂNCIA DO ACESSO A SERVIÇOS FINANCEIROS.....	27
2.1 DESIGUALDADES REGIONAIS E O CIRCULO VICIOSO DA POBREZA	28
2.2 O ESTADO COMO AGENTE DEMOCRATIZADOR DAS OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO	33
2.2.1 O Estado e a regulação econômica – a contribuição de Boyer	35
2.3 SERVIÇOS FINANCEIROS: ALTERNATIVAS PARA A MAXIMIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DOS AGENTES ECONÔMICOS – O OLHAR DE KUMAR.....	37
2.4 SISTEMA FINANCEIRO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	44
2.5 DESENVOLVIMENTO FRENTE A UM PROCESSO DE EXPANSÃO DE LIBERDADES – A VISÃO DE AMARTYA SEN.....	46
3 SISTEMA FINANCEIRO INCLUSIVO E A EXPANSÃO DO FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS BANCÁRIOS NO CONTEXTO NACIONAL	50
3.1 ELEMENTOS PARA A COMPREENSÃO DO AMBIENTE INTERNACIONAL ...	51
3.2 COMPOSIÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	55
3.3 PROGRAMA DE INCLUSÃO FINANCEIRA NO BRASIL: UMA LEITURA A PARTIR DA DIRETRIZ DO BANCO CENTRAL DO BRASIL	62
3.3.1 A perspectiva do acesso ao microcrédito.....	65
3.3.2 As métricas para avaliação do Programa	69
3.3.3 Os níveis de inclusão financeira no Brasil.....	74
4 O PAPEL DO SETOR BANCÁRIO NA EXPANSÃO DO ACESSO A SERVIÇOS FINANCEIROS NO BRASIL.....	79
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO SETOR BANCÁRIO NACIONAL.....	79
4.1.1 Evolução estrutural recente	80
4.1.2 Tecnologias que viabilizaram a expansão dos canais de acesso a serviços financeiros.....	83
4.1.3 Capilaridade da rede de atendimento bancário	85
4.1.4 Externalidades para a decisão locacional da firma bancária	91
4.2 NOVOS PAPEIS DOS AGENTES FINANCEIROS NO BRASIL: OS CORRESPONDENTES BANCÁRIOS.....	97
4.2.1 A experiência do Banco Postal	104
5 ANÁLISE ESPACIAL DAS ATIVIDADES DO BANCO POSTAL NA BAHIA	110
5.1 ESTATÍSTICAS GEOGRÁFICA, POPULACIONAL E ECONÔMICA DOS TI DO ESTADO DA BAHIA.....	110

5.2 DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS DE AGÊNCIA BANCÁRIA E BANCOS POSTAIS NOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE	112
5.3 MEDIDAS DE LOCALIZAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO REGIONAL	117
5.3.1 Quociente Locacional	118
5.3.2 Coeficiente de Associação Geográfica	120
5.3.3 Coeficiente de Especialização	121
5.4 DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES DO BP NA BAHIA.....	122
5.5 ÍNDICE DE INCLUSÃO FINANCEIRA APLICADO ÀS ATIVIDADES DO BANCO POSTAL NO ESTADO DA BAHIA	127
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS.....	136
APÊNDICE A – Cálculo das medidas de localização e especialização do setor bancário nos territórios de identidade do estado da Bahia	141
APÊNDICE B - Definição dos pesos dos indicadores do IIF para o caso do Banco Postal aplicado ao Estado da Bahia	148
ANEXO A - Número de municípios, áreas em Km², população adulta e PIB a preços correntes – por Território de Identidade do Estado da Bahia, 2010.....	196
ANEXO B - Número de estabelecimentos bancários por território de identidade na Bahia (2010, 2014)	198
ANEXO C - Proporção de agências bancárias e bancos postais por território da Bahia (ano 2014).....	198
ANEXO D - Número de pontos de atendimento por 1.000 km² e por 10.000 adultos – Bahia, dez/2014	199
ANEXO E – Abertura de conta-corrente, depósitos em poupança (R\$1.000) e empréstimos concedidos à pessoas físicas (R\$ 1.000) por território de identidade da Bahia (2009 – 2014)	201

1 INTRODUÇÃO

A pobreza, a exclusão social e os desequilíbrios socioeconômicos regionais resultantes do crescimento econômico, do modo de produção capitalista e da elevada concentração de renda e de capitais no Brasil tem sido temas centrais de debates e objetos de um conjunto de ações do Governo Federal, frente aos desafios de coesão social, de estabilidade econômica e de legitimidade do regime democrático.

Para a elaboração de alguns programas governamentais, tornaram-se relevantes matérias sobre como promover a inclusão social de pessoas marginalizadas e como introduzir contingentes de pessoas das camadas de baixa renda no mercado de consumo, de forma a proporcionar melhores condições de vida à população e contribuir para o avanço econômico do país.

Dentre os diferentes caminhos para o atingimento desses objetivos, tem-se a questão da inclusão da população brasileira ao Sistema Financeiro Nacional (SFN). As dificuldades de acesso das pessoas mais carentes ao sistema financeiro, usualmente por meio do setor bancário, restringem a obtenção de empréstimos e outros serviços financeiros, que poderiam contribuir para a sua participação na atividade econômica, quer seja para iniciar ou fortalecer um pequeno empreendimento produtivo, ou para viabilizar o consumo de bens e serviços essenciais à ampliação da renda e elevação da qualidade de vida das pessoas.

As mudanças econômicas recentes ocorridas no Brasil, em especial, a estabilização de preços promovida pelo Plano Real a partir de 1994, e o crescimento da participação dos bancos estrangeiros no mercado bancário nacional, alteraram radicalmente o horizonte de possibilidades nos negócios bancários. Os bancos vivenciaram o fim dos ganhos de receitas inflacionárias dos anos 1980 e passaram a competir no mercado com as instituições de capital estrangeiro, ocasionando imediato encolhimento nos seus ganhos.

Esse novo cenário provocou uma necessidade de reestruturação da rede bancária, que passou por processos de fechamentos de dependências, fusões e aquisições e precisou se adaptar à nova realidade do mercado financeiro. Foi nesse período, década de 1990, que se evidenciou um maior investimento em inovação

dos serviços e desenvolvimento de tecnologia bancária, fatores que viabilizaram a expansão das novas formas de pontos de fornecimento de serviços financeiros e uma reorganização da distribuição espacial das agências bancárias no Brasil. Houve então uma retração no número de dependências bancárias, que deixaram de estar presentes em municípios geograficamente remotos, de baixa densidade populacional e de baixa atratividade econômica.

A partir de dados históricos (2000 a 2010) do Banco Central do Brasil (BACEN), voltados a evidenciar a capilaridade do setor bancário nas diferentes Unidades Federativas (UF) do país, é possível perceber que nas regiões menos privilegiadas economicamente, a oferta de serviços financeiros por agências bancárias é reduzida ou inexistente, de forma que uma parcela significativa da população brasileira tem dificuldade de acesso aos serviços bancários. Tomando por referência os estudos empíricos desenvolvidos por Sicsú e Crocco (2003) e Silva e Jayme Jr. (2010), que buscam fornecer explicações teóricas para a questão da localização da firma bancária no Brasil, tem-se que há uma tendência de concentração locacional do setor bancário em grandes centros ou em localidades que possuam um maior dinamismo econômico, de forma que o número de agências bancárias em cada Estado é proporcional ao Produto Interno Bruto (PIB) ou ao grau de concentração de renda de cada região.

Na Bahia, por exemplo, as desigualdades regionais na distribuição espacial das agências bancárias são significativas. O Estado representa atualmente a 8ª maior economia no ranking nacional (IBGE, 2012) e é o 4º mais populoso do Brasil, abrigando 7,4% do total da população. Constituído pela extensa área territorial de 564.692 km² (a 5ª maior área territorial dentre as UFs), é marcado por discrepantes realidades socioeconômicas entre as regiões e as pessoas que coexistem dentro do seu espaço.

Spinola (2009, p. 441), considera que o isolamento geográfico e a rarefação espacial, caracterizada por grandes vazios no território baiano, configuraram um dos elementos determinantes do atraso socioeconômico do estado. O processo de ocupação de seu território foi marcado por uma acentuada dispersão dos núcleos urbanos, em parte considerável das regiões, provocando um baixo grau de integração entre as cidades que exercem efeitos polarizadores sobre as demais.

Pesa nas disparidades existentes a formação da sociedade baiana, que reflete as determinações de um processo histórico marcado por um longo período escravagista e pelos interesses das oligarquias que comandavam a economia primário-exportadora durante o período colonial. Conforme Spinola (2009, p. 442), o domínio exercido pelo coronelismo no interior do Estado contribuiu para inibir a ação governamental em amplos espaços do território baiano e condenar à miséria uma grande parte de sua população.

Outro fator de grande peso que afeta o desenvolvimento da Bahia é o fenômeno da seca, que impediu a formação de uma atividade agrícola regular em 2/3 do território baiano e coadjuvou para a pobreza regional. Segundo Spinola (2009, p. 47), a seca contribuiu para a formação de oligarquias rurais nas esparsas “ilhas de fertilidade”, que detinham o monopólio do abastecimento e faturavam alto em cima da escassez produzida pela seca, impedindo o surgimento de um mercado agrícola interno no estado.

O processo de industrialização vivenciado a partir de 1970 acarretou em profundas transformações na estrutura baiana. As políticas estaduais de atração de investimentos foram concentradas na Região Metropolitana de Salvador (RMS), de forma que os empreendimentos industriais, principalmente do setor petroquímico, metalúrgico, de celulose e automobilístico ficaram prioritariamente localizados nessa região. A má distribuição dos polos industriais e o processo de acumulação de capital e da produtividade econômica na RMS ocasionou uma concentração de empregos e renda na região que, somado a demais fatores, tornaram-se empecilhos ao desenvolvimento regional equilibrado.

Conforme Spinola (2009, p. 444), nas décadas de 1950 e 1960, muitos bancos deixaram de atuar no interior do estado da Bahia. De um total de 330 no ano de 1992, passaram a 285 no ano de 2000. Atualmente o Estado é o 6º colocado no ranking nacional de quantidades de agências bancárias por UF no país (BACEN 2013). Contudo, 42,41% das suas 1.119 agências estão presentes e concentradas em apenas 13 municípios, correspondendo a 464 agências bancárias distribuídas em apenas 3,12% dos seus municípios. Soma-se a esta perspectiva de assimetrias, o fato de que em dezembro de 2014, a Bahia ainda contava com 116 municípios¹

¹ Dados do Departamento de Organização do Sistema Financeiro do BACEN (2014).

desassistidos de agências bancárias, representando 27,82% do seu total de 417, evidenciando a existência de forte concentração espacial do setor bancário e a necessidade de interferência governamental para atenuar as desigualdades existentes.

No entendimento de que o Estado Nacional precisa ser agente de democratização que oriente os rumos do desenvolvimento econômico e social, e na convicção de que um ambiente de relações financeiras sustentáveis e inclusivas seja catalisador para o desenvolvimento nacional, o BACEN lançou, em 2009, o Projeto Estratégico de Inclusão Financeira (PIF), que visa assegurar a solidez e eficiência do SFN, prover acesso a serviços financeiros adequados às necessidades da população e dinamizar o mercado de microfinanças.

Neste sentido, a inserção no SFN e o acesso ao crédito configuram-se como instrumentos que podem, de uma forma geral, elevar os níveis de circulação de moeda e formação de capital nos municípios brasileiros, contribuindo para o desenvolvimento local, propiciando alternativas de liberdade econômica e melhores possibilidades de vida para as pessoas, além de viabilizar a execução de programas de redistribuição de renda vinculados às políticas públicas sociais do governo, a exemplo do Programa Bolsa Família, que beneficia mais de 45 milhões de brasileiros.

Dentre as estratégias utilizadas pelo BACEN, voltadas à execução do PIF em larga escala, está a expansão dos canais de atendimento bancário. O Governo Federal contribuiu decisivamente com a questão, ao adequar as regulamentações do sistema bancário para as atuais necessidades do país e introduzir a legislação que possibilitou a criação dos correspondentes bancários² - parcerias entre bancos e instituições instalados em municípios de menor porte econômico e populacional, sendo o Banco Postal (BP) dos Correios, agente financeiro atuando como correspondente bancário do Banco do Brasil, um exemplo de sucesso destas parcerias. Embora a base normativa dos correspondentes tenha origem em 1973,

² Os correspondentes bancários são empresas, integrantes ou não do Sistema Financeiro Nacional, contratadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil para a prestação de serviços de atendimento aos clientes e usuários dessas instituições. Entre os correspondentes mais conhecidos encontram-se as Lotéricas e o Banco Postal (BACEN, 2013).

uma série de medidas tomadas a partir de 1999 pelo BACEN teve papel fundamental para regulamentar o modelo e permitir o seu crescimento.

Esse novo canal de atendimento bancário, viabilizado pela aplicação da tecnologia da informação no setor, vem se revelando como instrumento versátil para colocar à disposição de amplas camadas da população brasileira, em todo o território nacional, os principais serviços produzidos pelas instituições que integram o SFN, facilitando o acesso a serviços financeiros para o público de menor renda ou de localidades mais distantes que não são atendidas por agências bancárias.

O modelo de correspondentes foi incorporado pelas instituições bancárias, que encontraram neles uma forma de expandir os seus pontos de atendimento sem incorrer nos custos associados a manutenção de uma agência, tais como, despesas com pessoal, segurança e manutenção predial. Essa redução nos custos fixos e variáveis, permitiu aos bancos oferecer um portfólio de serviços específico para os segmentos de baixa renda, compatível ao PIF, à exemplo das contas-correntes básicas, que possuem isenção de cobrança da taxa de serviço ou a oferta de linhas de crédito com juros mais baixos.

Para efeitos de acompanhamento do grau de inclusão financeira das regiões brasileiras, o BACEN adota como principal indicador de avaliação o Índice de Inclusão Financeira (IIF)³, composto a partir da agregação de indicadores de dimensões geográficas, demográficas e de utilização dos serviços financeiros. Esse índice permite o monitoramento da evolução do processo de inclusão, de forma a identificar necessidades de ajustes e auxiliar os formuladores de políticas públicas estabelecerem a relação deste indicador com outras variáveis econômicas e sociais. Na perspectiva da Bahia, o Relatório de Inclusão Financeira (RIF) (BACEN, 2011), apresenta que, apesar da elevada quantidade de agências bancárias, o estado ocupa o 20º lugar no ranking nacional de inclusão financeira, obtendo apenas 13,9 pontos para o IIF, um valor muito aquém da média nacional de 21,7 pontos.

³ O Índice de Inclusão Financeira (IIF) é composto a partir da agregação de indicadores de diferentes dimensões da inclusão financeira, dentre eles: o número de agências bancárias, de postos bancários e de caixas de autoatendimento por adulto; a quantidade de crédito disponível, o volume de depósitos, dentre outros. O índice objetiva identificar tendências e comparativos entre unidades geográficas de forma a verificar avanços e entraves em cada indicador, possibilitar a avaliação do efeito de políticas públicas que visem a promoção da inclusão financeira e a relação do índice com outras variáveis econômicas e sociais (BACEN, 2011).

Acreditando no papel potencial de um sistema financeiro acessível e inclusivo para a atenuação de desigualdades socioeconômicas regionais, na relevância dos correspondentes bancários para levar o atendimento e a oferta de serviços financeiros aos municípios desassistidos de agências bancárias e, diante da finalidade precípua do Banco Postal (CORREIOS, 2015), de promover a inclusão financeira e social de populações de baixa renda e de regiões mais isoladas, justifica-se a realização desta pesquisa, que tem a pretensão de responder o seguinte problema: Como o agente Banco Postal tem contribuído para a promoção da inclusão financeira no estado da Bahia?

A pesquisa, desenvolvida pelo método descritivo com natureza exploratória, com base em Gil (2002), buscou proporcionar maior familiaridade ao problema, fazendo uso de levantamento bibliográfico pertinente ao tema e de pesquisas documentais, principalmente em relatórios obtidos junto às instituições BACEN, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir dos quais se procurou descrever as características do fenômeno estudado.

O estudo tem como objetivo geral analisar espacialmente as atividades do Banco Postal no estado da Bahia, no período de 2009 a 2014, sob o viés da democratização do acesso aos serviços financeiros e do estabelecimento do Índice de Inclusão Financeira do Banco Postal para os municípios do Estado. A análise procedida fora do tipo quantitativa, a partir de dados coligidos, fazendo-se uso de técnicas estatísticas.

Alinhados ao objetivo de caráter mais geral, são definidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar a distribuição das agências bancárias e dos bancos postais no estado da Bahia, buscando identificar os níveis de concentração locacional bancária para cada território de identidade (TID) do Estado;
- b) Calcular as medidas de localização e especialização regionais aplicados ao setor bancário: quociente de localização (QL), coeficiente de associação geográfica (CA) e coeficiente de especialização (CE);

- c) Espacializar a distribuição das atividades (abertura de conta corrente, empréstimos concedidos às pessoas físicas e captação de poupança) do BP em cada território de identidade;
- d) Calcular o índice de inclusão financeira aplicado ao BP para os municípios e os territórios de identidade do estado da Bahia, tomando por referência os indicadores utilizados pelo BACEN.

Para conferir à análise proposta um entendimento mais amplo, julgou-se ser relevante apresentar, no segundo capítulo dessa dissertação, alguns aportes teóricos para apoiar a compreensão do papel potencial do acesso a serviços financeiros para a atenuação de desigualdades socioeconômicas e melhoria da condição de vida das pessoas, a partir de estudos voltados à dinâmica econômica regional, ao processo de crescimento econômico e da importância da moeda e dos instrumentos financeiros para a promoção do desenvolvimento local.

Na sequência, o terceiro capítulo contextualiza a composição do SFN e sua atuação no mercado financeiro nacional. Busca-se levantar os principais esforços engendrados pelo Estado Nacional na busca por promover um SFN mais inclusivo e democratizador das oportunidades de desenvolvimento para as diferentes regiões do país, numa leitura a partir do Projeto de Inclusão Financeira (PIF). Nesta seção, serão expostas as métricas utilizadas para o monitoramento do nível de acesso e uso dos serviços e produtos financeiros no Brasil e o Índice de Inclusão Financeira (IIF), indicador empregado pelo BACEN para a avaliação do PIF e utilizado, neste estudo, como método referencial de mensuração para a realização da análise do desempenho do Banco Postal na Bahia.

No quarto capítulo, trata-se da caracterização do setor bancário brasileiro – o principal provedor de pontos de acesso ao SFN para a população, no tocante à sua capilaridade, a distribuição locacional das suas dependências e das principais estratégias para a expansão da sua rede de atendimento em larga escala, viabilizadas pela evolução e aplicação da tecnologia da informação aos serviços bancários. Nesta seção, apresenta-se ainda o canal de atendimento correspondentes bancários, como estratégia de ampliação dos pontos de atendimento bancários e a sua importância para a execução do PIF, tomando como

embasamento para a realização deste estudo o caso do Banco Postal, no papel dos novos agentes de inclusão financeira no Brasil.

O capítulo cinco contém a apresentação dos resultados da pesquisa pelas dimensões de análise. Para a distribuição espacial dos pontos de atendimento de agências bancárias e bancos postais nos territórios de identidade da Bahia, fez uso de ferramenta de geoprocessamento, visando representar em forma de mapas as maiores concentrações locais. Para subsidiar a análise da distribuição das instituições bancárias na Bahia nos anos de 2010 e 2014, fez-se uso de métodos de análises regionais⁴ baseados em Haddad (1989). Para Piacenti *et al.* (2008, p. 484) os métodos de análise regional, por fazerem uso de valores relativos, são ferramentas cômodas e confiáveis para o tratamento de variáveis distribuídas em unidades espaciais de tamanhos diferentes. “No geral, eles dão uma medida da importância relativa de uma modalidade ou categoria numa região, comparando o seu “peso” ou participação nas outras regiões”. As medidas utilizadas no presente estudo possuem natureza quantitativa e setorial, e estabelecem as medidas de localização e especialização: *quociente de localização* (QL), *coeficiente de associação geográfica* (CA) e o *coeficiente de especialização regional* (CE) aplicados ao número de estabelecimentos bancários no estado da Bahia.

O estabelecimento do índice de inclusão financeira aplicado ao Banco Postal tem por objetivo mensurar o desempenho da instituição, em termos de nível de acesso e de uso dos seus serviços, nas diferentes regiões do estado da Bahia, de forma a permitir a avaliação de sua efetividade enquanto agente de inclusão financeira da população baiana a partir de um indicador que reflita quantitativamente as suas atividades. Para esse fim, o estudo baseou-se no método de cálculo do IIF utilizado pelo BACEN, mantendo-se as variáveis e dimensões de análise, em um recorte específico às atividades do Banco Postal. Considerando que foram mantidos os pesos das variáveis, tal qual o método em uso pelo BACEN, emerge a hipótese de que os índices auferidos para o BP apresentarão um valor absoluto substancialmente reduzido, em se comparando com os valores globais nacionais, sobretudo, por manter a variável Produto Interno Bruto (PIB) no denominador das

⁴ Para verificação dos diferentes métodos, consultar Haddad (1989).

equações. Portanto, a análise dos valores obtidos para o IIF do BP será realizada de forma comparativa entre as regiões da Bahia.

Por fim, o capítulo seis apresenta as considerações finais deste trabalho, as limitações da pesquisa e algumas sugestões para futuros estudos.

2 ELEMENTOS CONCEITUAIS PARA A COMPREENSÃO DA IMPORTÂNCIA DO ACESSO A SERVIÇOS FINANCEIROS

No intuito de obter subsídios para o debate do tema inclusão financeira e do seu potencial colaborativo para o processo de desenvolvimento socioeconômico do Brasil, o presente capítulo objetiva apresentar alguns aportes teóricos que fundamentam o esse estudo.

Para tanto, julgou-se ser apropriado dar os primeiros passos a partir da apreciação de alguns estudos da dinâmica econômica regional relacionados ao fenômeno do crescimento econômico, na perspectiva de abordá-lo como um processo irregular, com tendência à concentração setorial e espacial do capital e de outros fatores de produção.

O objetivo dessa abordagem é estabelecer uma similitude entre a dinâmica econômica regional e a forma de organização do setor bancário no Brasil, caracterizado pela concentração locacional de suas agências bancárias nas regiões economicamente mais desenvolvidas.

Tem-se a intenção, com isso, de demonstrar que o processo de distribuição espacial das dependências bancárias possui forte relação com os movimentos da atividade econômica como um todo. A evidência dessa relação será apresentada no capítulo 4, quando serão discutidas as questões da concentração bancária no Brasil a partir da década de 1990 e as estratégias adotadas pelo BACEN, em âmbito nacional, para atenuar as desigualdades regionais no que tange ao provimento de pontos de atendimento bancário e ampliar o acesso aos serviços financeiros para a população.

Uma vez referenciadas, brevemente, algumas das teorias seminais voltadas à dinâmica econômica regional, pondera-se acerca do papel do Estado Nacional na economia, na tentativa de regular o processo de acumulação e democratizar as oportunidades de desenvolvimento entre as regiões. Aborda-se, de forma abreviada, a questão da regulação, que no âmbito do setor bancário, tem sido adaptada com o propósito de reduzir as falhas no mercado financeiro.

Dentre os diferentes caminhos para o avanço econômico e a inclusão social, é abordada a questão do acesso ao sistema financeiro, referenciando-se os estudos de Kumar (2004), que por meio de cenários hipotéticos, dá conta de representar

contextos em que os instrumentos financeiros podem ser considerados alternativas para maximizar os objetivos dos agentes econômicos, potencializando os resultados de uma atividade produtiva.

Para finalizar os aportes teóricos presentes neste capítulo, é abordada a visão de Amartya Sen (2010), voltada a perspectiva do indivíduo como participante do processo de desenvolvimento econômico, na qual o autor pondera acerca da liberdade das pessoas, da capacidade para formar e realizar os seus objetivos e do seu papel de agente de mudanças.

2.1 DESIGUALDADES REGIONAIS E O CIRCULO VICIOSO DA POBREZA

Os estudos voltados à dinâmica econômica regional receberam notória atenção a partir de meados do século XX, diante da necessidade de reconstrução de alguns países após a II Guerra Mundial, tanto nos seus aspectos físicos, quanto nos aspectos econômicos. Dentre os estudiosos da época, Perroux (1961) e Myrdal (1968) dedicaram seus esforços na análise dos processos de crescimento e desenvolvimento econômico, no intuito de esclarecer sua problemática e identificar possíveis soluções para a superação do subdesenvolvimento e das desigualdades econômicas existentes entre regiões.

Antes de apresentar a visão de cada autor, considera-se pertinente tecer breves considerações do que venham a ser crescimento e desenvolvimento econômico no contexto deste trabalho, de tal modo a deixar claro quais são as conceitualizações aqui adotadas. Partilha-se do entendimento de que o crescimento econômico é um conceito mais restrito, que envolve a expansão quantitativa da capacidade produtiva de um país ao longo do tempo, enquanto que desenvolvimento é um conceito mais complexo, que não pode ser analisado somente pela evolução da produção de um país, necessitando de outros indicadores socioeconômicos tais como renda, saúde, educação, dentre outros. Para Assaf Neto (2011, p.28), diz-se que há crescimento econômico quando se observa a elevação da quantidade de bens e serviços produzidos por um país superior ao de sua população, evidenciando contínua elevação de sua produtividade, enquanto que desenvolvimento econômico, por sua vez, envolve outras variáveis além das consideradas na avaliação do

crescimento econômico, ressaltando-se as condições de vida da população de um país.

Expostas as diferenças básicas nas conceitualizações partilhadas, prossegue-se, muito brevemente, com as teorias de Perroux (1961) e Myrdal (1968), através das quais busca-se fazer, mais a frente, uma analogia com a tendência de concentração do setor bancário, para usufruir de economias de aglomeração.

É consenso entre Perroux (1961) e Myrdal (1968) a compreensão de que o crescimento econômico não ocorre de maneira homogênea e simultânea em todos os espaços⁵, sendo, portanto, um processo irregular. Suas teorias focalizam principalmente a organização dos espaços econômicos a partir dos fatores tradicionais, capital e trabalho, e as inter-relações existentes dentro e entre diferentes localidades, considerados determinantes no processo de crescimento econômico.

Para Perroux (1961, p.164) “o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento⁶; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia”. Neste sentido, na medida em que os polos de crescimento geram forças de atração para indústrias e centros de inovação, potencializando o surgimento de novas atividades produtivas, formação de capital e rendimentos crescentes em determinada região (no caso do setor bancário, a demanda por intermediação financeira), os espaços distantes ou sem articulação com estes polos tendem a baixa ou nenhuma intensidade de impulso para o crescimento.

Defendendo então a existência de espaços ou regiões polarizadoras detentoras da concentração produtiva e centralização do crescimento, tanto no aspecto econômico, quanto no espacial, Perroux (1961) argumenta a tendência de possíveis alterações estruturais sobre a economia e consequentes desequilíbrios econômicos entre regiões, propensos a se intensificar.

⁵ Para Lopes (2001), o espaço é um produto material com atributos naturais, no qual ocorre a reprodução das relações sociais - que serão a expressão de resultantes históricas nas quais se desenvolveram as sociedades. O espaço tem então uma definição geográfica, uma definição histórica, uma definição econômica e uma definição social.

⁶ De forma simplista, compreende-se por pólo de crescimento um ponto ou uma área que influencia uma determinada região; um produto das economias de aglomeração geradas pelos complexos industriais e as inter-relações entre a indústria motriz e as demais indústrias. Estudo completo em Perroux (1961).

Expostas as ideias básicas de Perroux (1961) acerca da dinâmica do crescimento econômico e, mantendo-se a perspectiva de alterações estruturais sobre a economia, aponta-se, na sequência, as contribuições de Myrdal (1968) no que diz respeito aos desequilíbrios entre regiões, de forma a corroborar com esta questão.

A contribuição essencial de Myrdal (1968) está relacionada ao enfoque dado à dinâmica centro *versus* periferia. Para o autor, o desenvolvimento nunca será igual entre as regiões – ele é desequilibrado, pois favorece as economias mais desenvolvidas. Myrdal (1968) defende a existência de uma tendência inerente ao processo de desenvolvimento, que é a promoção de desigualdades econômicas e regionais em um país.

Para descrever o processo de reprodução contínua da dicotomia centro-periferia, Myrdal (1968) desenvolveu a teoria do princípio da causação circular e acumulativa – um processo no qual um fator negativo torna-se, simultaneamente, causa e efeito de outros fatores negativos e vice-versa. Seu conceito envolve uma constelação circular de forças, que tendem a agir e reagir interdependentemente, de sorte a manter um país pobre em estado de pobreza⁷.

Em seus argumentos voltados a fundamentar o princípio da causação circular e acumulativa de um processo, esse autor faz uso da teoria do círculo vicioso da pobreza, descrevendo-o por meio da exemplificação:

[...] um homem pobre talvez não tenha o bastante para comer; sendo subnutrido, sua saúde será fraca; sendo fraco, sua capacidade de trabalho será baixa, o que significa que será pobre o que, por sua vez, implica dizer que não terá o suficiente para comer [...] (MYRDAL, 1968, p.32).

Para Myrdal (1968, p. 34), a causação circular de um processo acumulativo do crescimento econômico e da realidade social, quando não controlado, promoverá desigualdades crescentes, já que o sistema não se move espontaneamente para um estado de equilíbrio e auto estabilização; ele se afasta dessa posição. A migração, o movimento de capital e o comércio são os meios pelos quais o processo acumulativo se desenvolve – de modo favorável, nas regiões desenvolvidas, e desfavorável, nas mais pobres.

⁷ No presente estudo a pobreza pode ser entendida como situação social marcada pela vulnerabilidade dos indivíduos, produzida em grande parte como resultado da condução do processo de acumulação do modo de produção capitalista.

Nesse sentido, tem-se que um processo de expansão do crescimento cria economias externas favoráveis à sua continuidade, gerando efeitos propulsores. Em contrapartida, o crescimento em uma determinada região produz efeitos regressivos em outras.

Os efeitos propulsores são transmitidos da região central que vivencia a expansão econômica para outras regiões. Esses afetam tanto as localidades vizinhas da região que se está desenvolvendo, como também, os locais que suprem as indústrias em desenvolvimento. Para esses efeitos, Figueiredo (2006, p.195) considera:

Quanto mais alto o nível de desenvolvimento de um país, mais fortes serão os efeitos propulsores. Tal fato tende a conter o impulso para a promoção das desigualdades regionais. Dessa forma, o progresso econômico não só é mantido, como é também reforçado. Em um país subdesenvolvido, entretanto, tais efeitos propulsores são fracos. As forças competitivas do mercado tenderão, assim, a promover constantemente disparidades regionais, em causação circular. Isso acabará por desestimular o próprio desenvolvimento econômico nessas regiões. Esse é um dos motivos pelo qual se diz que 'a pobreza é a causa da própria pobreza'.

Nessa dinâmica do processo de acumulação capitalista no âmbito local e regional, a moeda exerce um papel importante nas economias. Considera-se que, o sistema bancário, quando não controlado, pode se transformar em um instrumento que drena as poupanças das regiões mais pobres para aquelas mais ricas e prósperas, onde a remuneração do capital é alta e mais segura. Segundo Figueiredo (2006, p. 195), pode-se dizer que tal fato se deve à menor disposição tanto dos bancos de ofertarem crédito nas regiões periféricas, como a dos agentes em realizarem suas inversões nessas regiões. Ou seja, a incerteza presente de forma mais acentuada nas regiões mais pobres (a periferia) contribui para aumentar nessas a preferência pela liquidez dos agentes locais, e conseqüentemente, a disponibilidade de crédito é menor, o que leva a um nível de investimento mais reduzido e, por meio do processo acumulativo, ao menor grau de desenvolvimento. O contrário ocorre nas áreas mais desenvolvidas.

Nesse sentido, a teoria de Myrdal (1968) reforça o entendimento de Perroux (1961), no que se refere a tendência da existência de desequilíbrios econômicos entre regiões, suscetíveis a se intensificar.

Como bem resume Lima e Simões (2009, p.7), os teóricos da dinâmica econômica regional – aqui representados por Myrdal (1968) e Perroux (1961), procuravam demonstrar que uma vez estabelecidas as vantagens ou desvantagens comparativas dos espaços econômicos, iniciavam-se movimentos migratórios do capital no espaço, cujos resultados expressavam-se em determinada dinâmica Regional, seja em relativo vigor ou em estagnação do processo de acumulação em uma região⁸.

Na busca por alterar o sistema social e atenuar as desigualdades regionais existentes, Myrdal (1968) defende as interferências estatais planejadas e a adoção de políticas públicas integradas nacionalmente. Soma-se o entendimento de que o Estado pode exercer um importante papel ao tentar propiciar a redução de incertezas presentes no ambiente econômico.

Dentre os diferentes conceitos de política pública, toma-se aqui o fornecido por Peters (1986) *apud* Souza (2006, p.24), para o qual “política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos”. Depois de formuladas, as políticas públicas desdobram-se em planos, programas, projetos, dentre outros, cujas ações repercutem na economia e na sociedade, ficando submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

Conforme Januzzi (2003), cada aspecto de uma política pública – meios e recursos empregados, métodos de alocação de recursos, cumprimento das metas, resultados atingidos, dentre outros - requer emprego de indicadores específicos e adequados, que trazem elementos e subsídios para sua avaliação, verificação da efetividade social e possível reformulação. Porém, para tal autor, o processo é passível de ser falível. Alguns fatores críticos residem na disponibilidade e na qualidade dos insumos informacionais para as dimensões analisadas, de forma que sua defasagem temporal ou indisponibilidade podem gerar retratos parciais da realidade ou espelhar diagnósticos limitados dos fenômenos decorrentes da política implementada, dificultando a verificação da sua efetividade.

Apoiando a interferência do Estado no processo acumulativo do crescimento

⁸ Conjunto de centros urbanos dotados de um determinado grau de integração em oposição ao resto do mundo, composto por centros urbanos com grau menor de integração com os primeiros. (Souza, 2002 *apud* Lemos, 1988).

econômico, Assaf Neto (2011, p.39) considera ainda que a gestão da economia tem por propósito atender às necessidades de bens e serviços da sociedade e atingir determinados objetivos sociais e macroeconômicos, tais como pleno emprego, distribuição de riqueza, estabilidade de preços e crescimento econômico.

Para tanto, verifica-se a participação do Estado Nacional na tentativa de regular o processo de acumulação e expandir as oportunidades de desenvolvimento, objetivando atenuar desequilíbrios socioeconômicos existentes nas diferentes regiões do país.

2.2 O ESTADO COMO AGENTE DEMOCRATIZADOR DAS OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO

Como visto, na seção anterior, quando se tratou de duas das importantes teorias da dinâmica regional, os desequilíbrios econômicos regionais e as diferentes realidades sociais são resultantes, na maioria dos casos, pelo modo de produção de uma economia, que, quando não controlado, tende a promover desigualdades crescentes entre regiões.

Na tentativa de regular o processo de acumulação, é possível assentir que o Estado Nacional tem na ação de governo sua capacidade de intervenção na economia e tem nas suas instituições e nas políticas públicas alguns dos instrumentos que podem viabilizar mudanças, na busca por atenuar os efeitos danosos do crescimento irregular e democratizar as oportunidades de desenvolvimento.

Para Castel (2010, p. 489), o Estado é “um conjunto multifuncional e heterogêneo de instituições políticas e administrativas cujo objetivo é gerir as estruturas de socialização da economia capitalista”. O autor defende a intervenção do Estado em três direções principais: na garantia de uma proteção social generalizada; na manutenção dos grandes equilíbrios e; na condução da economia.

Em sua concepção, a proteção social é complementar ao papel de ator econômico, para o qual:

O Estado dirige a economia. Constrói uma correspondência entre objetivos econômicos, objetivos políticos e objetivos sociais. Circularidade de uma regulação que pesa sobre o econômico para promover o social e que faz do social o meio de tirar de apuros a economia quando esta se abate. (CASTEL, 2010, p.487).

Nesse contexto, Myrdal (1968) também defende interferências políticas estatais planejadas e aplicadas com a intenção de interromper movimentos de desequilíbrio, acrescentando que, para tal, se faz necessário compreender as inter-relações causais entre os diferentes fatores no processo de desenvolvimento, que, nas suas palavras:

Quanto mais conhecermos a maneira pela qual os diferentes fatores se interrelacionam – os efeitos que a mudança primária de cada fator provocará em todos os outros – mais seremos capazes de estabelecer os meios de obter a maximização dos resultados de determinado esforço político, destinado a mover e alterar o sistema social. (MYRDAL, 1968, p. 43).

Para Myrdal (1968) o Estado pode exercer um importante papel para frear processos os acumulativos negativos, ao tentar propiciar a redução da incerteza presente no ambiente econômico.

Keynes (1985), por sua vez, propôs uma filosofia social para resolver os principais problemas da sociedade capitalista - sejam eles a arbitrária distribuição de renda e a incapacidade de proporcionar o pleno emprego às pessoas, orientando o Estado a uma socialização ampla dos investimentos e a aplicação de políticas pautadas em três elementos: eficiência econômica, justiça social e liberdade individual.

Na visão keynesiana, a ampliação das funções do governo, dentre outros aspectos, pressupõe a tarefa de ajustar entre os agentes econômicos a propensão a consumir com o incentivo para investir, compreendendo este equilíbrio como um meio exequível de evitar a destruição das instituições econômicas e como condição de um bem-sucedido exercício da iniciativa individual (KEYNES, 1985, p. 257).

Para Keynes (1985), o papel da moeda no processo de desenvolvimento de um país ou região não é neutro⁹; ela é parte integrante do processo econômico, cujo meio de entrada se dá, principalmente, através do crédito suprido pelo sistema bancário. Para o autor, a moeda exerce um papel central no processo decisório dos agentes econômicos, e é fundamental na determinação da dinâmica de acumulação da economia.

⁹ Para uma discussão acerca da não neutralidade do papel da moeda em economias capitalistas, ver, entre outros, Keynes (1973 e 1985) e Cardim de Carvalho (1995).

Em suas contribuições voltadas à dinâmica das economias, Keynes (1985) defende que para o desenvolvimento e avanço econômico, os serviços financeiros são imprescindíveis numa sociedade, pois são recursos que possibilitam mover os demais, conferindo vida à atividade produtiva, viabilizando investimentos que beneficiam toda a coletividade quando os resultados são distribuídos entre todas as partes envolvidas.

Portanto, Keynes (1985) defende a atuação do Estado com o objetivo de orientar a política econômica e para promover a plena utilização dos recursos disponíveis na economia, com a coordenação e a operacionalização de atividades que gerem eficiência nas diferentes ordens.

Para o alcance desse desafio, o Estado pode fazer uso de políticas públicas para a implementação de ações específicas, dentre outros instrumentos, ou atuar por intermédio das suas instituições políticas e administrativas, que, pela forma constitucional, agem diretamente sobre os agentes da economia.

Em se tratando do Projeto de Inclusão Financeira, apesar do mesmo estar vinculado a políticas públicas de inclusão social, verifica-se que, para a sua execução, a atuação do Governo Federal se dá, prioritariamente, por meio das suas formas institucionais, que buscam regular o Sistema Financeiro Nacional e criar as condições necessárias a ampliação do acesso aos serviços para a população. Por este motivo, julgou-se oportuno trazer uma breve leitura acerca da teoria da regulação econômica, desenvolvida por Boyer (2009), que trata das relações do Estado com os demais atores de uma economia, por seus modos de regulação.

2.2.1 O Estado e a regulação econômica – a contribuição de Boyer

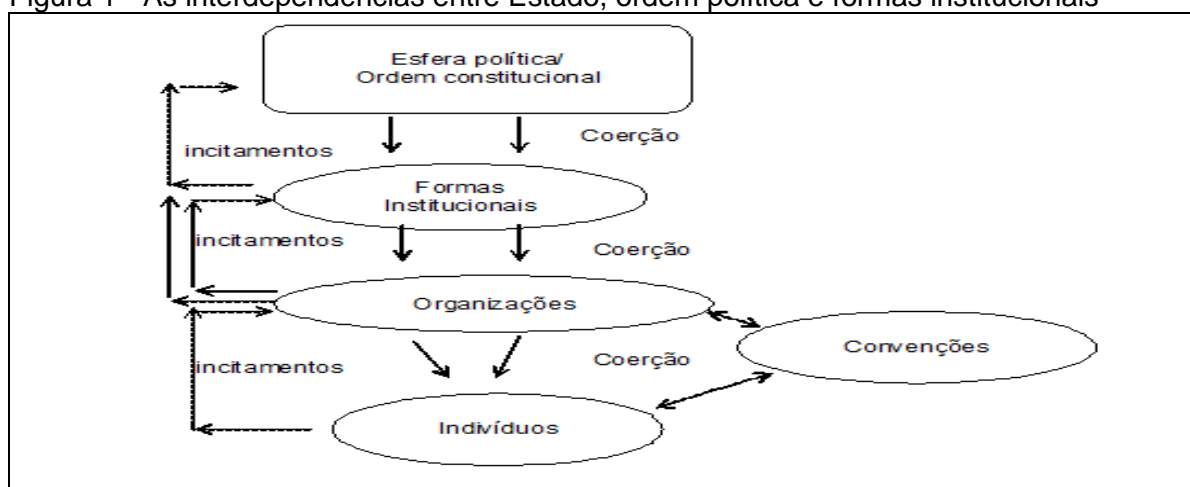
A questão da regulação é de suma importância na abordagem do tema IF, a medida que o setor bancário – principal agente do SFN provedor de serviços financeiros à população, é altamente regulado pelo Estado Nacional, por intermédio do órgão normativo Conselho Monetário Nacional (CMN) e da entidade supervisora BACEN. Por esse motivo, apoiaremos em Boyer (2009) para subsidiar acerca dos elementos conceituais que fundamentam essa relação de intervenção do Estado x economia (em nosso caso, o SFN) pelo mecanismo da regulação.

Mantendo a perspectiva de Myrdal (1968) da existência de interrelações entre diferentes fatores no processo de desenvolvimento econômico e na compreensão de que em uma economia as instituições (os diferentes atores) realizam interações entre as esferas econômica, jurídica e política, pode-se estabelecer essa mesma relação de efeitos entre os atores, a partir das contribuições da teoria da regulação econômica de Boyer.

Para Boyer (2009, p.46), numa economia capitalista existem uma multiplicidade de formas institucionais que interagem entre si, com suas diversidades e complexidades de atores e estratégias, para a qual se faz necessária mecanismos capazes de garantir a sua coerência, o seu equilíbrio e sua viabilidade ao longo do tempo. Essa necessidade de estabelecer meios de regradar alguns dos aspectos que envolvam essas interações, visando obter melhores resultados, leva Boyer (2009) a desenvolver as teorias de regulação¹⁰, cujos modos resultam da interação entre a esfera econômica e esfera jurídico-política.

A teoria da regulação confere uma importância determinante às relações Estado x economia, debruçando-se sobre como o Estado intervém na economia de forma direta e/ou indireta, através dos seus mecanismos de regulação. Para os propósitos do presente estudo, nos limitaremos a tomar emprestada a sua representação das interdependências entre Estado, ordem política e formas institucionais, de forma a visualizar as relações desses atores em uma economia capitalista, conforme demonstra a Figura 1:

Figura 1 - As interdependências entre Estado, ordem política e formas institucionais



Fonte: Boyer (2009, p.50).

¹⁰ Para informações completas acerca das teorias da regulação, ver Boyer (2009).

Para Boyer (2009), as escolhas políticas do Estado e as reformas constitucionais vêm em resposta aos conflitos gerados na esfera econômica (a exemplo de situações de concorrência entre setores ou de relações salariais e de cidadania, dentre tantos outros) que geram desequilíbrios e pressão dos grupos de interesse, o que exige uma intervenção com redefinição das regras do jogo. Hierarquicamente, essa redefinição das novas condições é conduzida pelo Estado Nacional por meio de suas formas institucionais, que regulamentam, monitoram e fiscalizam os setores da economia. Definidas as novas regras, o cumprimento das mesmas pelas organizações que atuam no mercado se faz necessário, seja pela reestruturação de seus negócios, seja pela inovação em seus processos ou pelas convenções junto aos indivíduos e outras entidades com quem se relacionam. Neste sentido a intervenção do Estado junto aos demais atores do processo de desenvolvimento econômico vem de encontro a necessidade de estabelecer meios para se obter a maximização dos resultados de um determinado esforço político que envolva estas interações.

No capítulo 3 do presente estudo será possível observar a aplicação da teoria da regulação junto ao sistema financeiro e demais atores envolvidos diretamente no projeto de inclusão financeira no país, quando será abordada a atuação do CMN e do BACEN (nossos representantes das formas institucionais do Estado) junto ao setor bancário (o representante das organizações) enquanto principal agente de execução do projeto de inclusão financeira.

2.3 SERVIÇOS FINANCEIROS: ALTERNATIVAS PARA A MAXIMIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DOS AGENTES ECONÔMICOS – O OLHAR DE KUMAR

Dentre os caminhos para a atenuação das desigualdades regionais e a busca pelo avanço econômico, tem-se a questão do acesso da população ao sistema financeiro. De acordo com Kumar (2004, p.46), o grau de desenvolvimento do sistema financeiro é um dos determinantes do potencial de crescimento de longo prazo de uma economia. Os mercados financeiros, além de promover o crescimento

dos investimentos e da produtividade total dos fatores¹¹, ajudam a absorver “choques” e a enfrentar crises, minimizando os efeitos graves nos processos econômicos. Na interpretação da autora, profundidade e estabilidade financeira são cada vez mais reconhecidas como contribuições para a redução da pobreza no mundo, de forma que a escassez de acesso a crédito e aos serviços do sistema financeiro são considerados indicadores de pobreza e atraso no desenvolvimento dos países em uma economia global.

Assaf Neto (2011, p. 29), por sua vez, defende que as economias mais desenvolvidas têm por característica apresentar um sistema de intermediação financeira¹² bastante diversificado e ajustado às necessidades de seus agentes produtivos, de forma a executar sua função primordial de direcionar recursos de unidades superavitárias para financiar unidades com carência de capital para investimento. Portanto, a presença da atividade de intermediação financeira fundamenta-se no desequilíbrio entre o nível de poupança e investimento¹³ de uma economia. Na sua visão, Assaf Neto (2011) apresenta que:

O mercado financeiro cumpre sua finalidade quando permite eficiente interação entre poupadores e tomadores de recursos, promovendo investimentos e crescimento da economia. A intermediação financeira nesse mercado deve permitir a aproximação entre os vários agentes econômicos, promovendo transferências de poupanças a um custo mínimo e a um nível reduzido de risco. (ASSAF NETO, 2011, p.30).

Do ponto de vista dos agentes econômicos, mais especificamente na perspectiva dos indivíduos com menor renda, Kumar (2004) defende a necessidade de ampliar a distribuição e a possibilidade de acesso aos serviços financeiros:

Access to financial markets is important for poor people. Like all economic agents, low-income households and microenterprises can benefit from credit, savings, and insurance services. Such services help to manage risk and to smooth consumption [...] and allow people to take advantage of

¹¹ Para Kumar (2004, p. 46), os mercados financeiros constituem uma parte representativa de um grande grupo de mercados de fatores, incluindo os mercados de trabalho e de terras - instituições básicas que fundamentam o funcionamento efetivo da economia, da produção e da venda de seus produtos.

¹² A atividade de captar recursos junto a agentes superavitários e repassá-los aos agentes deficitários é chamada de mediação. Por intermediação compreende-se a atividade que estabelece uma ponte entre estes agentes. (LOPES; ROSSETTI, 1998, p. 409).

¹³ Poupança é a parcela da renda economizada pelos agentes econômicos, que não foi consumida na aquisição de bens e serviços. A poupança realimenta todo o processo produtivo por meio dos diversos instrumentos de intermediação do mercado de capitais. (ASSAF NETO, 2011, p. 25).

profitable business opportunities and increase their earnings potential.
(WORLD BANK, WORLD DEVELOPMENT, 2000-2001 *apud* KUMAR, 2004,
p.1 tradução nossa).¹⁴

No entendimento de Kumar (2004, p. VIII), o acesso a serviços de empréstimo e de acumulação da poupança ajuda as pessoas a aproveitarem as oportunidades de negócios rentáveis, aumentando os seus ganhos, ou ainda, podem ter implicações sobre o bem-estar dos indivíduos, como por exemplo, ao permitir às pessoas tomarem empréstimos quando jovens, para desenvolver capital humano ou pouparem para a sua aposentadoria. A autora também avalia importante o acesso a esses serviços por considerar que eles permitem aos indivíduos enfrentarem necessidades inesperadas de consumo ou ainda, alternativas para se protegerem contra períodos de baixa renda ou flutuações repentinas na renda.

Na perspectiva da importância do acesso a serviços financeiros para os agentes da economia, Kumar (2004) exemplifica que para os produtores, o acesso ao crédito para adquirir capital fixo ou de giro permite um aumento das possibilidades de produção, o que beneficiaria não apenas o produtor, mas influenciaria para o aumento da produtividade, para a maior geração de empregos e para o crescimento da economia de modo geral.

Por esse motivo, situações de entraves no mercado financeiro e as dificuldades de acesso da população mais carente aos serviços financeiros podem representar efeitos negativos à produtividade econômica e ao bem-estar social das pessoas, posto que restringem o acesso ao crédito e a demais serviços financeiros passíveis de garantir sua participação na atividade econômica, de forma a interferir na produtividade dos empreendimentos.

No intuito de demonstrar o papel potencial do acesso a serviços financeiros nas possibilidades de uma atividade produtiva, Kumar (2004, p. 69) faz uso da abordagem neoclássica tradicional para representar as vantagens de se acrescentar intermediação financeira às opções de transações enfrentadas pelos agentes econômicos¹⁵, comparando os “conjuntos de utilidades alcançáveis viáveis” em dois

¹⁴ Tradução: O acesso aos mercados financeiros é importante para as pessoas de baixa renda. Como todos os agentes econômicos, as famílias e microempresas de baixa renda podem se beneficiar com os serviços de crédito, poupança e seguros. Esses serviços ajudam a gerenciar o risco e a estabilizar o consumo [...] e podem ajudar as pessoas a aproveitar oportunidades de negócios lucrativas e aumentar seu potencial de renda.

¹⁵ Por agentes econômicos, entendem-se todas as pessoas e formas de organização (indivíduos, empresas e governo) com capacidade de tomar decisões. (ASSAF NETO, 2011, p. 17).

cenários hipotéticos um tanto simplificados: um sem mercados financeiros e outro no qual os agentes podem emprestar (poupar) e tomar emprestado (gastar além do seu recurso financeiro inicial). No primeiro caso, os agentes só podem transferir bens físicos de um período para o seguinte (por exemplo, comercializando grãos) e só podem emprestar ou tomar empréstimos também em bens físicos (por exemplo, sementes).

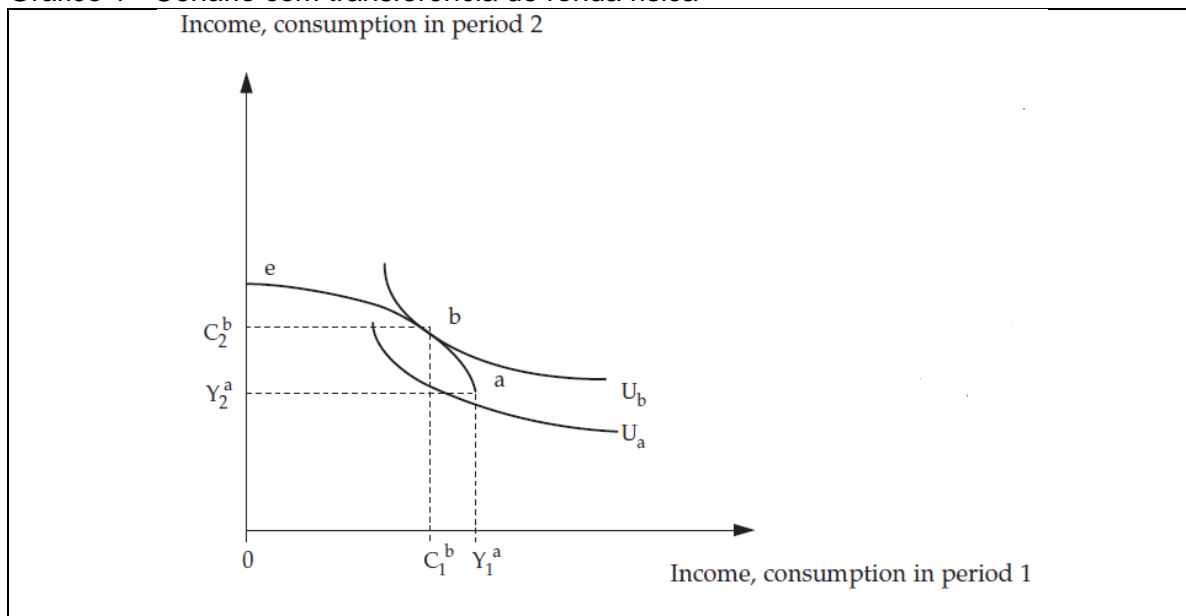
Kumar (2004) argumenta que o acréscimo de ativos financeiros, representados no segundo cenário, permite que os agentes econômicos alcancem dois objetivos: a) realizar transferências intertemporais de renda e consumo; e b) obter o “custo de oportunidade”, que confere benefícios ao permitir que aloquem otimamente os recursos em relação ao tempo. Na medida em que esses objetivos são alcançados, os agentes econômicos maximizam a utilidade dos seus recursos e obtêm melhores retornos para os seus investimentos.

Para ilustrar as possibilidades (a) e (b), Kumar (2004, p.70) apresenta um modelo hipotético simplificado com dois períodos. Um agente recebe renda nos períodos, Y^a_1 e Y^a_2 , e obtém utilidade U_a ao consumir C^a_1 e C^a_2 nos mesmos períodos, respectivamente. Na ausência de quaisquer formas de transferências, o indivíduo deve escolher $C^a_1 = Y^a_1$ e $C^a_2 = Y^a_2$ (e, portanto, operar no ponto “a”) para maximizar a utilidade. Porém, se a pessoa puder poupar (mas não tomar empréstimos) da sua renda no período 1, para obter orçamento adicional para o período 2, a restrição orçamentária do indivíduo se tornará a curva “ae”. Para este modelo hipotético a autora considera que:

A concavidade da curva reflete a utilidade marginal decrescente de maiores quantidades de transferência de renda (refletindo a forma de uma fronteira de possibilidade de produção). Por conseguinte, o mesmo agente econômico tem a opção de escolher um ponto ótimo “b” (tangente entre a curva de indiferença e a restrição orçamentária), que concede à pessoa um nível de utilidade $U_b > U_a$ ao selecionar níveis de consumo de C^b_1 e C^b_2 nos períodos 1 e 2, respectivamente. (KUMAR, 2004, p.70).

Essa nova opção entre os fluxos de renda e os fluxos de consumo implica na possibilidade de uma poupança de $Y^a_1 - C^b_1$ no primeiro período, que resulta no financiamento de um consumo adicional de $C^b_2 - Y^a_2$ no segundo período, conforme demonstração no Gráfico 1:

Gráfico 1 - Cenário com transferência de renda física

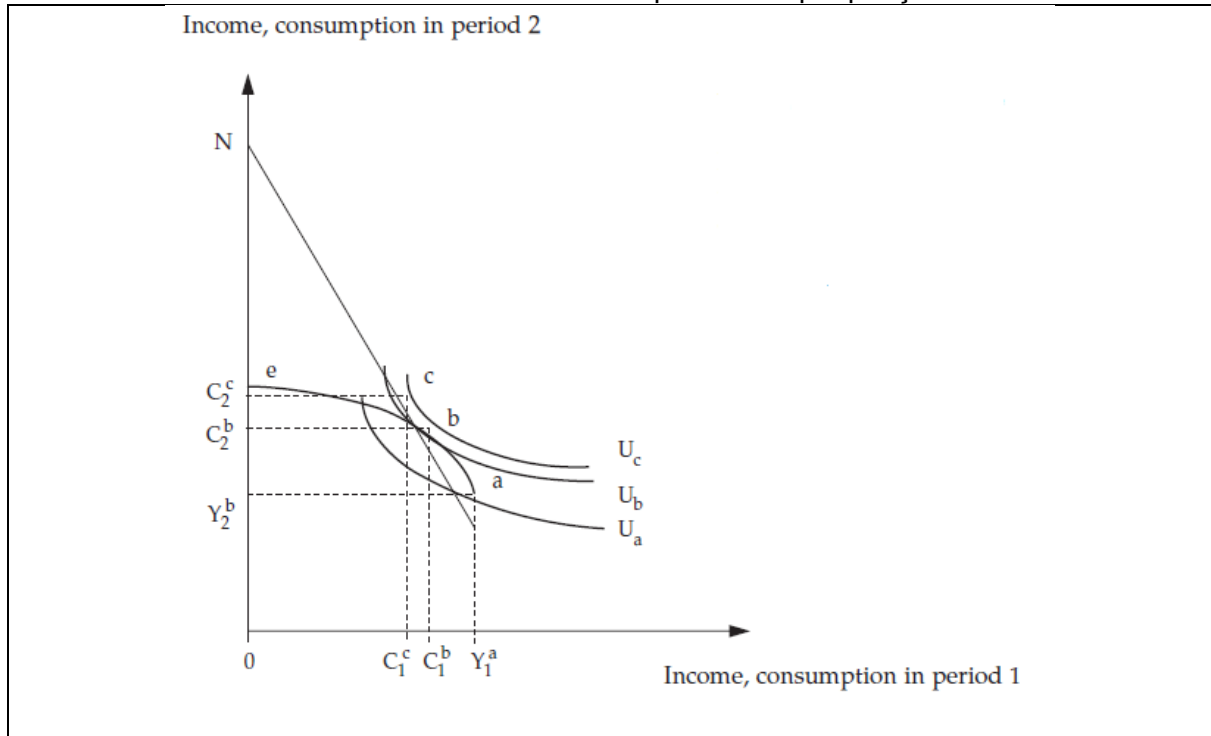


Fonte: Kumar (2004, p.70).

Desta forma, em um cenário hipotético sem nenhuma forma de transferência de renda, os indivíduos otimizam consumindo o que recebem em cada período: $C_1^a = Y_1^a$ e $C_2^a = Y_2^a$. Em havendo situação de transferência de renda física (decorrente do menor consumo no primeiro período com a manutenção da renda) entre os períodos, os indivíduos otimizam optando pelos consumos C_1^b e C_2^b , diferente das rendas de Y_1^a e Y_2^a .

Prosseguindo com as suas análises, no Gráfico 2, tem-se a representação de um novo cenário hipotético proposto por Kumar, no qual estão disponíveis aos agentes econômicos instrumentos financeiros que permitem a formação de poupança. Nesse caso, a nova restrição orçamentária (a linha reta "aN") será regida pela taxa de juros do mercado sobre a poupança, permitindo que o indivíduo faça a sua escolha e otimize a utilidade acumulada no ponto "c", onde $U_c > U_b > U_a$ ao poupar $Y_1^a - C_1^c$ no primeiro período, o que permitiria realizar um consumo adicional de $C_2^c - Y_2^a$ no segundo período. Desta forma, com instrumentos financeiros permitindo (apenas) poupança, verifica-se, novamente, que os indivíduos podem obter melhores ganhos ao optar pelos consumos C_1^c e C_2^c , diferente das rendas existentes em Y_1^a e Y_2^a (KUMAR, 2004, p.69-70).

Gráfico 2 - Cenário com instrumentos financeiros permitindo poupança



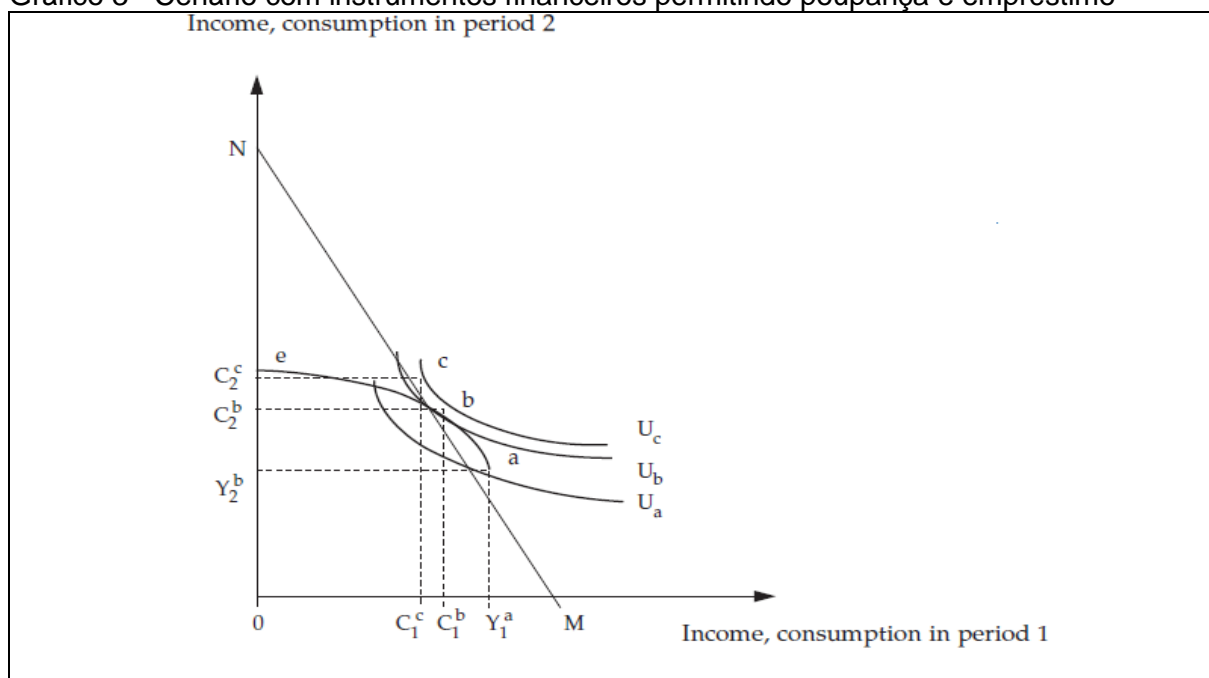
Fonte: Kumar (2004, p.70).

No cenário do Gráfico 2, além de proporcionar uma utilidade maior para o consumidor, a correspondência da taxa de substituição marginal do indivíduo (a inclinação da curva de indiferença em “c”) com a taxa de retorno de mercado (a inclinação de “aN”) fornece uma referência de objetivo para o custo do capital – o “custo de oportunidade¹⁶”. Portanto, é um resultado mais eficiente do que obter U_a no ponto “a” (KUMAR, 2004, p.71).

Num terceiro momento, expandindo os instrumentos financeiros, permitindo tanto poupança quanto empréstimos, a restrição orçamentária do Gráfico 2 seria ampliada para “MN”, conforme Gráfico 3:

¹⁶ Consiste no sacrifício econômico feito quando se opta por determinado investimento em detrimento de outros.

Gráfico 3 - Cenário com instrumentos financeiros permitindo poupança e empréstimo



Fonte: Kumar (2004, p.71).

Na compreensão de Kumar (2004, p.71), a possibilidade de se obter empréstimos e de realizar poupança nos dois períodos aumenta a variedade de opções viáveis para o consumidor. Desta forma, para os indivíduos que optam por poupança no primeiro período e que escolhem um ponto ótimo no intervalo “aN” (demostrado na forma das curvas de indiferença), a oportunidade adicional de tomar empréstimo pode não alterar suas decisões. Porém, para os indivíduos que optam por um ponto ótimo no intervalo “aM”, “o potencial para tomar empréstimo no período 1 oferece escopo para maximizar a utilidade e obter uma alocação ótima entre os períodos com base na consideração do custo de oportunidade”.

Em nosso entendimento, as representações de Kumar (2004) dão conta de demonstrar as vantagens econômicas de se acrescentar operações de intermediação financeira nas opções enfrentadas pelos agentes econômicos, para as quais tem-se nos instrumentos financeiros algumas alternativas que permitem alcançar diferentes objetivos mediante as transferências intertemporais dos ativos desses agentes, de forma que seja potencialmente eficiente para os indivíduos e, portanto, para a sociedade como um todo.

2.4 SISTEMA FINANCEIRO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A relação entre o papel do Sistema Financeiro (SF) e a promoção do desenvolvimento econômico fora abordada inicialmente em trabalhos como os de Gurley e Shaw (1955) e Goldsmith(1969). Segundo King e Levine (1993) *apud* Rocha (2007, p. 14), apenas com o surgimento de uma teoria do crescimento econômico, que ampliasse a conceituação trazida na modelagem tradicional, foi possível incorporar um entendimento mais adequado da importância do sistema financeiro e do seu papel no processo de intermediação de recursos, sendo reconhecido como um componente na determinação do crescimento econômico.

Além da capacidade de aumentar a captação de recursos monetários, a importância do sistema financeiro reside, principalmente, na habilidade em alterar as alocações desses recursos, podendo ter, desta maneira, forte impacto sobre o crescimento econômico e a produtividade. Para Rocha (2007, p. 24), os bancos, com sua grande capilaridade, compõem uma parte importante do sistema financeiro, atuando de forma bastante representativa no processo de intermediação financeira no país.

Em geral, a intermediação financeira é justificada pela possibilidade de ganhos de eficiência na alocação de recursos de poupança e investimento, sendo que a atividade bancária encontra-se neste contexto de intermediação de recursos. Segundo Cavalcante *et al.* (2007, p. 86), a moeda é parte integrante do processo econômico, e entra no sistema de diferentes maneiras, sendo uma delas, através do crédito gerado pelos bancos, tornando-se um dos fatores primordiais do dinamismo das regiões.

Para Sorgato e Ferreira Jr. (2014, p. 19) “as diferenças do desenvolvimento regional são reflexo das características e do modo como os bancos funcionam, os quais podem alavancar ou arrefecer o crescimento de determinada região”. Os autores, por meio de estudos empíricos, voltaram-se a mostrar que a concentração do sistema bancário brasileiro pode ampliar as desigualdades de acesso a financiamento e de alavancagem de crédito entre as regiões. Os efeitos negativos em nível regional se dão em função da ocorrência de vazamento (ou transferência) de parte dos depósitos efetuados nas regiões menos desenvolvidas para as

localidades mais dinâmicas, o que tem contribuído para cristalizar as diferenças socioeconômicas existentes entre as regiões.

Segundo Sorgato e Ferreira Junior (2014), tal fenômeno é explicado pela estratégia dos bancos que tendem a gerar maiores volumes de empréstimos nas regiões onde possuem melhores informações do mercado demandante, o que se traduz em menor incerteza e riscos. Desta forma, sistemas econômicos mais estáveis contribuem para reduzir a preferência pela liquidez dos agentes econômicos, de forma a aumentar a disposição das famílias e bancos a realizarem operações de crédito.

Do ponto de vista dos bancos, a preferência pela liquidez afetará negativamente a sua disposição em emprestar na região, caso possuam, expectativas pessimistas ou pouco confiáveis sobre a mesma. Em geral, são as regiões mais desenvolvidas (centrais), onde os bancos possuem informações de melhor qualidade acerca dos riscos e incertezas presentes na economia, o que lhes permite maior avaliação dos riscos no processo de concessão de crédito. Em contrapartida, as regiões periféricas ou menos desenvolvidas, sofrem com a falta de crédito, já que os bancos não possuem muitas informações sobre tais regiões, o que pode contribuir para reforçar as desigualdades regionais existentes. Conforme Sorgato e Ferreira Junior (2014, p. 19), o aumento da preferência pela liquidez dos bancos em regiões periféricas favorece estratégias de transferência de depósitos para as localidades mais desenvolvidas, ocasionando o vazamento de depósitos.

O significado teórico do vazamento, ou transferência de depósitos, é o do enfraquecimento do sistema de crédito local, à medida que o crédito não retorna ao sistema bancário da região, uma vez que são transferidos para as regiões centrais, fornecedoras de bens e serviços. Em suma, as desigualdades estruturais tornam-se desigualdades financeiras que tendem a ampliar as primeiras.

Para Sorgato e Ferreira Jr (2014, p.30), as alternativas para reverter essa situação e impulsionar o desenvolvimento socioeconômico das regiões periféricas estariam pautadas na criação de Agências de Fomento, Bancos Estaduais e/ou Regionais e Cooperativas de Crédito Locais, que possam fomentar o crédito dentro da sua unidade federativa ou região, que possam contribuir para alavancar os

empréstimos nas localidades menos desenvolvidas, bem como, reduzir o fenômeno do vazamento de depósitos.

2.5 DESENVOLVIMENTO FRENTE A UM PROCESSO DE EXPANSÃO DE LIBERDADES – A VISÃO DE AMARTYA SEN

Julgou-se pertinente expor a visão de Sen (2010) no presente estudo, por interessar-nos a sua análise voltada ao processo de desenvolvimento econômico, à medida que o autor complementa ao tema a perspectiva da ação do indivíduo, conferindo-lhe a condição de agente de mudança e desenvolvimento. Para a escolha desse aporte conceitual, ponderou-se que os serviços financeiros podem, enquanto facilidade econômica, ter alguma relação com o horizonte de liberdade de ação e decisão das pessoas, de forma a contribuir para o desenvolvimento de suas capacidades individuais e realização de seus objetivos.

Para Sen (2010), um país é tanto mais desenvolvido quanto mais se promove a expansão do horizonte de liberdade de seus cidadãos. Sua visão de desenvolvimento complementa a visão tradicional, que associa o desenvolvimento a fatores como o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico e modernização social. Sem desconsiderar desses fatores, o autor defende que uma concepção mais adequada para desenvolvimento deve ir além dos indicadores que demonstram acumulação de riqueza, devendo-se considerar, também, outros determinantes, à exemplo das disposições sociais e econômicas vinculados ao desenvolvimento humano, tais como saúde, educação, direitos civis e participação política. Assim, para Sen (2010, p. 29) “o desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo, com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos”. Segundo a linha de raciocínio desse estudioso, o progresso do desenvolvimento seria avaliado em função da proporcionalidade do aumento das liberdades das pessoas.

Em sua visão de desenvolvimento, o mesmo abrange tanto processos que permitem a liberdade de ações e decisões, quanto às oportunidades reais que as pessoas têm, dadas as suas circunstâncias pessoais e sociais. Com efeito, Sen (2010) defende que:

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação

de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência de serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. (SEN, 2010, p. 16).

Sen (2010, p. 18) argumenta que a privação de liberdade pode ser vinculada a diferentes fatores, dentre eles, de restrições impostas que o limitam de participar da vida social, política e econômica da comunidade. Para o autor, não se pode negar a importância da renda na privação de liberdades dos indivíduos, visto que sua falta implica em más condições de saúde, educação e alimentação. Portanto, em sua concepção, o papel da renda e da riqueza tem de ser integrado a um quadro mais amplo e completo de êxito e privação (SEN, 2010, p.35).

Em sua compreensão de liberdade, Sen (2010) confere significativa importância para o bem-estar das pessoas e suas capacidades. O aspecto de bem-estar abrange realizações e oportunidades do indivíduo no contexto de sua vantagem pessoal, representada pela liberdade que a pessoa tem de conseguir aquilo que deseja. A capacidade é entendida como um tipo de liberdade, a de escolher o modo como se deseja viver. A expansão das mesmas permite que as pessoas possam desfrutar do tipo de vida que elas valorizam.

Na abordagem de Sen (2010, p. 105) a capacidade de uma pessoa é formada por combinações de funcionamentos. Os funcionamentos representam parte do estado de uma pessoa, como ela escolhe viver ou o que escolhe fazer. “Enquanto a combinação dos funcionamentos de uma pessoa reflete suas realizações efetivas, o conjunto capacitário representa a liberdade para realizar as combinações alternativas de funcionamentos dentre as quais a pessoa pode escolher”.

Assim sendo, a liberdade é fundamental para o processo de desenvolvimento, sendo capaz de promovê-la por duas razões: a) a avaliatória, na qual é possível analisar se houve a expansão das liberdades das pessoas; e b) a razão da eficácia, em que a concretização do desenvolvimento depende da condição de agente das pessoas (SEN, 2010, p.17).

No que tange a posição avaliatória, o valor da liberdade do indivíduo está em promover oportunidades e resultados, no entendimento de que “ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento.” (SEN, 2010, p.33).

Nesse entendimento, a liberdade potencializa nas pessoas a capacidade individual, a eficácia social e a condição de agente. Ter mais liberdade para fazer o que é valorizado favorece a oportunidade de resultados positivos, motivando o desenvolvimento.

A concepção da eficácia da liberdade como instrumento de desenvolvimento reside no fato de que os diferentes tipos de liberdade apresentam inter-relação entre si, de forma que um tipo de liberdade pode contribuir para promover liberdades de outros tipos. Ressaltando a importância das mesmas, Sen (2010, p.59) elenca cinco tipos de liberdades instrumentais, que estão interligadas e, na sua visão, proporcionam a ampliação das capacidades das pessoas:

- a) Liberdades políticas: referem-se às oportunidades que as pessoas têm de se manifestar, a exemplo dos direitos democráticos (tais como o voto para escolha de governantes, diálogos e críticas políticas), liberdade de fiscalização, liberdade de expressão, imprensa livre, dentre outros;
- b) Facilidades econômicas: são as oportunidades que as pessoas possuem de utilizar os recursos econômicos para consumo, produção ou troca.
- c) Oportunidades sociais: referem-se aquelas que a sociedade oferece em áreas como educação (refletem em qualidade de educação proporcionando participação em atividades políticas e econômicas), saúde (proporcionam aumento da expectativa de vida) e outras que refletem na qualidade de vida das pessoas;
- d) Garantia de transparência: são as relações de confiança que a sociedade estabelece. Essa garantia possui um papel instrumental, pois quando uma pessoa pode confiar na outra, com a liberdade de ser clara e sincera, pode-se evitar situações de corrupção, de transações ilícitas e outras que não agregam à sociedade;
- e) Segurança protetora: são aquelas que proporcionam a segurança social às pessoas quando há instabilidade ou vulnerabilidade no sistema econômico, à exemplo dos mecanismos institucionais que visam diminuir a miséria, tais como: benefícios a desempregados e indigentes ou distribuição de alimentos em situações de fome coletiva.

Portanto, para Sen (2010) a realização do desenvolvimento depende da livre condição de agente das pessoas:

A expansão da liberdade é vista, por esta abordagem, como o principal fim e o principal meio de desenvolvimento. O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. (SEN, 2010, p. 16).

O termo agente é definido como “alguém que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos” (SEN, 2010, p.34). Este agente atua, portanto, como membro público e como participante de ações econômicas, sociais e políticas. Neste sentido, as pessoas devem ser vistas como ativamente envolvidas - dadas as oportunidades e as diferenças culturais – no desenho de sua própria história, com capacidade para formar seus próprios objetivos e ir de encontro a realização dos mesmos.

Buscou-se, por meio do ponto de vista de Sen (2010), dar conta de que as pessoas estão constantemente inseridas na adequação do seu próprio destino, e neste contexto, o Estado possui um papel relevante na eliminação das privações de liberdade das pessoas, na busca por fortalecer o desenvolvimento de capacidades dos indivíduos, amparando-os para que se tornem agentes de mudança e desenvolvimento.

3 SISTEMA FINANCEIRO INCLUSIVO E A EXPANSÃO DO FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS BANCÁRIOS NO CONTEXTO NACIONAL

Uma vez explorados os aportes teóricos que apoiam a compreensão da importância do acesso a serviços financeiros para o processo de crescimento econômico e a melhoria da condição de vida das pessoas, é chegado o momento de contextualizar o cenário da inclusão financeira no Brasil. Para tanto, se faz necessário referenciar a atuação do Estado Nacional na busca por promover um sistema financeiro mais inclusivo e democratizador de oportunidades de desenvolvimento para as diferentes regiões do país.

Com efeito, no Brasil, os principais esforços para expandir o acesso a serviços financeiros se concentram em garantir que haja pelo menos um ponto de prestação de serviço bancário em cada município. As políticas adotadas pelos órgãos reguladores do SFN se baseiam, principalmente, na equalização geográfica dos serviços, na criação de mecanismos que facilitem a inclusão financeira de populações de baixa renda e no estímulo à disseminação do acesso ao microcrédito.

Para discutir essas questões, inicia-se a abordagem apresentando a visão internacional sobre o tema inclusão financeira, a partir dos princípios elaborados pelo G-20, voltados ao fortalecimento de países no processo de inclusão financeira global, bem como, as ações adotadas pelo Brasil em relação a estes princípios. Uma breve compreensão da composição do SFN torna-se fundamental para o contexto deste estudo, considerando que a atuação do Governo Federal se dá por meio das instituições, órgãos e entidades do SFN que regulamentam, fiscalizam e executam medidas no mercado financeiro nacional.

Na sequência é apresentado o Programa de Inclusão Financeira a partir das diretrizes do BACEN, quando são expostas as métricas utilizadas para o monitoramento do nível de acesso e uso dos serviços e produtos financeiros e o Índice de Inclusão Financeira (IIF), indicador empregado para a avaliação do programa. Finaliza-se esta seção apresentando o IIF levantado pelo BACEN para cada UF do país nos anos de 2000, 2005 e 2010, onde é possível identificar, além da evolução, uma desigualdade regional em termos de desempenho para esse indicador.

3.1 ELEMENTOS PARA A COMPREENSÃO DO AMBIENTE INTERNACIONAL

O tema inclusão financeira é reconhecido internacionalmente por sua importância como instrumento de desenvolvimento econômico e social, motivo pelo qual fora elencado como objeto de debates e ações do G-20¹⁷. Criado em resposta às crises financeiras do final dos anos 1990, o G-20 é uma espécie de fórum de cooperação que reflete a diversidade de interesses das economias industrializadas e emergentes, possuindo assim uma maior representatividade e legitimidade para desenvolver ações voltadas ao tema na economia global.

Segundo o Bacen (2010), o G-20 promove debate aberto e construtivo entre países sobre assuntos-chave relacionados à estabilidade econômica, possuindo significativa influência sobre a gestão do sistema financeiro internacional. O conglomerado de países apoia o crescimento e o desenvolvimento mundial por meio do fortalecimento da arquitetura financeira internacional e visa construir oportunidades de diálogos entre países sobre políticas nacionais, cooperação internacional e instituições econômico-financeiras internacionais.

A partir de debates sobre o tema inclusão financeira, no encontro de Cúpula do G-20 ocorrido, no ano de 2009, em Pittsburgh/EUA, os líderes comprometeram-se a aumentar o nível de inclusão financeira no mundo, a partir de modelos de sucesso e lições aprendidas globalmente em abordagens inovativas para a prestação de serviços aos mais pobres (BACEN, 2010, p. 27).

Diante desse propósito, fora criado o *Financial Inclusion Expert Group* (FIEG), grupo de especialistas do G-20 responsáveis pela condução dos trabalhos, visando o desenvolvimento de princípios para políticas voltadas à inclusão financeira e um plano de ação concreto e pragmático que pudesse ser aplicado por diferentes nações na busca pela melhoria do processo de inclusão.

Em sua estrutura, o FIEG fora composto por dois subgrupos: a) *Access Through Innovation Subgroup* (ATISG) – sob a liderança do Brasil e Austrália,

¹⁷ O Grupo dos 20 é constituído com a participação de chefes de estado, ministros de finanças e presidentes de bancos centrais de 19 países: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia e Turquia. Para garantir o trabalho simultâneo com instituições internacionais também fazem parte do grupo a União Europeia, representada pelo Conselho da União Europeia e pelo Banco Central Europeu, o Fundo Monetário Internacional (FMI), representado pelo seu Diretor e o Banco Mundial, representado pelo seu Presidente.

focado no desenvolvimento de tecnologia e no provimento de serviços e; b) *Small and Medium Enterprise Finance* (SME), sob a liderança da Alemanha e da África do Sul, voltado a estabelecer as melhores práticas de financiamento a pequenas e médias empresas, com aporte de governos e parceiros privados.

Durante os seus trabalhos, o FIEG constatou que 90% da população financeiramente excluída reside em países em desenvolvimento e de menor renda, o que evidenciou a necessidade de fortalecer o papel destas nações no processo de inclusão financeira global.

Em consonância com o objetivo do G-20, de promover a cooperação econômica internacional para um crescimento equilibrado e sustentável, os países do conglomerado procuram adotar um alto grau de comprometimento com o tema, além de induzirem ou apoiarem ações dessa natureza nos países não integrantes do G-20 (BACEN, 2010, p. 27).

No encontro de Cúpula de Toronto/Canadá, no ano de 2010, foram criados os nove princípios do G-20 para a Inclusão Financeira Inovadora. Segundo o BACEN (2010, p. 27), esses princípios, expostos no Quadro 1, são reflexos das condições que conduzem às práticas inovadoras para a inclusão financeira e foram instituídos para subsidiar os elaboradores de políticas públicas dos países em suas decisões, porém, flexíveis para adequação nos seus diferentes contextos nacionais.

No Brasil, o governo federal, por intermédio do CMN e BACEN, assume o papel de catalisador das principais ações relacionadas ao processo de inclusão financeira do país, tendo adotado diversas medidas em relação aos princípios do G-20:

Quadro 1 - Princípios do G-20 para a Inclusão Financeira Inovadora

Princípio	Adequação do Brasil ao princípio
<p>1. Liderança: cultivar amplo compromisso governamental pela inclusão financeira para ajudar no combate à pobreza.</p>	<p>O BACEN tem articulado com outras entidades públicas e privadas, encontros e discussões acerca do assunto, visando fortalecer as políticas existentes e novas ações de inclusão financeira da população, tendo assinados acordos de cooperação e iniciados relacionamentos entre representantes do governo e entidades internacionais, dentre outros.</p>
Princípio	Adequação do Brasil ao princípio
<p>2. Diversidade: desenvolver políticas que promovam a competição e o fornecimento pelo mercado de ampla gama de serviços bancários.</p>	<p>Em 1999, iniciou-se o processo de implantação e aperfeiçoamento do modelo de correspondentes, ampliando o acesso a serviços bancários, como abertura de contas, obtenção de cartões de crédito, pagamentos diversos, empréstimos e recebimentos de benefícios sociais. Foram também editadas normas acerca de microcrédito, criadas as contas simplificadas e regulamentado o novo segmento operacional.</p>
<p>3. Inovação: promover a inovação tecnológica e institucional como meio de expandir o acesso e o uso do sistema financeiro, melhorando a infraestrutura disponível.</p>	<p>O modelo de correspondente no Brasil desenvolveu-se pela utilização de inovações tecnológicas e institucionais, a partir da regulamentação do CMN e do BACEN. Empresas varejistas, casas lotéricas e postos dos Correios são contratados por instituições financeiras como seus agentes e realizam diversas transações financeiras em nome do contratante.</p>
<p>4. Proteção: praticar a proteção ao consumidor sob perspectiva ampla, levando em conta as responsabilidades do governo, dos prestadores de serviços financeiros e dos consumidores.</p>	<p>O BACEN incorporou em suas atividades centrais de atendimento e ouvidoria, tornando disponível ao cidadão canais para acolher denúncias e reclamações e sanar dúvidas relativas aos serviços providos no âmbito do SFN. São também realizadas campanhas de utilidade pública em nível nacional.</p>
<p>5. Capacitação: desenvolver educação e capacitação financeira.</p>	<p>O BACEN mantém programa de educação financeira desde 2003. Em 2007 foi constituído um grupo de trabalho com o objetivo de desenvolver proposta de Estratégia Nacional de Educação Financeira, que deve promover inventário nacional de ações e projetos de Educação Financeira no país, além de realizar pesquisas avaliativas sobre o tema.</p>
<p>6. Cooperação: desenvolver um ambiente institucional com claras definições de responsabilidade e de coordenação dentro do governo e também encorajar parcerias e consultas diretas entre governo, setor privado e outros interessados.</p>	<p>O Projeto Inclusão Financeira visa alavancar parcerias entre diversos atores de natureza pública, privada ou mista, visando ações concretas que viabilizem adequada inclusão financeira no país. Tem-se o envolvimento dos diversos <i>stakeholders</i> para discussão de problemas e construção de soluções. Também foram assinados acordos de cooperação entre entidades públicas e privadas e iniciados relacionamentos entre representantes do governo e entidades internacionais.</p>

Princípio	Adequação do Brasil ao princípio
<p>7. Conhecimento: melhorar a coleta e o trabalho de dados para embasar a formulação de política, medir o progresso e desenvolver o aprendizado sobre o assunto.</p>	<p>O Brasil, especialmente o BACEN, tem buscado integração nacional por meio da <i>Alliance for Financial Inclusion, Consultative Group to Assist the Poor</i>, Banco Mundial, entre outros organismos internacionais, objetivando desenvolver tecnologia para coleta de dados de forma eficiente e harmônica com as bases utilizadas por outros países. Internamente realiza o diagnóstico das ações realizadas no sentido de aprimorar as condições de inclusão financeira e analisar dados e indicadores sobre o nível de acesso e uso de serviços financeiros.</p>
Princípio	Adequação do Brasil ao princípio
<p>8. Proporcionalidade: praticar política e estrutura regulatória proporcional aos riscos envolvidos nesses novos serviços.</p>	<p>O processo de supervisão das instituições financeiras permite ao BACEN avaliar permanentemente os custos e os benefícios decorrentes do monitoramento e da perspectiva de regulamentação. O modelo de instituição bancária convive com outros nichos estratégicos, como o modelo de cooperativa de crédito, de correspondentes, de instituições de crédito imobiliário, entre outros, viabilizando avaliação apurada no papel estratégico de cada negócio na economia, em paralelo com os riscos inerentes ao negócio. A regulamentação tem sido adaptada com o propósito de redução de falhas de mercado, concedendo incentivos e controles equilibrados, em função dos riscos associados a cada intervenção.</p>
<p>9. Estrutura: considerar as seguintes sugestões para o sistema regulatório, levando em conta as especificidades de cada país:</p> <p>a) Adoção de um regime apropriado de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo;</p> <p>b) Estabelecimento de condições para o uso de agentes como intermediários entre instituições financeiras e o público;</p> <p>c) Criação de um claro regime regulatório para o dinheiro eletrônico,</p> <p>d) Desenvolvimento de incentivos baseados no mercado para promover amplas interoperabilidade e interconexões nas movimentações por meio eletrônico.</p>	<p>Observados os critérios de proporcionalidade, todas as instituições devem dispensar especial atenção, na forma da regulamentação em vigor, às operações que possam se constituir ou relacionar-se em indícios de crimes de lavagem de dinheiro e, ainda, realizar as comunicações pertinentes ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras. A utilização de agentes, por sua vez, tem sido regulamentada pelo modelo de correspondentes no país. O regime de movimentação eletrônica vem sendo beneficiado pela implantação do Sistema de pagamentos Brasileiro, e ações que favorecem a interoperabilidade e interconexões na prestação de serviços via dependências bancárias ou por meio do uso de cartões de pagamento.</p>

Fonte: Bacen (2010, p. 28 e 29).

Após percorrer sobre a atuação do BACEN, voltado à adequação das práticas do Brasil aos princípios do G-20, compreendeu-se ser necessário trazer uma breve leitura acerca da composição do Sistema Financeiro Nacional (SFN). O objetivo é demonstrar as principais inter-relações do BACEN com as demais formas institucionais e as suas interações entre as esferas econômica e jurídico-política por meio de regulações voltadas ao processo de inclusão financeira.

3.2 COMPOSIÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

O SFN é composto por um conjunto de instituições, órgãos e entidades que regulamentam, fiscalizam e executam as medidas que dizem respeito à circulação da moeda e do crédito na economia do Brasil. Conforme disposto no art. 192 da Constituição Federal de 1988 – CF/88, o SFN deve ser estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, sendo o mesmo regulado por leis complementares.

Segundo Fortuna (2005), o ano de 1964 foi um divisor de águas na história recente do SFN, no que se refere a sua estrutura organizacional. A existente até então não correspondia aos crescentes encargos e responsabilidades na condução da política econômica e do regime monetário. Nos anos de 1961 a 1964, marcados pela turbulência política de alternância de governantes e ministros da Fazenda, o Brasil vivia momentos de recessão econômica, com inflação superior a 12% ao ano e escassez de recursos para transações financeiras de longo prazo. Nesse mesmo período, vigorava a “Lei da Usura”, a qual estipulava que a maior taxa de juros nominal permitida seria de 12% ao ano. Essa medida gerou desestímulo a intermediação financeira e a formação de poupança, refletindo em consequências para o poder público, tais como a postergação de recebimentos tributários, limitação da sua capacidade de se financiar pela emissão de títulos próprios, dentre outras.

Fortuna (2005) apresenta que, a partir de 1964, um conjunto de leis e resoluções foram criados visando cobrir situações deficitárias e promover investimentos no país. A primeira medida do SFN foi a elaboração da Lei 4.357/64, instituindo normas para a correção monetária. Sucessivamente, instituiu-se a Lei

4.380/64 do Plano Nacional de Habitação, fomentando a construção civil e a geração de empregos. Posteriormente, destacam-se, dentre outras: a Lei da Reforma do Sistema Financeiro (Lei 4.595/64), contemplando a criação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil, marcando o início da reestruturação institucional do SFN; Lei do Mercado de Capitais (Lei 4.728/65) visando a estruturação do sistema de investimentos; Lei 6385/76, criando a Comissão de Valores Mobiliários, que absorveu do BACEN a responsabilidade pelo mercado de valores mobiliários; Lei das S.A. (Lei 6.404/76) atualizando a legislação sobre as sociedades anônimas brasileiras e a Resolução do Conselho Monetário Nacional 3.040/2002, reestabelecendo as regras para abertura e funcionamento de instituições financeiras.

Atualmente, o SFN exerce suas atividades de cunho financeiro em quatro grandes segmentos de mercado, cada qual regulado por órgãos e legislações específicas:

- a) Mercado Financeiro: regido principalmente pela Lei nº 4.595/64, é constituído pelo conjunto de instituições e normas que asseguram intermediações financeiras entre os agentes econômicos, viabilizando as relações financeiras entre credores (agentes superavitários) e devedores (agentes deficitários)¹⁸;
- b) Mercado de Capitais: regulamentado pelas Leis nº 4.728/65 e nº 6.385/76, é um mercado mais específico, no qual as intermediações financeiras entre os agentes superavitários e os deficitários ocorrem por meio de títulos e valores mobiliários emitidos por empresas, tais como ações e debêntures, sendo negociados, em sua maioria, em Bolsas de Valores;
- c) Mercado de Seguros Privados e Capitalização: gerido principalmente pelo Decreto-Lei nº 70/66, é o mercado onde são negociados os contratos de seguros privados e os títulos de capitalização oferecidos por sociedades autorizadas e constituídas para este fim;
- d) Mercado de Previdência Complementar: previsto no art. 202 da CF/88 e disciplinado pela Lei Complementar nº 109/2001, é um mercado que oferta e

¹⁸ Os agentes deficitários são os que apresentam fluxos de entrada de caixa inferiores aos seus pagamentos, ou seja, gastam mais do que recebem. Os agentes superavitários são aqueles cujos fluxos de entrada de caixa são superiores aos seus pagamentos, possuindo mais do que gastam. Assaf Neto (2011).

negocia planos de previdência privados em caráter complementar, autônomo e facultativo em relação ao regime geral de previdência social nacional.

Para disciplinar esses segmentos de mercado, o SFN conta com uma estrutura composta por diversas instituições, sendo elas agrupadas em Órgãos Normativos (estabelecem as regras e as diretrizes de funcionamento dos órgãos de supervisão e operação e definem os parâmetros para a intermediação financeira), Subsistema de Supervisão (supervisionam o funcionamento das instituições do subsistema operativo) e Subsistema Operativo (instituições que atuam na intermediação financeira e operacionam a transferência de recursos entre os agentes econômicos). Essa estruturação pode ser melhor visualizada no Quadro 2.

Quadro 2 - Composição do Sistema Financeiro Nacional

Órgãos Normativos	Conselho Monetário Nacional – CMN: responsável por expedir diretrizes gerais para o bom funcionamento do SFN, formula a política monetária do país, objetivando atender aos interesses econômicos e sociais. Dentre outras atribuições, também é responsável pelo equilíbrio do balanço de pagamentos e por coordenar a dívida pública interna e externa.
	Conselho Nacional dos Seguros Privados – CNSP: órgão colegiado responsável por fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados, por regular: a constituição, organização, funcionamento e fiscalização dos que exercem atividades subordinadas ao Sistema Nacional de Seguros Privados e, ainda, por fixar as características gerais dos contratos de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro; estabelecer as diretrizes gerais das operações de resseguro.
	Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC: órgão colegiado que integra a estrutura do Ministério da Previdência Social e cuja competência é regular o regime de previdência complementar operado pelas entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão).
Entidades Supervisoras	Banco Central do Brasil – BACEN: autarquia criada pela Lei 4.595/1964, é o principal executor das orientações do Conselho Monetário Nacional e responsável por assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente. Seus principais objetivos são: zelar pela adequada liquidez da economia; manter as reservas internacionais em nível adequado; estimular a formação de poupança; zelar pela estabilidade e promover o permanente aperfeiçoamento do sistema financeiro. É a principal autoridade supervisora de instituições financeiras, atua como banco emissor de moeda e controlador de crédito, dentro outras atribuições. É o Banco dos bancos.
	Comissão de Valores Mobiliários – CVM: autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, instituída pela Lei 6.385/76, responsável por regulamentar, controlar e fiscalizar o mercado de valores mobiliários. Dentre outras funções, deve assegurar o funcionamento eficiente e regular dos mercados de bolsa e de balcão, assegurando o acesso do público a informações sobre valores mobiliários negociados.

		<p>Superintendência de Seguros Privados – SUSEP: também é autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda. Criada pelo Decreto-Lei nº73/66, é responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, resseguro, previdência privada aberta e capitalização, zelando pela defesa dos interesses dos consumidores dos mercados supervisionados.</p> <p>Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC: autarquia vinculada ao Ministério da Previdência Social, responsável por fiscalizar as atividades das entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão), observando as diretrizes estabelecidas pelo CMN e CNPC.</p>
Entidades Operativas	Supervisionadas pelo BACEN	<p>a) Instituições financeiras captadoras de depósitos à vista: bancos comerciais, bancos múltiplos, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e cooperativas de crédito.</p> <p>b) Demais instituições financeiras: agências de fomento, bancos de desenvolvimento, bancos de investimento, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, bancos de câmbio, sociedades de crédito, companhias hipotecárias e cooperativas centrais de crédito.</p> <p>c) Outros intermediários financeiros: administradoras de consórcio, sociedades de arrendamento mercantil, corretoras de câmbio, corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários (para títulos de renda fixa).</p>
	Supervisionadas pela CVM	<p>a) Companhias abertas (S/A) com ações negociadas no mercado, bolsas de valores, bolsa de mercadorias e futuros, corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários (para títulos e valores mobiliários) e fundos de investimento.</p>
	Supervisionadas pela SUSEP	<p>a) Sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, sociedades resseguradoras e entidades abertas de previdência complementar.</p>
	Supervisionadas pela SPC	<p>a) Entidades fechadas de previdência complementar, os fundos de pensão.</p>

Fonte: Extraído do sítio do Banco Central do Brasil (2015).

Nas entidades operativas supervisionadas pelo BACEN tem-se a maioria dos canais de acesso¹⁹ da população ao SFN. Os canais constituídos por dependências físicas de atendimento apresentam significativas diferenças entre si no que diz

¹⁹ No Relatório de Inclusão Financeira nº 2 (BACEN, 2011) são apresentadas e conceituadas todas as modalidades de canais/pontos de acesso ao SFN.

respeito à quantidade e variedade dos serviços oferecidos e à natureza do atendimento. Regulamentadas pelo CMN, as dependências de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN são classificadas conforme Quadro 3.

Quadro 3 - Canais de acesso da população ao SFN

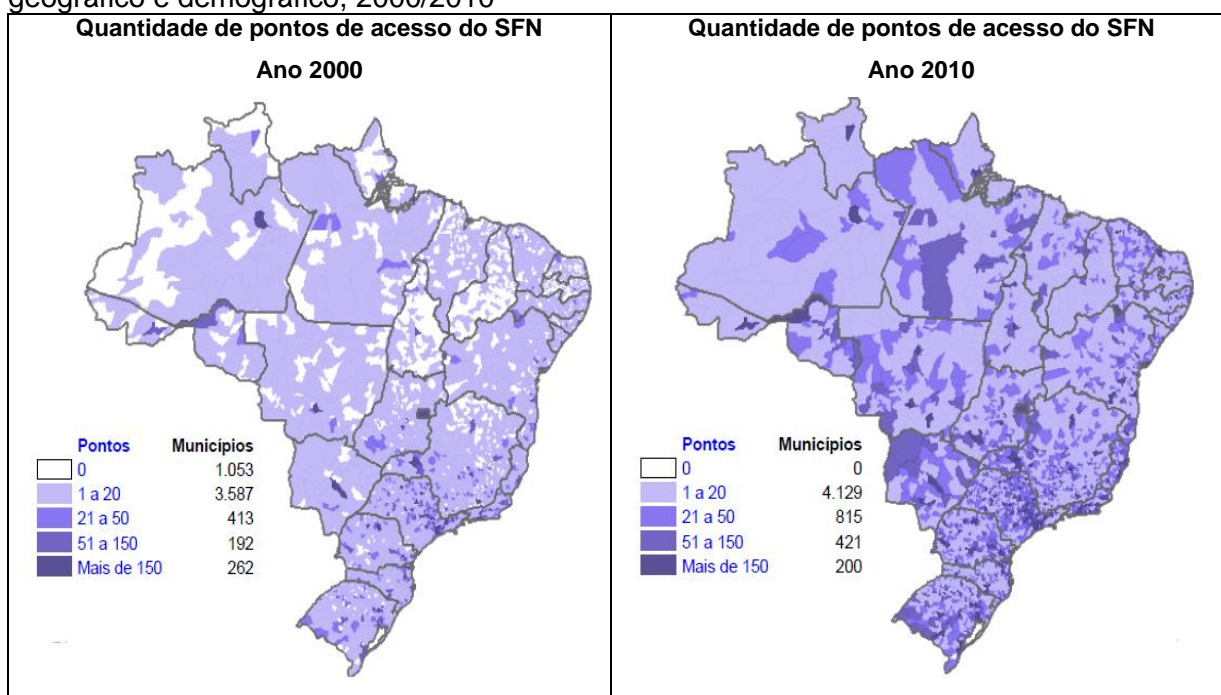
Canal	Definição
Agências	Dependências de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Destinadas à prática das atividades para as quais a instituição esteja regularmente habilitada, oferecem, em geral, a maior variedade de serviços fornecidos pela instituição.
PAB – Postos de Atendimento Bancário	Dependências de banco múltiplo com carteira comercial, de banco comercial ou de caixa econômica que podem ser instalados exclusivamente em recinto interno de entidade da administração pública ou de empresa privada, destinados a prestar os serviços para os quais a instituição esteja regularmente habilitada ou limitados aos serviços que sejam do interesse da entidade hospedeira ou de seus funcionários.
PAA – Postos Avançados de Atendimento	Dependências de banco múltiplo com carteira comercial de banco comercial ou de caixa econômica que podem ser instalados ou mantidos exclusivamente em municípios desassistidos de agência ou outro PAA de alguma instituição financeira. Os serviços prestados, o horário e dias de funcionamento são livremente fixados pela instituição.
PAE – Postos de Atendimento Bancário Eletrônico	Dependências automatizadas de banco múltiplo com carteira comercial, banco comercial e caixa econômica, compostos exclusivamente por equipamentos de autoatendimento, para prestação de serviços automatizados. Essa modalidade de dependência se limita a intermediar relações exclusivamente transacionais.
PAC – Postos de Atendimento Cooperativo	Dependências de cooperativa de crédito destinadas a prestar aos seus cooperados os serviços para os quais a instituição esteja regularmente habilitada, dentro de área de atuação delimitada. Desde 2005 estão autorizadas a instalar PAEs.
PAM – Postos de Atendimento de Microcrédito	Dependências de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e Empresa de Pequeno Porte destinadas a provisão de microcrédito à população. Podem ser fixos ou móveis, permanentes ou temporários, o que pode conferir limitações em termos de disponibilidade e continuidade do acesso da população das localidades atendidas por meio do posto.
Correspondentes	Empresas já existentes e que prestam outros tipos de serviços que foram contratadas por instituições financeiras para prestar determinada gama de serviços em nome e sob responsabilidade da instituição contratante. São exemplos as lotéricas, agências de correios, supermercados, dentre outros.
ATM - <i>Automatic Teller Machine</i>	São equipamentos eletromecânicos que funcionam como caixas de autoatendimento mediante a utilização de cartão e senhas. Um conjunto de ATM forma um PAE.

Canal	Definição
POS – Point of Sale	São equipamentos eletrônicos menores, utilizados por estabelecimentos comerciais para solicitar autorizações e registrar operações (geralmente de pagamentos) por meio de cartões de crédito, débito e pré-pagos.

Fonte: BACEN (2011, p. 27-29)

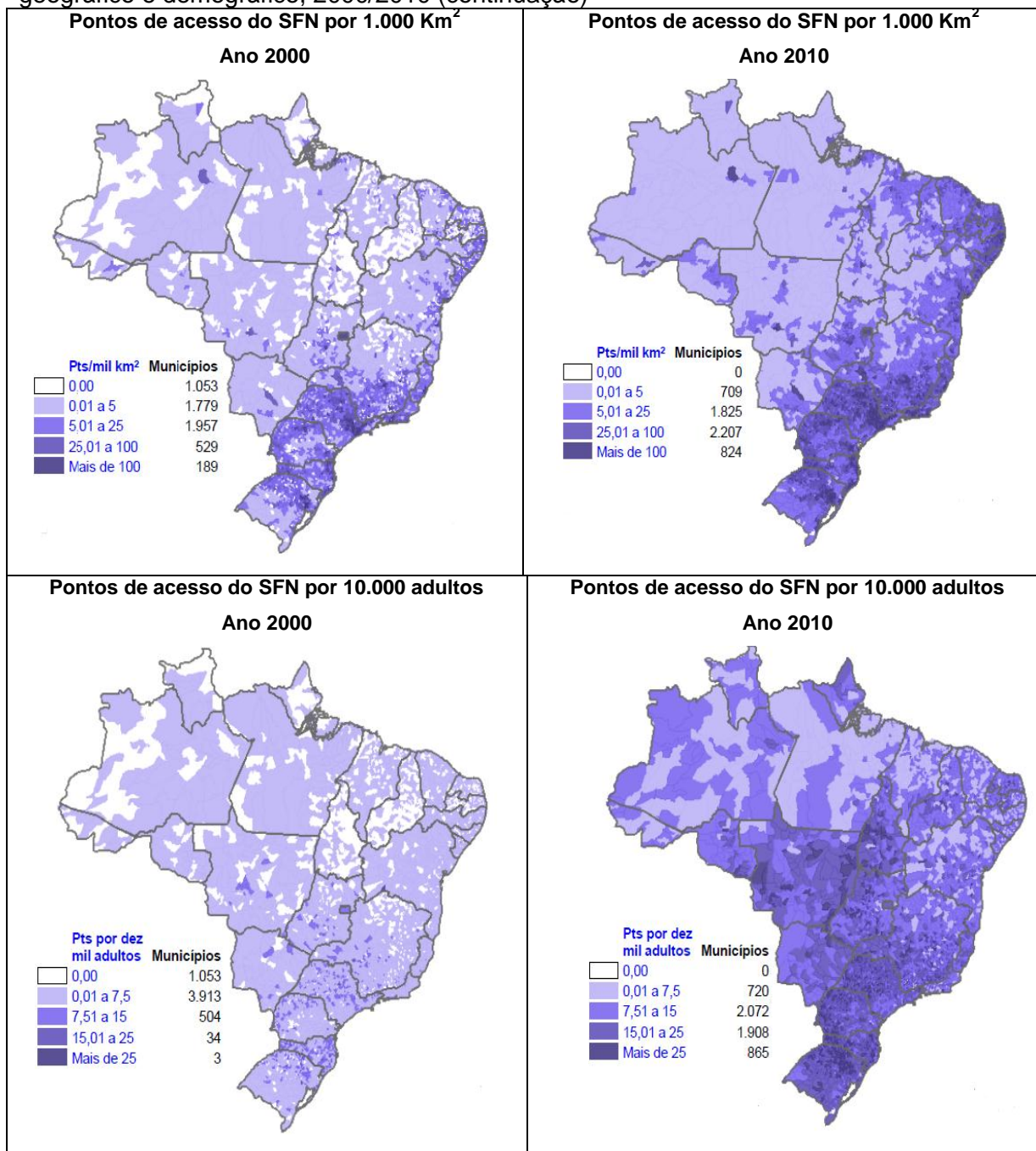
Em termos de quantificação dos pontos de acesso ao SFN, o BACEN (2012) representa sob a forma de mapas a expansão dos canais de atendimento entre os anos de 2000 e 2010, para os quais considerou as seguintes dependências: agências, sedes de instituições, unidades administrativas desmembradas, PAA, PAB, PAC, PAE e Correspondentes. Com o objetivo de proporcionalizar a distribuição quantitativa desses canais, o BACEN considerou em suas análises as perspectivas geográfica (pontos de acesso por 1.000 Km²) e demográfica (pontos de acesso por 10.000 adultos), conforme demonstrado no Mapa 1.

Mapa 1 - Evolução dos pontos de acesso do Sistema Financeiro Nacional, pelos critérios geográfico e demográfico, 2000/2010



Fonte: BACEN (2012, p. 7-12).

Mapa 2 - Evolução dos pontos de acesso do Sistema Financeiro Nacional, pelos critérios geográfico e demográfico, 2000/2010 (continuação)



Fonte: BACEN (2012, p. 7-12).

Durante esse período de 10 anos, e nos subsequentes, o Brasil vivenciou um grande crescimento da sua rede de atendimento bancário, proporcionados pelo aprimoramento do processo de inclusão financeira no país. Nesse movimento, o

Banco Central do Brasil²⁰ é a entidade que possui relação direta com a formulação e operacionalização de políticas voltadas ao programa de inclusão financeira e têm atuado na regulamentação de matérias com o objetivo de proporcionar melhores condições de acesso aos serviços financeiros para a população.

3.3 PROGRAMA DE INCLUSÃO FINANCEIRA NO BRASIL: UMA LEITURA A PARTIR DA DIRETRIZ DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Desde a década de 1990, o BACEN vem atuando na articulação de conhecimentos e esforços voltados para a promoção da inclusão financeira (IF) da população brasileira. No início, seu foco estava voltado, principalmente, ao aprimoramento normativo de mecanismos e na divulgação do tema junto às entidades do sistema financeiro. A inclusão financeira foi concebida como “um direito de todos para a efetiva inclusão social, melhor qualidade de vida da população e como meio para o fortalecimento do país.” (BACEN, 2009, p. 18). Para essa instituição, há nesta perspectiva:

[...] a convicção de que a busca de mecanismos para inclusão financeira é essencial para redução de desigualdades sociais e para maior desenvolvimento econômico, considerados elementos de um círculo virtuoso: a adequada expansão da inclusão financeira facilita o acesso à economia formal, contribuindo para maior crescimento econômico, que, por sua vez, facilita o acesso de mais pessoas à economia e ao sistema financeiro, mobilizando poupança e investimento para o setor produtivo. (BACEN, 2010, p. 7).

Neste sentido, a inserção no SFN e o acesso ao crédito configuram-se como instrumentos que podem dinamizar o mercado das microfinanças²¹ e elevar os níveis de formação de capital nos municípios, propiciando alternativas de liberdade econômica, novos investimentos em atividades produtivas e melhores possibilidades de vida para as pessoas. A ampliação dos canais de acesso ao SFN também se tornou fator chave para viabilizar a implantação de programas de redistribuição de

²⁰ Em abril de 2010 foi instituído pelo BACEN o Departamento de Normas do Sistema Financeiro (DENOR), especialmente para tratar da promoção da inclusão financeira e de questões relacionadas à responsabilidade socioambiental do sistema financeiro.

²¹ Denotam a oferta de serviços financeiros modestos, que podem ser caracterizadas como uma forma de garantir acesso ao crédito e a outros serviços financeiros para pessoas de baixa renda ou em situação de exclusão social, que teriam dificuldade de usufruir desses serviços pela falta de garantias (LA TORRE, 2006, p.2).

renda vinculados às políticas públicas sociais, a exemplo do Programa Bolsa Família, que beneficia mais de 45 milhões de brasileiros.

No tocante aos seus objetivos e, convergente aos princípios do G-20, o BACEN elegeu a “promoção da inclusão financeira” como um dos caminhos para cumprir sua missão institucional de assegurar a solidez e eficiência do SFN, lançando, em 2009, o Projeto de Inclusão Financeira (PIF)²². Em seu escopo, o conceito de inclusão financeira é definido como “processo de efetivo acesso e uso pela população de serviços financeiros adequados às suas necessidades, contribuindo com sua qualidade de vida” (BACEN, 2010, p.18). A menção “adequados” advém da premissa de que nem tudo o que é ofertado no mercado contribui, necessariamente, para o bem-estar da população e para a estabilidade da economia como um todo.

Cabe esclarecer que a IF não requer, necessariamente, o efetivo uso de serviços financeiros pela população, mas, simplesmente, a real possibilidade de sua utilização, se adequados às suas necessidades. A decisão pelo seu consumo, ou não, é de caráter individual (BACEN, 2011, p. 15).

Para o BACEN (2009, p. 127), a IF pressupõe a adequação de mecanismos de acesso a crédito e poupança, que sejam sensíveis, perceptíveis, flexíveis e condicionados à realidade da população usuária. A IF também é considerada como a disponibilização de crédito para financiar o empreendedorismo individual, principalmente aquele desenvolvido nas camadas da sociedade em situação de vulnerabilidade econômica e social.

Ainda no olhar dessa instituição, além de favorecer a eficácia da política monetária, a adequada IF da população também está associada à eficiência do sistema financeiro, de forma a estabelecer um círculo virtuoso. A ideia de apresentar os benefícios do processo de IF para a sociedade e para a economia em um círculo virtuoso é a de demonstrar que sistemas financeiros mais eficientes e conduzidos por políticas monetárias adequadas proporcionam maior acesso à economia formal e melhoria da qualidade de vida das pessoas, gerando mais poupança e investimento que, por associação e consequência, contribuem para fortalecer o desenvolvimento econômico, que, novamente em um círculo virtuoso, gera maior

²² No âmbito do projeto, foi criada equipe com representantes do BACEN, G-20, Banco Mundial e Finanças Solidárias.

desenvolvimento do sistema financeiro, repetindo o círculo, conforme demonstrado na Figura 2:

Figura 2 - Círculo virtuoso da inclusão financeira



Fonte: BACEN (2011, p.14).

Atuando na promoção da eficiência do SFN e da inclusão financeira, o BACEN busca reduzir a assimetria na distribuição dos serviços financeiros, garantir sua adequabilidade e sustentabilidade, no sentido de garantir equilíbrio à sociedade, ao ambiente e ao sistema financeiro. No entendimento dessa instituição:

Para que a inclusão financeira seja, de fato, abrangente, assegurando a todos os agentes econômicos no país – pessoas e empreendimentos – a possibilidade de serviços financeiros adequados às suas necessidades, não basta expandir os canais de acesso da população ao SFN. Deve-se considerar também a adequabilidade e a sustentabilidade do processo. Para tanto, é necessária a adoção de medidas relativas tanto à oferta quanto à demanda de serviços financeiros. Em relação à oferta, é importante induzir a redução de assimetrias regionais na provisão de serviços financeiros, a adequação dos serviços ofertados às necessidades dos usuários e a sustentabilidade do processo. Quanto à demanda, é necessário conferir atenção à educação financeira e à proteção aos usuários, de forma a garantir que a utilização de serviços seja sustentável e benéfica a todos. (BACEN, 2011, p.16).

Para esta finalidade, o BACEN vem trabalhando, de forma integrada, com representantes dos setores público, privado e do terceiro setor no Brasil²³, e em setembro de 2011, instituiu a Parceria Nacional para a Inclusão Financeira, que tem

²³ As instituições que integram a Parceria Nacional para Inclusão Financeira e seus respectivos acordos estão disponíveis no capítulo 2 do Relatório de Inclusão Financeira nº2.

por objetivo desencadear diversas ações para promover maior e adequada IF no país.

Dentre as iniciativas²⁴ estabelecidas pelos atores que integram esse arranjo, destacam-se: os mecanismos para a bancarização da população, tais como a regulamentação dos correspondentes bancários, que viabilizaram a expansão da oferta dos serviços e; o desenvolvimento de serviços financeiros mais adequados à natureza da demanda, a exemplo da adoção das contas-corrente e contas-poupança simplificadas para pessoas físicas, com reduzida exigência de documentação para abertura das mesmas e com isenção da cobrança de tarifas bancárias. Ainda dentre as iniciativas, tem-se o aprimoramento regulatório do microcrédito e das instituições especializadas em microfinanças, objetivando ampliar e dinamizar o mercado financeiro de modo sustentável.

3.3.1 A perspectiva do acesso ao microcrédito

Para o contexto do tema inclusão financeira, optou-se por partilhar dos entendimentos conceituais adotados pelo BACEN do que venham a ser os termos microfinanças e microcrédito.

O termo microfinanças, para o BACEN (2008, p. 23) refere-se à prestação de serviços financeiros (de forma abrangente) adequados e sustentáveis voltados para a população de baixa renda, habitualmente excluída do sistema financeiro tradicional, e para as quais dispõem-se de produtos, processos e gestão diferenciados. Já a atividade de microcrédito é definida como aquela que, no contexto das microfinanças, se dedica a prestar serviços de crédito exclusivamente a pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de pequeno porte (BACEN, 2008, p. 24). Com efeito, ele é entendido como a principal atividade do setor de microfinanças, pela importância para as políticas públicas voltadas à superação da pobreza e também pela geração de trabalho e renda quando destinado às atividades produtivas de pequeno porte.

²⁴ O detalhamento das iniciativas e suas respectivas resoluções estão disponíveis nos capítulos 2 e 3 do Relatório de Inclusão Financeira nº 1.

Seguindo na perspectiva do que venha a ser microcrédito, é importante também apresentar o conceito atribuído pelo setor bancário para este termo, considerando a relevância de suas instituições na execução da concessão de crédito à população brasileira. Para o setor bancário, o microcrédito é definido como a concessão de empréstimos de baixo valor para empreendedores de baixa renda, informais ou formais, que não tem acesso ao sistema financeiro tradicional (BARONE et al. 2002 apud BACEN, 2009, p.177). Esses créditos são caracterizados por garantias alinhadas às condições socioeconômicas dos consumidores que tomam os financiamentos, ao contrário do sistema financeiro tradicional, em que as garantias reais são a norma para a sua concessão.

Diante disso, cabe ressaltar que, nos últimos 25 anos, as microfinanças têm sofrido um rápido processo de desenvolvimento e estruturação no mercado microfinanceiro mundial. Inicialmente, as microfinanças eram território exclusivo das Organizações Não-Governamentais (ONGs) especializadas e de alguns bancos, à exemplo do *Bank Rakyat* (Indonésia), do *Grameen Bank* (Bangladesh) e o Banco Sol (Bolívia). Para o BACEN (2008, p. 15), essas organizações, desafiaram a visão tradicionalista dos anos 1970 e descortinaram uma nova tecnologia creditícia, centrada em empréstimos de pequenos valores, curtíssimos prazos de pagamento, sem garantias dos tomadores e a taxas de juros de mercado. Com essa nova forma de concessão de crédito, as entidades demonstraram que a maioria dos pobres (geralmente excluídos do financiamento formal), pode representar um nicho rentável para serviços bancários, com benefícios distribuídos para a sociedade.

No contexto latino-americano, as microfinanças caracterizam-se pela predominância do enfoque de mercado, no qual a provisão dos serviços pelas entidades reguladas possui o fim do lucro. Entretanto, muitas instituições demonstraram que é viável a sustentabilidade do negócio em microfinanças. O duplo interesse, social e financeiro se torna exequível pelo incremento da escala (quantidade de clientes atendidos), pelo escopo (variedade de serviços prestados) e por outros fatores interferentes. A associação entre escopo e escala promovem maior alcance social em número de clientes, produtos e serviços disponíveis, e também promovem alcance financeiro, na medida em que proporcionam a diluição de custos e despesas dos bancos – tanto pelo volume de operações, quanto pela

possibilidade de gerar vendas cruzadas e ampliar o volume de negócios (BACEN, 2009, p.14).

Para o BACEN (2009, p. 22), a convergência entre microfinanças e sistema financeiro tradicional é uma etapa necessária para a obtenção de um sistema financeiro sustentável e inclusivo. A premissa que embasa um sistema financeiro único é que a prestação de serviços financeiros adequados se torna viável por meio de recursos tecnológicos diferenciados, desenvolvidos para públicos e nichos de mercado com necessidades próprias. Desta forma, a provisão ou não de um serviço financeiro se dará a partir da análise da capacidade de pagamento de cada cliente, de forma individual, e não pelo seu enquadramento em determinado grupo ou classe econômica. Neste contexto, assume-se que todos os cidadãos detentores de renda estão aptos a contratar e assumir compromissos, como agentes econômicos, produtivos e capazes.

No contexto nacional, desde o início dos anos 1990, quando da implantação do projeto de Democratização do Crédito, o governo federal e o BACEN vêm articulando ações para a ampliação da oferta de crédito à população de baixa renda.

No entendimento do BACEN (2009), a oferta de microcrédito assume papel significativo na superação das restrições de riqueza de grande parte da população. Com efeito, esse posicionamento parte do pressuposto de que o acesso ao crédito possibilita às pessoas financiar e executar projetos com valor positivo para a sociedade, além de estimular o potencial empreendedor do indivíduo, podendo, portanto, tornar-se um instrumento valioso para conduzir a expansão de novos microempreendimentos e a ampliação da produtividade em uma economia.

Por essas razões, o microcrédito teria para as comunidades pobres o papel de suprir as condições financeiras para a execução das atividades produtivas que geram ocupação e aumento permanente da renda para as famílias, melhorando sua vida material, dinamizando as economias locais e colaborando para que as pessoas progressivamente se distanciem da pobreza. A interferência positiva do acesso ao sistema financeiro e ao crédito sobre as economias mais isoladas e menos desenvolvidas colaboraria então para o rompimento do círculo vicioso da pobreza exposto por Myrdal (1968).

Apoia nesta compreensão o pensamento de Toscano (2001), o qual defende que o microcrédito é um forte instrumento de inclusão social quando aplicado corretamente para empreendedores das comunidades mais carentes, para regiões menos desenvolvidas e para aqueles indivíduos não atendidos pelo sistema financeiro tradicional. Nas suas palavras:

[...] o microcrédito transcende a mera oferta de crédito, constituindo uma filosofia de mudança capaz de desencadear mecanismos inovadores voltados a combater o *apartheid* socioeconômico [...] já que é voltado para aquele indivíduo que não tem acesso ao sistema financeiro. (TOSCANO, 2001, p.3).

No Brasil as microfinanças ganharam força a partir de 1994, após a estabilização econômica, com o controle dos índices inflacionários e a aprovação de legislações que levaram a uma regulamentação do segmento. Estima-se que cerca de 70 milhões de pessoas possuam demanda por microfinanças. Perfazem esse público aquelas sem renda ou com renda de até três salários mínimos, que potencialmente têm interesse em obter crédito (BACEN 2009, p. 174). Dessas pessoas, metade teria interesse em receber microcrédito, gerando o potencial de 35 milhões de clientes para o setor.

No tocante ao estímulo às microfinanças no Brasil, é oportuno destacar a Lei nº 10.735/2003 regulamentada pelo CMN, que instituiu a partir de então a destinação obrigatória de 2% dos depósitos à vista dos bancos para operações de microcrédito. Os valores não utilizados ficam depositados no BACEN, sem qualquer remuneração (BACEN, 2009, p. 19). Para efeito dessa destinação obrigatória, a norma limita a taxa de juros efetiva de 2% ao mês em geral, e a 4% ao mês no caso das operações de microcrédito produtivo orientado. O valor do crédito, em geral, é limitado a R\$ 2 mil para pessoas físicas, a R\$ 5 mil, no caso de microempreendedores, e a R\$ 15 mil no caso de operações de microcrédito produtivo orientado (atividades produtivas de pequeno porte).

Exposto o papel potencial do acesso a serviços financeiros e de crédito para a dinamização de economias locais e para o distanciamento das pessoas ao estado de pobreza, importa-nos saber de que forma são mensurados e acompanhados os níveis de acesso a estes serviços para a população em âmbito do PIF no Brasil.

3.3.2 As métricas para avaliação do Programa

Conforme Kumar (2004, p.8), para que o acesso a serviços financeiros possa ser monitorado sistematicamente e para que os resultados das políticas possam ser acompanhados, faz-se necessário estabelecer medidas e indicadores padronizados. As medidas mais simples podem ser elaboradas com base em estatísticas disponíveis e podem ser utilizáveis em comparações entre países ou monitoração ao longo do tempo. Já os índices de acesso mais sofisticados podem requerer a coleta de dados especializados, o que, via de regra, torna difícil compô-los ou usá-los para fins comparativos.

No grupo dos indicadores simples de acesso (utilizados na métrica brasileira) está a presença institucional, ou seja, a oferta de instituições ou pontos para a entrega de serviços financeiros. Essa medida, usualmente, se refere a uma contagem das quantidades dos diferentes tipos de pontos de acesso das instituições financeiras. Essas estatísticas, geralmente, estão disponíveis também por unidade geográfica, segmentadas por estado ou município, fornecendo indicadores de disponibilidade dos serviços por área, de forma a permitir realizar comparações entre regiões ou países (KUMAR, 2004, p.9).

Para indicar a extensão em que os serviços fornecidos atendem à demanda de uma região, a autora sugere apresentar os indicadores sob forma de *proporções*, como por exemplo, agências bancárias por unidade de população ou por unidade geográfica determinada. Contudo, algumas limitações se apresentam, na medida em que nem todas as instituições oferecem os mesmos níveis de serviço e não se tem indicações sobre quais os tipos de clientes ela atende.

Em se tratando de monitoramento, desde o ano de 2009, o BACEN vem organizando e consolidando dados com vistas à elaboração de um diagnóstico efetivo da realidade da IF no Brasil. Visando ao aperfeiçoamento da metodologia utilizada para uma mensuração sistemática, tal instituição criou o IIF para avaliar o grau de inclusão dos membros da economia aos serviços financeiros (em especial aos serviços bancários), de forma a acompanhar a evolução dos desempenhos em cada região brasileira, ao longo do tempo.

Tendo em vista a relevância de se oferecerem informações comparativas internacionalmente sobre o tema, o BACEN fez uso de dados também utilizados por outros países na construção dos indicadores brasileiros. Em âmbito mundial, a mensuração do nível de IF geralmente é realizada por duas metodologias: a) uma baseada em um conjunto de informações estatísticas, mas avaliada nos seus indicadores distintos e b) outra estruturada a partir de um indicador único e universal, composto da agregação de um grupo de dimensões, constituindo o índice de inclusão financeira.

A primeira metodologia foi utilizada pela *Comision Nacional Bancaria y Valores* – CNBV para avaliar a inclusão financeira no México em 2009. Utilizando-se de um conjunto de indicadores, essa comissão realizou a primeira análise estatística e o diagnóstico da IF no país, viabilizando análises da evolução por grupos de indicadores ao longo do tempo, além de comparativos com outros países. A série de indicadores utilizados pela CNBV (2009) foi agrupada em quatro categorias de análise, apresentadas no Quadro 4.

Quadro 4 - Indicadores de inclusão financeira utilizados pela CNBV

Grupo de indicadores	Indicador	Tipo	Nível
Macroeconômicos	- Crédito/PIB - Depósito/PIB - Crédito médio/PIB per capita - Depósito médio/PIB per capita		
Acesso	- Postos de atendimento - ATMs - POS - Agentes bancários - Mobile banking	- Geográfico (por 1.000 km ²) - Demográfico (por 10.000 adultos)	Nacional Estadual Municipal
Uso	- Depósitos - Crédito - Investimentos - Transações	- Demográfico (por 10.000 adultos) - Socioeconômicos, no nível urbano e rural, sexo e idade	Nacional Estadual Municipal
Barreiras ao uso	- Custos de transação - Distância e Documentação		

Fonte: CNBV (2009, p. 15).

A segunda metodologia utilizada para a mensuração do nível de IF foi adotada pelo BACEN na construção do índice brasileiro, que estabelece um indicador sintético, composto a partir da agregação de dados de diferentes dimensões da IF, constituindo-se em uma forma de traduzir o nível de inclusão em uma escala numérica. Para o BACEN (2011, p. 144), o estabelecimento de um indicador sintético permite diagnosticar e acompanhar a evolução dos níveis de IF em diferentes unidades geográficas (como países, estados ou municípios), verificar avanços e entraves em cada indicador sobre várias dimensões do fenômeno, além de viabilizar estudos da relação do índice com outras variáveis econômicas e sociais.

Com efeito, o método adotado pelo BACEN para a construção do IIF é uma modificação do índice de inclusão proposto por Sarma e Pais (2010). Esses autores realizaram a construção do IIF baseados na distância entre uma dada unidade (país, estado ou município) e um benchmark – uma unidade fictícia que atinge a máxima pontuação em todas as dimensões consideradas. “Como cada unidade é caracterizada por um vetor de atributos, no qual cada componente corresponde a uma medida de alguma dimensão da IF, é possível medir a distância entre essa unidade e um ponto ideal” (BACEN, 2011, p. 144).

É bom que se diga que Sarma (2008) foi o pioneiro na construção de um indicador único²⁵, o *Index of Financial Inclusion*, com o objetivo de captar o grau de inclusão financeira entre diferentes países. Sarma e Pais (2010) avançaram no estudo elaborado por Sarma (2008) ao examinarem a relação entre inclusão financeira e desenvolvimento de países, através da identificação empírica de fatores que estão associados ao nível de inclusão social.

O método de apuração do IIF originalmente proposto por Sarma (2008) e mantido no estudo de Sarma e Pais (2010) agrega as dimensões penetração bancária (número de contas bancárias por 100 mil habitantes), disponibilidade (número de agências bancárias e de caixas eletrônicos por 100 mil habitantes) e uso (razão volume de crédito/PIB e depósito/PIB) em um índice cujo resultado classifica o grau de IF em uma economia. Para cada uma dessas dimensões, o autor atribuiu

²⁵ Detalhamento disponível em Sarma (2008, p. 6 à 14).

um peso relativo para a construção do índice, conferindo à dimensão “penetração” o peso 1,0, para “disponibilidade” o peso 0,5 e para “uso” também o peso 0,5.

Na metodologia de Sarma (2008), o resultado do IIF é apresentado em um único dígito, que varia entre 0 e 1, onde 0 indica a exclusão financeira completa e 1 indica a absoluta IF, conforme Quadro 5.

Quadro 5 - Classificação do grau de inclusão financeira

Valor do IIF	Classificação
$0,5 \leq \text{IIF} \leq 1$	Alta inclusão financeira
$0,3 \leq \text{IIF} < 0,5$	Média inclusão financeira
$0,0 \leq \text{IIF} < 0,3$	Baixa inclusão financeira

Fonte: Sarma (2010, p.16).

Em comparação à Sarma e Pais (2010), o IIF brasileiro amplia as variáveis que mensuram dimensões da inclusão financeira e aplica uma metodologia estatística para a escolha do peso relativo de cada uma dessas variáveis na construção do índice. Apesar dessas mudanças, o índice mantém a ideia originalmente proposta e procura medir o nível de IF a partir da distância entre cada unidade analisada e um *benchmark* ideal (BACEN, 2011, p. 146).

Para monitoramento do nível de acesso e de uso dos serviços e produtos financeiros em âmbito nacional, o BACEN organiza seus indicadores sob as perspectivas geográfica e demográfica, com base em dados por eles geridos (remetidos sistematicamente pelas instituições que estão sob a sua supervisão, por determinação normativa) e de informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para a mensuração demográfica, é considerada para efeito de avaliação da IF somente a população com mais de quinze anos.

Segundo o BACEN (2011, p. 145), o índice brasileiro amplia para dezoito o número de indicadores que compõem o vetor de atributos para cada unidade, que foram agregados em três dimensões: sete indicadores para a dimensão disponibilidade geográfica, sete para a dimensão disponibilidade demográfica e quatro para a dimensão uso (Quadro 6).

Quadro 6 - Indicadores de acesso e uso de serviços financeiros

Dimensão	Indicador
Acesso – disponibilidade geográfica	Agências por 1.000 Km ² PAB por 1.000 Km ² PAA por 1.000 Km ² PAE por 1.000 Km ² PAC por 1.000 Km ² Cooperativas por 1.000 Km ² Correspondentes por 1.000 Km ²
Acesso – disponibilidade demográfica	Agências por 10.000 adultos PAB por 10.000 adultos PAA por 10.000 adultos PAE por 10.000 adultos PAC por 10.000 adultos Cooperativas por 10.000 adultos Correspondentes por 10.000 adultos
Uso dos serviços	Razão Crédito/PIB Crédito (R\$ milhões) por 1.000 adultos Razão Depósitos/PIB Depósitos (R\$ milhões) por 1.000 adultos

Fonte: BACEN (2011, p. 145)

Para o BACEN, as variáveis que capturam as diferentes dimensões associadas ao fenômeno da inclusão financeira, depois de normalizadas, são denotadas pelo símbolo d_i ($i= 1,2,3,\dots,n$). A normalização adotada é:

$$d_i = w_i \frac{X_i - m}{M - m}, \text{ em que:}$$

X_i é a i -ésima variável, m denota o valor mínimo desta variável na amostra considerada, M é o seu valor máximo e w_i denota a importância relativa da variável X_i . Assim, cada variável normalizada está limitada ao intervalo $0 \leq d_i \leq w_i$, sendo w_i o valor máximo ideal para esta variável. Desta forma, o ponto ideal é caracterizado pelo vetor $w = (w_1, w_2, \dots, w_n)$ e a pior situação, pelo vetor nulo 0 ($0, 0, \dots, 0$). (BACEN, 2011, p.144).

Para a obtenção de um índice de inclusão financeira, o BACEN subtrai o número 1 da distância euclidiana normalizada para o intervalo de 0 a 1 entre cada

unidade e o *benchmark*, estabelecendo a seguinte expressão para o cálculo do IIF (BACEN, 2011, p.144):

$$IIF = 1 - \frac{\sqrt{(w_1 - d_1)^2 + (w_2 - d_2)^2 + \dots (w_n - d_n)^2}}{\sqrt{(w_1)^2 + (w_2)^2 + \dots (w_n)^2}}$$

Outra diferença no método de mensuração dos níveis de IF, adotado pela instituição brasileira, está na forma de escolha dos pesos atribuídos a cada indicador. Enquanto o original de Sarma (2008) atribui valores ad hoc para os pesos, a metodologia de cálculo desenvolvida pelo BACEN atribui peso w_i a uma dada variável de acordo com sua importância nos chamados componentes principais (combinação linear dos indicadores originais), ponderada pelo percentual da variabilidade existente nos dados explicados por cada um. Portanto, “o peso de cada indicador será função tanto dos coeficientes obtidos pela combinação linear como do percentual da variabilidade explicada” (BACEN, 2011, p. 146).

Neste contexto, o IIF nacional tornou-se um indicador universal, que permitiu ao BACEN medir o grau de IF das unidades da federação e realizar comparações entre elas e outros países, visando compreender a dinâmica deste processo e identificar as necessidades de melhorias e ajustes nos mercados financeiros regionais.

3.3.3 Os níveis de inclusão financeira no Brasil

Em 2008, Sarma publicou um estudo comparativo realizado entre 55 países, no qual mensurou os indicadores de cada uma das três dimensões consideradas em sua metodologia para composição do cálculo do IIF: penetração bancária, disponibilidade e uso de serviços. Ao estabelecer o IIF para cada um dos países estudados, o Brasil obteve a 22ª colocação no ranking *Index of Financial Inclusion* (IFI) de Sarma (2008, p. 14-15), com uma média de 0,214 pontos, valor este que lhe conferiu uma classificação de baixa IF. Dentre os países pesquisados, os cinco melhores desempenhos foram: Espanha (IFI 0,737), Áustria (IFI 0,667), Bélgica (IFI 0,637), Dinamarca (IFI 0,614) e Suíça (IFI 0,590).

No grupo dos países latinos, somente 7 países foram contemplados na pesquisa de Sarma (2008). Pelos valores obtidos no IFI, todos os países ficaram classificados como de baixa IF, posto que os resultados foram $IFI < 0,3$, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 - *Index of financial inclusion* dos países latinos

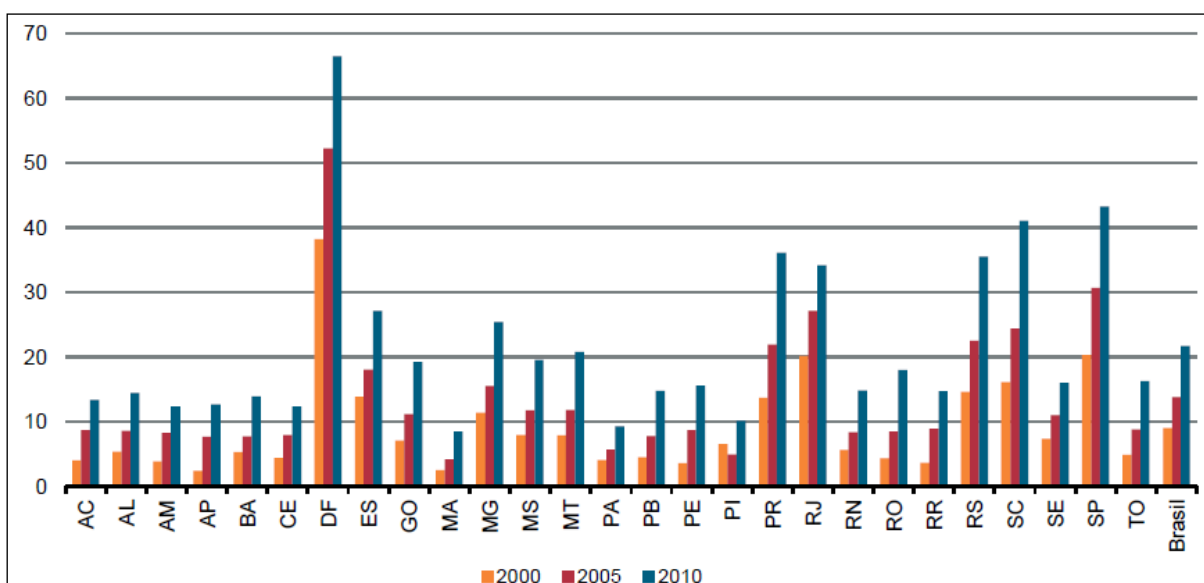
País	Dimensão Penetração	Dimensão Disponibilidade	Dimensão Uso	IFI	Ranking IFI
Chile	0,374	0,104	0,353	0,267	19
Brasil	0,232	0,174	0,237	0,214	22
Colômbia	0,236	0,105	0,095	0,143	36
Argentina	0,130	0,114	0,060	0,101	44
México	0,120	0,095	0,077	0,097	45
Peru	0,121	0,046	0,081	0,082	47
Bolívia	0,011	0,013	0,231	0,079	49

Fonte: Sarma (2008, p. 15).

Cumpramos registrar que, apesar do estudo de Sarma ter sido publicado em 2008, os dados utilizados em sua pesquisa possuem como referência o ano de 2004, o que pode representar uma possível e provável defasagem dos seus valores em relação aos dias atuais.

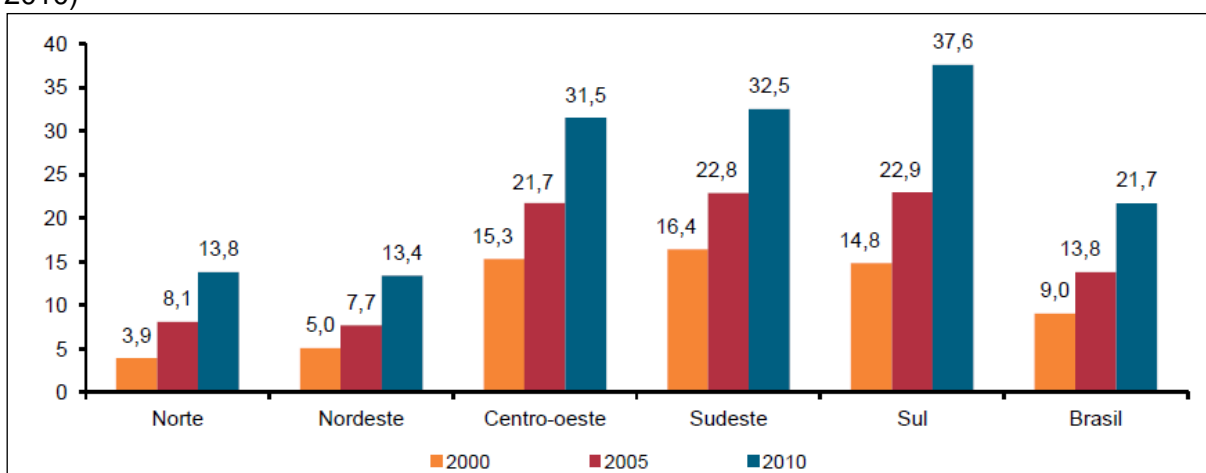
Na perspectiva do Brasil, o BACEN construiu uma série histórica para os anos de 2000, 2005 e 2010, apontando o IIF de cada estado da federação e os valores médios de cada região, objetivando acompanhar a evolução desse processo. As posições relativas dos estados e das regiões, em termos de IF para cada ano avaliado, são apresentadas nos Gráficos 4 e 5, respectivamente.

Gráfico 4 - Índice de Inclusão Financeira por unidade da federação e Brasil (anos 2000, 2005 e 2010)



Fonte: BACEN (2011, p.147).

Gráfico 5 - Índice de Inclusão Financeira: média das regiões e do Brasil (anos 2000, 2005 e 2010)



Fonte: BACEN (2011, p.146).

Os resultados levantados pelo BACEN indicam que o Brasil experimentou uma significativa evolução no processo de IF, nos três períodos analisados, à medida que o índice foi crescente em todas as UF e o valor médio nacional registrou avanço de 141%, passando de 9,0 pontos, no ano de 2000, para 21,7 pontos, em 2010.

Nesse exercício, também foi possível perceber a notória assimetria no grau de IF entre os estados brasileiros. Via de regra, as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentaram desempenhos superiores aos das regiões Norte e Nordeste, pesando significativamente para a elevação da média nacional.

Apesar da crescente evolução, a região nordeste apresentou baixos desempenhos para o indicador em todos os anos analisados. Sergipe aparece como o estado mais bem posicionado no grupo, ao longo do tempo, enquanto o Maranhão manteve-se como o último colocado nesse ranking. O estado da Bahia, que apresentava 5,3 pontos no resultado do IIF, no ano 2000, apresentou um avanço da ordem de 162% no período analisado, atingindo 13,9 pontos, em 2010, fato esse que o colocava na 20ª posição ranking nacional – um desempenho, portanto, muito aquém da média nacional. Os valores do IIF para os estados nordestinos, bem como as suas posições relativas no ranking nacional para cada ano avaliado podem ser verificados na Tabela 2.

Tabela 2 - Índice de inclusão financeira nos estados da região nordeste

Estados	2000		2005		2010	
	Valor	Posição	Valor	Posição	Valor	Posição
Sergipe	7,4	11	11,0	12	16,0	14
Pernambuco	3,5	25	8,7	15	15,6	15
Rio G. do Norte	5,6	14	8,4	19	14,8	16
Paraíba	4,5	18	7,8	22	14,7	17
Alagoas	5,4	15	8,6	17	14,4	19
Bahia	5,3	16	7,7	23	13,9	20
Ceará	4,4	19	8,0	21	12,3	24
Piauí	6,6	13	5,0	26	10,1	25
Maranhão	2,5	26	4,2	27	8,5	27

Fonte: BACEN (2011, p. 148).

Neste cenário de crescente aumento da inclusão da população brasileira ao SFN, tem-se o setor bancário como o principal ator provedor de pontos de acesso a serviços financeiros no país.

Por esta razão, a seção seguinte discute o papel do setor bancário na ampliação da oferta de serviços para a população, passando por uma breve

caracterização do setor bancário brasileiro, em termos de sua dimensão, sua tendência de concentração no mercado e de sua infraestrutura para alcançar a presença nacional com atendimento em escala.

4 O PAPEL DO SETOR BANCÁRIO NA EXPANSÃO DO ACESSO A SERVIÇOS FINANCEIROS NO BRASIL

Durante o período de 1960 a 2000, o sistema bancário brasileiro passou por importantes reformas regulatórias e reestruturações institucionais que vieram por caracterizar o atual momento do setor. Foram muitas e complexas mudanças ao longo da história recente. Mas para os objetivos do presente estudo, interessa apresentar os elementos que possuem maior relação com a questão da oferta de serviços financeiros para a população, aspecto chave para viabilizar a execução do PIF.

Inicia-se a abordagem percorrendo os principais eventos em termos de marcos regulatórios e cenário macroeconômico ocorridos no sistema bancário brasileiro a partir da década de 60 – marcados pelo contexto de alta e baixa inflação, e que influenciam a caracterização do setor nos dias atuais. Na sequência, o capítulo apresenta a evolução da aplicação da tecnologia da informação aos serviços bancários no Brasil e a sua importância para o desenvolvimento de novas modalidades de canais de atendimento a serviços, que permitiram às instituições ultrapassar os limites físicos das agências bancárias.

Em seguida, é apresentada a atual capilaridade e distribuição dos canais de atendimento bancário no país, onde será possível verificar a existência de concentração locacional e as desigualdades regionais existentes, cuja dinâmica buscaremos discutir por meio da teoria da localização da firma bancária. Para finalizar, apresenta os correspondentes bancários como estratégia de ampliação dos pontos de acesso ao SFN, bem como, a sua importância para a execução do PIF, tomando como embasamento para a realização deste estudo o caso do Banco Postal, no papel dos novos agentes financeiros no Brasil.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO SETOR BANCÁRIO NACIONAL

Dentre as particularidades do setor bancário brasileiro, compreende-se que algumas de suas características tenham maior relevância para a compreensão da dinâmica da sua distribuição espacial no território. Considera-se que disponibilizar

pontos de acesso a serviços para a população, em âmbito nacional, é uma condição primária para o processo de inclusão financeira. Sendo assim, os limites dessa seção pairam, tão somente, sob aspectos que tenham interseção com a questão da localização espacial das atividades bancárias nas regiões do país, não se fazendo distinção entre a atuação de bancos públicos ou privados. A ausência de diferenciação por critério de natureza jurídica das instituições é justificada pela dificuldade de acesso a informações que permitissem a fundamentação teórica do estudo, bem como, do levantamento e a análise de dados desagregados por UF.

4.1.1 Evolução estrutural recente

A estrutura atual do setor bancário brasileiro é resultado, em boa medida, das modificações institucionais ocorridas desde as reformas de 1965 e de 1988 e, mais recentemente, pela estabilidade no contexto macroeconômico gerado a partir do Plano Real (1994) e pela diminuição nas barreiras legais à entrada dos bancos estrangeiros no país.

Conforme Paula (1998, p. 89), a reforma bancária de 1965²⁶ propôs um sistema inspirado no modelo norte-americano, baseado no princípio de especialização das funções das instituições financeiras (ex.: bancos comerciais, bancos de investimento, mercado de ações, Sistema Financeiro de Habitação, etc.) e da segmentação do mercado financeiro, estabelecida com a vinculação do tipo de poupança (captação) com a aplicação dos recursos no mercado.

No entanto, o sistema que resultou da reforma bancária de 1965 foi menos segmentado e concentrado do que fora concebido originalmente. No decorrer dos anos, formaram-se vários conglomerados financeiros compostos por tipos distintos de instituições, cada qual especializada em um segmento de mercado que, por meio de mecanismos administrativos, tornavam-se, na prática, em uma única empresa, apesar de personalidade jurídica individual.

Uma nova reforma bancária foi realizada em 1988, pela Resolução nº 1.524 do CMN, regulamentando o sistema financeiro e colocando um fim na compartimentação legal do mercado que existia até então, vindo de encontro à

²⁶ Instituída com base legal nos documentos: Lei 4.595 de 31/12/64 e Lei 4.728 de 14/07/65.

legalização da criação dos bancos múltiplos - concebidos em composição com pelo menos duas carteiras bancárias, dentre elas: comercial ou de investimentos (obrigatórias), de desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil, ou de crédito, financiamento e investimento.

Paula (1998, p. 90), considera que a reforma de 1988, inspirada no modelo alemão de banco universal, adaptou o marco legal à realidade institucional do sistema financeiro brasileiro, permitindo que os grandes conglomerados financeiros se reorganizassem como uma única instituição financeira (os bancos múltiplos), por meio da fusão das suas instituições e com personalidade jurídica única.

Além dessas reformas, o período inflacionário foi de grande conveniência para o desempenho econômico do setor bancário brasileiro, conforme apresenta Paula (1998, p. 88):

Nos anos 70, 80 e 90, pode-se estabelecer, grosso modo, como características gerais do sistema bancário brasileiro uma elevada participação do setor financeiro no PIB, expressando o grande crescimento que o setor teve no período de alta inflação; uma importante participação do segmento público no sistema bancário, tanto de bancos federais quanto de estaduais; o “sobredimensionamento” do setor, como revela a amplitude da rede de agências bancárias; e, ainda, o elevado grau de concentração bancária. Estas características estiveram, até antes da implantação do Plano Real, associadas à adaptação do sistema bancário brasileiro ao quadro de alta inflação no contexto da moeda indexada, revelando ao setor bancário grande capacidade de extrair vantagens de uma conjuntura de instabilidade macroeconômica (alta inflação, crise fiscal-financeira do Estado, fracasso dos planos de estabilização, etc.), obtendo elevadas receitas com os ‘ganhos com a arbitragem inflacionária do dinheiro’.

No período anterior ao Plano Real (1994), os elevados índices de rentabilidade obtidos pelo setor bancário foram conseguidos por meio da arbitragem inflacionária do dinheiro, associados aos ganhos com o *float* e aos elevados *spreads* na intermediação financeira (PAULA, 1998, p. 94). Os ganhos com o *float* representavam no período de 1990/93, em média, 38,5% do valor da produção dos bancos e eram obtidos basicamente da manutenção do passivo dos bancos de saldos não remunerados que, aplicados, rendiam, pelo menos, algo próximo da correção monetária. Os ganhos com *spreads* representavam o rendimento da diferença entre as taxas de juros básicas (de captação) e as taxas finais (custo ao tomador de empréstimo) recebidas.

Neste contexto de alta rentabilidade, segundo Paula (1998, p. 94), o sistema bancário cresceu bastante em termos de dimensão (estrutura física-operacional) e de tamanho (medido pela participação no PIB do país). O número de pequenos e médios bancos privados e estatais também se expandiu rapidamente, na medida em que as elevadas taxas de retorno propiciadas pelo período inflacionário tornavam a fundação de novos bancos algo interessante para os investidores.

O mesmo autor considera que a reversão da trajetória inflacionária da economia a partir do Plano Real alterou as perspectivas do mercado bancário no Brasil, fazendo com que chegasse ao fim as oportunidades de ganhos inflacionários com o *float*. Outra medida que pesou significativamente para o setor nesse período foi a abertura a entrada de bancos estrangeiros no mercado brasileiro. A injeção de capital novo foi incentivada pelo governo brasileiro por meio da redução dos entraves regulatórios, tendo por objetivo fortalecer o sistema financeiro, o que veio de encontro ao movimento recente de expansão internacional por parte dos grandes grupos financeiros em busca de novos mercados para as suas atividades.

O sistema bancário entrou então em uma fase de adaptação e de ajustamento de sua estrutura ao ambiente de estabilidade de preços, às mudanças de rota na política econômica do país e ainda, aos efeitos do acirramento da concorrência no mercado bancário nacional. Foram necessárias mudanças no padrão de rentabilidade, ajustes na estrutura patrimonial e operacional dos bancos, passando por processos de racionalização das agências e por processos de fusões, incorporações e transferência de controle acionário de suas instituições²⁷. Segundo Paula (1998, p. 104), as operações de fusões e aquisições praticamente dobraram de 16 para 30 entre 1995 e 1996, e somaram 23 processos nos oito primeiros meses de 1997, a maior parte deles envolvendo capital estrangeiro, revelando um significativo decréscimo no número de instituições bancárias no mercado brasileiro.

Esta nova fase vivenciada pelo setor bancário no Brasil estimulou a diversificação dos produtos e serviços financeiros ofertados à população, a difusão da automação bancária e a ampliação do investimento em inovação tecnológica, com vistas a obter escala, presença nacional e rentabilidade nos seus negócios. Com efeito, a tecnologia bancária no Brasil tornou-se decisiva para viabilizar a

²⁷ Regulamentada pela Resolução nº 2.212, de 16/11/95.

ampliação dos canais de acesso a serviços financeiros em todo o território, como veremos na seção a seguir.

4.1.2 Tecnologias que viabilizaram a expansão dos canais de acesso a serviços financeiros

O Brasil conta com um sistema bancário sólido²⁸ e dotado de um elevado padrão tecnológico para os serviços e produtos oferecidos, a ponto de ser reconhecido mundialmente no *Global Competitive Report 2009-2010* do *World Economic Forum* como um dos mais avançados no mundo no uso de tecnologia da informação.

Essa trajetória de destaque, caracterizada pela contínua automação dos processos e pela informatização das transações e relações entre clientes e bancos, vem sendo percorrida desde os anos 1960, quando o governo federal iniciou políticas de incentivos para que os bancos se tornassem mais eficientes e tivessem condições de expandir as suas redes de agências, sobretudo pelo interior do Brasil, de forma a atuar na arrecadação de impostos e taxas de serviços públicos, além de realizar o pagamento de benefícios sociais.

Conforme apresenta Diniz (2007, p. 22), a busca por tecnologias que aumentassem a capacidade produtiva dos bancos também fora influenciada pela política de reserva do mercado de informática, que vigorou entre 1972 e 1990, fato esse que, somado aos progressos na infraestrutura de telecomunicações do país (anos 1970), levaram os bancos a investirem capitais próprios no desenvolvimento de divisões de informática e automação para o atendimento das suas necessidades. Ainda, segundo o autor, o maior impulso para o desenvolvimento de uma expertise tecnológica superior na área bancária pode ser atribuído aos ganhos inflacionários obtidos com as receitas de *floating* durante os anos 1980 e primeira metade da década de 1990, quando o uso da tecnologia de informação tornou-se fundamental para agilizar os fluxos de informações.

²⁸ A solidez do sistema bancário pode ser mensurada pelo Índice de Basileia (definido pelo acordo de Basileia do *Bank of International Settlements*), que aponta a solvência de uma instituição. A média de pontuação das instituições brasileiras foi de 19% no final de 2008, um resultado onze pontos acima dos 8% mínimos estabelecidos pelo acordo de Basileia (BACEN, 2009, p. 168).

A trajetória percorrida pelos bancos e a evolução da aplicação de tecnologia da informação às atividades bancárias - que viabilizaram a automação dos processos e a expansão dos canais de acesso a serviços financeiros para a população, se encontra resumida no Quadro 7.

Quadro 7 - Evolução da aplicação de TI aos serviços bancários no Brasil

Fases	Desenvolvimento	Serviços
Década de 1960	A automação se inicia no interior das agências, com a informatização dos sistemas administrativos dos bancos. Racionalização do trabalho interno, aumento de produtividade.	Foram adotados equipamentos que facilitaram as operações internas, de retaguarda.
Década de 1970	A automação chega aos caixas e começa a ser visível pelo público. Agilização de operações bancárias como pagamento de contas, verificação de saldos e extratos.	Os caixas das agências começam a realizar de forma automatizada operações simples, como depósitos, retiradas e atualizações de saldos.
Década de 1980	A automação deixa os limites da agência.	São instalados quiosques 24 horas e ATMs, que permitem verificar saldos, obter extratos e fazer saques fora das agências.
Década de 1990	Os avanços trazem mais comodidade, a ponto de os clientes não terem de deixar suas casas e escritórios a fim de realizar operações bancárias.	Inicialmente, surgimento das centrais de atendimento telefônico. Em seguida (e mais importante) surgimento do <i>internet banking</i> .
Década de 2000	Serviços bancários passam a ser oferecidos fora do sistema bancário, por meio de correspondentes.	Serviços bancários disponíveis a um público até então sub-atendido (clientes de baixa renda, localidades distantes)

Fonte: Diniz (2007, p. 22).

Diniz (2007) considera que a grande extensão do Brasil e a distribuição heterogênea da população e da atividade econômica constituem muitas vezes um obstáculo para a cobertura dos bancos; obstáculo que, em sua grande maioria, foi vencido pelo uso da tecnologia, que permite conexão imediata entre os pontos de atendimento e suas centrais de comando em todo o país, a custos baixos e com amplo alcance.

De acordo com Diniz (2007), o surgimento e crescimento do modelo de correspondente pode ser apontado como um dos maiores fenômenos tecnológicos recentes da indústria bancária brasileira. No que tange a plataforma tecnológica que

permite a interligação entre os bancos e os seus correpondentes, Diniz (2007, p. 28) apresenta que:

Um equipamento de POS (*point of service*) é instalado nos estabelecimentos contratados como correspondentes. Esse equipamento POS básico pode ser substituído por um computador (PC) e/ou combinado com outros equipamentos, como leitoras de barras, teclados numéricos, ATMs, etc., dependendo do nível de serviços oferecidos em cada correspondente. Esses terminais (POS ou PC) são normalmente interligados aos servidores do banco contratante, via *internet* linha discada ou conexão rápida, GPRS (*General Packet Radio Service*, tecnologia de transmissão de dados da telefonia celular), ou ainda conexão de satélite. A transmissão de dados pode ser feita de forma *online* ou periodicamente em horários fixos do dia, a depender também da complexidade dos serviços e estrutura oferecidos em cada correspondente.

Com efeito, o desenvolvimento e a aplicação de tecnologia da informação permitiu aos bancos brasileiros promover um crescimento sem precedentes nas suas redes de atendimento, multiplicando o número de pontos de serviço sem incorrer nos custos fixos associados à operação de agências físicas tradicionais, abrindo caminho para novas formas de negócios (à exemplo das parcerias com os correspondentes) e para a ampliação das receitas. Enfatiza-se que a capacidade de realizar operações bancárias em regiões onde não possuem a presença de dependência física, se revelou um instrumento eficiente para os bancos levarem serviços financeiros a localidades e pessoas desassistidas pelo sistema financeiro tradicional, contribuindo significativamente para o avanço da inclusão financeira da população.

4.1.3 Capilaridade da rede de atendimento bancário

A eficiência do SFN em promover a IF da população e cumprir o seu papel de intermediar recursos entre agentes poupadores e agentes deficitários está diretamente relacionada à sua capacidade em exercer essas atividades para a totalidade dos agentes da economia. Diante do desígnio, as principais entidades operativas que contribuem para o alcance do SFN em todo o território nacional são as instituições do setor bancário²⁹, uma vez que a representatividade e a

²⁹ Em 2010, os bancos públicos e privados respondiam por 84% do ativo total do sistema financeiro, sendo os principais agentes no processo de intermediação financeira no país (BACEN, 2010, p. 48).

capilaridade do seu sistema são cruciais para dispor de estrutura de pontos de acesso a serviços financeiros para a população.

Para o BACEN (2010), a dimensão capilaridade diz respeito à distribuição das dependências bancárias no território nacional, que se dá, primordialmente, por meio de agências, postos de atendimento bancário (PAB), postos avançados de atendimento (PAA), postos de atendimento bancário eletrônico (PAE) e correspondentes. A distribuição quantitativa desses pontos de atendimento em cada região do país pode ser verificada no Quadro 8.

Quadro 8 - Distribuição dos pontos de atendimento bancário por região/UF, 2010

REGIÃO/UF	Agências	PABs	PAAs	PAEs	Correspondentes bancários
Acre	43	13	5	115	301
Amazonas	176	156	27	607	1.261
Amapá	39	25	10	137	290
Pará	341	123	68	677	2.041
Rondônia	109	19	16	257	969
Roraima	25	13	8	112	197
Tocantins	99	33	79	332	1.180
NORTE	832	382	213	2.237	6.239
Alagoas	144	44	55	328	1.502
Bahia	843	241	144	1.937	8.203
Ceará	400	100	74	743	4.772
Maranhão	263	66	123	713	2.605
Pernambuco	519	167	56	977	4.544
Piauí	125	25	127	368	1.880
Paraíba	195	44	132	525	2.288
Rio Grande do Norte	166	34	104	507	2.400
Sergipe	173	38	21	260	1.214
NORDESTE	2.828	759	836	6.358	29.408
DF	349	221	-	900	1.678
Goiás	614	152	96	1.034	4.220
Mato Grosso do Sul	257	58	18	538	1.898

Mato Grosso	292	53	48	603	2.472
CENTRO-OESTE	1.512	484	162	3.075	10.268
REGIÃO/UF	Agências	PABs	PAAs	PAEs	Correspondentes bancários
Espírito Santo	402	76	-	711	2.445
Minas Gerais	1.962	563	320	3.665	14.493
Rio de Janeiro	1.865	575	1	2.843	7.711
São Paulo	6.622	2.427	105	10.490	30.952
SUDESTE	10.851	3.641	426	17.709	55.601
Paraná	1.360	522	118	2.080	10.412
Rio Grande do Sul	1.542	539	183	2.445	10.214
Santa Catarina	888	351	40	1.594	5.853
SUL	3.790	1.412	341	6.119	26.479
TOTAL	19.813	6.678	1.978	35.498	127.995

Fonte: BACEN (2010, anexo RIF II).

Apesar de hoje, no Brasil, não existir nenhum município sem algum tipo de canal de acesso a serviços financeiros (BACEN, 2010, p. 64), é possível verificar, a partir do Quadro 8, que a distribuição dos pontos de atendimento bancário não segue uma equalização geográfica nas regiões do país.

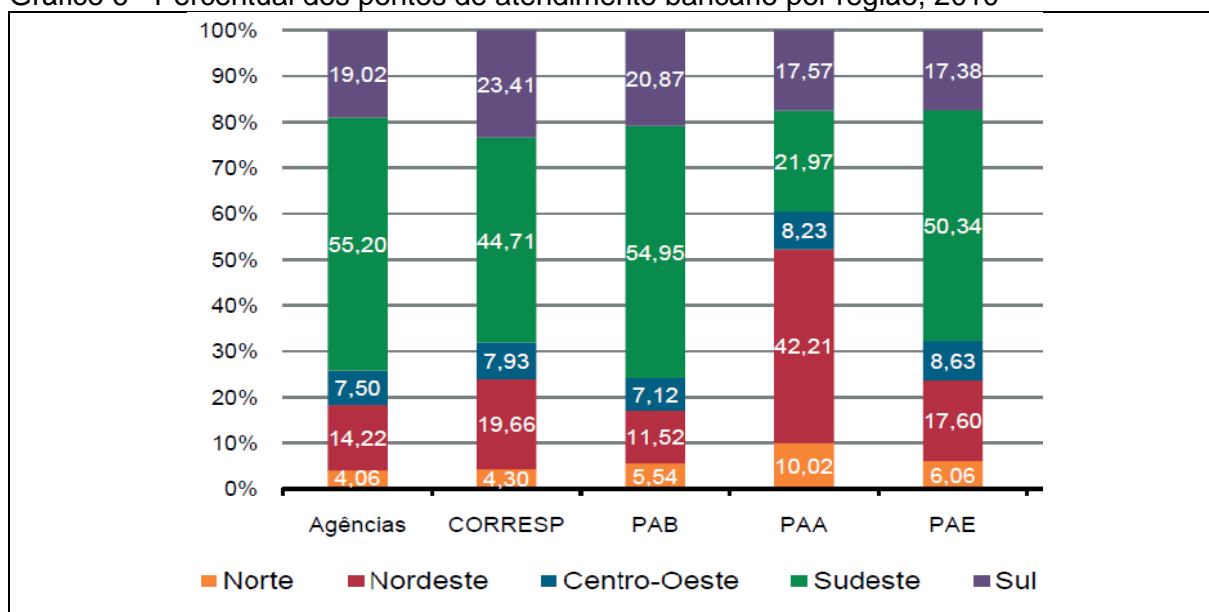
A região Sudeste é, disparadamente, aquela com o maior número de dependências, concentrando 45,96% do total do país, enquanto que a região Norte é a de menor suprimento, possuindo apenas 5,16% do total de pontos de atendimento. Juntas, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste possuem em seu território apenas 25,78% das agências do país.

Em termos de capilaridade, os correspondentes representam a principal forma de acesso ao sistema financeiro, predominando em todas as regiões do país, com 127.995 unidades de atendimento – equivalente a 67% do total dos pontos bancários. Segundo o BACEN (2010, p. 49), apenas 34 dos 5.561 municípios brasileiros não possuem, em sua estrutura de serviços, algum correspondente bancário, sendo alternativa a esses municípios o atendimento por meio dos PAAs, PAEs ou PABs.

Em que pese a ampla cobertura dos correspondentes bancários no território nacional ser decisiva para o processo de aprofundamento da IF, em especial nas localidades desassistidas de agências bancárias, verifica-se que tal qual ocorre com os demais pontos de atendimento, os correspondentes estão majoritariamente distribuídos pelas regiões Sul (26.479) e Sudeste (55.601), apresentando-se em menor número na região Norte – a de maior extensão territorial, com, apenas, 6.239 dependências.

A evidencia da concentração locacional dos pontos de atendimento bancário no Brasil pode ser mais bem observada quando avaliada a distribuição percentual das unidades por região, conforme demonstrado no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Percentual dos pontos de atendimento bancário por região, 2010



Fonte: BACEN (2010, p.53).

Embora a capilaridade das instituições bancárias aponte para amplas diferenças regionais no que se refere à quantidade absoluta de pontos, pode-se constatar que elas são atenuadas quando proporcionalizadas pelas dimensões geográficas (quantidade de pontos de acesso por 1.000 Km²) e demográficas (quantidade de pontos de atendimento por 10.000 adultos). Tais indicadores devem ser analisados conjuntamente - já que possuem focos distintos, porém complementares, no exame do nível de capilaridade da rede de atendimento ao usuário do SFN. As resultantes das dimensões geográfica e demográfica para cada

região do país são apresentadas nas Tabelas 3 e 4, respectivamente.

Tabela 3 - Número de canais de atendimento bancário/1.000 Km²

REGIÃO	Agências	PABs	PAAs	PAEs	Correspond. bancários
NORTE	0,22	0,10	0,06	0,58	1,62
NORDESTE	1,82	0,49	0,54	4,09	18,92
CENTRO-OESTE	0,94	0,30	0,10	1,91	6,39
SUDESTE	11,74	3,94	0,46	19,15	60,14
SUL	6,72	2,50	0,60	10,85	46,97
Média Brasil	2,33	0,79	0,23	4,17	15,05

Fonte: BACEN (2010, anexo RIF II).

Tabela 4 - Número de canais de atendimento bancário/10 mil adultos

REGIÃO	Agências	PABs	PAAs	PAEs	Correspond. bancários
NORTE	0,88	0,35	0,20	2,05	5,72
NORDESTE	0,73	0,19	0,21	1,63	7,54
CENTRO-OESTE	1,42	0,46	0,15	2,90	9,67
SUDESTE	1,72	0,58	0,07	2,81	8,84
SUL	1,77	0,66	0,16	2,86	12,37
Média Brasil	1,37	0,46	0,14	2,45	8,84

Fonte: BACEN (2010, anexo RIF II).

No que tange à distribuição geográfica dos pontos de atendimento, verifica-se, na Tabela 3, que o Brasil possui, em média, 2,33 agências bancárias e 15,05 correspondentes por área de 1.000 km². Quando comparadas às cinco regiões, tem-se, no Sudeste, aproximadamente quatro vezes mais agências e três vezes mais correspondentes do que a média nacional, enquanto que as regiões Norte e Centro-Oeste sequer alcançam uma agência por 1.000 km² e estão muito aquém da média nacional para todos os demais pontos de atendimento bancário. Para o BACEN (2010), contribuem para os baixos indicadores das regiões Norte e Centro-Oeste suas extensas dimensões territoriais – que abrangem, respectivamente, cerca de 45% e 18% do território nacional e a baixa densidade demográfica, haja vista que as duas juntas possuem cerca de 14% da população do país.

No critério do acesso demográfico é onde se verifica uma menor disparidade no provimento de pontos de atendimento bancário entre as regiões, conforme dados da Tabela 4. A região Centro-Oeste é a que mais se aproxima da média nacional para todos os canais avaliados. A região Norte permanece a mais carente no suprimento de agências bancárias e correspondentes – estando, aproximadamente, 36% abaixo da média nacional, enquanto que a região Nordeste se manteve em baixos patamares para praticamente todas as modalidades de acesso a serviços financeiros, superando a média nacional apenas no canal PAA, com 0,21 pontos de atendimento para cada 10 mil adultos.

Sob as diferentes dimensões de análise, a região Norte convive com o menor provimento de infraestrutura de atendimento bancário, nas suas diversas modalidades de pontos de atendimento, enquanto que as regiões Sul e Sudeste prevalecem com os melhores indicadores.

Para a região Sudeste, a perspectiva da disponibilidade demográfica dos pontos de atendimento bancário aproximou a região da média nacional. A atenuação observada para esse indicador é determinada pela alta densidade populacional da região, que abriga em torno de 42,65% da população brasileira. Para essa perspectiva de acesso, a região Sul encontra-se majoritariamente mais bem servida por todas as modalidades de dependências, superando a média nacional em todos os cinco canais de atendimento (Tabela 4).

Os fatores que influenciam a distribuição e o nível de ocupação territorial das instituições operativas do setor bancário (em especial as agências bancárias) em determinados espaços e/ou regiões podem ter relação com fatores diversos, à exemplo das modificações institucionais, ocorridas a partir da década de 1960, ou das mudanças nos cenários político e econômico após o Plano Real (1964), que levaram a uma reestruturação do setor financeiro, conforme já abordado no subitem 4.1.1.

Embora seja de significativa relevância os efeitos da evolução estrutural na geografia atual do setor bancário, interessa, para fins deste estudo, discutir acerca de fatores que influenciam na decisão da localização das agências bancárias no Brasil, visto que ela trata da questão sob a ótica da rentabilidade do investimento, o

que leva a compreender da propensão de maior provimento de suas unidades nas regiões mais ricas do país.

4.1.4 Externalidades para a decisão locacional da firma bancária

Feito o percurso onde se procurou fornecer elementos que indiquem a caracterização do setor bancário no Brasil, marcado pela existência de disparidades regionais e forte concentração locacional dos seus pontos de atendimento nas regiões economicamente mais desenvolvidas, os próximos passos são voltados a discussão das variáveis que influenciam as decisões de distribuição territorial das instituições financeiras. A questão da localização é parte importante na estratégia de inserção dos bancos num determinado mercado. A análise dos acionistas e investidores do setor financeiro pondera sobre um conjunto de fatores, os quais busca-se elencar, ainda que de forma sucinta.

Numa análise empírica destinada a desenvolver uma teoria para a localização da firma bancária, Silva e Jayme Jr. (2010), fizeram uso da literatura da competição espacial e da localização industrial fundamentada nos estudos de Losch (1954), North (1955), Isard (1956), Christaller (1966) e Leme (1982).

No entendimento desses estudiosos, a concordância de localização (ou de entrada) dos bancos em um determinado mercado está baseada no potencial de consumo desse mercado e no retorno esperado (ou lucro esperado). A análise que leva a decisão da melhor estratégia de localização depende de um conjunto de fatores, dentre os quais Silva e Jayme Jr. (2010, p. 13) destacam: os espaciais (estruturais ou microeconômicos), os macroeconômicos, os regulamentares e os políticos.

Os fatores espaciais (estruturais ou microeconômicos) são aqueles relacionados ao mercado onde a instituição possui o interesse em desenvolver os seus negócios. Eles dizem respeito às condições de mercado existentes no local e podem ser sumarizados nas condições de oferta e demanda dos produtos que os bancos comercializam. Assim sendo, são pontos de análise: a quantidade de agências bancárias existentes nesse mercado e a competitividade de seus preços e produtos; informações sobre o perfil dos clientes locais, os serviços mais

demandados, o volume de depósitos e aplicações financeiras e demais informações que subsidiem a análise da área e dimensão do mercado local e; a identificação das inovações mais exigidas pelos clientes.

No que tange aos fatores macroeconômicos, Silva e Jayme Jr. (2010, p.14), consideram que o contexto macrorregional é parte fundamental da estratégia de localização da firma bancária, visto que tais fatores influenciam diretamente a demanda esperada no mercado. Assim, aspectos como população, renda, concentração e distribuição da renda refletem na decisão locacional, posto que as firmas bancárias tendem a se localizar próximas aos potenciais consumidores, pela possibilidade de captar um maior volume de insumos e vender uma quantidade maior de produtos nas regiões onde o tamanho da população e da renda são maiores.

Os fatores regulamentares são definidos como a estratégia do banco referente ao número de agências bancárias que cada região receberá em um determinado período. Quanto aos fatores políticos, esses são compreendidos pelas contrapartidas políticas dadas pelos governos municipais, ou pelas empresas privadas, que podem influenciar a decisão locacional dos bancos. São exemplos de contrapartidas as demandas por serviços financeiros decorrentes de folhas de pagamento de pessoal de entidades públicas e/ou privadas ou a oficialização do banco como agente arrecadador dos tributos municipais. Essas contrapartidas, segundo Silva e Jayme Jr. (2010, p.14), tem maior interferência na decisão quando se tratam de municípios menores, devido a representatividade do incremento no volume de transações no local.

Os fatores políticos e regulamentares costumam estar relacionados e compatíveis com as estratégias de expansão e competição dos investidores bancários. Silva e Jayme Jr. (2010) consideram que:

As políticas bancárias podem seguir um caminho distinto, e muitas vezes arbitrário, quando os executivos dos bancos definem as estratégias de curto e longo prazo. Quando a estratégia de longo prazo é escolhida, o banco tende a se localizar em municípios com potencial de retornos futuros ou nos locais onde a presença do banco é forte, esperando que no futuro o município crescerá e gerará retornos significativos. Caso os executivos decidam por adotar uma estratégia de curto prazo, em função de inovações financeiras do seu banco [...] eles tendem a se localizar onde há maior concorrência, cuja rentabilidade de curto prazo é relativamente mais elevada. (SILVA; JAYME JR., 2010, p.14).

Dessa forma, os fatores políticos e regulamentares possuem relevância para explicar a carência de agências bancárias em determinados municípios ou a maior inserção de bancos em economias que não são consideradas, num primeiro momento, financeiramente interessantes.

Seguindo uma proposta semelhante para o desenvolvimento de uma teoria da localização da firma bancária, Sicsú e Crocco (2003) também estabeleceram em suas análises empíricas uma analogia aos fatores locacionais que levam a decisão da localização da firma industrial, porém, adicionando novas perspectivas de análise. Seus estudos baseiam-se nos trabalhos de Weber (1929) e Lösch (1954) que, grosso modo, pode-se dizer que se fundamentam na simples hipótese de que as empresas escolhem a localização que lhes proporcione o maior lucro.

Segundo Sicsú e Crocco (2003, p. 90), quando da escolha do local de instalação de uma planta industrial, os diferentes componentes que se incorporam na escala de preferências do empresário são denominados fatores locacionais, tidos como todos os fatores dependentes da posição geográfica que são capazes de influenciar o volume de lucro da firma. Os fatores locacionais diretamente relacionados à escolha da localização da firma são: a) o transporte – faz alusão aos custos envolvidos no transporte de insumos e dos produtos finais, considerando, dentre outras variáveis, a característica da matéria transportada e as distâncias envolvidas entre os mercados fornecedores e consumidores; b) os aglomerativos – aqueles que tendem a agrupar as atividades produtoras em um ponto do espaço para obter ganhos; e c) os desaglomerativos – aqueles que implicam no aumento dos custos de produção, à exemplo da maior disputa por áreas com conseqüente elevação nos preços dos aluguéis ou aquisições de imóveis, ou o aumento do grau de sindicalização, que reflete nos custos com a mão-de-obra produtiva.

Sicsú e Crocco (2003) então, voltaram-se a análise dos determinantes das decisões locacionais das agências bancárias inspirando-se nos fatores: transporte, aglomerativos e desaglomerativos.

O elemento transporte foi compreendido como sendo de pouca relevância para a localização da firma bancária, uma vez que a unidade de atendimento precisa estar presente no local de coleta do seu insumo (depósitos) e no local de entrega dos seus produtos financeiros, ou seja, a firma bancária se localiza, ao mesmo

tempo, dentro do seu mercado fornecedor e dentro do seu mercado consumidor, que ocupam, portanto, o mesmo espaço físico (SICSÚ; CROCCO, 2003, p. 94).

O segundo fator locacional analisado – o aglomerativo, apresenta uma relação mais direta com a localização da firma bancária. Porteous (1999, p. 102-103) *apud* Sicsú e Crocco (2003, p. 94-95) apresenta as forças que causariam a aglomeração de qualquer atividade econômica e que tem relevância para o desenvolvimento de centros financeiros:

- a) Externalidades do mercado de trabalho – dada a necessidade de capital humano especializado, haveria benefícios para a firma bancária ao se localizarem próximo a um mercado de trabalho com mão-de-obra qualificada, reduzindo custos de admissão e treinamento. Esse fator seria mais decisivo para a localização de *headquarters*³⁰ de firmas bancárias, visto que nas agências (isoladas) não se requer uma maior especialização da mão-de-obra, de forma que o mercado de trabalho não é considerado determinante na decisão locacional de uma agência;
- b) Demanda por serviços intermediários - as firmas financeiras são usuárias de serviços especializados diversos, tais como serviços de comunicação, de tecnologia da computação, assessorias legais, dentre outros. Ao se localizarem próximo à fonte destes insumos, as firmas poderão se beneficiar de melhores serviços com menores preços, influenciando a sua decisão locacional;
- c) *Spillovers*³¹ tecnológicos - as repercussões da difusão do conhecimento localizado e das inovações tecnológicas proporcionadas pela interação mais direta do setor bancário (entre seus concorrentes) podem ser consideradas como externalidades positivas e tendem a estimular a concentração espacial do setor. Esta se aplica com melhor propriedade aos *headquarter*, que estariam repassando as inovações financeiras tecnológicas para suas agências e;
- d) *Spillovers* de informação - uma vez que a habilidade de processar eficientemente e rapidamente informações é uma característica marcante do

³⁰ É o local de onde uma firma controla suas atividades espalhadas por um território, tal como um escritório central e suas agências.

³¹ Externalidades decorrentes do processo.

sistema financeiro, a existência de redes interpessoais e informação localizada dentro de centros financeiros podem ser vitais para um processo de difusão de informações. Esse é um aspecto que reforça a concentração de *headquarters* em grandes centros tecnológicos, mas não teria tamanho peso na decisão locacional de unidades de agências isoladas.

No que tange aos fatores desaglomerativos, Sicsú e Crocco (2003, p. 96) defendem que o processo de localização dos centros financeiros é fortemente influenciado por um processo de *path-dependence*³² - onde a escolha locacional dos centros financeiros coincide com a localização de riquezas antigas, que originalmente inspiraram confiança no sistema bancário e que, desta forma, torna-se capaz de gerar mais riqueza e inspirar mais confiança. Neste sentido, em relação à localização de centros financeiros, para os autores, o cenário geral é de um processo de causação cumulativa de Myrdal (1964), reforçado pela concentração localizada de expertise, pela proximidade das instituições especializadas, pelas redes de informação e confiança, e a confiança generalizada que tais vantagens ajudam a promover.

Fazendo um contraponto, Sicsú e Crocco (2003, p. 104) destacam que poderá também existir um círculo vicioso, onde as localidades que não possuem riqueza não são atraentes para o sistema bancário. Tais localidades, sem contar com a presença de bancos gerarão menos riqueza e, portanto, se tornarão menos atrativas para os bancos, ocasionando um processo cumulativo empobrecedor. Esse processo é, para os autores, um importante fator de aumento das desigualdades regionais no Brasil.

Em que pese os três fatores apresentados - originalmente determinantes da localização da firma industrial, influenciarem, sob limitados aspectos, a escolha da localização da firma bancária, Sicsú e Crocco (2003) também avaliaram a importância dos fatores populacional, renda e distribuição da renda no processo de decisão. Para a construção de suas análises, os autores construíram Índices de

³² Fatores históricos que influenciam nas tomadas de decisão ou nos resultados de situações no momento presente.

Distribuição Espacial das Agências Bancárias³³, visando identificar a relevância de cada um destes fatores da escolha locacional.

No que tange ao fator populacional, era de se esperar que, na condição de intermediário financeiro, se observasse uma tendência de maior número de agências em regiões com um maior número de habitantes, tendo em vista que elas deveriam estar perto dos seus fornecedores de insumos (potenciais poupadores) e dos seus potenciais compradores de produtos. Contudo, as análises comparativas para os anos 1991 e 2000 demonstraram que esse não é o principal fator para explicar a distribuição da rede de agências bancárias no Brasil, visto que o número de habitantes para cada agência bancária nas regiões do Brasil não seguiu o critério de equidade demográfica. A densidade de habitantes por agência bancária nas regiões Norte e Nordeste superam, em larga medida a da região Sudeste, por exemplo.

Quanto ao fator renda, manteve-se a hipótese de que regiões com maior nível de renda possuam um maior número de agências bancárias, pela atratividade de captar uma quantidade maior de insumo e vender uma quantidade maior de produto, tal qual a compreensão de Silva e Jayme Jr. (2010). Nesse mesmo contexto, se uma região não possui uma quantidade mínima de renda monetária capaz de tonar uma agência lucrativa, esta região será excluída dos planos expansionistas-locacionais dos banqueiros (SICSÚ; CROCCO, 2003, p. 98).

Para esses autores, há um movimento de harmonização espacial do número de agências de acordo com a renda de cada região. Em suas palavras:

A racionalidade econômica que explica esse movimento é simples: o sistema bancário obtém maiores lucros quando recebe um volume maior de depósitos e, simultaneamente, aumenta o volume do seu ativo, com operações de crédito, aquisição de títulos, etc., e isto é mais provável que ocorra onde o PIB é maior. (SICSÚ; CROCCO, 2003, p. 98).

Portanto, o fator renda, abordado pelos autores como tamanho do PIB de uma determinada região, gera maior atração para a localização e expansão do setor bancário em comparação com o fator populacional.

Por fim, a análise voltada a distribuição da renda também se revelou de grande importância para a decisão locacional de agências bancárias. Para Sicsú e

³³ O detalhamento da construção e aplicação dos índices está disponível em Sicsú e Crocco (2003, p. 101-103).

Crocco (2003, p. 98), nas regiões com melhor distribuição de renda, seria necessária uma rede bancária mais ampla, com capacidade de capturar toda a quantidade de insumo (poupança) disponível, bem como, capaz de realizar a venda dos produtos (serviços financeiros) a um número maior de potenciais clientes. Enquanto isso, nas regiões que possuem uma maior concentração de renda nas mãos de um pequeno número de indivíduos, não há necessidade de quantidade de agências bancárias, dada a menor quantidade de agentes econômicos, ou seja, da menor representatividade dos potenciais clientes para o setor bancário.

Expostas as externalidades que influenciam a decisão locacional da firma bancária, é possível perceber que o grau de dispersão espacial das agências bancárias no Brasil resulta, em grande medida, da ponderação realizada pelos investidores do setor acerca das vantagens e desvantagens da sua atuação em cada praça. Ou seja, o processo decisório possui uma grande interferência dos aspectos ligados à rentabilidade do negócio, ao potencial de mercado e ao retorno esperado.

Diante dessa dinâmica de mercado do setor bancário, tem-se como alternativa para combater as diferenças na oferta de serviços financeiros em regiões economicamente menos privilegiadas, a figura dos correspondentes bancários, que tem contribuído de forma significativa para o aprofundamento da inclusão financeira no Brasil.

4.2 NOVOS PAPEIS DOS AGENTES FINANCEIROS NO BRASIL: OS CORRESPONDENTES BANCÁRIOS

Nos últimos 15 anos, o Brasil vivenciou um grande crescimento da rede de atendimento bancário, por meio de parcerias com lojas de varejos dos mais diversos ramos de atividades – os correspondentes bancários. O governo brasileiro, tendo como foco a inclusão financeira da população, foi um dos grandes incentivadores do crescimento desse canal de atendimento e distribuição de serviços financeiros, adequando as regulamentações do sistema bancário para as atuais necessidades do país.

O modelo de correspondente, viabilizado pelo aprimoramento da tecnologia da informação do setor, foi incorporado pelas instituições bancárias, que

encontraram nele uma forma de expandir os seus canais de atendimento, sem incorrer nos custos associados à manutenção de uma agência bancária. Desta forma, os correspondentes vêm se revelando como importante instrumento para colocar à disposição de amplas camadas da população, em todo o país, os principais serviços produzidos pelas instituições que integram o SFN.

O marco legal da criação dos correspondentes bancários no Brasil tem origem na circular BACEN nº 220, de 15/10/1973, por meio da qual o CMN conferiu aos estabelecimentos bancários a faculdade de atribuírem a pessoas jurídicas sob contrato especial, o desempenho das funções de correspondentes, que se resumiam na cobrança de títulos e execução de ordens de pagamento em nome da instituição bancária contratante, sendo vedada, porém, outras operações financeiras, a exemplo da concessão de empréstimos e a captação de depósitos.

A partir de 1999 ocorreram as maiores alterações na regulamentação dos correspondentes bancários, por meio da Resolução CMN 2640/1999 - aumentando o escopo de serviços e de agentes envolvidos, das resoluções do CMN 3156/2003 e 3310/2005, a partir das quais todas as instituições autorizadas pelo BACEN passaram a ter a possibilidade de contratar correspondentes.

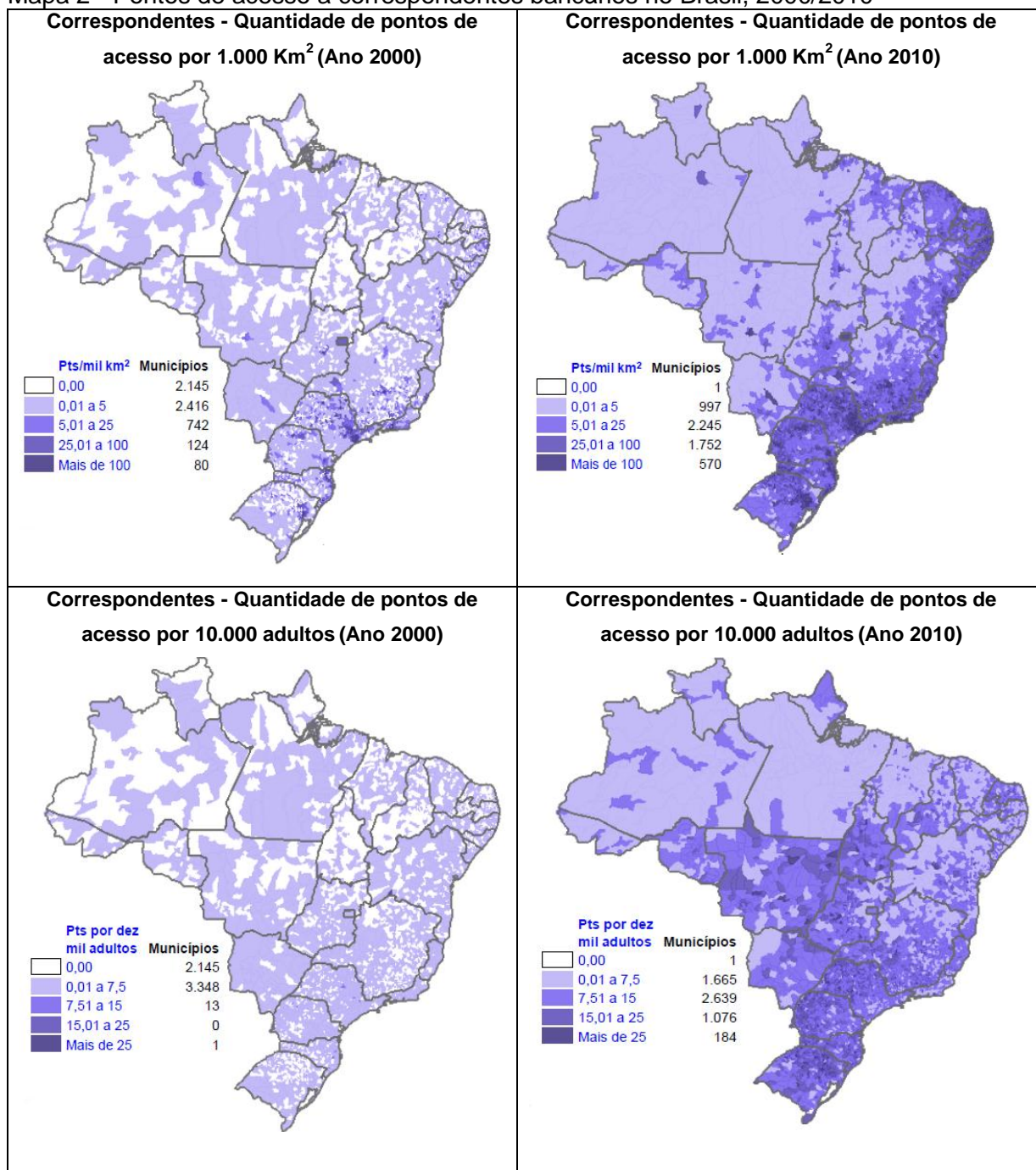
Os correspondentes são, portanto, empresas contratadas por instituições financeiras para prestar determinada gama de serviços em nome e sob responsabilidade da instituição contratante, como bem esclarece o BACEN (2011):

Os correspondentes constituem importante interface entre o sistema financeiro e a população, ao intermediarem, por exemplo, serviços de pagamento, recebimento e movimentações de contas. Além disso, podem receber propostas de abertura de conta, de operações de crédito e de fornecimento de cartões de crédito e encaminhá-las à instituição contratante. Apesar de ser autorizado a prestar significativa variedade de serviços, esse tipo de canal apresenta certas limitações. Por exemplo, não possui autonomia decisória para a abertura de contas ou concessão de empréstimo. Os correspondentes não compõem a rede de dependências da instituição contratante. São, em geral, empresas já existentes que prestam outros tipos de serviços. A regulamentação limita a possibilidade de contratação, como correspondente, de entidade cujo propósito exclusivo ou principal seja a própria atuação como correspondente. (BACEN, 2011, p.29).

No Brasil, os correspondentes bancários cumprem um papel importante para a democratização do acesso a serviços financeiros. Sua instalação em municípios de menor porte econômico e populacional, localidades onde os bancos comerciais não manifestam interesse na instalação de agências próprias, tem se tornado uma

das principais estratégias do Governo Federal para permitir que as populações de baixa renda e de lugares remotos tenham acesso a pontos de entrega de serviços bancários. Conforme Alves e Soares (2006), entre 2000 a 2005, cerca de 90 mil correspondentes bancários foram instalados no Brasil, frente a 18 mil agências bancárias. A crescente ampliação desse canal nas regiões do país pode ser verificada no Mapa 2:

Mapa 2 - Pontos de acesso a correspondentes bancários no Brasil, 2000/2010



Fonte: BACEN (2012, p. 13-16).

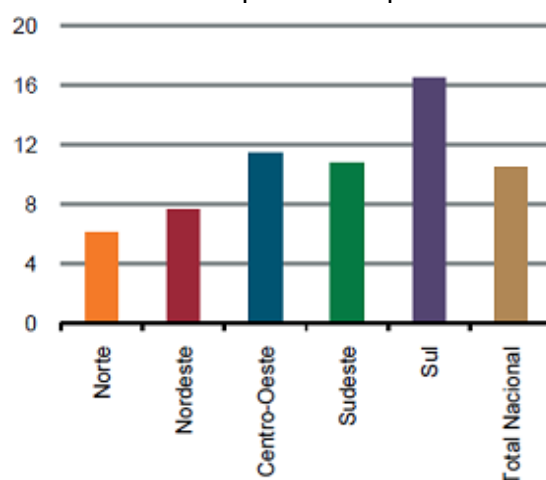
Em verificação aos mapas, observa-se que, de uma forma geral, todas as regiões do país foram beneficiadas ao longo do período de 2000 a 2010 com o aumento dessa modalidade de atendimento bancário.

No entanto, a distribuição geográfica dos correspondentes nas regiões do país, tal como ocorre com as agências bancárias, evidencia uma forte concentração locacional na região Sudeste, que abriga 17.709 pontos de correspondentes e uma certa equivalência quantitativa entre as regiões Sul (6.119 unidades) e Nordeste (6.358). O menor suprimento é encontrado na região Norte, com apenas 2.237 dependências, conforme exposto anteriormente no Quadro 8.

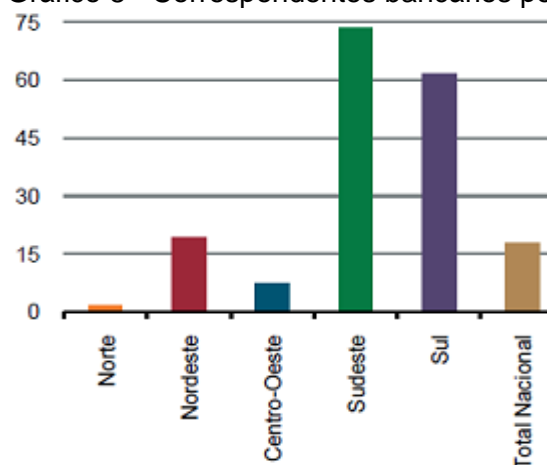
Em se considerando a perspectiva de proporcionalização geográfica dos correspondentes, verifica-se que, predominantemente, estão situados nas regiões Sudeste e Sul, enquanto que a região Nordeste se aproxima da média nacional, de 15,05 pontos para cada 1.000 km² e as regiões Norte e Centro-Oeste afastam-se ainda mais nesse indicador de acesso a serviços financeiros. Ressalva-se que contribui para a os baixos valores desse indicador a vasta extensão territorial destas regiões e a baixa densidade demográfica das mesmas.

Na perspectiva demográfica (distribuição dos pontos para cada 10 mil habitantes), é onde se tem uma melhor equiparação na distribuição dos pontos de correspondentes bancários nas regiões do país. Ambas as proporcionalizações são apresentadas nos Gráficos 7 e 8:

Gráfico 7 - Correspondentes por 10 mil adultos, Brasil, 2010



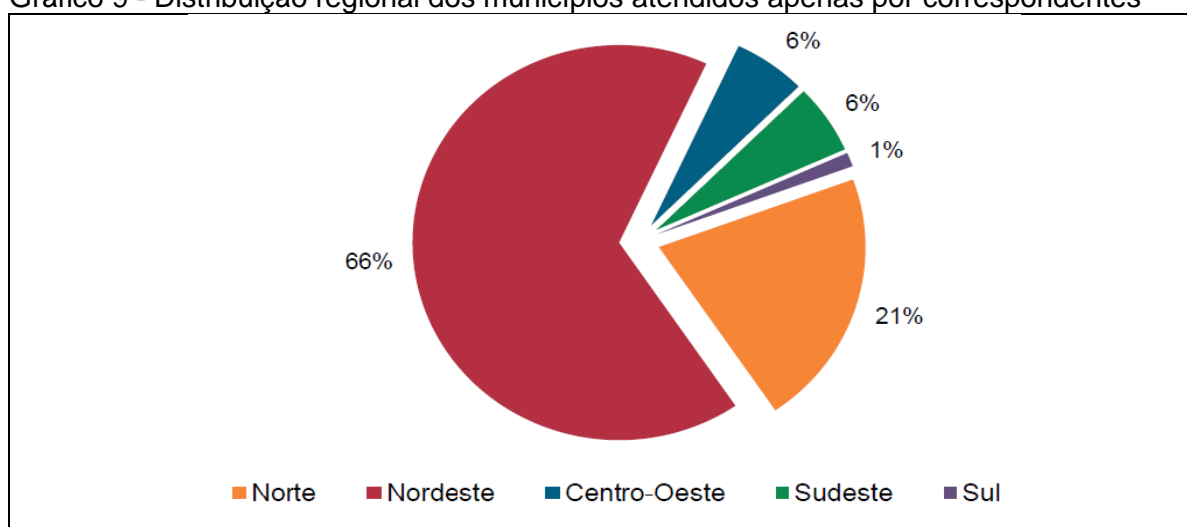
Fonte: BACEN (2010, p.58).

Gráfico 8 - Correspondentes bancários por 1.000 Km², Brasil, 2010

Fonte: BACEN (2010, p.58).

As diferenças regionais na distribuição espacial dos canais de atendimento bancário também são percebidas no quantitativo de municípios atendidos por apenas uma modalidade de ponto de atendimento. Conforme dados do BACEN (2010, p. 66), dos 206 municípios brasileiros atendidos por apenas um tipo de canal de acesso, 176 o são exclusivamente por correspondentes bancários e 30, são atendidos por outro tipo de dependência bancária. Notória se faz, novamente, a maior incidência de municípios atendidos exclusivamente por correspondentes nas regiões Norte e Nordeste, conforme demonstrado no Gráfico 9.

Gráfico 9 - Distribuição regional dos municípios atendidos apenas por correspondentes



Fonte: BACEN (2010, p. 67).

Em que pesem as diferenças regionais no provimento de pontos de acesso a serviços bancários para o processo de inclusão financeira, é possível inferir que os correspondentes bancários sejam o mecanismo mais promissor para melhorar a capilaridade da oferta de serviços para as populações de baixa renda ou localidades com reduzida dinâmica econômica, ao se considerar que o seu modelo de negócio, que permite superar diversos obstáculos para a expansão dos pontos de atendimento, principalmente em regiões que não são atrativas ou viáveis para o setor bancário em termos de rentabilidade.

O modelo de parceria entre bancos e comércios varejistas atuando como seus correspondentes permitiu aos bancos brasileiros se expandirem geograficamente, multiplicando o número de pontos de serviços e promovendo um crescimento sem precedentes nas suas redes de atendimento. No entendimento de Diniz (2007, p.31), a operação de correspondentes oferece a possibilidade de atender locais com menor potencial de retorno sem incorrer nos custos fixos associados à manutenção de agências bancárias tradicionais, além da redução de custos variáveis, uma vez que aproveita recursos e infraestrutura existentes do estabelecimento parceiro.

Para Toro (2009), a parceria com correspondentes também oportuniza a redução do custo de pessoal para os bancos, visto que se utiliza de mão de obra do próprio correspondente na prestação dos serviços, não incorrendo no pagamento dos salários e benefícios diretamente pelo setor bancário.

Na visão de Loureiro (2011), além da redução dos custos das operações financeiras, a utilização dos correspondentes permitiu aos bancos descongestionar as agências em termos de transações nos caixas, principalmente de clientes que não consomem os serviços bancários mais rentáveis, ou daqueles que frequentam esporadicamente as agências para realizar apenas os serviços de menor valor agregado, tais como pagamento de contas ou saque de salário (uma vez no mês). Segundo esse autor, ao repassar os indivíduos de baixa renda e que pouco utilizam serviços bancários para um correspondente, o banco pode se concentrar no atendimento aos clientes de renda mais elevada, ou ainda, se dedicar a negociação de produtos financeiros de maior valor agregado.

Alguns grandes bancos (à exemplo do Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal) que operam no mercado brasileiro passaram a instalar pontos de serviços de correspondentes em uma variedade de estabelecimentos parceiros, tais como: agências de Correios, casas lotéricas, supermercados, farmácias, padarias, postos de combustíveis e diversas outras empresas varejistas. Através dessas parcerias, os bancos levaram postos de atendimento para pequenas cidades e para bairros pobres das grandes cidades, de forma a atenuar o *gap* de atendimento em cidades desassistidas de serviços bancários. Conforme Thompson et al. (2003) *apud* Diniz (2007, p. 30), num período de apenas três anos (2000 à 2003), cerca de 1.700 (de um total de 5.560) cidades brasileiras que não tinham nenhum posto de atendimento bancário puderam ter acesso a serviços financeiros através da implantação dos correspondentes bancários.

Segundo o BACEN (2009, p. 168), ainda há, no Brasil, uma forte cultura de se frequentar as agências ou postos similares, em detrimento do uso de outros canais, tais como o *internet banking* e o atendimento por telefone. Além do hábito de ir às agências, muitos clientes com baixa escolaridade e de idade mais avançada têm, por vezes, dificuldade de operar os canais eletrônicos. Sob esta perspectiva, Diniz (2007, p.31) aponta, também, como fator de sucesso para o modelo de correspondentes o fato da população de baixa renda tender a oferecer certa resistência ao ambiente de atendimento tradicional dos bancos (considerado pouco hospitaleiro), resistência que não existe em relação aos estabelecimentos varejistas locais, contratados como correspondentes das instituições bancárias, com cujo ambiente essa população melhor se identifica e se sente melhor atendido.

Desse modo, apoiado pela tecnologia da informação, que tem gerado novas alternativas de comunicação e interligação entre organizações, o modelo de correspondentes tem se revelado como um instrumento eficiente para ampliar a oferta de serviços financeiros para as populações de baixa renda e para os residentes em municípios desassistidos de agências bancárias, que se encontram nas diversas áreas geográficas do país. Um dos grandes exemplos dessas parcerias é o Banco Postal, que se faz presente em 94% dos municípios brasileiros (ECT, 2015), prestando atendimento à população por meio de uma estrutura com mais de 6 mil agências de Correios distribuídas em todo o território nacional.

4.2.1 A experiência do Banco Postal

Os primeiros Bancos Postais tiveram origem no ano de 1861 na Grã-Bretanha, por resolução do governo local que estendeu os serviços de poupança ao serviço postal executado pelos seus Correios. De acordo com o Departamento de Planejamento Estratégico (DPLAN) da ECT (2012), os Estados, em geral, são acionistas únicos ou majoritários dos Correios, os quais viram nas agências postais uma estrutura barata para a prestação de alguns serviços financeiros de interesse público, tais como, o pagamento de benefícios a população e o recolhimento de taxas e impostos. Essas ofertas de serviços financeiros realizadas no contexto do setor postal foram mais tarde denominadas de serviços financeiros postais, os quais acabaram por se tornar instrumentos de política econômica e social de governos. Em alguns países esses serviços contribuíram significativamente para a formação de poupança interna, além de financiar a dívida pública e bancarizar cidadãos que não tinham acesso aos serviços financeiros.

Segundo Berthaud (2012), os Correios de diversos países associados à *Universal Postal Union* (UPU)³⁴ vivenciaram recentemente um processo de transformação de grande porte, pelo qual passaram do *status* de administrações voltadas para as atividades de Correio para o de empresas comerciais, modernas e diversificadas, com a missão social de servir toda a população. A ampliação das atividades, a partir da prestação de serviços financeiros por meio da rede postal foi, dentre outras, uma das iniciativas para ampliar a universalização de serviços.

Depois dos bancos comerciais, os operadores postais que atuam no setor dos serviços financeiros postais são os principais contribuidores para a inclusão financeira no mundo, onde mais de um bilhão de pessoas têm acesso aos serviços bancários através das agências dos Correios. Segundo Berthaud (2012), em 2010, 51 operadores postais vinculados à UPU detinham 1,6 bilhão de contas de poupança e de contas de depósito.

Apenas 6,5% dos operadores postais não oferecem serviços financeiros e, apesar da sua vasta rede de pontos de contato dos Correios no mundo, com

³⁴ A União Postal Universal (UPU), fundada no ano de 1874 em Berna/Suíça, é uma organização intergovernamental da qual participam os Correios ou agentes do setor postal de 192 países. A UPU coordena os serviços postais dos diferentes países e ajuda a garantir uma rede universal de produtos e serviços.

662.000 dependências (em 2011), o autor compreende que essa rede poderia ser melhor explorada, pois nem todos os operadores oferecem uma ampla gama de serviços financeiros.

A maioria dos serviços prestados na rede postal envolve as transações monetárias. Os produtos oferecidos com mais frequência são as transferências de fundos nacionais e internacionais, pagamento de faturas diversas, arrecadação de tributos e o pagamento de benefícios sociais. Tem-se, ainda, que centenas de milhões de pessoas de vários países, com frequência sem uma conta bancária, utilizam os Bancos Postais para efetuar e receber pagamentos correntes.

Nesse contexto, a inclusão financeira postal é o meio pelo qual as pessoas podem beneficiar-se da prestação de serviços financeiros através dos operadores postais, e onde os excluídos do setor financeiro formal podem ter acesso ao sistema financeiro através da rede postal. A inclusão financeira postal não significa, necessariamente, que os Correios ofereçam os seus próprios serviços financeiros. Os modelos de atuação comercial para os operadores de serviços financeiros postais difere entre os países e, em alguns casos, os serviços oferecidos nas agências de Correios ocorrem no âmbito de uma parceria com uma instituição financeira bancária.

Segundo o DEPLAN (2012), o *Institut de Recherche et Prospective Postales* (IREPP) identificou a existência de quatro modelos comerciais utilizados pelos operadores de bancos postais:

- a) Banco Postal independente - nesse modelo, o BP é um estabelecimento que é ou aspira ser um banco comum de varejo de pleno exercício. Como banco de varejo, o banco postal independente pode selar acordos e parcerias para determinados produtos. Mesmo funcionando no contexto dos negócios postais ele possui autonomia de gestão e pode até ter, por exemplo, um estatuto de sociedade anônima com ações cotadas em bolsa de valores, como o caso do *PostBank* alemão;
- b) Banco Postal dependente – nesse modelo o operador postal precisa de um acordo de parceria com uma instituição bancária propriamente dita. Este modelo contempla variantes, tal como, a criação de acordos na modalidade *joint*

*venture*³⁵. Este é o caso, por exemplo, do BP dos Países Baixos, onde a própria rede de agências (*Postkantoren*) pertence em partes iguais (50%/50%) aos Correios e ao parceiro bancário ING Banque. O modelo dependente também é o vigente nos Correios da Bélgica (com o banco parceiro Fortis) e nos Correios da Espanha (parceria com o *Deutsche Bank*). Neste modelo, o BP fica reduzido a uma rede de agências prestadora de serviços financeiros para terceiros. De modo geral, o banco parceiro determina a estratégia de desenvolvimento, a gama de produtos ofertados e decide, inclusive, sobre as remunerações pelos serviços prestados pelo operador postal. A instituição financeira, por vezes, ainda assegura a formação da mão-de-obra, a política de atendimento nas agências e até a política de implantação de pontos de contato;

- c) Banco Postal oportunista – esse modelo desenvolve uma estratégia aberta, podendo se aproximar tanto do modelo de banco independente como o do banco dependente com parceria exclusiva. Esse modelo é encontrado nos Correios italiano e suíço, que operam em parceria com instituições bancárias e o Correio do Reino Unido, atuando em parceria com o Banco da Irlanda;
- d) Modelo Distribuidor - neste modelo, os Correios selam acordos com várias instituições financeiras, pelos quais eles comercializam a totalidade de produtos dessas instituições e são remunerados mediante comissões pelos produtos vendidos, pelo montante das transações e/ou por uma tarifa por operação. No contexto deste modelo, o Correio pode desenvolver uma estratégia comercial própria, ter conselheiros especialistas e usufruir do apoio logístico e *know how* das instituições parceiras. O modelo distribuidor é utilizado pela maioria dos bancos postais da Europa Central e do Leste. Para o IREPP, essa é uma opção a partir da qual se faz o aumento progressivo das atividades, que não sejam apenas a comercialização dos produtos financeiros.

Os bancos postais tem o objetivo de atender principalmente o público de baixa renda desprovido de atendimento bancário, com função precípua de promover a inclusão social e financeira. Por esse motivo, tem sido estimulada a sua

³⁵ Associação de sociedades.

implantação em vários países, sendo inclusive um dos projetos incentivados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pelo Banco Mundial.

Mas para que a inclusão financeira pelo setor postal se torne uma realidade no mundo, Berthaud (2012) considera que é necessário haver um ponto de equilíbrio entre os objetivos. As operações financeiras postais também precisam ser viáveis para os seus operadores. Em alguns países as atividades dos bancos postais já proporcionaram significativo resultado para os seus operadores, à exemplo do Japão, que possui o maior BP do mundo, e da Itália, em que o faturamento de seus serviços ultrapassa 25% do total de receitas dos Correios.

De acordo com o DPLAN (2012), no estudo do IREPP sobre os serviços postais financeiros, foram identificados sete fatores críticos com relação à evolução deste segmento de negócios e a sua sustentabilidade:

- a) A concorrência das instituições bancárias;
- b) As relações com outros atores do setor financeiro;
- c) A supressão dos obstáculos quanto à extensão da gama de produtos ofertados;
- d) A liberalização do setor postal que reforça o interesse dos Correios pelos serviços postais financeiros;
- e) Os novos regimes e a regulamentação da concorrência, os quais levam a certa autonomia da atividade financeira;
- f) O comportamento do principal ou do maior acionista, passível de impor obrigações ou restrições aos bancos postais;
- g) As estratégias do operador entre dois extremos: transformar os serviços postais financeiros em BP de pleno exercício ou por fim as atividades financeiras.

No Brasil, o Banco Postal foi criado em 2002, instituído como Serviço Financeiro Postal Especial a ser prestado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), atuando como correspondente de instituições bancárias - nos termos da Portaria 588/2000 do Ministério das Comunicações e das Resoluções do CMN 2.707/2000, 3.954/2011, 3.959/2011 e 4.035/2011, com regulação pelo Banco Central do Brasil.

A ECT, também denominada por Correios, é uma instituição pública vinculada ao Ministério das Comunicações que faz parte da história do Brasil, com regularidade de atuação desde o ano de 1663. A empresa conta com uma vasta rede de atendimento e distribuição postal domiciliar em permanente contato com a população dos 5.565 municípios brasileiros e dos distritos com população acima de quinhentos habitantes, realizando uma importante função de integração nacional.

Devido a essa capilaridade única, a rede postal brasileira se constitui numa infraestrutura de base possível de ser aproveitada para servir de apoio à programas e ações governamentais. Numa das perspectivas da inclusão social, tem-se que a prestação de serviços financeiros em âmbito nacional pelas agências dos Correios pode significar uma importante contribuição para a inclusão bancária de milhões de brasileiros, criando oportunidades para que possam integrar-se melhor à vida econômica.

Inicialmente, no ano de 2003, a prestação dos serviços contou com a parceria da instituição financeira Banco Bradesco, tendo alcançado a marca de mais de 11 milhões de contas abertas (CORRERIOS, 2014). Após o término do período contratual de 10 anos, em conformidade com a legislação vigente, os Correios realizaram novo processo seletivo para a escolha da instituição bancária a ser representada, tendo sagrado vencedor o Banco do Brasil, parceiro desde 2012.

O serviço de conta-corrente é um dos serviços mais utilizados pelos usuários de serviços financeiros no BP. Para o período de 2009 à 2013, foram mais de 5.234.000 novos correntistas (CORRERIOS, 2014) em âmbito Brasil. A região sudeste foi a que apresentou o maior volume de contas correntes efetivadas nesse período, sendo o estado de Minas Gerais o 1º colocado no ranking, com 14% do total de contas, seguido de São Paulo, com 12%. O estado da Bahia é o 3º maior detentor de correntistas do BP, com aproximadamente 402 mil usuários no mesmo período, o que corresponde à 8% do total nacional.

Quando realizada a proporção de contas-correntes pela população adulta de cada UF, os estados das regiões norte e nordeste são os que apresentam a maior concentração de contas por adulto, para o período de 2009 à 2013. No Amapá e Mato Grosso do Sul estão as maiores densidades, com uma média de 6 contas-correntes para cada 100 adultos residentes.

Dentre os serviços disponíveis para os detentores de conta-correntes, o serviço de empréstimo financeiro vem atender a concessão de crédito para a população e empresários. Para o mesmo período de 5 anos (2009-2013), o estado de Minas Gerais foi o maior provedor de crédito concedido à pessoas físicas pelo Banco Postal, seguido dos estados de São Paulo, Bahia e Pará, sucessivamente.

Atualmente, os Correios e o Banco do Brasil estão desenvolvendo ações para a formatação de um novo modelo comercial de Banco Postal (CORRERIOS, 2015), no qual os Correios passam a ser sócios do Banco do Brasil na constituição de uma instituição financeira, com base no que vem sendo feito por outros bancos postais no mundo. Essa iniciativa é amparada pela Lei 12.490/2011, que permitiu à ECT diversificar as suas atividades e adquirir participação acionária em outras empresas.

Operando com um contrato transitório junto ao Banco do Brasil, nos dias de hoje o Banco Postal está presente em 94% dos municípios brasileiros, com uma estrutura de mais de 6 mil agências instaladas tanto nos grandes centros e periferias, quanto nas localidades mais remotas, proporcionando condições de acesso aos serviços bancários básicos tais como abertura de conta-corrente e conta-poupança, saques e depósitos monetários, empréstimos e cartões de crédito, recebimento de pagamentos de contas, tributos e convênios, pagamento de salários e benefícios do INSS, dentre outros. A expectativa, com o novo modelo de Banco Postal, é a de que a população tenha uma ampliação na oferta de serviços, tais como linhas de crédito, seguros, títulos de capitalização, cartões pré-pagos, consórcios, dentre outros, para melhor atendimento às demandas dos consumidores.

5 ANÁLISE ESPACIAL DAS ATIVIDADES DO BANCO POSTAL NA BAHIA

Depois de ter percorrido, no capítulo três, a contextualização do cenário da inclusão financeira no Brasil e ter apresentado as métricas utilizadas pelo BACEN para o monitoramento e avaliação do PIF, e de, no capítulo quatro, terem sido realizadas as discussões pertinentes ao papel do setor bancário no provimento de serviços financeiros no Brasil, com uma breve leitura acerca da questão da decisão locacional da firma bancária – com tendência a concentração nas áreas economicamente mais desenvolvidas, é chegado o momento de constatar em que medida o correspondente Banco Postal tem contribuído para a inclusão financeira no estado da Bahia.

Inicialmente, serão apresentadas algumas características dos territórios de identidade (TI) da Bahia, referentes aos aspectos de extensão territorial, composição municipal, população e PIB, visando representar as diversidades existentes para esses elementos. Na sequência, apresenta-se, sob forma de mapas, a distribuição espacial das dependências de agências bancárias e dos bancos postais nos territórios, considerando-se os seus quantitativos absolutos e sob as perspectivas de disponibilidade geográfica e demográfica. Para complementar o exame da distribuição desses pontos de atendimento bancário, faz-se uso de medidas de localização e especialização regional, com base no modelo matricial de Haddad (1989). Por fim, são apresentados os resultados obtidos para o IIF aplicado ao Banco Postal nos territórios de identidade e municípios baianos.

5.1 ESTATÍSTICAS GEOGRÁFICA, POPULACIONAL E ECONÔMICA DOS TI DO ESTADO DA BAHIA

A extensa área geográfica da Bahia está dividida em 27 TI, visando a aplicação de ações e políticas governamentais estaduais que objetivam o desenvolvimento equilibrado entre as regiões, segundo a Superintendência de Estudos Econômicos (2015). A constituição dos territórios deu-se a partir de elementos multidimensionais que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial, tais como o ambiente natural, a economia produtiva, o perfil da sociedade, a cultura, a política, as instituições e suas populações.

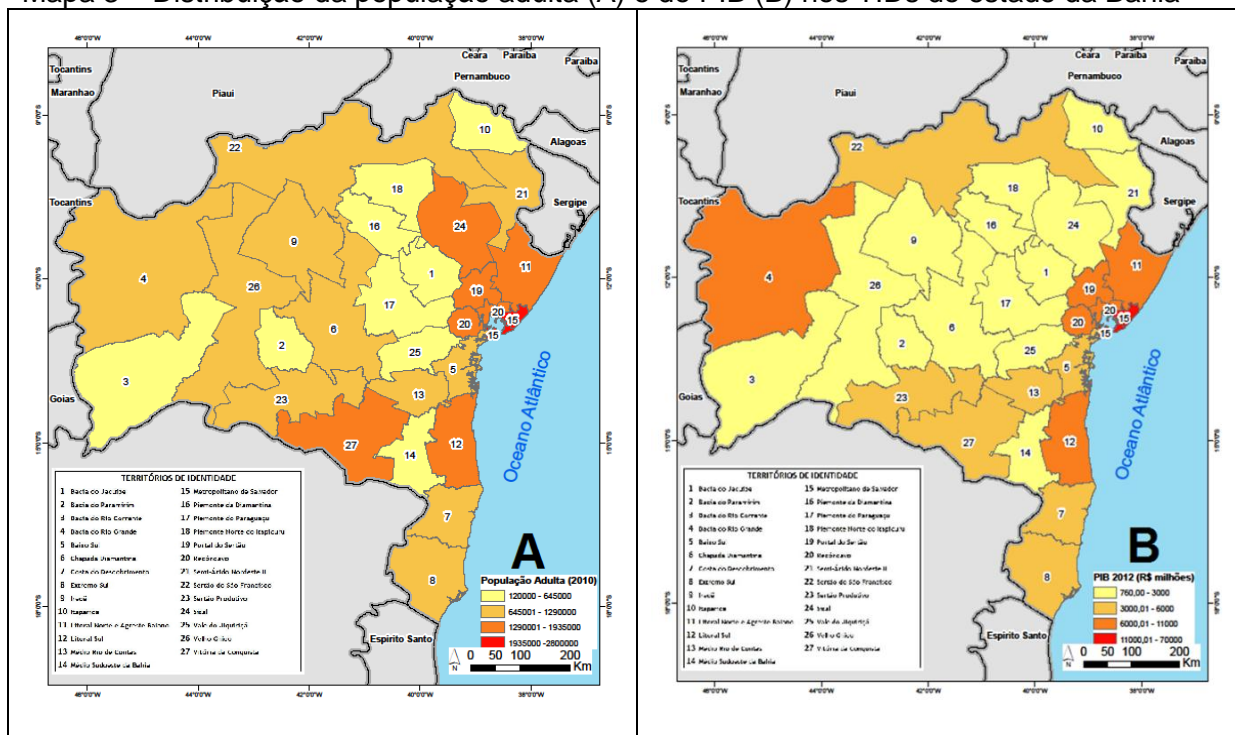
A constituição dos territórios varia significativamente em termos de extensão das áreas, número de municípios que os compõem, nível de ocupação populacional e produtividade econômica, conforme dados estatísticos expostos no Anexo A.

Os TI Litoral Sul, Chapada Diamantina e Irecê são os que abrangem respectivamente, o maior número de municípios, ao passo que Itaparica é aquele com a menor quantidade, bem como, os menores volumes populacionais.

As maiores extensões territoriais estão no Bacia do Rio Grande e Sertão do São Francisco que, juntos, ocupam 24,3% de toda a área do estado. Em dimensão, o menor TI é o Metropolitano de Salvador, abrangendo apenas 0,5% de todo o estado. Influenciado pela presença da capital baiana, a cidade de Salvador, esse território, além de apresentar a maior população adulta (25,8% do total estadual), também possui a mais elevada densidade demográfica, com 3.859 habitantes por Km².

As diferenças regionais existentes no Estado, em termos de distribuição da população adulta e do PIB (preços correntes, 2012) nos TIs, podem ser melhores visualizadas no Mapa 3, onde observa-se a existência de esparsas áreas com baixa densidade demográfica e reduzida atividade econômica e uma elevada concentração da atividade produtiva na região metropolitana do Estado.

Mapa 3 – Distribuição da população adulta (A) e do PIB (B) nos TIDs do estado da Bahia



Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação, a partir de dados do IBGE e SEI (2010).

O território Metropolitano de Salvador, que abriga os principais polos industriais do Estado, concentra sozinho 41,3% de toda a produção econômica da Bahia, sendo que o município de Salvador participa com mais de 54% para este resultado. Após o Metropolitano, os maiores níveis de atividade econômica estão presentes sucessivamente nos territórios Baía do Rio Grande, Portal do Sertão, Recôncavo, Litoral Sul e Litoral Norte e Agreste Baiano. A Baía do Paramirim apresenta o menor nível de atividade econômica expressa por meio do PIB, contribuindo com apenas 0,4% do total da riqueza para o Estado.

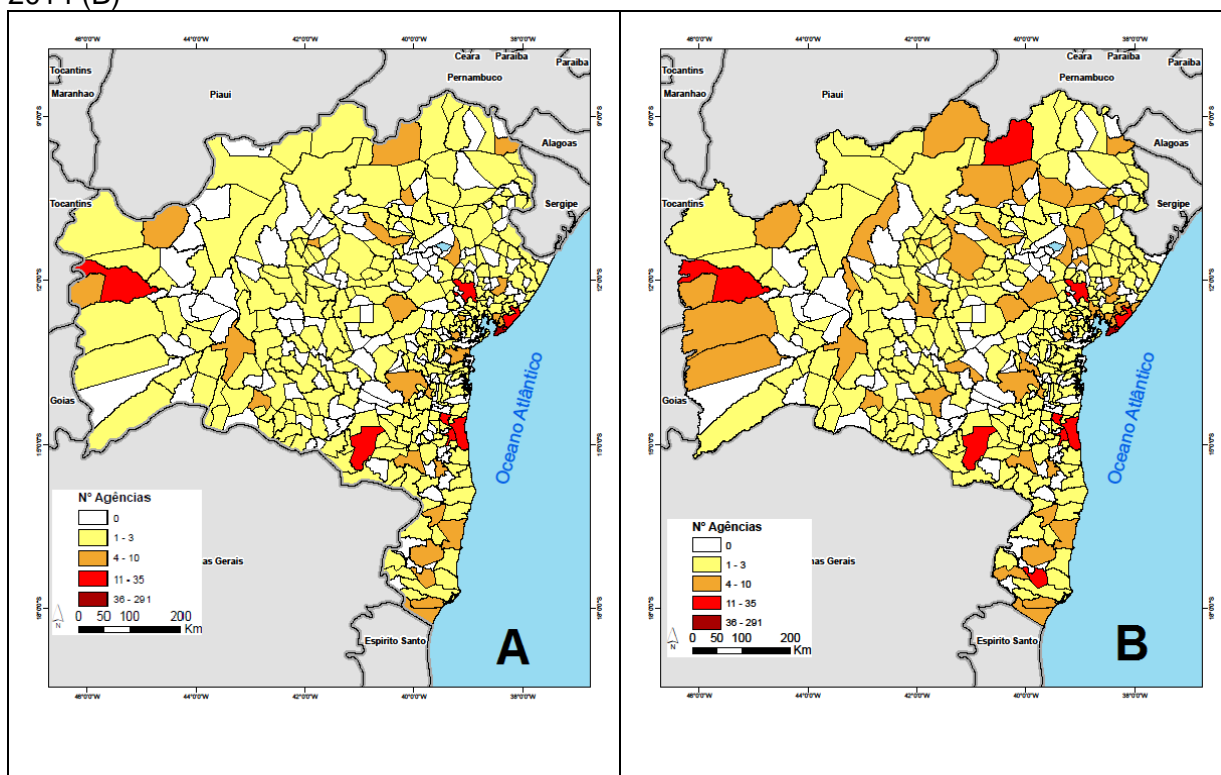
5.2 DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS DE AGÊNCIA BANCÁRIA E BANCOS POSTAIS NOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE

Os indicadores relativos à dimensão acesso ao SFN apontam a oferta de pontos de atendimento para serviços financeiros no mercado, seja por meio de agências – que possuem uma mais ampla variedade de produtos e serviços, seja por meio de outros canais, tais como os postos de atendimento e os correspondentes bancários – que possuem um reduzido portfólio de serviços, mas tornam-se

alternativas de infraestrutura de serviços financeiros para os locais em que as agências bancárias não se fazem presentes.

Com efeito, houve, no âmbito desse estado, um expressivo crescimento na oferta de agências bancárias durante o período 2010-2014, que passou de 843 para 1.119 dependências - um crescimento na ordem de 33%. O Mapa 1 revela que essa expansão beneficiou todos os TI, sendo o do Sisal o que recebeu maior provimento, duplicando o número de agências bancárias. Outros territórios que também registraram ampliação significativa no número de agências foram: Velho Chico (86,7%), Chapada Diamantina (61,1%) e Bacia do Rio Grande (61,5%). Os menores incrementos em termos de ampliação do número de agências foram observados nos TI Litoral Sul (16,3%), Médio Rio de Contas (17,6%) e Metropolitano de Salvador (18,1%).

Mapa 4 – Distribuição das agências bancárias no estado da Bahia nos anos de 2010 (A) e 2014 (B)

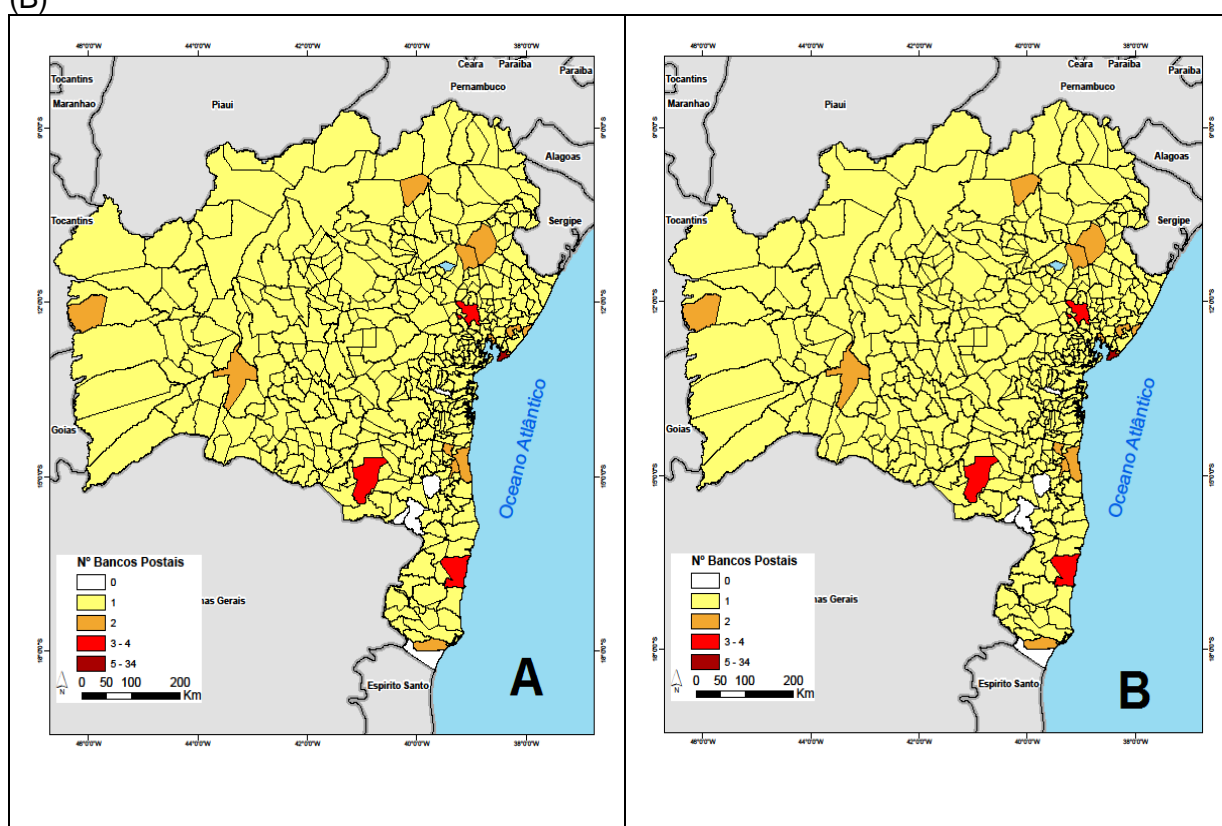


Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação, com dados do BACEN.

No que se refere às dependências do BP, observa-se, no Mapa 2, uma estabilidade no seu quantitativo entre os anos 2010 e 2014, com uma pequena retração no TI Metropolitano de Salvador (-4,3%), e uma baixa evolução, de 5,3%,

no Portal do Sertão. É possível verificar que o BP possui uma maior área de cobertura, levando serviços financeiros a 98% dos municípios baianos. Apenas os municípios de Itaju da Colônia, Itarantim, Maiquinique, Mucuri e Teolândia não contam com a presença desse correspondente. O Mapa 5 também revela que os pontos de atendimento do BP são distribuídos de modo mais uniforme entre os municípios, se comparados às agências bancárias, existindo poucos pontos de concentração locacional no estado.

Mapa 5 – Distribuição dos Bancos Postais no estado da Bahia nos anos de 2010 (A) e 2014 (B)



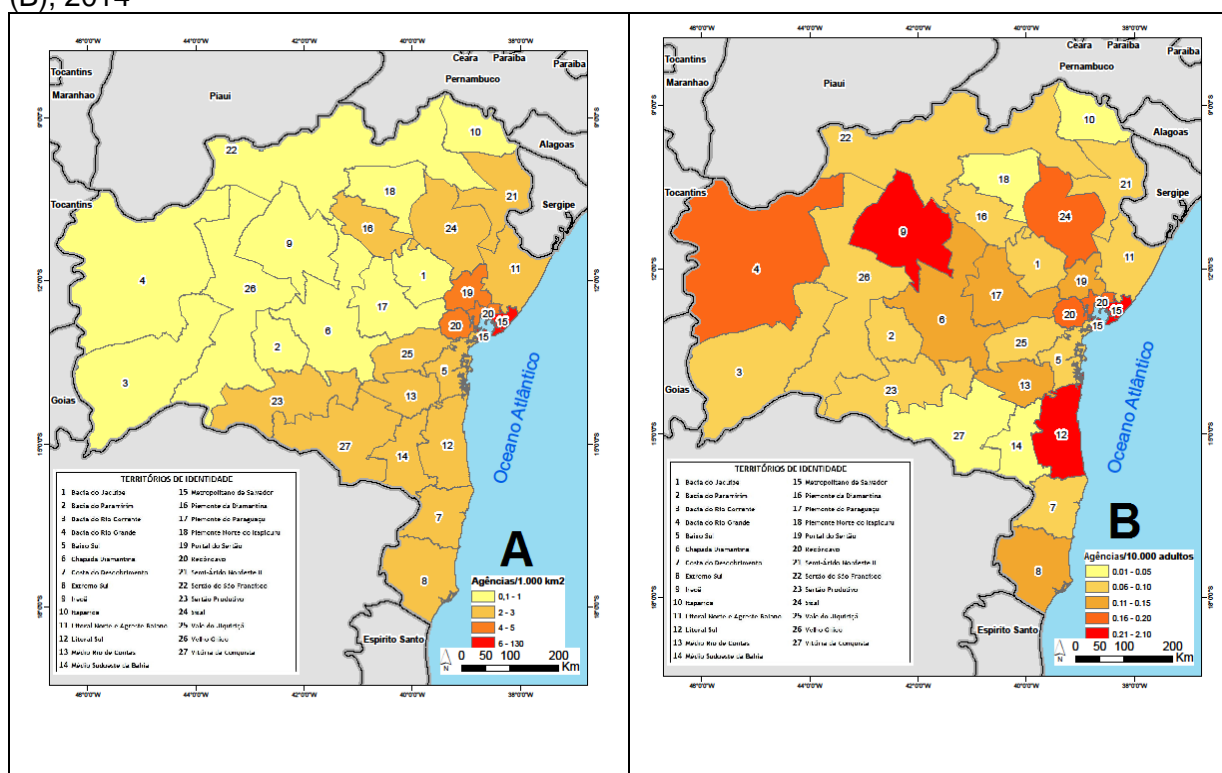
Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação, com dados da ECT.

Não há dúvida de que a maior oferta de agências bancárias proporcionou uma melhoria na estrutura de serviços da Bahia. Em 2010, havia, no estado, 147 municípios desassistidos de agências. Já em 2014, esse número caiu para 116 municípios, o que representou uma redução na ordem de 21% no número de localidades com limitações de acesso ao SFN. No que se refere à disponibilidade de bancos postais, manteve-se, nesse período, em número de 5, os municípios sem esse canal de atendimento em sua estrutura de serviços.

Em termos de localização das agências e dos bancos postais no estado, tem-se uma maior representatividade de ambos os canais localizados no território Metropolitano de Salvador, que concentrava, respectivamente, 31,1% e 9,5% dos pontos, no ano de 2014. A proporção dessas unidades em cada TI estão dispostos no Anexo C.

Os indicadores de acesso ao SFN, vinculados ao PIF, consideram a dimensão disponibilidade geográfica - que apresenta os pontos de atendimento por 1.000 km² e disponibilidade demográfica - que apresenta os pontos de atendimento por 10.000 adultos. Nos Mapas 6 e 7, tem-se a representação desses indicadores, em um recorte para as agências bancárias e unidades de BP, respectivamente, distribuídos nos TI da Bahia.

Mapa 6 - Acesso a agências bancárias – dimensão geográfica (A) e dimensão demográfica (B), 2014



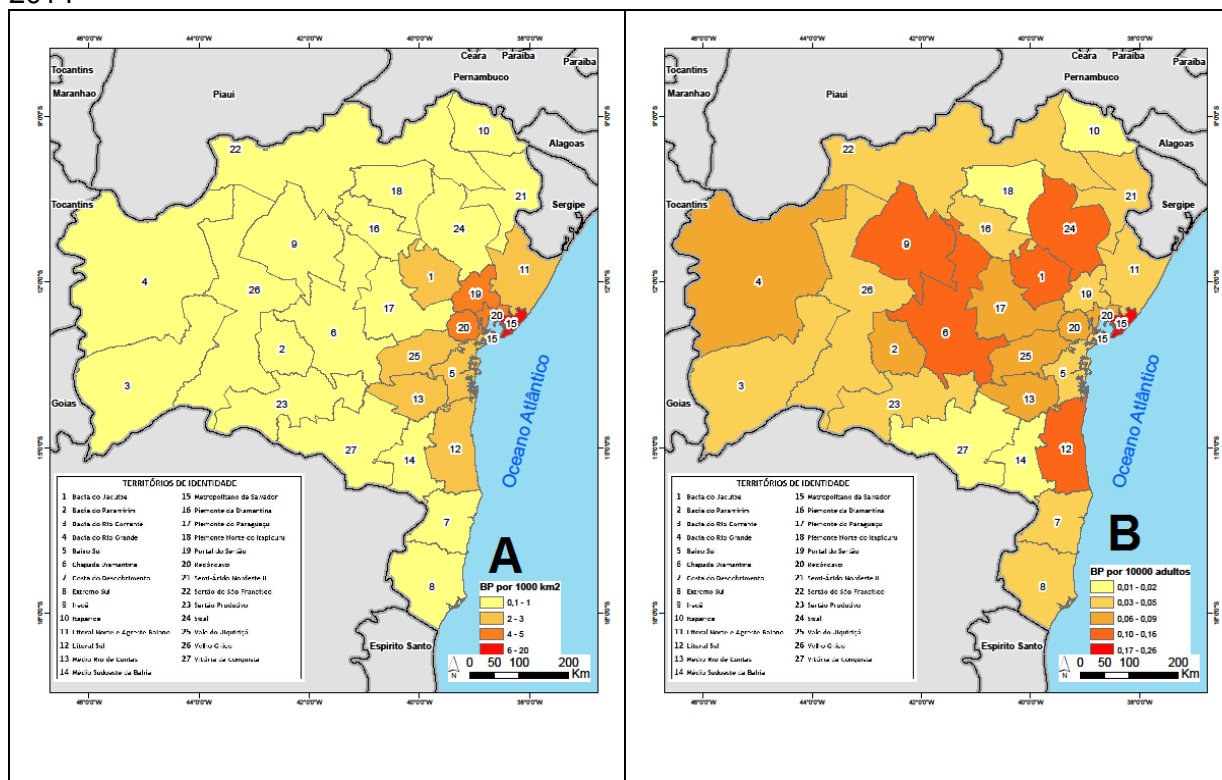
Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação, com dados do BACEN e IBGE.

O índice de disponibilidade geográfica das agências bancárias encontrado para o estado da Bahia foi de 1,98 - um resultado abaixo da média nacional de 2,72 agências (BACEN, 2014). Infere-se que a extensa área rural do estado influenciou, de forma significativa, esse resultado. Dentre os territórios, 10 apresentaram para

esse índice um resultado superior à média do estado: Baixo Sul (2,6), Costa do Descobrimento (2,14), Extremo Sul (2,5), Litoral Norte e Agreste Baiano (2,77), Litoral Sul (3,87), Médio Rio de Contas (2,02), Portal do Sertão (10,32), Recôncavo (8,43), Sisal (2,02) e Metropolitano de Salvador (126,65). Vale notar que esse último território obteve um elevado valor para esse índice, devido, principalmente, à forte influência da capital do estado, que abrange, sozinha, 291 (ou 26%) das 1.119 de agências bancárias da Bahia.

Os menores índices de disponibilidade geográfica das agências bancárias foram verificados nos TI: Bacia do Rio Corrente (0,36), Sertão do São Francisco (0,47), Bacia do Rio Grande (0,55) e Velho Chico (0,61) – todos muito aquém da média do estado. Este cenário se repete quando considerado o mesmo índice pelo recorte do BP, conforme demonstrado no Mapa 4, variando, apenas, o posicionamento no ranking dos menores resultados: Sertão do São Francisco (0,16), Bacia do Rio Grande (0,20), Bacia do Corrente (0,25) e Velho Chico (0,37).

Mapa 7 – Acesso a bancos postais – dimensão geográfica (A) e dimensão demográfica (B), 2014



Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação, com dados do BACEN, ECT e IBGE.

Para a dimensão de acesso ao SFN pelo critério de disponibilidade demográfica, optou-se por trabalhar a variável população com os dados absolutos disponíveis no IBGE (Censo 2010), compreendendo que uma projeção de crescimento da população adulta para 2014, não interferiria, de forma significativa, no contexto de resultado desse indicador.

Com relação ao indicador de acesso demográfico, verificou-se uma maior atenuação nas diferenças de provimento de pontos de acesso de agências bancárias na Bahia. Nessa dimensão, o Metropolitano de Salvador perdeu colocação no ranking regional de agências bancárias/10.000 adultos, cedendo a 1ª posição para o TI Bacia do Rio Grande (1,47). O pior desempenho, em termos de agências, foi verificado no TI Bacia do Jacuípe (0,63), alcançando apenas 59% da média estadual.

Em observação aos dados concernentes ao BP, é onde se observou uma maior equidade na distribuição dos pontos de acesso por disponibilidade demográfica. Nessa modalidade de atendimento, apenas quatro TI ficaram abaixo da média do estado: Metropolitano de Salvador (0,16), Sertão do São Francisco (0,28), Velho Chico (0,37) e Extremo Sul (0,43). O baixo desempenho do Metropolitano de Salvador foi determinado por sua elevada concentração populacional e reduzida quantidade de bancos postais, se comparado com o quantitativo de agências bancárias. Os melhores desempenhos do BP para esses indicadores foram obtidos nos TI: Vale do Jequiçá (0,90), Chapada Diamantina (0,90) e Bacia do Jacuípe (0,60), o que sugere uma atuação compatível com os seus propósitos de levar acesso a serviços financeiros às localidades remotas e de menor dinamismo econômico.

5.3 MEDIDAS DE LOCALIZAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO REGIONAL

A utilização de métodos de análise regional visou subsidiar o exame da distribuição dos pontos de atendimento bancário, em especial das agências e dos bancos postais, nos TID do estado da Bahia para os anos de 2010 e 2014. As medidas de localização empregadas foram o Quociente Locacional (QL) e o Coeficiente de Associação Geográfica (CA), e a medida de especialização apurada

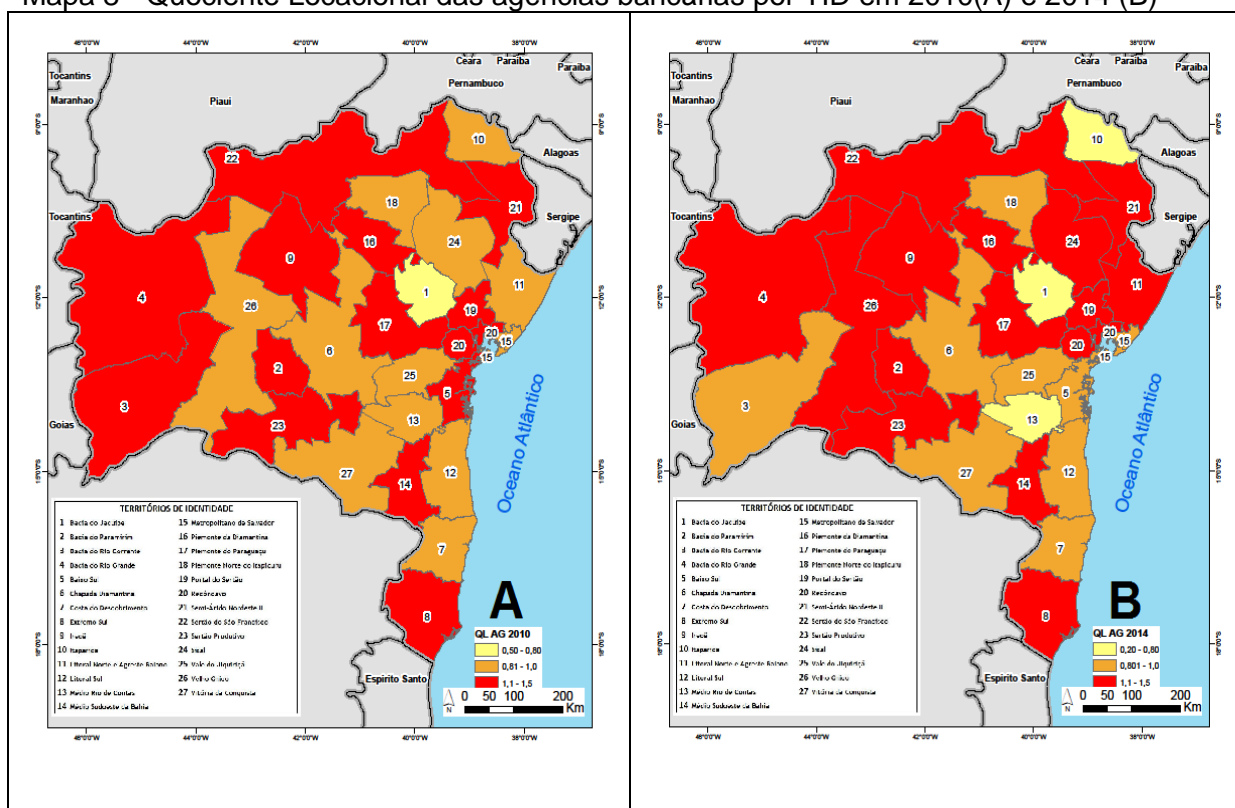
foi o Coeficiente de Especialização (CE), segundo metodologias de cálculos apresentadas no Apêndice A.

5.3.1 Quociente Locacional

Pela aplicação da equação do QL, comparou-se a participação percentual do número de instituições bancárias de um TI com a participação percentual do Estado. Os quocientes cujos resultados obtidos assumem valores ≥ 1 indicam que os TIs são relativamente mais importantes, no contexto regional, para o canal de atendimento observado, do que em termos gerais de todos as modalidades de estabelecimentos. Valores de quociente < 1 , apontam que o canal de atendimento não é básico, e está voltado apenas para o mercado da própria localidade.

Como o quociente é medido a partir de informações do número de estabelecimentos bancários, ele indica a concentração relativa de pontos de atendimento em determinados canais por TI. Assim, o QL permitiu identificar os territórios com maior concentração e com dispersão espacial das agências bancárias e dos bancos postais nos períodos analisados. Os resultados obtidos para este quociente no canal agências bancárias são representados no Mapa 8.

Mapa 8 - Quociente Locacional das agências bancárias por TID em 2010(A) e 2014 (B)



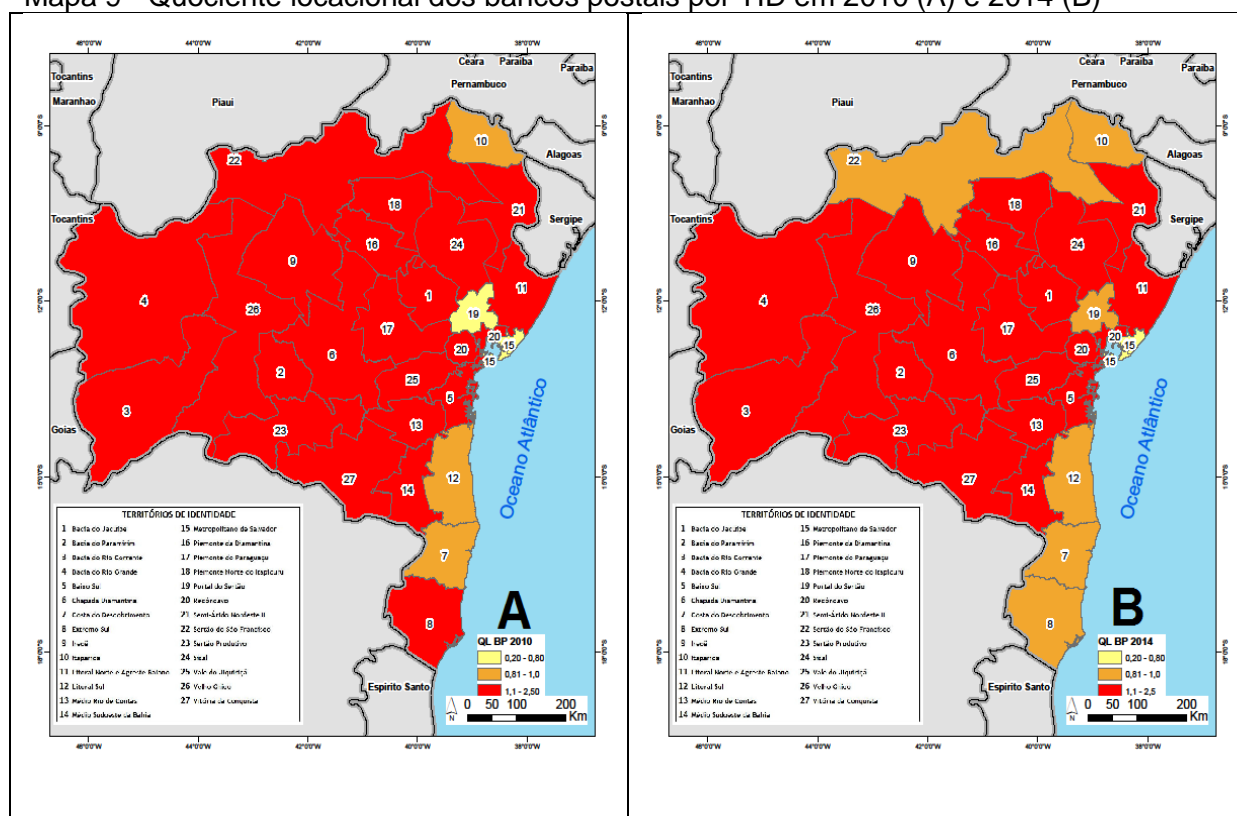
Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação, com dados do BACEN.

Os valores de quocientes, disponíveis no Quadro A3 do Apêndice A, evidenciam que, nos anos de 2010 e 2014, quatorze TI possuem um maior grau de concentração de agências bancárias ($QL \geq 1$). Mantiveram-se nessa classificação durante o período: Baía do Paramirim, Baía do Rio Grande, Extremo Sul, Irecê, Médio Sudoeste da Bahia, Piemonte da Diamantina, Piemonte do Paraguaçu, Recôncavo, Semiárido Nordeste II, Sertão do São Francisco e Sertão Produtivo. Os TIs Baía do Rio Corrente, Portal do Sertão e Baixo Sul perderam sua posição para Litoral Norte e Agreste, Sisal e Velho Chico.

Contudo, os valores de QL obtidos para o canal agências nesses 14 territórios são próximos entre si, variando de 1,04 à 1,19. A baixa variação desses resultados e o considerável quantitativo de TIs com maior especialização produtiva local em pontos de agências bancárias sugerem que não há territórios com acentuada concentração dessa atividade. Os TIs com maior dispersão de agências foram Baía do Jacuípe em 2010, acrescido do Médio Rio de Contas em 2014.

Para os estabelecimentos do Banco Postal, os valores de QL estão representados no Mapa 9.

Mapa 9 - Quociente locacional dos bancos postais por TID em 2010 (A) e 2014 (B)



Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação, com dados da ECT.

Para o caso do Banco Postal, os quocientes locais evidenciam uma maior dispersão do seu arranjo produtivo em termos de pontos de atendimento. Este canal apresentou $QL \geq 1$ em 21 TI (2010) e em 20 TI (2014), o que representa uma maior equidade na sua distribuição locacional em comparação ao canal agências. Para esses TIDs que possuem significativa presença de Bancos Postais, observa-se uma maior variação nos valores dos quocientes, que vão de 1,06 à 2,31. Desta forma, tem-se territórios com mais acentuada especialização em BP: Chapada Diamantina, Vale do Jiquiriçá e Baía do Jacuípe. O território onde as dependências do BP encontram-se mais dispersas é o Metropolitano de Salvador.

5.3.2 Coeficiente de Associação Geográfica

O cálculo do coeficiente de associação geográfica foi utilizado para analisar, de forma comparativa, a orientação espacial da distribuição das agências bancárias e dos bancos postais entre os TIs da Bahia. A partir de dados da matriz

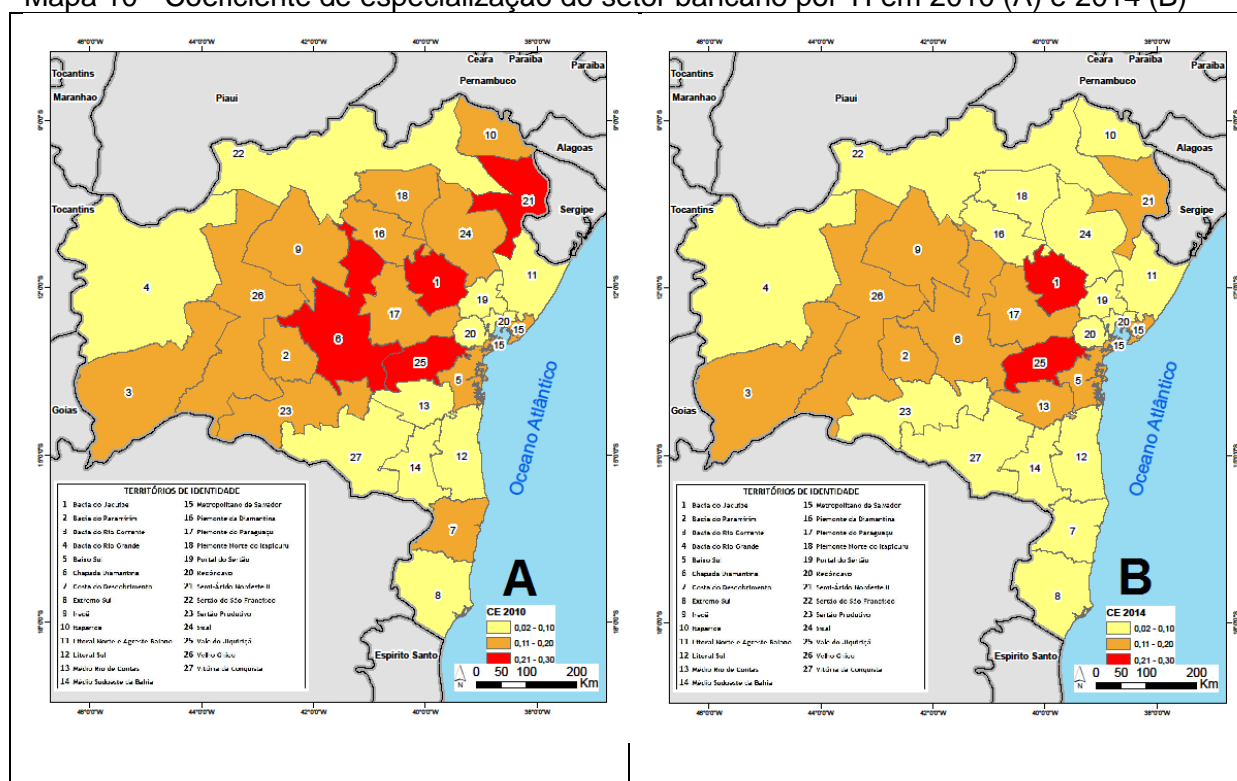
informacional constantes no Quadro A1 do Apêndice A, foram comparadas as distribuições percentuais desses canais de atendimento, quando então buscou-se identificar o grau de associação geográfica entre eles.

Os resultados obtidos para esse coeficiente, entre as agências bancárias e os bancos postais, foram $CA=0,277$ (ano 2010) e $CA=0,246$ (ano 2014). Os valores, mais próximos de zero, indicam uma significativa associação geográfica entre os canais de atendimento, ou seja, as agências bancárias estão distribuídas regionalmente da mesma forma que as unidades de bancos postais, mostrando que existe uma correlação geográfica nos padrões locacionais dos dois canais.

5.3.3 Coeficiente de Especialização

O CE foi utilizado como indicador para comparar a estrutura do arranjo produtivo do setor bancário nos TIs com a estrutura global do estado da Bahia, fornecendo informações sobre os níveis de especialização ou de diversificação das regiões no período estudado. No Mapa 10 tem-se a representação dos valores aferidos.

Mapa 10 - Coeficiente de especialização do setor bancário por TI em 2010 (A) e 2014 (B)



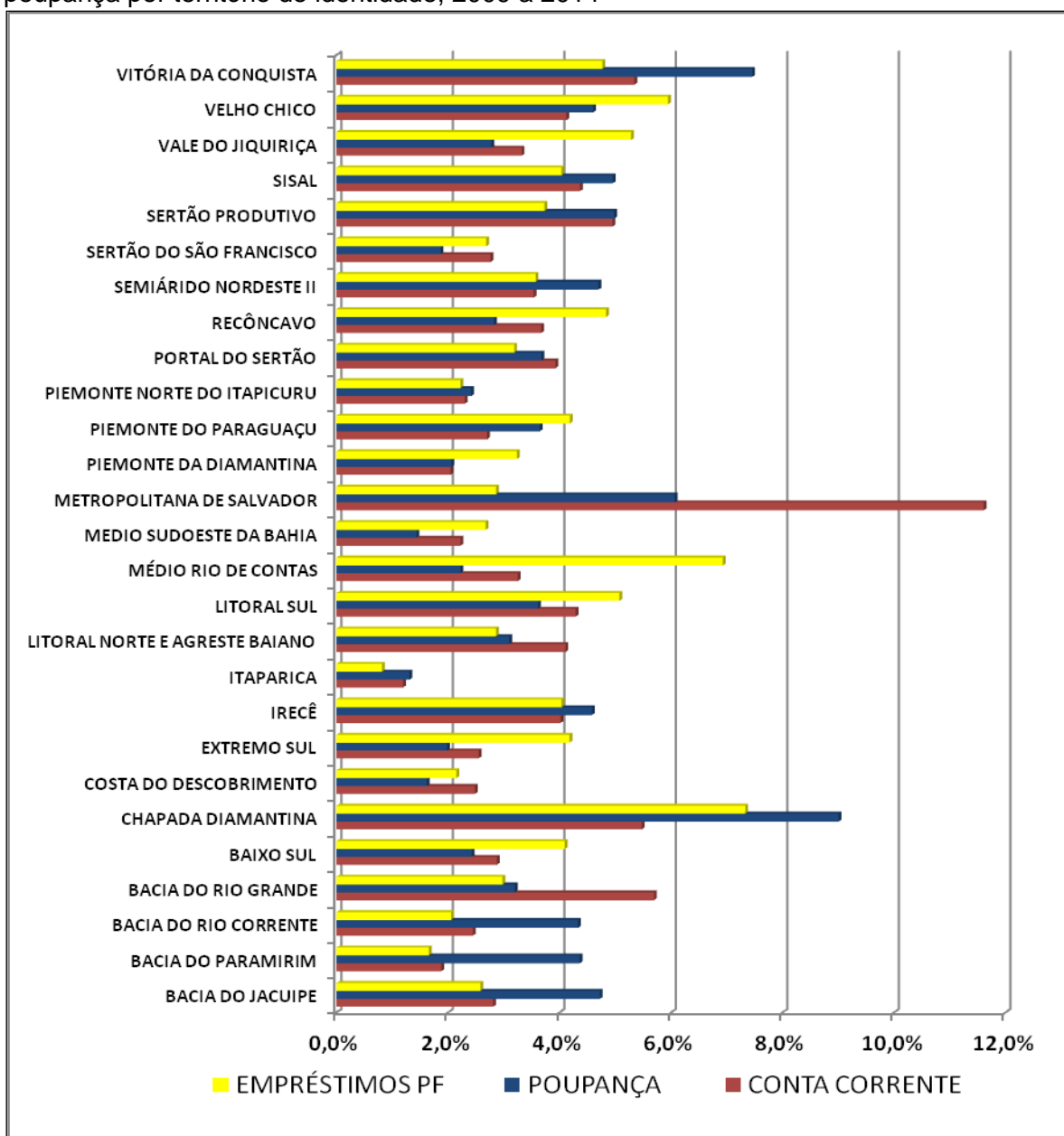
Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação, com dados do BACEN e ECT.

Os coeficientes de especialização, tanto para o ano de 2010 quanto para o de 2014, resultaram, para a totalidade dos TIs, em valores próximo de zero. Esses dados estão dispostos no Quadro A5 do Apêndice A. Conforme valores de referência para a interpretação desse coeficiente, todos os TI estão com uma composição, ou padrão de localização do setor bancário, equivalente à do Estado. Os territórios Bacia do Jacuípe e Vale do Jiquiriçá possuem coeficientes com valores um pouco mais elevados, mas ainda assim, não evidenciam a existência de um maior grau de especialização ou estrutura significativamente diversa da estrutura estadual.

5.4 DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES DO BP NA BAHIA

Os indicadores de uso dos serviços financeiros ofertados pelo Banco Postal no estado da Bahia contemplaram as atividades de abertura de conta corrente, empréstimos concedidos às pessoas físicas e depósitos em poupança. Apesar da variável conta corrente não ser considerada pelo BACEN para efeitos de mensuração do IIF, compreendeu-se ser um dado relevante para o presente estudo, considerando que a posse de uma conta corrente é uma das condições primárias para a utilização dos serviços de depósito em poupança e/ou tomada de empréstimo na instituição. Um comparativo da participação percentual dessas atividades por TI, acumulados no período de 2009 a 2014, pode ser verificado no Gráfico 10. Os respectivos valores, em termos absolutos, estão expostos no Anexo A.

Gráfico 10 - Proporção de conta corrente, empréstimo à pessoa física e depósito em poupança por território de identidade, 2009 a 2014



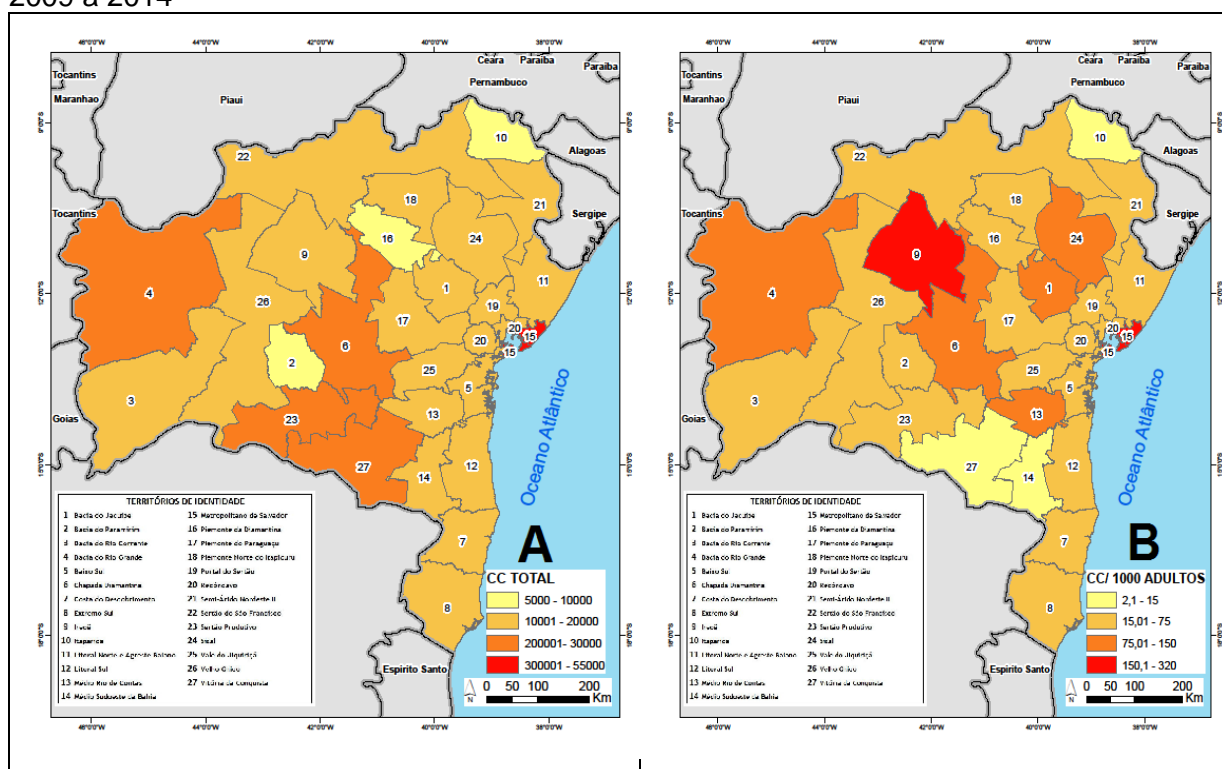
Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação, com dados da ECT.

Pelo comparativo demonstrado no Gráfico 10, não foi possível identificar, à priori, um padrão que permita uma associação entre a utilização dos serviços. Verifica-se que nos TIs Baixa do Rio Grande, Costa do Descobrimento, Litoral Norte e Agreste Baiano, Metropolitano de Salvador e Portal do Sertão a principal atividade desenvolvida pelo BP foi a abertura de conta corrente. Porém, em nenhum desses

TIs a captação de poupança e a concessão de empréstimos acompanhou o mesmo grau de desempenho.

Em termos absolutos, as agências do BP captaram um maior número de contas-corrente nos TIs Metropolitano de Salvador, Bacia do Rio Grande, Chapada Diamantina, Sertão Produtivo e Vitória da Conquista. Todavia, quando proporcionados pela sua população adulta, verifica-se que a atividade está mais concentrada nos territórios Metropolitano de Salvador e Irecê, respectivamente, havendo um grande distanciamento destes para os demais territórios, conforme demonstrado no Mapa 11.

Mapa 11 - Atividade conta corrente por TI: total absoluto (A) e total por 10mil adultos (B), 2009 a 2014



Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação, com dados da ECT e IBGE.

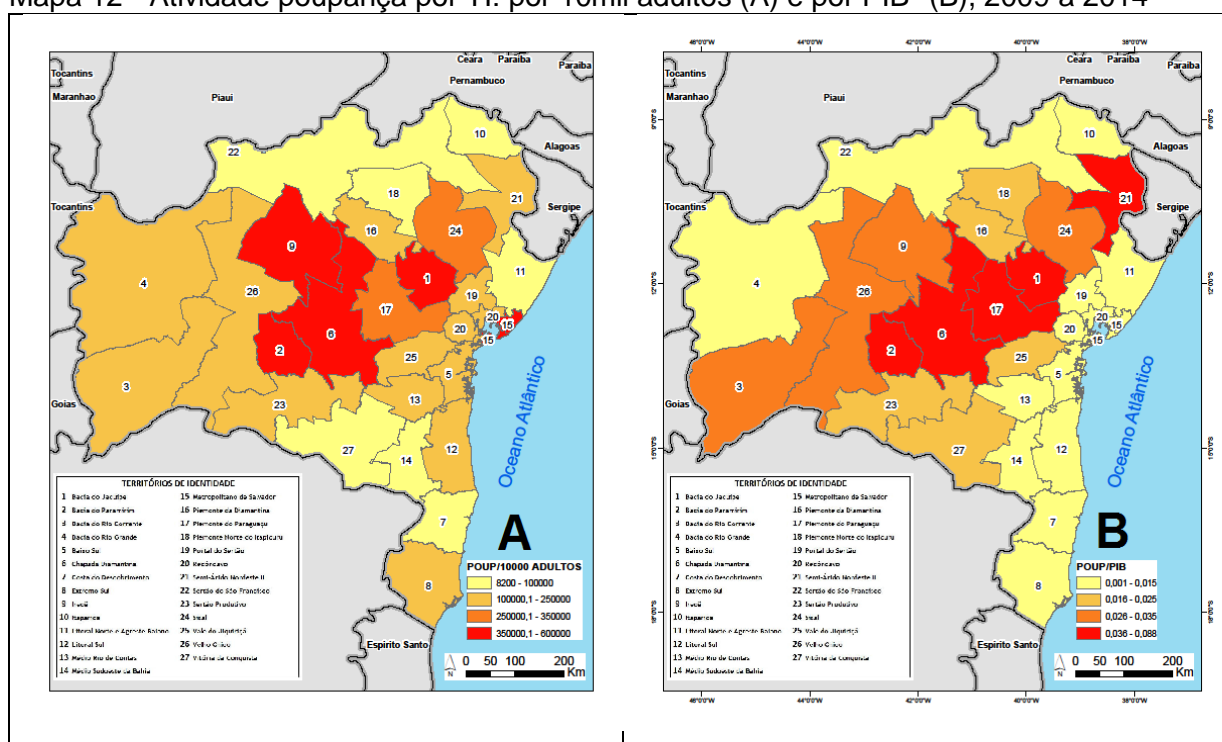
Os menores desempenhos do Banco Postal na abertura de contas-correntes são observados nos TIs de Itaparica (0,7%), Médio Sudoeste da Bahia (0,3%) e Vitória da Conquista (0,3%).

Para a mensuração do uso dos serviços de concessão de empréstimos e captação de poupança pelo BP em cada TI, seguiu-se a metodologia aplicada pelo BACEN para as variáveis que compõem o IIF. Sendo assim, foram considerados

quatro indicadores relacionados à questão: a) a razão empréstimos à PF/PIB; b) empréstimos (R\$ milhões) por 1.000 adultos; c) a razão depósitos em poupança/PIB e d) depósitos em poupança (R\$ milhões) por 1.000 adultos.

Em decorrência da indisponibilidade dos valores absolutos relativos ao PIB (preços correntes) e da população adulta dos TIs da Bahia para o ano de 2014, a verificação dos indicadores de uso dos serviços de captação de poupança e de empréstimos concedidos pelo BP levaram em consideração os dados absolutos existentes para as variáveis – população adulta (IBGE, 2010) e PIB (SEI, 2012). Os resultados encontrados estão, respectivamente, representados nos Mapas 12 e 13.

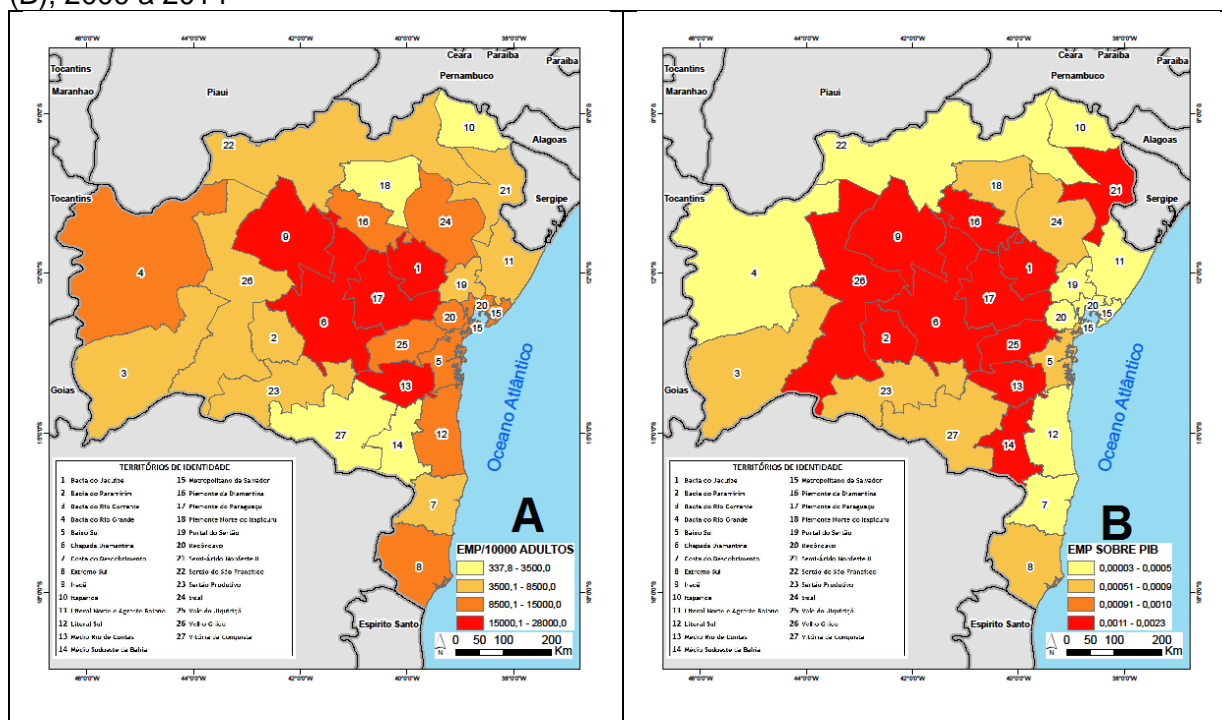
Mapa 12 - Atividade poupança por TI: por 10mil adultos (A) e por PIB* (B), 2009 a 2014



Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação, com dados do IBGE, SEI e ECT.

Nota: * PIB a preços correntes.

Mapa 13 - Atividade empréstimo concedido à PF por TID: por 10mil adultos (A) e por PIB* (B), 2009 a 2014



Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação, com dados do IBGE, SEI e ECT.

Nota: * PIB a preços correntes.

Em observação aos Mapas 12 e 13, verifica-se que a captação de poupança pelo correspondente Banco Postal não está, numa primeira análise, diretamente relacionada ao volume do PIB dos TIs, considerando que os territórios com maior produção econômica – Metropolitano de Salvador, Portal do Sertão e Bacia do Rio Grande não estão situados entre os TIs com maior captação de poupança pela instituição. Essa situação também é observada para a atividade de empréstimo, que concentrou suas atividades em territórios geograficamente centrais do Estado, e sem destaque em termos de dinamismo econômico.

Quando consideradas as distribuições das atividades de concessão de empréstimos e depósitos em poupança realizados pelo Banco Postal sob a dimensão populacional, também não foi possível estabelecer, a partir destes dados, uma relação direta entre as variáveis. Observa-se que territórios com a maior densidade demográfica não são, de modo geral, os principais usuários desses serviços junto ao BP. O território de Chapada Diamantina lidera o ranking de maior

volume de captação, seguido por Irecê e Semiárido do Nordeste, embora não apresentem as maiores populações do Estado.

5.5 ÍNDICE DE INCLUSÃO FINANCEIRA APLICADO ÀS ATIVIDADES DO BANCO POSTAL NO ESTADO DA BAHIA

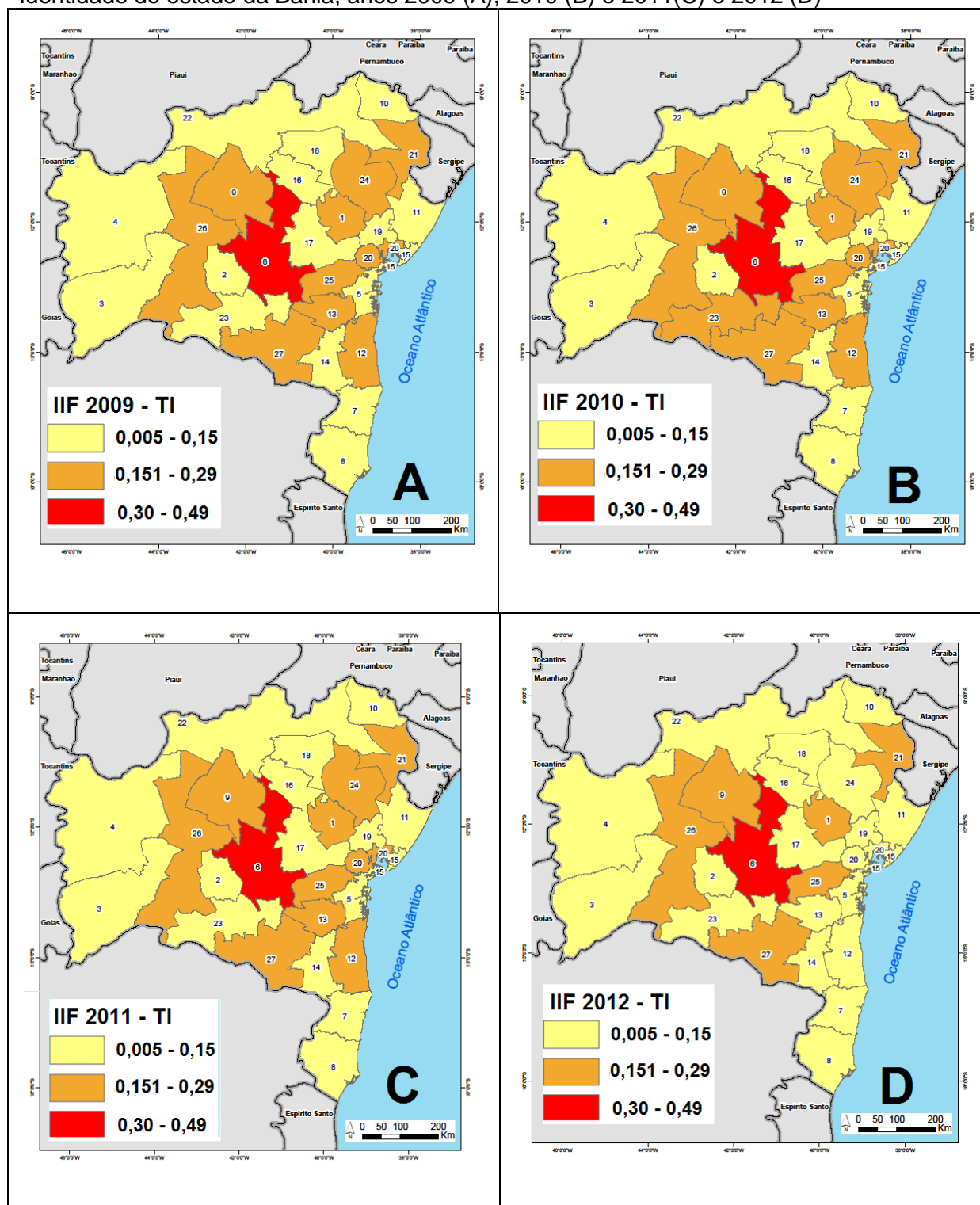
Nesta seção são apresentados os resultados apurados para o índice de Inclusão Financeira aplicados ao caso do Banco Postal, para cada território de identidade da Bahia, referentes ao período de 2009 a 2012. O estabelecimento desse índice objetivou mensurar o desempenho do BP, enquanto agente de IF, em termos das dimensões acesso e uso dos seus serviços, nas diferentes regiões do estado.

O cálculo do IIF do BP foi realizado a partir do método utilizado pelo BACEN para aferição do indicador oficial (apresentado no capítulo 3), mantendo-se as variáveis e dimensões de análise, em um recorte específico às atividades do Banco Postal. Portanto, no presente estudo, tem-se como proxy do BP o volume real de crédito concedido a pessoas físicas, e o volume real de depósitos em poupança por município. A definição dos pesos dos indicadores para o desenvolvimento das equações conta no Apêndice B.

Registra-se que, para este estudo, optou-se por trabalhar a dimensão demográfica tal qual o método do BACEN, sendo considerados os dados do IBGE (2010). Portanto, não houve a desagregação desse elemento em população adulta urbana e rural. Pondera-se, ainda, que as variáveis de uso do BP analisadas não estão disponíveis com esse nível de informação.

Os resultados obtidos a partir da agregação dos indicadores de acesso e uso dos serviços financeiros do BP nos territórios de identidade do estado da Bahia são evidenciados no Mapa 14.

Mapa 14 - Índice de Inclusão Financeira aplicado ao Banco Postal, por Território de Identidade do estado da Bahia, anos 2009 (A), 2010 (B) e 2011(C) e 2012 (D)



Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação, com dados da ECT, BACEN, SEI e IBGE.

Apesar do presente estudo mimetizar o método de cálculo do IIF adotado pelo BACEN, para fins de apuração dos valores desse indicador aplicado às atividades do Banco Postal, fez-se necessária a utilização da metodologia de Sarma (2008) para classificar os valores auferidos, visto que não foi possível obter publicações do BACEN que especifiquem a escala de classificação do grau de IIF nacional. Portanto, para a classificação do grau de IF promovida pelo BP em cada TI, consideram-se resultados entre $0,0 \leq \text{IIF BP} < 0,3$ como baixa IF e valores entre $0,3 \leq \text{IIF BP} < 0,5$ como média IF.

O único território em que o resultado do indicador apresentou uma classificação de média inclusão financeira, para todos os anos analisados, foi o Chapada Diamantina, com um IIF BP de 0,3124. Os TIs Sertão, Itaparica e Costa do Descobrimento são os mais distantes em termos de inclusão ao SFN promovido pelo Banco Postal.

Considerando que fora mantido o peso da proxy PIB no denominador das equações, tal qual metodologia do BACEN, confirma-se a hipótese de que os índices aferidos para o BP resultariam em um valor absoluto bastante reduzido em se comparando com os valores globais levantados pela instituição. Portanto, para a interpretação do desempenho atribuído ao BP, em termos de valores de IIF, compreende-se ser prudente não se balizar, exclusivamente, na classificação de Sarma (2008), sendo necessário realizar as análises dos resultados de forma comparativa entre as regiões da Bahia.

Verifica-se que os territórios economicamente mais desenvolvidos, tais como Portal do Sertão, Bacia do Rio Grande, Vitória da Conquista e Litoral Sul, não são as regiões de maior atuação do BP, cujos resultados obtidos para o IIF do BP estão entre os menores. A exceção ocorre no TI Metropolitano de Salvador, tendo em vista que a sua reduzida área geográfica (em comparação com os demais TI) influenciou favoravelmente a dimensão acesso geográfico, elevando o valor final do IIF.

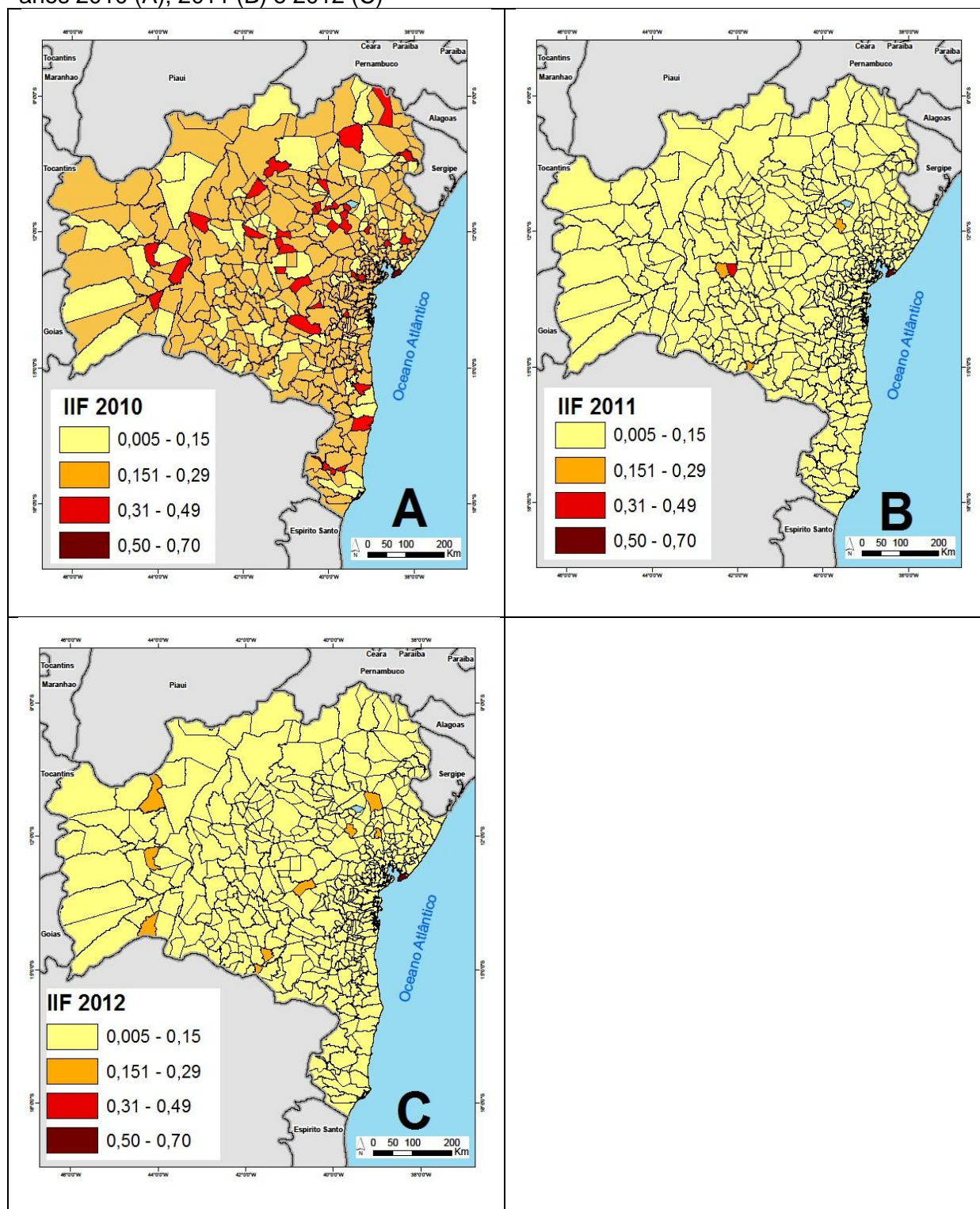
Uma sensível redução nos valores obtidos para o indicador foi observada nos anos de 2011 e 2012. Em 2011, foi o ano em que o BP vivenciou a substituição da sua instituição financeira parceira, deixando de ser correspondente do Banco Bradesco, para representar o Banco do Brasil. Considerando que os clientes

bancários detentores de conta corrente e/ou conta-poupança são vinculados à instituição financeira e não ao seu correspondente, infere-se que o declínio dos valores de IIF do BP, nesse período, possui relação direta com essa transição, à medida em que o BP precisou se reposicionar no mercado e reiniciar a captação de novos clientes usuários de seus serviços, reduzindo, temporariamente, o volume de atividades financeiras.

Apesar dos baixos valores obtidos para o IIF do BP nos TI, é possível depreender, a partir da análise individual das dimensões de acesso e uso de serviços financeiros, que o agente BP propiciou a expansão do acesso ao SFN para os territórios com menor dinâmica socioeconômica e suas atividades têm contribuído para a IF dessas populações.

Ao desagregar os valores de IIF para os municípios da Bahia, verifica-se a ocorrência de localidades em que o BP tem uma maior relevância no papel de agente de inclusão financeira da população, conforme representado no Mapa 15.

Mapa 15 - Índice de Inclusão Financeira aplicado ao Banco Postal, por município da Bahia, anos 2010 (A), 2011 (B) e 2012 (C)



Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação, com dados da ECT, BACEN, SEI e IBGE.

Sugere-se que, em âmbito municipal, o declínio dos valores de IIF do BP nos anos de 2011 e 2012 também pode ser reflexo da transição de instituição financeira parceira do BP no ano de 2011.

A cidade de Salvador foi a única classificada em alto IIF do BP para os três anos avaliados. A categorização de média IF foi alcançada em 36 municípios, no ano de 2010, e as demais localidades, representando 91% do total do estado, obtiveram valores equivalentes a baixo grau de inclusão. Notória se faz a inexistência de aglomerados municipais classificados com média IF do BP, estando todas essas distribuídas de forma esparsa pelo interior do estado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Bahia é marcada por desigualdades socioeconômicas em seu território. Em se tratando da estrutura de serviços do estado, especificamente no que tange ao setor bancário, as assimetrias existentes são atenuadas pela existência de diferentes canais de acesso a serviços financeiros. Contudo a oferta de serviços não é equilibrada entre as regiões, se considerarmos que o portfólio completo somente é encontrado em agências bancárias.

Apesar do significativo e importante aumento de 33% no número de agências, no período de 2010 a 2014, ainda persistem, nos dias de hoje, 116 localidades desassistidas desse canal de atendimento, evidenciando que ainda há uma grande carência de agências bancárias na Bahia e uma propensão de maior provimento de unidades nas regiões economicamente mais ativas do estado.

Existe uma expressiva concentração locacional das agências bancárias nos TI mais ricos e populosos da Bahia. Infere-se que, no estado, a decisão de localização dos bancos em um determinado mercado são baseados no potencial de mercado e no retorno financeiro esperado.

O Banco Postal possui uma distribuição espacial mais homogênea de suas dependências, tanto em nível municipal, quanto por TI. Os indicadores de acesso, que ponderam as perspectivas demográfica e geográfica, evidenciam melhores desempenhos desse indicador em localidades de menor dinamismo econômico. A maior equidade nos níveis de QL obtidos para o BP evidenciam uma maior dispersão dos seus pontos de atendimento. Compreende-se, portanto, que a distribuição locacional das dependências do Banco Postal atende a estratégia do PIF de oportunizar o acesso a serviços financeiros em localidades remotas, com reduzida dinâmica econômica e para populações de baixa renda.

Os quocientes locacionais e coeficientes de especialização não apresentaram indícios de *clusters* ou concentrações produtivas regionais relativas para as agências bancárias e os bancos postais. Contudo, compreende-se que tais medidas subvalorizam os canais agências e Banco Postal, que possuem um maior portfólio de serviços, quando, ao avaliar o setor bancário, mensura os diferentes tipos de canais de atendimento (PAB, PAA, PAE) com a mesma medida, sem considerar as

limitações de portfólio dos mesmos. Portanto, considera-se que o QL e o CE não garantem medidas de concentração do setor bancário na Bahia, apenas indica os TI que possuem uma diferenciação produtiva ou maior provimento de serviços. A existência de uma significativa associação geográfica entre agências e bancos postais possivelmente ocorra pelo compartilhamento dos mesmos recursos ou de fatores locais comuns.

No que refere-se às atividades de abertura de conta-corrente, depósitos em poupança e concessão de empréstimos, não foi possível identificar um padrão que permita uma associação entre a utilização dos serviços. Os TI com maior volume de captação de poupança e concessão de empréstimos não são os que possuem uma maior número de correntistas no BP, nem a maior população adulta. Os serviços de poupança e de empréstimos não estão, à priori, diretamente relacionados ao volume do PIB dos TIs. Portanto, não foi possível estabelecer, a partir desses dados, uma relação direta entre as atividades do BP e essas variáveis.

No que diz respeito ao estabelecimento do IIF atribuído ao BP, objetivou-se mensurar o desempenho desse agente na promoção da inclusão financeira na Bahia. Conforme se viu, a maioria dos valores obtidos foram muito baixos devido, essencialmente, ao volume das variáveis financeiras observadas serem parametrizadas pelo PIB dos municípios e TI. Portanto, os valores absolutos resultantes de IIF não podem ser utilizados como referência única para avaliar o grau de inclusão financeira proporcionado pelo BP no estado.

Na análise comparativa desse indicador entre os municípios, constatou-se uma equivalência de resultados em 91% dos casos. Os melhores desempenhos estão localizados em 37 cidades da Bahia, distribuídos, de forma esparsa, no interior do estado, em sua grande maioria, localidades desassistidas de agências bancárias e com baixo desenvolvimento econômico (em termos de PIB). Nesses termos, é possível concluir que o agente BP tem se revelado como instrumento eficiente para a expansão do acesso ao SFN, e suas atividades vêm privilegiando a inclusão financeira de populações residentes em localidades periféricas, com menor dinamismo socioeconômico e daquelas desassistidas de agências bancárias, democratizando o acesso aos serviços financeiros para a população baiana.

Com efeito, a presença maciça de dependências do BP no território baiano permite que as pessoas realizem suas transações bancárias no local onde residem, sem a necessidade de se deslocar para cidades centrais (ou maiores centros) e com horário ampliado em comparação ao praticado pelas agências bancárias. Essa facilidade gera comodidade e economicidade às pessoas, ao se considerar a redução de gastos de tempo e de despesas com deslocamentos

Acredita-se ainda que as facilidades econômicas proporcionadas pelo BP, decorrentes da maior acessibilidade aos serviços financeiros, em especial, do acesso ao crédito, possam contribuir para a ampliação da participação das pessoas na atividade econômica, quer seja para iniciar ou fortalecer um pequeno empreendimento produtivo, ou para viabilizar o consumo de bens e serviços essenciais à ampliação da renda e elevação da qualidade de vida, podendo conferir maior autonomia à sua condição de agente de mudanças.

Admite-se a possibilidade de que a manutenção das atividades financeiras dentro dos municípios estimule a dinâmica econômica e o desenvolvimento local, ao se supor que as pessoas gastem a maior parte de seus recursos monetários na própria localidade onde vivem. Infere-se, por esse motivo, que a atuação do BP contribua para evitar os vazamentos ou transferências de depósitos de regiões periféricas para outras regiões, considerando que o crédito fornecido pela instituição pode retornar para o benefício da própria localidade.

Contudo, seria precipitado e imprudente afirmar que o BP tem propiciado desenvolvimento econômico para essas localidades. Para uma análise dessa natureza, seria necessário o estabelecimento de correlações estatísticas entre as atividades do BP e os indicadores de desenvolvimento socioeconômicos municipais, o que, possivelmente, será objeto de um próximo estudo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla. O marco discursivo da 'participação solidária' e a nova agenda de formulação e implementação de ações sociais no Brasil. In: DAGNINO, Evelina et al. [Org.]. **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

ALVES, Sérgio Darcy da Silva; SOARES, Marden M. **Microfinanças: democratização do crédito no Brasil e atuação do Banco Central**. Brasília/DF: Banco Central do Brasil, 2006. 91p.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Perspectivas e desafios para inclusão financeira no Brasil: visão de diferentes atores**. Brasília/DF: BCB 2009, 254 p. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/Nor/Deorf/projincfin/livro_inclusao_financeira_internet.pdf. Acesso em: 5 set. 2014.

_____. **Relatório de Inclusão Financeira. n.1**. Brasília/DF: BACEN, 2010. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/?RELINCFIN>. Acesso em: 5 set. 2014.

_____. **Relatório de inclusão financeira, n. 2**. Brasília/DF: BCB 2011. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Nor/relinconfin/RIF2011.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2014.

_____. **Brasil, Inclusão financeira: mapas de acesso**. Brasília/DF: BCB 2012. 43 p. Disponível em : http://www.bcb.gov.br/nor/relinconfin/Mapas_de_Acesso_Inclusao_Financeira.pdf. Acesso em: 4 out. 2014.

_____. **Relatório de estabilidade financeira**, Brasília/DF: BCB, v. 12, n. 2, 2013. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/htms/estabilidade/2013_09/refP.pdf. Acesso em: 4 out. 2013.

_____. **Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito**. Coord. Marden Marques Soares e Abelardo Duarte de Melo Sobrinho. 2. ed. Brasília:BCB, 2008. 202 p.

_____. **Circular nº 220, de 15 de outubro de 1973**. Brasília/DF, 1973. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/1973/pdf/circ_0220_v1_O.pdf. Acesso em: 5 set. 2013.

_____. DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO – DEORF. **Quadro 4 – Atendimento bancário no País – Distribuição do quantitativo de municípios por região e UF**. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/htms/deorf/d200510/quadro4.asp>. Acesso em: 4 out. 2013.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001: luta contra a pobreza.** Washington D.C., 2002.

BERTHAUD, Alexandre. **A inclusão financeira postal: uma nova perspectiva.** Universal Union Postal. Lunes, dez/2012. Disponível em: <http://nextbillion.net/brasil/blogpost.aspx?blogid=2899>. Acesso em: 12 jul. 2015.

BRASIL. **Resolução 2.099, de 17 de agosto de 1994.** Brasília/DF, 1994 Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1994/pdf/res_2099_v1_o.pdf. Acesso em: 9 set. 2013.

BOYER, Robert. **A teoria da regulação: os fundamentos.** São Paulo: Liberdade, 2009.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de. **Sistema financeiro, crescimento e inclusão.** Brasil em desenvolvimento. Rio de Janeiro, 2003. (Ciclo de seminários UFRJ).

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Trad. Iraci D. Poletti. 9. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

CNBV. Financial Inclusion Report nº 1. Comision Nacional Bancaria y de Valores. México, 2009. 61 p. Disponível em: <http://www.cnbv.gob.mx/en/Inclusion/Documents/Reportes%20de%20IF/Financiamiento%20de%20Inclusion%20Report%201.pdf>. Acesso em: 4 dez.2014.

CORREIOS. [Portal institucional]. 2014. Disponível em: <www.correios.com.br> Acesso em: 4 dez. 2014.

CORREIOS. [Portal institucional]. 2015. Disponível em: <www.correios.com.br/para-voce/servicos-financeiros> Acesso em: 4 dez. 2014.

DPLAN – DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DOS CORREIOS. **Horizontes estratégicos.** Brasília/DF: ECT,2014. Disponível em: \\sac0424\AC\Presidencia\APLAN\ACESSO_EXTERNO\Horizontes_Estratégicos. Acesso em: 12 jun. 2014.

FIGUEIREDO, Ana Tereza Lanna. O papel da moeda nas teorias do desenvolvimento desigual: uma Abordagem Pós-Keynesiana. **Análise Econômica, Porto Alegre**, ano 27, n. 52, p. 185-200, set. 2009.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro: produtos e serviços.** 16. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em Desenvolvimento 2011: Estado, Planejamento e Políticas Públicas.** v.2. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/bd/publicacao_2011.html. Acesso em: 12 maio 2014.

_____. **As liberdades humanas como bases do desenvolvimento**: uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen. 2012. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1794.pdf. Acesso em: 19 nov. 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HADDAD, Paulo Roberto. **Economia Regional**: teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB, 1989.

JANUZZI, Paulo de Martinho. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. 2. ed. Campinas/SP: Alínea, 2003.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**: inflação e deflação. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

KUMAR, Anjali. **Access to financial services in Brazil**. Washington D.C., USA: The World Bank, 2004. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/EXTINCLUSIVEFINSYS/Resources/AccessstoFinancialServicesBrazil.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2014.

LA TORRE, M.; VENTO, G. A. **Microfinance**. N.Y., USA: Palgrave Macmillan, 2006.

LIMA, Ana Carolina da Cruz ; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra**: o caso do Brasil. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2009.

LOPES, A. S. **Desenvolvimento regional**. 58 ed. Lisboa: F. C. Gulbenkian, 2001.

LOPES, João do Carmo ; ROSSETTI, José Paschoal. **Economia Monetária**. 7. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 1998.

LOUREIRO, Eleonora Rodrigues. **Expansão dos correspondentes bancários no Brasil**: uma análise empírica. 2011. Dissertação (Mestrado)– Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2011.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968. 239 p.

PAULA, Luiz Fernando Rodriguez de. Tamanho, dimensão e concentração do Sistema Bancário no contexto de alta e baixa inflação no Brasil. *Belo Horizonte, Nova Economia*, v. 8, n. 1, p.87-116, 1998.

PERROUX, F. A empresa motora em uma região motora. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Belo Horizonte, v. 1, 1961.

PESSOTI, Gustavo Casseb ; PESSOTI, Bruno Casseb. Uma análise da política de atração de investimentos industriais da Bahia com especial referência ao recôncavo baiano no período 2000-2004. **Revista Desenhahia**, Salvador/ BA, n. 9, p. 89-116, set. 2008.

PIACENTI, Carlos Alberto; ALVES, Lucir Reinaldo ; LIMA, Jandir Ferreira de. O perfil locacional do emprego setorial no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza/CE, v. 39, n. 3, p. 482 – 502, jul.-set.2008.
http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1097. Acesso em: 5 jul. 2015.

ROCHA, Bruno de Paula. **Ensaio sobre economia bancária e política monetária no Brasil em uma abordagem regionalizada**. São Paulo, 2007. 165 p. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-18072007-114536/pt-br.php>. Acesso em: 5 jul. 2015.

SARMA, Mandira. **Index of financial inclusion**. Working Paper nº 215. Indian Council for Research on International Economic Relations. Índia, 2008. 26 p. Disponível em: http://icrier.org/pdf/Working_Paper_215.pdf. Acesso em: 4 dez. 2014.

SARMA, Mandira. **Index of financial inclusion**. Discussion Papers in Economics. Paper 10-05. Jawaharlal Nehru University. New Delhi, Índia, 2010. 29 p. Disponível em: http://www.jnu.ac.in/sis/citd/DiscussionPapers/DP05_2010.pdf. Acesso em: 4 dez. 2014.

SEI – SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Índice de desenvolvimento econômico e social dos municípios**. Salvador, 2008. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=74&Itemid=110. Acesso em: 8 jul. 2014.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SICSÚ, J; CROCCO, M. Em busca de uma teoria da localização das agências bancárias: algumas evidências do caso brasileiro. **Economia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 25-42, 2003. Disponível em: www.anpec.org.br/revista/vol4/v4n1p85_112.pdf. Acesso em: 5 jul. 2014.

SILVA, Guilherme J.C. da; JAYME Jr., Frederico G. Estratégia de localização bancária: teoria e evidência empírica aplicada ao Estado de Minas Gerais. *Texto para discussão*, Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, n. 410, 2010. 32p.

SORGATO, L. A. A.; FERREIRA JUNIOR, R.R. Desigualdade financeira regional: vazamento de depósitos no nordeste brasileiro. **Revista Economia NE**, Fortaleza, v. 45, n. 2, p. 17-31, abr./jun. 2014.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p.20-45, jul./dez. 2006.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.

SPINOLA, Noelio Dantaslé. **A trilha perdida**: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX. Salvador: UNIFACS, 2009. 528p.

TORO, Eduardo Dalbo Contrera. **Organização do sistema financeiro brasileiro**: impactos dos Correspondentes no mercado de Crédito. 2009. Monografia. Campinas/SP, 2009. 55p.

TOSCANO, I. **Microcrédito**: uma filosofia de mudança. São Paulo: Federação de Apoio aos Pequenos Empreendimentos, 2001.

VASCONCELOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

APÊNDICE A – CÁLCULO DAS MEDIDAS DE LOCALIZAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DO SETOR BANCÁRIO NOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DO ESTADO DA BAHIA

O ponto de partida para o cálculo das medidas de localização e especialização é a montagem de uma matriz de informações, que relacione a distribuição setorial e espacial de uma determinada variável-base em dois momentos distintos, visando analisar a ocorrência de mudança na tendência e na estrutura setorial para o período. O modelo matricial adotado no estudo teve como base o proposto por Haddad (1989), apresentado na Figura A1.

Figura A1: Matriz das informações regionais

	← Região j →		
		↑	
←	E_{ij}	→	$\sum_j E_{ij}$
		↓	
↑	$\sum_i E_{ij}$		$\sum_{i,j} E_{ij}$

Fonte: Haddad (1989, p. 214).

Onde:

E_{ij} = o número da variável-base do setor i na região j ;

$\sum_j E_{ij}$ = somatório da variável-base de todos os setores da região j ;

$\sum_i E_{ij}$ = representa a variável-base do setor i de todas as regiões;

$\sum_{i,j} E_{ij}$ = somatório da variável-base de todos os setores e regiões.

Para a montagem da matriz de informações do setor bancário na Bahia (Quadro A1) foi utilizado como variável-base o número de estabelecimentos bancários em cada município do Estado, com posterior agregação dos dados pelos respectivos TIs. A distribuição da variável-base por setor de atividade (dispostas nas linhas do quadro) deu-se pelas diferentes modalidades de pontos de atendimento bancário (agência, PAA, PAE, PAB e Banco Postal). As quantidades de estabelecimentos foram obtidas junto ao BACEN e a ECT, e possuem como referência temporal comparativa os períodos de dez/2010 e dez/2014.

Quadro A1 - Matriz de informações do setor bancário por território de identidade do estado da Bahia (2010 e 2014)

TIPO DE PONTO	BACIA DO JACUIPE		BACIA DO PARAMIRIM		BACIA DO RIO CORRENTE		BACIA DO RIO GRANDE		BAIXO SUL	
	2010	2014	2010	2014	2010	2014	2010	2014	2010	2014
AGÊNCIA BANCÁRIA	8	11	9	13	12	16	26	42	15	20
PAB	0	0	0	0	0	1	3	4	0	1
PAA	8	9	3	3	5	6	5	6	6	8
PAE	24	28	15	18	21	29	46	62	26	36
BANCO POSTAL	14	14	9	9	11	11	15	15	14	14
TOTAL DE PONTOS*	54	62	36	43	49	63	95	129	61	79

TIPO DE PONTO	CHAPADA DIAMANTINA		COSTA DO DESCOBRIMENTO		EXTREMO SUL		IRECÊ		ITAPARICA	
	2010	2014	2010	2014	2010	2014	2010	2014	2010	2014
AGÊNCIA BANCÁRIA	18	29	19	26	29	38	19	26	10	13
PAB	0	0	4	4	5	3	1	0	1	2
PAA	10	11	1	2	3	4	8	8	2	3
PAE	29	46	67	69	51	64	31	38	33	38
BANCO POSTAL	24	24	11	11	13	13	20	20	6	6
TOTAL DE PONTOS*	81	110	102	112	101	122	79	92	52	62

TIPO DE PONTO	LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO		LITORAL SUL		MÉDIO RIO DE CONTAS		MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA		METROPOLITANO DE SALVADOR	
	2010	2014	2010	2014	2010	2014	2010	2014	2009	2014
AGÊNCIA BANCÁRIA	29	43	49	57	17	20	17	23	298	352
PAB	4	9	21	22	1	2	2	3	159	155
PAA	9	9	10	12	6	10	1	2	1	4
PAE	72	66	112	133	49	54	31	36	807	789
BANCO POSTAL	23	23	27	27	16	16	11	11	46	44
TOTAL DE PONTOS*	137	150	219	251	89	102	62	75	1311	1344

TIPO DE PONTO	PIEMONTE DA DIAMANTINA		PIEMONTE DO PARAGUAÇU		PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU		PORTAL DO SERTÃO		RECÔNCAVO	
	2010	2014	2010	2014	2010	2014	2010	2014	2010	2014
AGÊNCIA BANCÁRIA	12	18	13	20	12	16	47	60	35	44
PAB	0	2	1	1	2	4	14	16	5	6
PAA	3	3	5	7	5	8	4	6	5	8
PAE	21	29	21	31	24	34	113	125	61	79
BANCO POSTAL	10	10	13	13	10	10	19	20	21	21
TOTAL DE PONTOS*	46	62	53	72	53	72	197	227	127	158

TIPO DE PONTO	SEMIÁRIDO NORDESTE II		SERTÃO DO SÃO FRANCISCO		SERTÃO PRODUTIVO		SISAL		VALE DO JQUIRIÇA	
	2010	2014	2010	2014	2010	2014	2010	2014	2010	2014
AGÊNCIA BANCÁRIA	18	27	19	29	26	38	20	41	16	20
PAB	0	0	5	4	4	5	1	4	0	0
PAA	6	11	2	4	4	6	7	10	10	13
PAE	24	42	35	50	44	58	46	70	25	35
BANCO POSTAL	18	18	10	10	19	19	22	22	20	20
TOTAL DE PONTOS*	66	98	71	97	97	126	96	147	71	88

TIPO DE PONTO	VELHO CHICO		VITÓRIA DA CONQUISTA		TOTAL	
	2010	2014	2010	2014	2010	2014
AGÊNCIA BANCÁRIA	15	28	35	49	843	1119
PAB	0	1	8	8	241	257
PAA	5	7	10	10	144	190
PAE	29	41	80	110	1937	2210
BANCO POSTAL	17	17	26	26	465	464
TOTAL DE PONTOS*	66	94	159	203	3630	4240

Fonte: Elaborado com dados do BACEN e ECT (2015).

Nota: * Excluídos os pontos de correspondentes devido a indisponibilidade dessa informação em âmbito municipal para o estado da Bahia.

A partir dos dados da matriz informacional do Quadro A1, foram calculadas as medidas de análise regional que permitiram, apenas de forma quantitativa, verificar os padrões de distribuição das estruturas de atendimento do setor bancário nos territórios de identidade do estado da Bahia. Para a mensuração das medidas de localização e especialização foram aplicadas as equações do quociente locacional e dos coeficientes de especialização e associação geográfica contidos no Quadro A2.

Quadro A2 - Descrição do padrão de análise das medidas de localização e especialização

Indicador	Equação	Interpretação dos resultados
Quociente Locacional (QL)	$QL_{ij} = \frac{E_{ij} / E_{\cdot j}}{E_{i\cdot} / E_{\cdot\cdot}} > 1$	QL ≥ 1: Localização significativa 0,50 ≤ QL ≤ 0,99: Localização média QL ≤ 0,49: Localização fraca
Coeficiente de especialização (CE)	$CE_j = \frac{\sum_i (i^{ej} - i^{e\cdot})}{2}, \quad 0 \leq CE_j \leq 1$	CE ≈ 0: diversificação significativa CE ≈ 1: especialização significativa
Coeficiente de Associação Geográfica (CA)	$CA_{ik} = \frac{\sum_j (j^{ei} - j^{ek})}{2}$	CA ≈ 0: acentuada associação geográfica CA ≈ 1: reduzida associação geográfica

Fonte: Piacenti *et al.* (2008, p. 485) e Pessoti e Pessoti (2008, p. 104-106) *apud* Haddad (1989).

O valor do QL é obtido pela divisão da resultante entre o valor do setor na região *i* no ano *j* e o valor total do setor em todas as regiões no ano *j*, sobre a resultante entre o valor total de todos os setores da região *i* no ano *j* e o valor total de todos os setores em todas as regiões no ano *j*.

Para medir o CE, toma-se o somatório do valor absoluto da diferença entre o percentual de cada setor da região *i* no ano *n* e o percentual do total estadual de cada setor correspondente ao ano *n*.

Para a obtenção do CA, faz-se o somatório dos valores absolutos da diferença entre o percentual do setor *i* no ano *j* em todas as regiões, e o percentual do setor *k* em todas as regiões no ano *j* correspondente, sendo o valor resultante dividido por dois.

A aplicação das equações apresentadas no Quadro A2, com os dados da matriz de informações do setor bancário por TI da Bahia, gerou os resultados para o QL, o CE e o CA apresentados nos Quadros A3, A4 e A5, respectivamente:

Quadro A3: Quociente locacional por modalidade de estabelecimento bancário nos territórios de identidade do Estado da Bahia (2010 e 2014).

TIPO DE PONTO	BACIA DO JACUIPE		BACIA DO PARAMIRIM		BACIA DO RIO CORRENTE		BACIA DO RIO GRANDE		BAIXO SUL	
	2010	2014	2010	2014	2010	2014	2010	2014	2010	2014
AGÊNCIA BANCÁRIA	0,64	0,67	1,08	1,15	1,05	0,96	1,18	1,23	1,06	0,96
PAB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,26	0,48	0,51	0,00	0,21
PAA	3,73	3,24	2,10	1,56	2,57	2,13	1,33	1,04	2,48	2,26
PAE	0,83	0,87	0,78	0,80	0,80	0,88	0,91	0,92	0,80	0,87
BANCO POSTAL	2,02	2,06	1,95	1,91	1,75	1,60	1,23	1,06	1,79	1,62

TIPO DE PONTO	CHAPADA DIAMANTINA		COSTA DO DESCOBRIMENTO		EXTREMO SUL		IRECÊ		ITAPARICA	
	2010	2014	2010	2014	2010	2014	2010	2014	2010	2014
AGÊNCIA BANCÁRIA	0,96	1,00	0,80	0,88	1,24	1,18	1,04	1,07	0,83	0,79
PAB	0,00	0,00	0,59	0,59	0,75	0,41	0,19	0,00	0,29	0,53
PAA	3,11	2,23	0,25	0,40	0,75	0,73	2,55	1,94	0,97	1,08
PAE	0,67	0,80	1,23	1,18	0,95	1,01	0,74	0,79	1,19	1,18
BANCO POSTAL	2,31	1,99	0,84	0,90	1,00	0,97	1,98	1,99	0,90	0,88

TIPO DE PONTO	LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO		LITORAL SUL		MÉDIO RIO DE CONTAS		MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA		METROPOLITANO DE SALVADOR	
	2010	2014	2010	2014	2010	2014	2010	2014	2009	2014
AGÊNCIA BANCÁRIA	0,91	1,09	0,96	0,86	0,82	0,74	1,18	1,16	0,98	0,99
PAB	0,44	0,99	1,44	1,45	0,17	0,32	0,49	0,66	1,83	1,90
PAA	1,66	1,34	1,15	1,07	1,70	2,19	0,41	0,60	0,02	0,07
PAE	0,98	0,84	0,96	1,02	1,03	1,02	0,94	0,92	1,15	1,13
BANCO POSTAL	1,31	1,40	0,96	0,98	1,40	1,43	1,39	1,34	0,27	0,30

TIPO DE PONTO	PIEMONTE DA DIAMANTINA		PIEMONTE DO PARAGUAÇU		PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU		PORTAL DO SERTÃO		RECÔNCAVO	
	2010	2014	2010	2014	2010	2014	2010	2014	2010	2014
AGÊNCIA BANCÁRIA	1,12	1,10	1,06	1,05	0,97	0,84	1,03	1,00	1,19	1,06
PAB	0,00	0,53	0,28	0,23	0,57	0,92	1,07	1,16	0,59	0,63
PAA	1,64	1,08	2,38	2,17	2,38	2,48	0,51	0,59	0,99	1,13
PAE	0,86	0,90	0,74	0,83	0,85	0,91	1,07	1,06	0,90	0,96
BANCO POSTAL	1,70	1,47	1,91	1,65	1,47	1,27	0,75	0,81	1,29	1,21

TIPO DE PONTO	SEMIÁRIDO NORDESTE II		SERTÃO DO SÃO FRANCISCO		SERTÃO PRODUTIVO		SISAL		VALE DO JQUIRIÇA	
	2010	2014	2010	2014	2010	2014	2010	2014	2010	2014
AGÊNCIA BANCÁRIA	1,17	1,04	1,15	1,13	1,15	1,14	0,90	1,06	0,97	0,86
PAB	0,00	0,00	1,06	0,68	0,62	0,65	0,16	0,45	0,00	0,00
PAA	2,29	2,50	0,71	0,92	1,04	1,06	1,84	1,52	3,55	3,30
PAE	0,68	0,82	0,92	0,99	0,85	0,88	0,90	0,91	0,66	0,76
BANCO POSTAL	2,13	1,68	1,10	0,94	1,53	1,38	1,79	1,37	2,20	2,08

TIPO DE PONTO	VELHO CHICO		VITÓRIA DA CONQUISTA	
	2010	2014	2010	2014
AGÊNCIA BANCÁRIA	0,98	1,13	0,95	0,91
PAB	0,00	0,18	0,76	0,65
PAA	1,91	1,66	1,59	1,10
PAE	0,82	0,84	0,94	1,04
BANCO POSTAL	2,01	1,65	1,28	1,17

Fonte: Elaborado a partir de dados do BACEN e ECT (2015).

Quadro A4 - Coeficiente de especialização do setor bancário nos territórios de identidade do Estado da Bahia (2010 e 2014).

CE/TID	BACIA DO JACUIPE		BACIA DO PARAMIRIM		BACIA DO RIO CORRENTE		BACIA DO RIO GRANDE		BAIXO SUL	
	2010	2014	2010	2014	2010	2014	2010	2014	2010	2014
	0,240	0,217	0,183	0,163	0,171	0,116	0,084	0,070	0,174	0,124

CE/TID	CHAPADA DIAMANTINA		COSTA DO DESCOBRIMENTO		EXTREMO SUL		IRECÊ		ITAPARICA	
	2010	2014	2010	2014	2010	2014	2010	2014	2010	2014
	0,252	0,164	0,123	0,095	0,056	0,051	0,195	0,169	0,101	0,095

CE/TID	LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO		LITORAL SUL		MÉDIO RIO DE CONTAS		MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA		METROPOLITANO DE SALVADOR	
	2010	2014	2010	2014	2010	2014	2010	2014	2010	2014
	0,066	0,082	0,035	0,039	0,096	0,109	0,091	0,080	0,137	0,121

CE/TID	PIEMONTE DA DIAMANTINA		PIEMONTE DO PARAGUAÇU		PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU		PORTAL DO SERTÃO		RECÔNCAVO	
	2010	2014	2010	2014	2010	2014	2010	2014	2010	2014
	0,143	0,082	0,185	0,137	0,115	0,096	0,051	0,040	0,081	0,044

CE/TID	SEMIÁRIDO NORDESTE II		SERTÃO DO SÃO FRANCISCO		SERTÃO PRODUTIVO		SISAL		VALE DO JQUIRIÇA	
	2010	2014	2010	2014	2010	2014	2010	2014	2010	2014
	0,236	0,153	0,052	0,035	0,105	0,082	0,134	0,078	0,255	0,221

CE/TID	VELHO CHICO		VITÓRIA DA CONQUISTA	
	2010	2014	2010	2014
	0,166	0,135	0,059	0,044

Fonte: Elaborado a partir de dados do BACEN e ECT (2015).

Quadro A5 - Coeficiente de associação geográfica entre as agências bancárias e os bancos postais no estado da Bahia (2010 e 2014)

Coeficiente de Associação Geográfica	2010	2014
	0,277	0,246

APÊNDICE B - DEFINIÇÃO DOS PESOS DOS INDICADORES DO IIF PARA O CASO DO BANCO POSTAL APLICADO AO ESTADO DA BAHIA

Para definir os pesos (w_i) para cada indicador (X_i) foi utilizada a técnica matemática de análise de componentes principais (ACP). Eles foram considerados a partir da importância de cada um deles nos componentes principais (CP), ponderados pelo grau de variação de cada componente. Sendo dessa forma definidos como média ponderada do grau de importância deles na CP, tendo a variação dessas componentes como ponderador. A ACP foi realizada com o auxílio do software SPSS (*Statistical Package for Social Sciences for Windows*) versão 22.

Devido à dificuldade de acesso aos dados para ponderar os outros indicadores do SFN e, considerando os limites propostos pelo presente estudo, foram selecionados os indicadores de acesso e uso registrados no Quadro A6.

Quadro A6 – Indicadores de acesso e de uso ao SFN

Variável	Descrição da Variável
X1	Correspondentes BP por 1.000 km ²
X2	Correspondentes BP por 10.000 adultos
X3	Razão Crédito/PIB
X4	Crédito (R\$ milhões) por 1000 adultos
X5	Razão Depósito/PIB
X6	Depósitos (R\$ milhões) por 1000 adultos

Na Tabela A1 constam os indicadores para ACP dos municípios da Bahia. Os períodos estudados foram 2009 a 2012 e o peso foi elaborado com a média dos indicadores dentro desse período.

Tabela A1 – Indicadores para ACP nos municípios da Bahia, 2009-2012

Município	x1	x2	x3	x4	x5	x6
	Correspon dentes bancários/ 1.000 km ²	Correspon dentes bancários/ 10.000 adultos	Razão de Crédito/PIB	Crédito/100 0 adultos	Razão Depósito/PI B	Débito/100 0 adultos
Abaíra	16,97	13,36	0,00	8,29	0,01	266,69
Abaré	7,41	9,38	0,00	4,07	0,01	539,23
Acajutiba	25,85	4,85	0,00	27,13	0,01	482,41
Adustina	9,49	5,26	0,00	11,93	0,00	327,95
Água Fria	7,55	4,34	0,00	10,32	0,00	307,72
Aiquara	37,57	17,47	0,00	96,05	0,01	232,98
Alagoinhas	102,34	7,07	0,00	6,42	0,00	281,10
Alcobaça	8,78	8,70	0,00	27,54	0,00	166,05
Almadina	27,88	14,76	0,00	94,95	0,01	467,31
Amargosa	75,56	13,64	0,00	13,66	0,00	291,73
Amélia Rodrigues	80,70	7,52	0,00	10,97	0,00	202,18
América Dourada	14,30	10,91	0,00	21,79	0,01	773,42
Anagé	3,59	3,66	0,00	6,89	0,00	243,24
Andaraí	4,83	9,42	0,00	88,34	0,01	485,48
Andorinha	4,01	4,65	0,00	35,25	0,00	560,25
Angical	3,27	4,84	0,00	11,73	0,00	204,02
Anguera	45,19	10,13	0,00	59,68	0,01	298,43
Antas	15,64	3,75	0,00	34,38	0,01	728,33
Antônio Cardoso	13,58	4,72	0,00	43,42	0,01	515,75
Antônio Gonçalves	15,93	6,30	0,00	23,64	0,01	424,53
Aporá	12,46	5,55	0,00	24,94	0,01	475,36
Apuarema	25,83	7,42	0,00	50,54	0,00	143,85
Araças	8,21	4,90	0,00	16,27	0,00	477,24
Aracatu	3,36	4,77	0,00	56,74	0,03	1.764,04
Araci	10,92	4,85	0,00	35,91	0,01	1.418,12
Aramari	12,13	5,32	0,00	13,96	0,01	374,32
Arataca	15,99	8,62	0,00	2,16	0,00	216,49
Aratuípe	27,60	8,09	0,00	38,87	0,01	539,16
Aurelino Leal	15,29	7,23	0,00	28,12	0,01	295,00
Baianópolis	0,90	3,01	0,00	15,67	0,01	574,46
Baixa Grande	8,45	5,60	0,00	9,56	0,01	945,16
Banzaê	30,81	8,30	0,00	6,50	0,01	475,89
Barra	1,66	5,87	0,00	29,52	0,00	602,13
Barra da Estiva	6,68	5,90	0,00	33,90	0,01	683,79
Barra do Choça	26,29	6,85	0,00	1,02	0,00	108,30
Barra do Mendes	7,14	10,79	0,00	7,22	0,01	462,24
Barra do Rocha	19,20	8,64	0,00	24,06	0,01	299,96
Barreiras	11,58	9,06	0,00	32,80	0,00	480,00
Barro Alto	16,80	7,13	0,00	30,26	0,01	754,98
Barro Preto	31,16	8,27	0,00	47,69	0,01	227,02
Barrocas	24,88	4,82	0,00	16,14	0,00	287,64
Belmonte	5,61	7,23	0,00	18,80	0,00	115,18
Belo Campo	6,36	3,38	0,00	11,25	0,00	371,04
Biritinga	14,54	7,44	0,00	28,70	0,01	583,36
Boa Nova	6,91	5,34	0,00	13,45	0,01	360,75
Boa Vista do Tupim	8,54	19,06	0,00	69,07	0,01	752,02
Bom Jesus da Lapa	6,43	6,01	0,00	46,16	0,00	1.486,35

Município	x1	x2	x3	x4	x5	x6
	Corresponde ntes bancários/ 1.000 km ²	Corresponde ntes bancários/ 10.000 adultos	Razão de Crédito/PIB	Crédito/1000 adultos	Razão Depósito/PIB	Débito/1000 adultos
Cícero Dantas	22,29	6,11	0,00	64,09	0,01	1.155,96
Cipó	93,52	10,66	0,00	42,15	0,01	481,40
Coaraci	45,99	8,28	0,00	27,58	0,00	292,56
Cocos	0,59	4,55	0,00	13,33	0,00	636,80
Conceição da Feira	67,53	7,30	0,00	13,18	0,01	738,53
Conceição do Almeida	86,23	17,97	0,00	21,97	0,01	514,85
Conceição do Coité	20,67	4,60	0,00	24,14	0,00	314,61
Conceição do Jacuípe	195,70	10,12	0,00	7,07	0,00	303,51
Conde	13,48	8,23	0,00	39,01	0,00	318,49
Condeúba	5,44	5,60	0,00	2,23	0,01	537,21
Contendas do Sincorá	5,74	17,15	0,01	225,16	0,05	1.150,66
Coração de Maria	34,47	7,25	0,00	15,68	0,00	354,24
Cordeiros	18,67	16,05	0,00	45,74	0,04	1.567,14
Coribe	1,98	4,71	0,00	16,30	0,01	552,68
Coronel João Sá	16,98	12,56	0,00	43,26	0,01	835,52
Correntina	1,34	7,04	0,00	5,15	0,00	794,98
Cotegipe	1,43	6,15	0,00	12,39	0,01	674,38
Cravolândia	80,16	35,37	0,00	30,16	0,01	408,86
Crisópolis	9,87	4,21	0,00	6,46	0,00	323,69
Cristópolis	23,97	25,64	0,00	24,07	0,02	1.093,02
Cruz das Almas	336,20	10,84	0,00	36,96	0,00	368,69
Curaçá	1,64	4,41	0,00	18,78	0,00	346,27
Dário Meira	24,70	12,08	0,00	53,46	0,01	656,80
Dias d'Ávila	119,42	4,57	0,00	14,23	0,00	522,45
Dom Basílio	13,30	10,31	0,00	13,66	0,00	207,04
Dom Macedo Costa	35,39	10,00	0,00	62,11	0,01	259,14
Elísio Medrado	51,67	16,27	0,00	20,30	0,02	727,91
Encruzilhada	6,56	7,77	0,00	8,23	0,00	334,46
Entre Rios	17,28	7,47	0,00	9,22	0,00	696,25
Érico Cardoso	18,53	15,58	0,00	74,75	0,04	1.985,27
Esplanada	26,50	15,57	0,00	2,76	0,00	163,66
Euclides da Cunha	13,87	7,56	0,00	6,00	0,00	452,87
Eunápolis	42,40	6,89	0,00	15,12	0,00	433,99
Fátima	19,48	5,34	0,00	35,96	0,02	1.398,41
Feira da Mata	57,54	209,29	0,00	49,32	0,01	603,32
Feira de Santana	212,26	6,73	0,00	51,52	0,00	2.001,64
Filadélfia	14,03	6,56	0,00	11,29	0,01	437,66
Firmino Alves	55,41	22,74	0,00	24,72	0,01	273,55
Floresta Azul	13,63	5,06	0,00	19,13	0,01	306,74
Formosa do Rio Preto	1,10	11,56	0,00	11,50	0,00	427,49
Gandu	69,92	7,70	0,00	11,16	0,00	298,82
Gavião	8,11	8,52	0,00	12,80	0,02	391,77
Gentio do Ouro	0,54	2,58	0,00	18,34	0,01	679,68
Glória	4,78	5,34	0,00	24,86	0,00	378,34
Gongogi	20,24	6,52	0,00	30,75	0,01	273,93
Governador Mangabeira	141,09	10,22	0,00	16,25	0,00	295,60
Guajeru	8,55	10,04	0,00	40,21	0,05	1.662,55
Guanambi	50,13	10,72	0,00	6,13	0,00	731,58

Município	x1	x2	x3	x4	x5	x6
	Corresponde ntes bancários/ 1.000 km²	Corresponde ntes bancários/ 10.000 adultos	Razão de Crédito/PIB	Crédito/1000 adultos	Razão Depósito/PIB	Débito/1000 adultos
Guaratinga	3,01	4,40	0,00	26,57	0,00	285,79
Heliópolis	16,00	5,18	0,00	21,21	0,02	918,48
Iaçu	7,75	10,38	0,00	19,05	0,00	462,05
Ibiassucê	18,75	10,10	0,00	14,48	0,01	452,69
Ibicaraí	77,61	10,00	0,00	0,83	0,00	12,69
Ibicoara	12,94	9,18	0,00	36,64	0,01	1.190,98
Ibicuí	4,25	4,25	0,00	23,71	0,00	420,35
Ibipeba	7,95	8,76	0,00	11,27	0,01	861,06
Ibipitanga	12,57	11,30	0,00	23,93	0,06	3.789,33
Ibiquera	6,35	17,35	0,00	89,96	0,02	404,09
Ibirapitanga	11,18	3,30	0,00	11,71	0,00	301,53
Ibirapuã	8,89	11,89	0,00	55,52	0,00	331,75
Ibirataia	30,52	6,40	0,00	38,22	0,00	529,43
Ibitiara	3,79	5,96	0,00	7,32	0,02	1.351,40
Ibititá	16,02	7,63	0,00	19,88	0,01	461,81
Ibotirama	13,93	13,04	0,00	233,94	0,00	447,09
Ichu	54,83	17,61	0,00	43,59	0,03	701,55
Igaporã	4,80	3,44	0,00	14,95	0,01	460,89
Igrapiúna	15,17	8,97	0,00	141,97	0,00	669,34
Iguaí	10,87	4,80	0,00	5,21	0,00	213,47
Ilhéus	46,59	5,95	0,00	23,56	0,00	713,27
Inhambupe	9,82	4,69	0,00	5,47	0,00	178,49
Ipecaetá	16,22	5,27	0,00	28,72	0,02	1.350,64
Ipiaú	119,70	9,62	0,00	28,31	0,00	556,67
Ipirá	11,48	8,08	0,00	3,68	0,00	353,27
Ipupiara	12,25	18,24	0,00	4,36	0,01	595,55
Irajuba	12,09	9,94	0,00	106,18	0,01	340,77
Iramaia	4,11	9,27	0,00	19,11	0,01	390,60
Iraquara	8,74	5,69	0,00	93,78	0,01	1.186,84
Irará	46,80	6,43	0,00	6,03	0,00	274,99
Irecê	163,00	10,71	0,00	21,93	0,00	645,55
Itabela	22,34	9,73	0,00	2,66	0,00	441,73
Itaberaba	18,77	9,74	0,00	26,22	0,00	1.929,39
Itabuna	328,52	8,99	0,00	20,55	0,00	792,36
Itacaré	13,55	6,02	0,00	14,99	0,00	535,94
Itaeté	3,31	3,85	0,00	40,42	0,01	532,52
Itagi	27,01	7,42	0,00	46,67	0,01	365,35
Itagibá	7,61	5,31	0,00	27,70	0,00	228,49
Itagimirim	7,15	11,63	0,00	4,19	0,00	137,40
Itaguaçu da Bahia	1,57	7,67	0,00	20,25	0,01	378,80
Itaju do Colônia	5,72	13,74	-	-	-	-
Itajuípe	49,21	8,91	0,00	10,28	0,00	274,11
Itamaraju	21,11	10,51	0,00	38,29	0,00	251,11
Itamarí	36,01	7,08	0,00	15,70	0,01	378,88
Itambé	11,10	9,57	0,00	155,14	0,00	257,77
Itanagra	10,19	9,59	0,00	28,55	0,01	388,40
Itanhém	6,15	5,89	0,00	15,48	0,00	364,49
Itaparica	59,30	4,57	0,00	2,83	0,00	395,05

Município	x1	x2	x3	x4	x5	x6
	Corresponde ntes bancários/ 1.000 km ²	Corresponde ntes bancários/ 10.000 adultos	Razão de Crédito/PIB	Crédito/1000 adultos	Razão Depósito/PIB	Débito/1000 adultos
Itapé	15,24	8,59	0,00	22,18	0,00	244,05
Itapebi	4,97	6,92	0,00	59,41	0,00	435,17
Itapetinga	28,26	9,01	0,00	40,63	0,00	442,85
Itapicuru	2,52	1,81	0,00	21,89	0,00	178,94
Itapitanga	19,59	10,64	0,00	17,61	0,00	238,60
Itaquara	24,77	13,91	0,00	83,56	0,01	262,02
Itarantim	6,09	7,95	-	-	-	-
Itatim	12,00	6,67	0,00	24,00	0,01	1.041,61
Itiruçu	41,44	13,70	0,00	28,86	0,01	593,21
Itiúba	5,22	3,54	0,00	45,11	0,00	737,28
Itororó	54,21	11,46	0,00	17,30	0,00	218,76
Ituaçu	11,51	10,35	0,00	11,00	0,01	950,59
Ituberá	38,35	8,51	0,00	31,74	0,00	608,45
Iuiú	2,69	5,15	0,00	3,15	0,00	213,20
Jaborandi	0,63	8,80	0,00	49,44	0,01	1.315,59
Jacaraci	5,67	6,49	0,00	4,18	0,01	347,18
Jacobina	34,32	13,75	0,00	14,06	0,00	743,27
Jaguaquara	44,17	11,25	0,00	14,48	0,00	392,86
Jaguarari	9,36	10,19	0,00	10,29	0,00	1.303,06
Jaguaripe	5,56	4,29	0,00	4,66	0,00	67,11
Jandaíra	7,80	7,23	0,00	24,44	0,01	386,46
Jequié	37,80	10,59	0,00	25,03	0,00	303,18
Jeremoabo	1,93	3,35	0,00	18,83	0,01	1.132,38
Jiquiriçá	50,12	11,54	0,00	56,82	0,00	210,28
Jitaúna	45,68	9,61	0,00	52,26	0,00	339,55
João Dourado	13,12	7,61	0,00	73,29	0,00	481,14
Juazeiro	14,77	6,73	0,00	13,04	0,00	286,69
Jucuruçu	1,43	2,70	0,00	35,51	0,01	412,26
Jussara	5,27	4,70	0,00	25,37	0,01	528,10
Jussari	14,01	10,67	0,00	38,30	0,01	229,93
Jussiape	20,51	18,52	0,00	10,72	0,02	804,88
Lafaiete Coutinho	17,27	22,91	0,00	81,56	0,01	256,39
Lagoa Real	7,98	6,75	0,00	6,02	0,01	394,31
Laje	19,66	5,56	0,00	13,41	0,00	347,71
Lajedão	4,87	10,63	0,00	63,00	0,01	407,85
Lajedinho	3,87	10,57	0,00	74,75	0,01	180,98
Lajedo do Tabocal	6,95	4,93	0,00	9,75	0,01	342,48
Lamarão	34,42	8,75	0,00	12,80	0,01	418,46
Lapão	11,62	3,82	0,00	56,86	0,00	605,40
Lauro de Freitas	1.716,19	7,97	0,00	13,21	0,00	851,05
Lençóis	5,48	9,65	0,00	12,52	0,01	332,64
Licínio de Almeida	11,86	10,62	0,00	19,14	0,01	369,81
Livramento de Nossa Senhora	14,05	9,23	0,00	4,30	0,00	534,06
Luis Eduardo Magalhães	12,69	11,80	0,00	15,49	0,00	1.256,87
Macajuba	7,69	6,41	0,00	14,04	0,02	773,10
Macarani	11,65	11,88	0,00	24,48	0,00	211,95
Macaúbas	7,01	6,02	0,00	30,89	0,01	1.418,92
Macururé	2,18	8,67	0,00	13,90	0,02	694,07

Município	x1	x2	x3	x4	x5	x6
	Corresponde ntes bancários/ 1.000 km ²	Corresponde ntes bancários/ 10.000 adultos	Razão de Crédito/PIB	Crédito/1000 adultos	Razão Depósito/PIB	Débito/1000 adultos
Madre de Deus	465,80	11,36	0,00	6,70	0,00	452,12
Maetinga	5,87	7,51	0,00	20,64	0,06	1.828,95
Maiquinique	12,20	9,32	-	-	-	-
Mairi	9,45	6,31	0,00	19,58	0,00	413,31
Malhada	3,49	6,42	0,00	17,30	0,00	333,67
Malhada de Pedras	15,12	12,45	0,00	6,42	0,05	1.838,99
Manoel Vitorino	2,66	5,74	0,00	263,08	0,01	420,68
Mansidão	2,20	7,89	0,00	37,20	0,02	901,76
Maracás	11,54	14,18	0,00	32,60	0,00	347,04
Maragogipe	43,17	5,91	0,00	25,00	0,00	464,73
Maraú	4,86	3,05	0,00	51,63	0,01	566,79
Marcionílio Souza	3,13	5,43	0,00	129,74	0,02	945,22
Mascote	11,65	8,89	0,00	12,20	0,00	281,46
Mata de São João	22,11	4,73	0,00	37,46	0,00	816,11
Matina	5,16	4,98	0,00	14,86	0,01	692,29
Medeiros Neto	12,92	9,92	0,00	21,45	0,00	498,18
Miguel Calmon	10,84	8,71	0,00	11,04	0,00	135,82
Milagres	42,20	15,84	0,00	10,84	0,01	510,48
Mirangaba	2,36	3,45	0,00	15,02	0,01	428,68
Mirante	4,71	6,42	0,00	33,79	0,01	398,59
Monte Santo	6,28	5,36	0,00	0,59	0,00	347,17
Morpará	3,54	9,93	0,00	57,23	0,03	1.038,62
Morro do Chapéu	1,92	4,48	0,00	21,30	0,00	671,04
Mortugaba	19,60	12,41	0,00	4,08	0,01	295,73
Mucugê	2,04	6,49	0,00	34,04	0,00	442,47
Mucuri	14,04	9,86	-	-	-	-
Mulungu do Morro	7,07	4,78	0,00	11,64	0,03	1.253,09
Mundo Novo	4,69	4,02	0,00	28,72	0,00	451,38
Muniz Ferreira	36,33	7,05	0,00	18,80	0,00	131,85
Muquém de São Francisco	1,37	7,40	0,00	42,75	0,01	582,18
Muritiba	279,92	11,44	0,00	10,80	0,00	255,45
Mutuípe	45,90	8,04	0,00	27,58	0,00	421,92
Nazaré	74,87	9,24	0,00	35,10	0,00	219,49
Nilo Peçanha	20,03	8,95	0,00	25,96	0,00	325,10
Nordestina	21,68	11,40	0,00	12,09	0,01	634,07
Nova Canaã	3,51	2,45	0,00	13,17	0,00	218,76
Nova Fátima	11,43	6,85	0,00	61,43	0,03	966,86
Nova Ibiá	16,78	6,18	0,00	63,13	0,01	304,44
Nova Itarana	17,01	15,45	0,00	17,54	0,01	310,81
Nova Redenção	9,27	6,76	0,00	107,58	0,03	1.182,04
Nova Soure	5,26	2,95	0,00	33,90	0,00	383,99
Nova Viçosa	21,92	10,75	0,00	56,51	0,00	741,54
Novo Horizonte	13,13	9,94	0,00	21,43	0,11	5.818,09
Novo Triunfo	23,86	5,50	0,00	34,85	0,02	910,95
Olindina	16,60	5,07	0,00	7,50	0,00	203,18
Oliveira dos Brejinhos	2,28	5,04	0,00	13,18	0,01	1.004,40
Ouriçangas	38,69	9,48	0,00	6,61	0,01	443,46
Ouroândia	6,72	8,77	0,00	59,95	0,01	900,91

Município	x1	x2	x3	x4	x5	x6
	Corresponde ntes bancários/ 1.000 km²	Corresponde ntes bancários/ 10.000 adultos	Razão de Crédito/PIB	Crédito/1000 adultos	Razão Depósito/PIB	Débito/1000 adultos
Palmas de Monte Alto	4,75	7,67	0,00	9,52	0,01	783,15
Palmeiras	12,16	13,43	0,00	23,93	0,01	234,05
Paramirim	12,82	9,09	0,00	4,91	0,00	493,51
Paratinga	4,21	5,26	0,00	57,15	0,01	930,34
Paripiranga	39,02	8,27	0,00	6,45	0,00	259,20
Pau Brasil	4,95	4,05	0,00	24,03	0,01	592,08
Paulo Afonso	55,71	10,95	0,00	21,92	0,00	689,04
Pé de Serra	8,11	4,93	0,00	73,73	0,05	3.773,03
Pedrao	18,77	5,89	0,00	33,65	0,01	362,41
Pedro Alexandre	5,58	4,30	0,00	2,12	0,00	112,75
Piatã	8,75	11,41	0,00	3,74	0,01	775,83
Pilão Arcado	0,51	2,68	0,00	36,62	0,01	743,72
Pindaí	13,03	6,67	0,00	18,46	0,01	861,65
Pindobaçu	18,13	6,24	0,00	18,97	0,00	275,19
Pintadas	11,00	7,81	0,00	49,08	0,02	1.097,48
Pirai do Norte	21,36	5,84	0,00	28,23	0,01	507,48
Piripá	18,20	7,96	0,00	66,17	0,07	3.346,02
Piritiba	14,35	8,66	0,00	21,99	0,01	634,20
Planaltino	9,71	13,57	0,00	5,99	0,00	88,79
Planalto	12,48	6,72	0,00	20,71	0,00	458,50
Poçoões	42,35	10,85	0,00	12,30	0,00	465,07
Pojuca	65,49	7,64	0,00	1,83	0,00	122,32
Ponto Novo	20,11	8,96	0,00	103,48	0,01	598,88
Porto Seguro	30,72	8,41	0,00	121,01	0,00	2.000,09
Potiraguá	8,12	11,27	0,00	8,16	0,01	803,06
Prado	10,34	9,47	0,00	71,30	0,00	381,05
Presidente Dutra	36,69	5,87	0,00	23,39	0,01	474,54
Presidente Jânio Quadros	10,97	12,58	0,00	20,40	0,03	1.344,71
Presidente Tancredo Neves	23,97	5,96	0,00	45,44	0,01	1.004,04
Queimadas	3,46	3,94	0,00	32,92	0,00	573,74
Quijingue	6,70	4,63	0,00	3,44	0,01	562,93
Quixabeira	20,63	11,30	0,00	13,48	0,02	638,00
Rafael Jambeiro	4,10	3,05	0,00	48,52	0,01	1.424,28
Remanso	3,84	6,42	0,00	4,11	0,00	179,47
Retirolândia	38,57	7,75	0,00	30,62	0,01	655,43
Riachão das Neves	0,53	1,90	0,00	8,82	0,00	375,08
Riachão do Jacuípe	24,37	11,47	0,00	5,32	0,00	521,41
Riacho de Santana	3,10	3,50	0,00	10,44	0,00	697,79
Ribeira do Amparo	12,45	7,98	0,00	19,41	0,01	499,81
Ribeira do Pombal	59,60	13,59	0,00	12,30	0,00	380,33
Ribeirão do Largo	3,93	8,26	0,00	43,39	0,00	234,80
Rio de Contas	12,22	12,55	0,00	3,29	0,01	425,30
Rio do Antônio	15,96	11,59	0,00	11,61	0,01	650,55
Rio do Pires	10,98	9,71	0,00	3,13	0,01	687,35
Rio Real	27,90	7,59	0,00	4,63	0,00	201,63
Rodelas	1,84	9,25	0,00	25,98	0,01	780,88
Ruy Barbosa	12,43	12,54	0,00	12,35	0,00	288,51
Salinas da Margarida	40,05	6,09	0,00	17,37	0,00	320,20

Município	x1	x2	x3	x4	x5	x6
	Corresponde ntes bancários/ 1.000 km ²	Corresponde ntes bancários/ 10.000 adultos	Razão de Crédito/PIB	Crédito/1000 adultos	Razão Depósito/PIB	Débito/1000 adultos
Salvador	2.346,77	7,66	0,00	250,89	0,00	12.051,24
Santa Bárbara	28,93	7,26	0,00	33,42	0,01	677,67
Santa Brígida	12,46	10,39	0,00	15,68	0,01	623,66
Santa Cruz da Vitória	20,12	11,93	0,00	2,25	0,00	22,33
Santa Cruz de Cabrália	5,76	5,00	0,00	12,50	0,00	321,23
Santa Inês	22,18	8,98	0,00	19,54	0,01	295,47
Santa Luzia	7,74	6,33	0,00	59,92	0,01	778,74
Santa Maria da Vitória	9,15	6,13	0,00	30,82	0,01	1.911,78
Santa Rita de Cássia	2,01	6,40	0,00	28,32	0,00	411,49
Santa Teresinha	9,90	9,78	0,00	57,95	0,00	200,98
Santaluz	5,77	3,65	0,00	37,37	0,00	549,01
Santana	7,14	7,12	0,00	7,61	0,00	647,82
Santanópolis	17,33	6,25	0,00	19,43	0,01	320,53
Santo Amaro	71,01	7,98	0,00	0,88	0,00	288,42
Santo Antônio de Jesus	264,02	9,90	0,00	31,87	0,00	432,87
Santo Estêvão	68,88	7,17	0,00	6,62	0,00	1.210,79
São Desidério	0,46	3,64	0,00	16,35	0,00	200,27
São Domingos	12,23	5,64	0,00	40,76	0,01	339,89
São Felipe	87,38	11,55	0,00	37,05	0,00	516,58
São Félix	60,48	5,50	0,00	7,67	0,01	500,29
São Félix do Coribe	5,27	5,37	0,00	14,33	0,01	1.304,99
São Francisco do Conde	34,24	3,73	0,00	3,22	0,00	196,62
São Gabriel	7,50	6,83	0,00	58,13	0,01	722,99
São Gonçalo dos Campos	43,23	5,27	0,00	18,45	0,00	229,37
São José da Vitória	82,77	14,82	0,00	42,33	0,03	810,92
São José do Jacuípe	19,70	10,85	0,00	8,68	0,01	329,39
São Miguel das Matas	23,32	6,49	0,00	7,11	0,00	251,62
São Sebastião do Passé	31,58	5,34	0,00	0,87	0,00	182,05
Sapeaçu	102,39	9,62	0,00	15,31	0,00	343,88
Sátiro Dias	3,96	2,98	0,00	12,10	0,00	223,94
Saubara	36,70	7,06	0,00	12,60	0,01	487,82
Saúde	17,85	10,31	0,00	5,24	0,01	315,60
Seabra	6,75	5,71	0,00	15,73	0,00	1.118,83
Sebastião Laranjeiras	2,05	5,10	0,00	20,02	0,01	508,35
Senhor do Bonfim	64,05	9,60	0,00	9,05	0,00	872,66
Sento Sé	0,39	1,98	0,00	24,63	0,00	625,68
Serra do Ramalho	3,86	4,59	0,00	54,02	0,01	1.190,55
Serra Dourada	3,71	3,72	0,00	23,34	0,01	540,91
Serra Preta	14,91	6,95	0,00	11,12	0,01	791,42
Serrinha	60,70	7,07	0,00	22,09	0,00	293,65
Serrolândia	23,66	7,52	0,00	36,91	0,01	556,76
Simões Filho	178,91	4,19	0,00	4,10	0,00	195,01
Sítio do Mato	3,43	7,39	0,00	50,88	0,01	712,84
Sítio do Quinto	7,12	5,47	0,00	30,46	0,02	1.005,01
Sobradinho	4,84	3,83	0,00	20,11	0,00	424,84
Souto Soares	7,05	6,38	0,00	26,07	0,02	1.130,99
Taboças do Brejo Velho	8,00	13,20	0,00	53,50	0,02	1.187,36
Tanhaçu	12,15	9,82	0,00	24,46	0,01	806,57

Município	x1	x2	x3	x4	x5	x6
	Corresponde ntes bancários/ 1.000 km ²	Corresponde ntes bancários/ 10.000 adultos	Razão de Crédito/PIB	Crédito/1000 adultos	Razão Depósito/PIB	Débito/1000 adultos
Tanque Novo	17,98	10,98	0,00	4,30	0,00	440,86
Tanquinho	13,64	4,96	0,00	33,23	0,01	208,20
Taperoá	21,91	6,97	0,00	17,19	0,00	254,85
Tapiramutá	15,06	8,74	0,00	19,78	0,01	826,73
Teixeira de Freitas	105,68	12,11	0,00	10,46	0,00	839,96
Teodoro Sampaio	12,96	5,03	0,00	10,23	0,00	148,55
Teofilândia	17,88	3,98	0,00	17,54	0,01	871,64
Teolândia	12,59	3,81	-	-	-	-
Terra Nova	40,22	8,51	0,00	17,64	0,00	309,65
Tremedal	2,98	3,81	0,00	9,05	0,00	278,03
Tucano	8,57	6,31	0,00	15,23	0,01	1.807,15
Uauá	3,95	6,65	0,00	52,84	0,00	397,41
Ubaira	13,77	6,82	0,00	53,82	0,00	447,83
Ubaitaba	89,48	10,64	0,00	1,17	0,00	122,67
Ubatã	63,38	9,41	0,00	10,07	0,00	321,44
Uibaí	16,33	8,70	0,00	6,92	0,01	346,90
Umburanas	3,59	4,92	0,00	171,23	0,01	761,72
Una	11,89	8,18	0,00	23,59	0,00	414,72
Urandi	6,19	4,83	0,00	12,57	0,01	558,78
Uruçuca	35,72	9,70	0,00	2,48	0,00	162,15
Utinga	23,50	12,02	0,00	42,33	0,01	734,46
Valença	39,41	7,23	0,00	27,52	0,00	521,66
Valente	41,63	8,48	0,00	55,77	0,00	540,88
Várzea da Roça	13,62	6,89	0,00	0,41	0,01	342,58
Várzea do Poço	43,92	13,50	0,00	27,16	0,02	960,81
Várzea Nova	7,54	9,48	0,00	19,61	0,01	374,92
Varzedo	13,23	4,35	0,00	21,88	0,00	158,60
Vera Cruz	70,06	7,59	0,00	30,10	0,00	529,95
Vereda	2,29	4,03	0,00	72,82	0,01	306,53
Vitória da Conquista	52,56	7,78	0,00	34,22	0,00	1.600,41
Wagner	14,25	9,36	0,00	33,13	0,01	578,75
Wanderley	1,69	5,60	0,00	15,62	0,00	244,52
Wenceslau Guimarães	10,39	4,57	0,00	10,39	0,00	177,00
Xique-Xique	3,82	6,70	0,00	4,43	0,00	302,20

Fonte: Elaboração própria, com dados da ECT e SIDE/SEI/BA (2010).

Na Figura A2 é apresentado o log de saída do SPSS. Nela estão contidas as informações referentes ao processo de preparação para a análise fatorial pelo método das componentes principais.

Figura A2 - Log de Saída do SPSS

```

FACTOR
/VARIABLES x1 x2 x3 x4 x5 x6
/MISSING LISTWISE
/ANALYSIS x1 x2 x3 x4 x5 x6
/PRINT INITIAL CORRELATION EXTRACTION FSCORE
/CRITERIA MINEIGEN(1) ITERATE(25)
/EXTRACTION PC
/ROTATION NOROTATE
/SAVE REG(ALL)
/METHOD=CORRELATION.

```

Tabela A7 – Estatística Descritiva dos indicadores dos municípios da Bahia

Estatísticas	X1	X2	X3	X4	X5	X6
Máximo	2.346,77	209,29	0,01	263,08	0,11	12.051,24
Mínimo	0,39	1,73	-	-	-	-
Média	36,03	8,93	0,00	28,99	0,01	616,15
Desvio Padrão	147,19	10,87	0,00	33,10	0,01	765,94
Variância	21.665,91	118,14	0,00	1.095,80	0,00	586.659,38

Fonte: Elaboração própria.

Tabela A8 – Matriz de Correlação entre os Indicadores para ACP – Municípios da Bahia, 2009 – 2012

		x1	x2	x3	x4	x5	x6
Correlação	x1	1,000	,022	-,066	,217	-,089	,559
	x2	,022	1,000	,144	,060	,096	-,003
	x3	-,066	,144	1,000	,690	,393	,055
	x4	,217	,060	,690	1,000	,188	,364
	x5	-,089	,096	,393	,188	1,000	,502
	x6	,559	-,003	,055	,364	,502	1,000

Fonte: Relatório de saída do SPSS.

A matriz de correlação mostra que das variáveis estudadas a maioria apresenta grau de correlação médio ou baixo.

Na Figura A3 é apresentada a tabela de comunalidade extraída do SPSS. Os resultados indicam que as variáveis apresentam valores que figuram numa zona de ACP que indica que é média.

Figura A3 – Comunalidades – Municípios da Bahia

Comunalidades		
	Inicial	Extração
x1	1,000	,763
x2	1,000	,086
x3	1,000	,840
x4	1,000	,664
x5	1,000	,431
x6	1,000	,847

Fonte: Relatório de Saída do SPSS.

Nota: Método de Extração: Análise de Componente Principal

Na Figura A4 apresenta-se a variância total explicada dos fatores, conforme relatórios de saída do SPSS.

Figura A4 – Total de Variância Explicada

Componente	Variância total explicada					
	Valores próprios iniciais			Somadas de extração de carregamentos ao quadrado		
	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa
1	2,205	36,747	36,747	2,205	36,747	36,747
2	1,425	23,754	60,501	1,425	23,754	60,501
3	,987	16,453	76,954			
4	,973	16,213	93,167			
5	,311	5,177	98,344			
6	,099	1,656	100,000			

Fonte: Relatório de Saída do SPSS.

Nota: Método de Extração: Análise de Componente Principal

A análise do total das variâncias explicadas indica que dos seis fatores obtidos, os dois primeiros respondem por 60,50% da variação dos indicadores. A

primeira é responsável por 36,75%, como podemos observar na Figura A4 (coluna 4), no entanto as demais respondem cada vez menos pelo total das variações.

Na coluna 2 da Figura A4, os dois fatores iniciais possuem autovalores maiores que um. A escolha dos fatores é resultante dessa análise. Diante do exposto, tomou-se esses fatores como determinantes para a escolha do peso dos indicadores.

Na sequência, faz-se a verificação da importância dos indicadores nessas duas componentes principais. A Figura A5 nos apresenta a matriz dos componentes rotacionados.

Figura A5 – Matriz dos Componentes Rotacionados

Matriz de componente^a		
	Componente	
	1	2
x1	,394	,780
x2	,178	-,233
x3	,692	-,601
x4	,791	-,193
x5	,632	-,175
x6	,716	,578

Fonte: Relatório de Saída do SPSS.

Nota: Método de Extração: Análise de Componente Principal, a 2 componentes extraídos

A importância do indicador na componente principal é dada pela proximidade do 1 ou do -1. Podemos então agrupar os fatores da seguinte forma:

- a) O fator 1 é composto pelos indicadores X3, X4, X5 e X6.
- b) O fator 2 é composto pelos indicadores X1 e X2.

Os pesos w_i foram determinados com base na média ponderada da importância dos indicadores nos componentes principais, sendo a variação das componentes (Var) o seu ponderador. A fórmula abaixo expressa a forma de cálculo dos pesos:

$$w_i = \frac{\sum_{i=1}^n CP_{ij} \times Var_j}{\sum_{j=1}^n Var_j}$$

Onde CP é componente principal e Var é o percentual de variação da componente. Sendo i os indicadores ($i=1, 2, 3, \dots, n$) e j os componentes formados.

Tabela A2 – Determinação dos Pesos

Variável	Descrição da Variável	CP1	CP2	w_i
X1	Correspondentes por 1.000 km ²	0,394	0,78	0,5456
X2	Correspondentes por 10.000 adultos	0,178	-0,233	0,0166
X3	Razão Crédito/PIB	0,692	-0,601	0,1843
X4	Crédito (R\$ milhões) por 1000 adultos	0,791	-0,193	0,4047
X5	Razão Depósito/PIB	0,632	-0,175	0,3152
X6	Depósitos (R\$ milhões) por 1000 adultos	0,716	0,578	0,6618
Var CP		0,3675	0,2375	

Fonte: Elaboração própria

Segue, abaixo, a sequência para definição do IIF para os anos de 2009 a 2012. A fórmula utilizada foi a seguinte:

$$IIF = 1 - \frac{\sqrt{\sum_{i=1}^n (w_i - d_i)^2}}{\sqrt{\sum_{i=1}^n (w_i)^2}}$$

Tabela A3 - Parâmetros para a classificação do IIF

Valor do IIF	Classificação
50 — 100	Alta
30 — 50	Média
0 — 30	Baixa

Fonte: Sarma (2008).

Tabela A4 – Índice de Inclusão Financeira – Municípios da Bahia, 2010

Município	Total	Raiz	Razão das Raízes	IIF	Classificação
Abaíra	0,92	0,96	0,94	0,06	Baixa
Abaré	0,88	0,94	0,92	0,08	Baixa
Acajutiba	0,84	0,92	0,90	0,10	Baixa
Adustina	1,01	1,01	0,99	0,01	Baixa
Água Fria	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Aiquara	0,87	0,93	0,92	0,08	Baixa
Alagoinhas	0,94	0,97	0,95	0,05	Baixa
Alcobaça	0,97	0,99	0,97	0,03	Baixa
Almadina	0,71	0,84	0,83	0,17	Baixa
Amargosa	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Amélia Rodrigues	0,90	0,95	0,94	0,06	Baixa
América Dourada	0,69	0,83	0,82	0,18	Baixa
Anagé	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Andaraí	0,82	0,90	0,89	0,11	Baixa
Andorinha	0,77	0,88	0,86	0,14	Baixa
Angical	1,02	1,01	0,99	0,01	Baixa
Anguera	0,83	0,91	0,90	0,10	Baixa
Antas	0,88	0,94	0,92	0,08	Baixa
Antônio Cardoso	0,76	0,87	0,86	0,14	Baixa
Antônio Gonçalves	0,82	0,90	0,89	0,11	Baixa
Aporá	0,86	0,93	0,91	0,09	Baixa
Apuarema	0,91	0,95	0,94	0,06	Baixa
Araças	0,86	0,93	0,91	0,09	Baixa
Aracatu	0,47	0,69	0,68	0,32	Média
Araci	0,79	0,89	0,87	0,13	Baixa
Aramari	0,91	0,95	0,94	0,06	Baixa
Arataca	0,93	0,96	0,95	0,05	Baixa
Aratuípe	0,67	0,82	0,80	0,20	Baixa
Aurelino Leal	0,92	0,96	0,95	0,05	Baixa
Baianópolis	0,98	0,99	0,98	0,02	Baixa
Baixa Grande	0,80	0,89	0,88	0,12	Baixa
Banzaê	0,80	0,89	0,88	0,12	Baixa
Barra	0,79	0,89	0,87	0,13	Baixa
Barra da Estiva	0,80	0,89	0,88	0,12	Baixa
Barra do Choça	0,98	0,99	0,98	0,02	Baixa
Barra do Mendes	0,97	0,99	0,97	0,03	Baixa
Barra do Rocha	0,92	0,96	0,94	0,06	Baixa
Barreiras	0,92	0,96	0,94	0,06	Baixa
Barro Alto	0,80	0,89	0,88	0,12	Baixa
Barro Preto	0,88	0,94	0,93	0,07	Baixa
Barrocas	0,88	0,94	0,92	0,08	Baixa
Belmonte	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa

Tabela A4 – Índice de Inclusão Financeira – Municípios da Bahia, 2010
(continuação)

Município	Total	Raiz	Razão das Raízes	IIF	Classificação
Belo Campo	0,90	0,95	0,93	0,07	Baixa
Biritinga	0,80	0,89	0,88	0,12	Baixa
Boa Nova	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Boa Vista do Tupim	0,83	0,91	0,90	0,10	Baixa
Bom Jesus da Lapa	0,58	0,76	0,75	0,25	Baixa
Bom Jesus da Serra	0,82	0,91	0,89	0,11	Baixa
Boninal	0,82	0,91	0,89	0,11	Baixa
Bonito	0,80	0,89	0,88	0,12	Baixa
Boquira	0,82	0,91	0,89	0,11	Baixa
Botuporã	0,81	0,90	0,89	0,11	Baixa
Brejões	0,82	0,91	0,89	0,11	Baixa
Brejolândia	0,81	0,90	0,88	0,12	Baixa
Brotas de Macaúbas	0,80	0,90	0,88	0,12	Baixa
Brumado	0,83	0,91	0,90	0,10	Baixa
Buerarema	0,82	0,90	0,89	0,11	Baixa
Buritirama	0,76	0,87	0,86	0,14	Baixa
Caatiba	0,80	0,89	0,88	0,12	Baixa
Cabaceiras do Paraguaçu	0,67	0,82	0,80	0,20	Baixa
Cachoeira	0,80	0,89	0,88	0,12	Baixa
Caculé	0,81	0,90	0,88	0,12	Baixa
Caém	0,77	0,88	0,86	0,14	Baixa
Caetanos	0,73	0,86	0,84	0,16	Baixa
Caetité	0,82	0,90	0,89	0,11	Baixa
Cafarnaum	0,80	0,89	0,88	0,12	Baixa
Cairu	0,79	0,89	0,87	0,13	Baixa
Caldeirão Grande	0,77	0,88	0,86	0,14	Baixa
Camacan	0,80	0,89	0,88	0,12	Baixa
Camaçari	0,79	0,89	0,88	0,12	Baixa
Camamu	0,77	0,88	0,86	0,14	Baixa
Campo Alegre de Lourdes	0,71	0,85	0,83	0,17	Baixa
Campo Formoso	0,80	0,90	0,88	0,12	Baixa
Canápolis	0,77	0,88	0,86	0,14	Baixa
Canarana	0,75	0,87	0,85	0,15	Baixa
Canavieiras	0,80	0,90	0,88	0,12	Baixa
Candeal	0,76	0,87	0,86	0,14	Baixa
Candeias	0,79	0,89	0,87	0,13	Baixa
Candiba	0,77	0,88	0,86	0,14	Baixa
Cândido Sales	0,77	0,87	0,86	0,14	Baixa
Cansanção	0,79	0,89	0,88	0,12	Baixa
Canudos	0,76	0,87	0,86	0,14	Baixa
Capela do Alto Alegre	0,76	0,87	0,86	0,14	Baixa
Capim Grosso	0,76	0,87	0,86	0,14	Baixa

Tabela A4 – Índice de Inclusão Financeira – Municípios da Bahia, 2010
(continuação)

Município	Total	Raiz	Razão das Raízes	IIF	Classificação
Caraibas	0,74	0,86	0,84	0,16	Baixa
Caravelas	0,77	0,88	0,86	0,14	Baixa
Cardeal da Silva	0,76	0,87	0,86	0,14	Baixa
Carinhanha	0,78	0,88	0,87	0,13	Baixa
Casa Nova	0,79	0,89	0,88	0,12	Baixa
Castro Alves	0,75	0,86	0,85	0,15	Baixa
Catolândia	0,71	0,84	0,83	0,17	Baixa
Catu	0,78	0,88	0,87	0,13	Baixa
Caturama	0,70	0,84	0,82	0,18	Baixa
Central	0,76	0,87	0,86	0,14	Baixa
Chorrochó	0,75	0,87	0,85	0,15	Baixa
Cícero Dantas	0,72	0,85	0,84	0,16	Baixa
Cipó	0,71	0,84	0,83	0,17	Baixa
Coaraci	0,74	0,86	0,85	0,15	Baixa
Cocos	0,77	0,88	0,86	0,14	Baixa
Conceição da Feira	0,74	0,86	0,85	0,15	Baixa
Conceição do Almeida	0,73	0,85	0,84	0,16	Baixa
Conceição do Coité	0,76	0,87	0,86	0,14	Baixa
Conceição do Jacuípe	0,73	0,85	0,84	0,16	Baixa
Conde	0,74	0,86	0,85	0,15	Baixa
Condeúba	0,76	0,87	0,86	0,14	Baixa
Contendas do Sincorá	0,52	0,72	0,71	0,29	Baixa
Coração de Maria	0,74	0,86	0,85	0,15	Baixa
Cordeiros	0,69	0,83	0,82	0,18	Baixa
Coribe	0,75	0,86	0,85	0,15	Baixa
Coronel João Sá	0,72	0,85	0,83	0,17	Baixa
Correntina	0,77	0,88	0,86	0,14	Baixa
Cotegipe	0,73	0,85	0,84	0,16	Baixa
Cravolândia	0,64	0,80	0,79	0,21	Baixa
Crisópolis	0,75	0,87	0,85	0,15	Baixa
Cristópolis	0,71	0,84	0,83	0,17	Baixa
Cruz das Almas	0,65	0,81	0,80	0,20	Baixa
Curaçá	0,74	0,86	0,85	0,15	Baixa
Dário Meira	0,66	0,81	0,80	0,20	Baixa
Dias d'Ávila	0,72	0,85	0,84	0,16	Baixa
Dom Basílio	0,73	0,86	0,84	0,16	Baixa
Dom Macedo Costa	0,60	0,78	0,76	0,24	Baixa
Elísio Medrado	0,67	0,82	0,80	0,20	Baixa
Encruzilhada	0,74	0,86	0,85	0,15	Baixa
Entre Rios	0,74	0,86	0,85	0,15	Baixa
Érico Cardoso	0,62	0,79	0,77	0,23	Baixa
Esplanada	0,75	0,86	0,85	0,15	Baixa

Tabela A4 – Índice de Inclusão Financeira – Municípios da Bahia, 2010
(continuação)

Município	Total	Raiz	Razão das Raízes	IIF	Classificação
Euclides da Cunha	0,75	0,86	0,85	0,15	Baixa
Eunápolis	0,73	0,85	0,84	0,16	Baixa
Fátima	0,69	0,83	0,82	0,18	Baixa
Feira da Mata	0,65	0,81	0,79	0,21	Baixa
Feira de Santana	0,67	0,82	0,81	0,19	Baixa
Filadélfia	0,71	0,84	0,83	0,17	Baixa
Firmino Alves	0,64	0,80	0,79	0,21	Baixa
Floresta Azul	0,69	0,83	0,82	0,18	Baixa
Formosa do Rio Preto	0,74	0,86	0,84	0,16	Baixa
Gandu	0,71	0,84	0,83	0,17	Baixa
Gavião	0,65	0,81	0,80	0,20	Baixa
Gentio do Ouro	0,69	0,83	0,81	0,19	Baixa
Glória	0,68	0,83	0,81	0,19	Baixa
Gongogi	0,64	0,80	0,79	0,21	Baixa
Governador Mangabeira	0,67	0,82	0,81	0,19	Baixa
Guajeru	0,65	0,81	0,80	0,20	Baixa
Guanambi	0,72	0,85	0,84	0,16	Baixa
Guaratinga	0,69	0,83	0,82	0,18	Baixa
Heliópolis	0,68	0,83	0,81	0,19	Baixa
Iaçu	0,70	0,84	0,83	0,17	Baixa
Ibiassucê	0,68	0,82	0,81	0,19	Baixa
Ibicaí	0,70	0,83	0,82	0,18	Baixa
Ibicoara	0,70	0,84	0,82	0,18	Baixa
Ibicuí	0,68	0,83	0,81	0,19	Baixa
Ibipeba	0,69	0,83	0,82	0,18	Baixa
Ibipitanga	0,66	0,81	0,80	0,20	Baixa
Ibiquera	0,57	0,76	0,75	0,25	Baixa
Ibirapitanga	0,70	0,84	0,82	0,18	Baixa
Ibirapuã	0,64	0,80	0,79	0,21	Baixa
Ibirataia	0,66	0,81	0,80	0,20	Baixa
Ibitiara	0,68	0,82	0,81	0,19	Baixa
Ibititá	0,68	0,83	0,81	0,19	Baixa
Ibotirama	0,60	0,77	0,76	0,24	Baixa
Ichu	0,58	0,76	0,75	0,25	Baixa
Igaporã	0,67	0,82	0,81	0,19	Baixa
Igrapiúna	0,61	0,78	0,77	0,23	Baixa
Iguaí	0,69	0,83	0,82	0,18	Baixa
Ilhéus	0,69	0,83	0,82	0,18	Baixa
Inhambupe	0,70	0,84	0,82	0,18	Baixa
Ipecaetá	0,65	0,81	0,79	0,21	Baixa
Ipiaú	0,66	0,81	0,80	0,20	Baixa
Ipirá	0,70	0,84	0,82	0,18	Baixa

Tabela A4 – Índice de Inclusão Financeira – Municípios da Bahia, 2010
(continuação)

Município	Total	Raiz	Razão das Raízes	IIF	Classificação
Ipupiara	0,65	0,81	0,79	0,21	Baixa
Irajuba	0,55	0,74	0,73	0,27	Baixa
Iramaia	0,65	0,81	0,79	0,21	Baixa
Iraquara	0,61	0,78	0,77	0,23	Baixa
Irará	0,68	0,82	0,81	0,19	Baixa
Irecê	0,65	0,80	0,79	0,21	Baixa
Itabela	0,69	0,83	0,82	0,18	Baixa
Itaberaba	0,67	0,82	0,81	0,19	Baixa
Itabuna	0,61	0,78	0,77	0,23	Baixa
Itacaré	0,67	0,82	0,81	0,19	Baixa
Itaeté	0,64	0,80	0,79	0,21	Baixa
Itagi	0,61	0,78	0,77	0,23	Baixa
Itagibá	0,67	0,82	0,80	0,20	Baixa
Itagimirim	0,66	0,81	0,80	0,20	Baixa
Itaguaçu da Bahia	0,63	0,80	0,78	0,22	Baixa
Itaju do Colônia	0,64	0,80	0,79	0,21	Baixa
Itajuípe	0,66	0,81	0,80	0,20	Baixa
Itamaraju	0,65	0,81	0,79	0,21	Baixa
Itamari	0,62	0,79	0,78	0,22	Baixa
Itambé	0,56	0,75	0,73	0,27	Baixa
Itanagra	0,61	0,78	0,77	0,23	Baixa
Itanhém	0,66	0,81	0,80	0,20	Baixa
Itaparica	0,65	0,81	0,80	0,20	Baixa
Itapé	0,62	0,79	0,77	0,23	Baixa
Itapebi	0,63	0,79	0,78	0,22	Baixa
Itapetinga	0,63	0,79	0,78	0,22	Baixa
Itapicuru	0,65	0,81	0,79	0,21	Baixa
Itapitanga	0,62	0,79	0,77	0,23	Baixa
Itaquara	0,54	0,73	0,72	0,28	Baixa
Itarantim	0,66	0,81	0,80	0,20	Baixa
Itatim	0,64	0,80	0,79	0,21	Baixa
Itiruçu	0,61	0,78	0,77	0,23	Baixa
Itiúba	0,62	0,79	0,78	0,22	Baixa
Itororó	0,63	0,79	0,78	0,22	Baixa
Ituaçu	0,64	0,80	0,79	0,21	Baixa
Ituberá	0,64	0,80	0,79	0,21	Baixa
Iuiú	0,63	0,80	0,78	0,22	Baixa
Jaborandi	0,63	0,80	0,78	0,22	Baixa
Jacaraci	0,63	0,79	0,78	0,22	Baixa
Jacobina	0,66	0,81	0,80	0,20	Baixa
Jaguaquara	0,64	0,80	0,79	0,21	Baixa
Jaguarari	0,66	0,81	0,80	0,20	Baixa

Tabela A4 – Índice de Inclusão Financeira – Municípios da Bahia, 2010
(continuação)

Município	Total	Raiz	Razão das Raízes	IIF	Classificação
Jaguaripe	0,64	0,80	0,79	0,21	Baixa
Jandaíra	0,62	0,79	0,78	0,22	Baixa
Jequié	0,64	0,80	0,79	0,21	Baixa
Jeremoabo	0,64	0,80	0,79	0,21	Baixa
Jiquiriçá	0,55	0,74	0,73	0,27	Baixa
Jitaúna	0,57	0,75	0,74	0,26	Baixa
João Dourado	0,58	0,76	0,75	0,25	Baixa
Juazeiro	0,66	0,81	0,80	0,20	Baixa
Jucuruçu	0,59	0,77	0,76	0,24	Baixa
Jussara	0,59	0,77	0,76	0,24	Baixa
Jussari	0,58	0,76	0,75	0,25	Baixa
Jussiape	0,58	0,76	0,75	0,25	Baixa
Lafaiete Coutinho	0,48	0,70	0,68	0,32	Média
Lagoa Real	0,61	0,78	0,77	0,23	Baixa
Laje	0,63	0,79	0,78	0,22	Baixa
Lajedão	0,52	0,72	0,71	0,29	Baixa
Lajedinho	0,50	0,70	0,69	0,31	Média
Lajedo do Tabocal	0,60	0,77	0,76	0,24	Baixa
Lamarão	0,56	0,75	0,74	0,26	Baixa
Lapão	0,59	0,77	0,76	0,24	Baixa
Lauro de Freitas	0,38	0,62	0,61	0,39	Média
Lençóis	0,60	0,78	0,76	0,24	Baixa
Licínio de Almeida	0,58	0,76	0,75	0,25	Baixa
Livramento de Nossa Senhora	0,64	0,80	0,79	0,21	Baixa
Luís Eduardo Magalhães	0,64	0,80	0,79	0,21	Baixa
Macaçuba	0,58	0,76	0,75	0,25	Baixa
Macarani	0,61	0,78	0,77	0,23	Baixa
Macaúbas	0,60	0,78	0,76	0,24	Baixa
Macururé	0,56	0,75	0,74	0,26	Baixa
Madre de Deus	0,53	0,73	0,72	0,28	Baixa
Maetinga	0,56	0,75	0,74	0,26	Baixa
Maiquínique	0,60	0,78	0,76	0,24	Baixa
Mairi	0,60	0,77	0,76	0,24	Baixa
Malhada	0,61	0,78	0,77	0,23	Baixa
Malhada de Pedras	0,57	0,75	0,74	0,26	Baixa
Manoel Vitorino	0,43	0,65	0,64	0,36	Média
Mansidão	0,56	0,75	0,73	0,27	Baixa
Maracás	0,59	0,77	0,76	0,24	Baixa
Maragogipe	0,60	0,77	0,76	0,24	Baixa
Maraú	0,56	0,75	0,74	0,26	Baixa
Marcionílio Souza	0,49	0,70	0,69	0,31	Média
Mascote	0,59	0,77	0,75	0,25	Baixa

Tabela A4 – Índice de Inclusão Financeira – Municípios da Bahia, 2010
(continuação)

Município	Total	Raiz	Razão das Raízes	IIF	Classificação
Mata de São João	0,60	0,77	0,76	0,24	Baixa
Matina	0,57	0,75	0,74	0,26	Baixa
Medeiros Neto	0,61	0,78	0,77	0,23	Baixa
Miguel Calmon	0,61	0,78	0,77	0,23	Baixa
Milagres	0,58	0,76	0,75	0,25	Baixa
Mirangaba	0,59	0,77	0,76	0,24	Baixa
Mirante	0,54	0,73	0,72	0,28	Baixa
Monte Santo	0,63	0,79	0,78	0,22	Baixa
Morpará	0,49	0,70	0,69	0,31	Média
Morro do Chapéu	0,60	0,78	0,76	0,24	Baixa
Mortugaba	0,57	0,76	0,75	0,25	Baixa
Mucugê	0,59	0,77	0,75	0,25	Baixa
Mucuri	0,63	0,80	0,78	0,22	Baixa
Mulungu do Morro	0,57	0,75	0,74	0,26	Baixa
Mundo Novo	0,59	0,77	0,76	0,24	Baixa
Muniz Ferreira	0,53	0,73	0,72	0,28	Baixa
Muquém de São Francisco	0,53	0,73	0,72	0,28	Baixa
Muritiba	0,53	0,73	0,72	0,28	Baixa
Mutuípe	0,58	0,76	0,75	0,25	Baixa
Nazaré	0,57	0,75	0,74	0,26	Baixa
Nilo Peçanha	0,56	0,75	0,74	0,26	Baixa
Nordestina	0,56	0,75	0,73	0,27	Baixa
Nova Canaã	0,58	0,76	0,75	0,25	Baixa
Nova Fátima	0,50	0,71	0,70	0,30	Média
Nova Ibiá	0,50	0,71	0,70	0,30	Média
Nova Itarana	0,52	0,72	0,71	0,29	Baixa
Nova Redenção	0,47	0,68	0,67	0,33	Média
Nova Soure	0,56	0,75	0,74	0,26	Baixa
Nova Viçosa	0,57	0,76	0,74	0,26	Baixa
Novo Horizonte	0,55	0,74	0,73	0,27	Baixa
Novo Triunfo	0,51	0,71	0,70	0,30	Baixa
Olindina	0,59	0,77	0,76	0,24	Baixa
Oliveira dos Brejinhos	0,57	0,76	0,74	0,26	Baixa
Ouriçangas	0,53	0,73	0,71	0,29	Baixa
Ourolândia	0,55	0,74	0,73	0,27	Baixa
Palmas de Monte Alto	0,58	0,76	0,75	0,25	Baixa
Palmeiras	0,52	0,72	0,71	0,29	Baixa
Paramirim	0,58	0,76	0,75	0,25	Baixa
Paratinga	0,54	0,73	0,72	0,28	Baixa
Paripiranga	0,59	0,77	0,75	0,25	Baixa
Pau Brasil	0,53	0,73	0,72	0,28	Baixa
Paulo Afonso	0,60	0,77	0,76	0,24	Baixa

Tabela A4 – Índice de Inclusão Financeira – Municípios da Bahia, 2010
(continuação)

Município	Total	Raiz	Razão das Raízes	IIF	Classificação
Pé de Serra	0,49	0,70	0,69	0,31	Média
Pedrão	0,51	0,71	0,70	0,30	Baixa
Pedro Alexandre	0,57	0,76	0,75	0,25	Baixa
Piatã	0,57	0,75	0,74	0,26	Baixa
Pilão Arcado	0,56	0,75	0,74	0,26	Baixa
Pindaí	0,54	0,74	0,72	0,28	Baixa
Pindobaçu	0,56	0,75	0,74	0,26	Baixa
Pintadas	0,49	0,70	0,69	0,31	Média
Piraí do Norte	0,52	0,72	0,71	0,29	Baixa
Piripá	0,51	0,72	0,70	0,30	Baixa
Piritiba	0,55	0,74	0,73	0,27	Baixa
Planaltino	0,54	0,73	0,72	0,28	Baixa
Planalto	0,57	0,76	0,74	0,26	Baixa
Poçoões	0,58	0,76	0,75	0,25	Baixa
Pojuca	0,60	0,77	0,76	0,24	Baixa
Ponto Novo	0,46	0,68	0,67	0,33	Média
Porto Seguro	0,51	0,72	0,71	0,29	Baixa
Potiraguá	0,54	0,74	0,72	0,28	Baixa
Prado	0,53	0,73	0,72	0,28	Baixa
Presidente Dutra	0,53	0,73	0,72	0,28	Baixa
Presidente Jânio Quadros	0,53	0,73	0,71	0,29	Baixa
Presidente Tancredo Neves	0,55	0,74	0,73	0,27	Baixa
Queimadas	0,54	0,74	0,73	0,27	Baixa
Quijingue	0,58	0,76	0,75	0,25	Baixa
Quixabeira	0,52	0,72	0,71	0,29	Baixa
Rafael Jambeiro	0,52	0,72	0,71	0,29	Baixa
Remanso	0,59	0,77	0,75	0,25	Baixa
Retirolândia	0,52	0,72	0,71	0,29	Baixa
Riachão das Neves	0,59	0,77	0,76	0,24	Baixa
Riachão do Jacuípe	0,58	0,76	0,75	0,25	Baixa
Riacho de Santana	0,58	0,76	0,75	0,25	Baixa
Ribeira do Amparo	0,53	0,73	0,72	0,28	Baixa
Ribeira do Pombal	0,58	0,76	0,75	0,25	Baixa
Ribeirão do Largo	0,52	0,72	0,71	0,29	Baixa
Rio de Contas	0,55	0,74	0,73	0,27	Baixa
Rio do Antônio	0,54	0,73	0,72	0,28	Baixa
Rio do Pires	0,54	0,73	0,72	0,28	Baixa
Rio Real	0,58	0,76	0,75	0,25	Baixa
Rodelas	0,50	0,71	0,69	0,31	Média
Ruy Barbosa	0,57	0,76	0,74	0,26	Baixa
Salinas da Margarida	0,53	0,73	0,71	0,29	Baixa
Salvador	0,20	0,44	0,44	0,56	Alta

Tabela A4 – Índice de Inclusão Financeira – Municípios da Bahia, 2010
(continuação)

Município	Total	Raiz	Razão das Raízes	IIF	Classificação
Santa Bárbara	0,55	0,74	0,73	0,27	Baixa
Santa Brígida	0,54	0,73	0,72	0,28	Baixa
Santa Cruz da Vitória	0,58	0,76	0,75	0,25	Baixa
Santa Cruz de Cabrália	0,50	0,71	0,70	0,30	Média
Santa Inês	0,51	0,72	0,71	0,29	Baixa
Santa Luzia	0,52	0,72	0,71	0,29	Baixa
Santa Maria da Vitória	0,52	0,72	0,71	0,29	Baixa
Santa Rita de Cássia	0,57	0,75	0,74	0,26	Baixa
Santa Teresinha	0,52	0,72	0,71	0,29	Baixa
Santaluz	0,48	0,70	0,68	0,32	Média
Santana	0,56	0,75	0,74	0,26	Baixa
Santanópolis	0,51	0,72	0,71	0,29	Baixa
Santo Amaro	0,58	0,76	0,75	0,25	Baixa
Santo Antônio de Jesus	0,51	0,71	0,70	0,30	Média
Santo Estêvão	0,57	0,75	0,74	0,26	Baixa
São Desidério	0,58	0,76	0,75	0,25	Baixa
São Domingos	0,49	0,70	0,69	0,31	Média
São Felipe	0,50	0,71	0,70	0,30	Média
São Félix	0,53	0,73	0,72	0,28	Baixa
São Félix do Coribe	0,54	0,74	0,73	0,27	Baixa
São Francisco do Conde	0,59	0,77	0,76	0,24	Baixa
São Gabriel	0,50	0,70	0,69	0,31	Média
São Gonçalo dos Campos	0,56	0,75	0,74	0,26	Baixa
São José da Vitória	0,43	0,66	0,65	0,35	Média
São José do Jacuípe	0,51	0,71	0,70	0,30	Baixa
São Miguel das Matas	0,54	0,73	0,72	0,28	Baixa
São Sebastião do Passé	0,58	0,76	0,75	0,25	Baixa
Sapeaçu	0,51	0,72	0,71	0,29	Baixa
Sátiro Dias	0,55	0,74	0,73	0,27	Baixa
Saubara	0,52	0,72	0,71	0,29	Baixa
Saúde	0,52	0,72	0,71	0,29	Baixa
Seabra	0,58	0,76	0,75	0,25	Baixa
Sebastião Laranjeiras	0,51	0,72	0,71	0,29	Baixa
Senhor do Bonfim	0,57	0,75	0,74	0,26	Baixa
Sento Sé	0,55	0,74	0,73	0,27	Baixa
Serra do Ramalho	0,53	0,73	0,72	0,28	Baixa
Serra Dourada	0,53	0,73	0,72	0,28	Baixa
Serra Preta	0,52	0,72	0,71	0,29	Baixa
Serrinha	0,56	0,75	0,74	0,26	Baixa
Serrolândia	0,49	0,70	0,69	0,31	Média
Simões Filho	0,55	0,74	0,73	0,27	Baixa
Sítio do Mato	0,50	0,70	0,69	0,31	Média

Tabela A4 – Índice de Inclusão Financeira – Municípios da Bahia, 2010
(continuação)

Município	Total	Raiz	Razão das Raízes	IIF	Classificação
Sítio do Quinto	0,50	0,71	0,69	0,31	Média
Sobradinho	0,57	0,76	0,75	0,25	Baixa
Souto Soares	0,50	0,71	0,70	0,30	Média
Tabocas do Brejo Velho	0,49	0,70	0,69	0,31	Média
Tanhaçu	0,52	0,72	0,71	0,29	Baixa
Tanque Novo	0,54	0,74	0,72	0,28	Baixa
Tanquinho	0,48	0,69	0,68	0,32	Média
Taperoá	0,53	0,73	0,72	0,28	Baixa
Tapiramutá	0,52	0,72	0,71	0,29	Baixa
Teixeira de Freitas	0,56	0,75	0,74	0,26	Baixa
Teodoro Sampaio	0,50	0,71	0,70	0,30	Média
Teofilândia	0,51	0,72	0,70	0,30	Baixa
Teolândia	0,53	0,73	0,72	0,28	Baixa
Terra Nova	0,52	0,72	0,71	0,29	Baixa
Tremedal	0,53	0,73	0,71	0,29	Baixa
Tucano	0,56	0,75	0,74	0,26	Baixa
Uauá	0,50	0,71	0,70	0,30	Média
Ubaíra	0,51	0,71	0,70	0,30	Baixa
Ubaitaba	0,54	0,74	0,72	0,28	Baixa
Ubatã	0,53	0,73	0,72	0,28	Baixa
Uibaí	0,51	0,71	0,70	0,30	Baixa
Umburanas	0,41	0,64	0,63	0,37	Média
Una	0,54	0,74	0,72	0,28	Baixa
Urandi	0,54	0,74	0,72	0,28	Baixa
Uruçuca	0,54	0,73	0,72	0,28	Baixa
Utinga	0,50	0,70	0,69	0,31	Média
Valença	0,55	0,74	0,73	0,27	Baixa
Valente	0,49	0,70	0,69	0,31	Média
Várzea da Roça	0,52	0,72	0,71	0,29	Baixa
Várzea do Poço	0,47	0,68	0,67	0,33	Média
Várzea Nova	0,51	0,71	0,70	0,30	Baixa
Varzedo	0,49	0,70	0,69	0,31	Média
Vera Cruz	0,53	0,73	0,71	0,29	Baixa
Vereda	0,49	0,70	0,69	0,31	Média
Vitória da Conquista	0,56	0,75	0,73	0,27	Baixa
Wagner	0,49	0,70	0,69	0,31	Média
Wanderley	0,52	0,72	0,71	0,29	Baixa
Wenceslau Guimarães	0,56	0,75	0,73	0,27	Baixa
Xique-Xique	0,57	0,75	0,74	0,26	Baixa

Fonte: Elaboração própria

Tabela A5 – Índice de Inclusão Financeira – Municípios da Bahia, 2011

Município	Total	Raiz	Razão das Raízes	IIF	Classificação
Abaíra	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Abaré	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Acajutiba	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Adustina	1,02	1,01	0,99	0,01	Baixa
Água Fria	1,01	1,00	0,99	0,01	Baixa
Aiquara	0,93	0,96	0,95	0,05	Baixa
Alagoinhas	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Alcobaça	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Almadina	0,91	0,96	0,94	0,06	Baixa
Amargosa	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Amélia Rodrigues	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
América Dourada	0,94	0,97	0,95	0,05	Baixa
Anagé	1,02	1,01	0,99	0,01	Baixa
Andaraí	0,93	0,96	0,95	0,05	Baixa
Andorinha	0,95	0,97	0,96	0,04	Baixa
Angical	1,02	1,01	0,99	0,01	Baixa
Anguera	0,95	0,97	0,96	0,04	Baixa
Antas	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Antônio Cardoso	0,93	0,97	0,95	0,05	Baixa
Antônio Gonçalves	0,96	0,98	0,97	0,03	Baixa
Aporá	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Apuarema	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Araças	0,98	0,99	0,98	0,02	Baixa
Aracatu	0,81	0,90	0,89	0,11	Baixa
Araci	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Aramari	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Arataca	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Aratuípe	0,90	0,95	0,94	0,06	Baixa
Aurelino Leal	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Baianópolis	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Baixa Grande	0,95	0,97	0,96	0,04	Baixa
Banzaê	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Barra	0,96	0,98	0,97	0,03	Baixa
Barra da Estiva	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Barra do Choça	1,02	1,01	0,99	0,01	Baixa
Barra do Mendes	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Barra do Rocha	0,98	0,99	0,98	0,02	Baixa
Barreiras	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Barro Alto	0,95	0,98	0,96	0,04	Baixa
Barro Preto	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Barrocas	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Belmonte	1,01	1,01	0,99	0,01	Baixa

Tabela A5 – Índice de Inclusão Financeira – Municípios da Bahia, 2011
(continuação)

Município	Total	Raiz	Razão das Raízes	IIF	Classificação
Belo Campo	1,01	1,00	0,99	0,01	Baixa
Biritinga	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Boa Nova	1,01	1,00	0,99	0,01	Baixa
Boa Vista do Tupim	0,94	0,97	0,95	0,05	Baixa
Bom Jesus da Lapa	0,91	0,95	0,94	0,06	Baixa
Bom Jesus da Serra	1,03	1,01	1,00	0,00	Baixa
Boninal	0,97	0,99	0,97	0,03	Baixa
Bonito	0,92	0,96	0,94	0,06	Baixa
Boquira	0,98	0,99	0,98	0,02	Baixa
Botuporã	0,98	0,99	0,98	0,02	Baixa
Brejões	1,01	1,00	0,99	0,01	Baixa
Brejoândia	0,88	0,94	0,92	0,08	Baixa
Brotas de Macaúbas	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Brumado	1,00	1,00	0,99	0,01	Baixa
Buerarema	1,00	1,00	0,99	0,01	Baixa
Buritirama	0,91	0,95	0,94	0,06	Baixa
Caatiba	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Cabaceiras do Paraguaçu	0,79	0,89	0,88	0,12	Baixa
Cachoeira	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Caculé	0,96	0,98	0,97	0,03	Baixa
Caém	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Caetanos	0,94	0,97	0,95	0,05	Baixa
Caetitê	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Cafarnaum	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Cairu	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Caldeirão Grande	0,90	0,95	0,93	0,07	Baixa
Camacan	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Camaçari	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Camamu	0,93	0,96	0,95	0,05	Baixa
Campo Alegre de Lourdes	0,91	0,96	0,94	0,06	Baixa
Campo Formoso	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Canápolis	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Canarana	0,97	0,99	0,97	0,03	Baixa
Canavieiras	1,00	1,00	0,99	0,01	Baixa
Candeal	1,02	1,01	0,99	0,01	Baixa
Candeias	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Candiba	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Cândido Sales	0,97	0,99	0,97	0,03	Baixa
Cansanção	0,93	0,97	0,95	0,05	Baixa
Canudos	0,95	0,98	0,96	0,04	Baixa
Capela do Alto Alegre	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Capim Grosso	0,96	0,98	0,97	0,03	Baixa

Tabela A5 – Índice de Inclusão Financeira – Municípios da Bahia, 2011
(continuação)

Município	Total	Raiz	Razão das Raízes	IIF	Classificação
Caraibas	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Caravelas	0,98	0,99	0,97	0,03	Classificação
Cardeal da Silva	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Carinhanha	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Casa Nova	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Castro Alves	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Catolândia	1,01	1,00	0,99	0,01	Baixa
Catu	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Caturama	0,89	0,95	0,93	0,07	Baixa
Central	1,00	1,00	0,99	0,01	Baixa
Chorrochó	1,00	1,00	0,99	0,01	Baixa
Cícero Dantas	0,91	0,95	0,94	0,06	Baixa
Cipó	0,94	0,97	0,95	0,05	Baixa
Coaraci	0,98	0,99	0,98	0,02	Baixa
Cocos	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Conceição da Feira	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Conceição do Almeida	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Conceição do Coité	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Conceição do Jacuípe	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Conde	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Condeúba	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Contendas do Sincorá	0,75	0,87	0,85	0,15	Baixa
Coração de Maria	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Cordeiros	0,82	0,91	0,89	0,11	Baixa
Coribe	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Coronel João Sá	0,95	0,98	0,96	0,04	Baixa
Correntina	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Cotegipe	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Cravolândia	0,95	0,97	0,96	0,04	Baixa
Crisópolis	1,01	1,00	0,99	0,01	Baixa
Cristópolis	0,90	0,95	0,93	0,07	Baixa
Cruz das Almas	0,92	0,96	0,94	0,06	Baixa
Curaçá	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Dário Meira	0,91	0,95	0,94	0,06	Baixa
Dias d'Ávila	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Dom Basílio	1,01	1,01	0,99	0,01	Baixa
Dom Macedo Costa	0,95	0,97	0,96	0,04	Baixa
Elísio Medrado	0,91	0,96	0,94	0,06	Baixa
Encruzilhada	1,00	1,00	0,99	0,01	Baixa
Entre Rios	0,97	0,99	0,97	0,03	Baixa
Érico Cardoso	0,83	0,91	0,89	0,11	Baixa
Esplanada	1,01	1,01	0,99	0,01	Baixa

Tabela A5 – Índice de Inclusão Financeira – Municípios da Bahia, 2011
(continuação)

Município	Total	Raiz	Razão das Raízes	IIF	Classificação
Caraíbas	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Caravelas	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Cardeal da Silva	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Carinhanha	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Casa Nova	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Castro Alves	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Catolândia	1,01	1,00	0,99	0,01	Baixa
Catu	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Caturama	0,89	0,95	0,93	0,07	Baixa
Central	1,00	1,00	0,99	0,01	Baixa
Chorrochó	1,00	1,00	0,99	0,01	Baixa
Cícero Dantas	0,91	0,95	0,94	0,06	Baixa
Cipó	0,94	0,97	0,95	0,05	Baixa
Coaraci	0,98	0,99	0,98	0,02	Baixa
Cocos	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Conceição da Feira	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Conceição do Almeida	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Conceição do Coité	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Conceição do Jacuípe	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Conde	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Condeúba	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Contendas do Sincorá	0,75	0,87	0,85	0,15	Baixa
Coração de Maria	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Cordeiros	0,82	0,91	0,89	0,11	Baixa
Coribe	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Coronel João Sá	0,95	0,98	0,96	0,04	Baixa
Correntina	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Cotegipe	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Cravolândia	0,95	0,97	0,96	0,04	Baixa
Crisópolis	1,01	1,00	0,99	0,01	Baixa
Cristópolis	0,90	0,95	0,93	0,07	Baixa
Cruz das Almas	0,92	0,96	0,94	0,06	Baixa
Curaçá	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Dário Meira	0,91	0,95	0,94	0,06	Baixa
Dias d'Ávila	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Dom Basílio	1,01	1,01	0,99	0,01	Baixa
Dom Macedo Costa	0,95	0,97	0,96	0,04	Baixa
Elísio Medrado	0,91	0,96	0,94	0,06	Baixa
Encruzilhada	1,00	1,00	0,99	0,01	Baixa
Entre Rios	0,97	0,99	0,97	0,03	Baixa
Érico Cardoso	0,83	0,91	0,89	0,11	Baixa
Esplanada	1,01	1,01	0,99	0,01	Baixa

Tabela A5 – Índice de Inclusão Financeira – Municípios da Bahia, 2011
(continuação)

Município	Total	Raiz	Razão das Raízes	IIF	Classificação
Euclides da Cunha	1,00	1,00	0,99	0,01	Baixa
Eunápolis	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Fátima	0,92	0,96	0,94	0,06	Baixa
Feira da Mata	0,93	0,97	0,95	0,05	Baixa
Feira de Santana	0,83	0,91	0,89	0,11	Baixa
Filadélfia	0,98	0,99	0,98	0,02	Baixa
Firmino Alves	0,96	0,98	0,97	0,03	Baixa
Floresta Azul	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Formosa do Rio Preto	1,00	1,00	0,99	0,01	Baixa
Gandu	0,98	0,99	0,98	0,02	Baixa
Gavião	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Gentio do Ouro	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Glória	0,97	0,99	0,97	0,03	Baixa
Gongogi	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Governador Mangabeira	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Guajeru	0,81	0,90	0,88	0,12	Baixa
Guanambi	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Guaratinga	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Heliópolis	0,93	0,97	0,95	0,05	Baixa
Iaçu	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Ibiassucê	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Ibicaí	1,01	1,01	0,99	0,01	Baixa
Ibicoara	0,92	0,96	0,94	0,06	Baixa
Ibicuí	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Ibipeba	0,94	0,97	0,96	0,04	Baixa
Ibipitanga	0,64	0,80	0,79	0,21	Baixa
Ibiquera	0,90	0,95	0,93	0,07	Baixa
Ibirapitanga	1,00	1,00	0,99	0,01	Baixa
Ibirapuã	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Ibirataia	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Ibitiara	0,94	0,97	0,95	0,05	Baixa
Ibititá	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Ibotirama	0,81	0,90	0,89	0,11	Baixa
Ichu	0,87	0,93	0,92	0,08	Baixa
Igaporã	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Igrapiúna	0,89	0,94	0,93	0,07	Baixa
Iguaí	1,01	1,00	0,99	0,01	Baixa
Ilhéus	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Inhambupe	1,01	1,01	0,99	0,01	Baixa
Ipecaetá	0,89	0,94	0,93	0,07	Baixa
Ipiaú	0,95	0,97	0,96	0,04	Baixa
Ipirá	1,01	1,01	0,99	0,01	Baixa

Tabela A5 – Índice de Inclusão Financeira – Municípios da Bahia, 2011
(continuação)

Município	Total	Raiz	Razão das Raízes	IIF	Classificação
Ipupiara	0,98	0,99	0,98	0,02	Baixa
Irajuba	0,90	0,95	0,93	0,07	Baixa
Iramaia	1,01	1,01	0,99	0,01	Baixa
Iraquara	0,91	0,95	0,94	0,06	Baixa
Irá	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Irecê	0,95	0,98	0,96	0,04	Baixa
Itabela	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Itaberaba	0,87	0,93	0,92	0,08	Baixa
Itabuna	0,88	0,94	0,92	0,08	Baixa
Itacaré	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Itaeté	0,98	0,99	0,98	0,02	Baixa
Itagi	0,94	0,97	0,95	0,05	Baixa
Itagibá	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Itagimirim	1,02	1,01	0,99	0,01	Baixa
Itaguaçu da Bahia	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Itaju do Colônia	1,03	1,02	1,00	0,00	Baixa
Itajuípe	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Itamaraju	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Itamari	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Itambé	0,93	0,96	0,95	0,05	Baixa
Itanagra	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Itanhém	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Itaparica	0,98	0,99	0,98	0,02	Baixa
Itapé	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Itapebi	0,95	0,98	0,96	0,04	Baixa
Itapetinga	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Itapicuru	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Itapitanga	1,01	1,00	0,99	0,01	Baixa
Itaquara	0,94	0,97	0,95	0,05	Baixa
Itarantim	1,03	1,02	1,00	0,00	Baixa
Itatim	0,83	0,91	0,90	0,10	Baixa
Itiruçu	0,92	0,96	0,94	0,06	Baixa
Itiúba	0,95	0,98	0,96	0,04	Baixa
Itororó	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Ituaçu	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Ituberá	0,95	0,97	0,96	0,04	Baixa
Iuiú	1,02	1,01	0,99	0,01	Baixa
Jaborandi	0,92	0,96	0,94	0,06	Baixa
Jacaraci	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Jacobina	0,97	0,99	0,97	0,03	Baixa
Jaguaquara	0,98	0,99	0,98	0,02	Baixa
Jaguarari	0,94	0,97	0,95	0,05	Baixa

Tabela A5 – Índice de Inclusão Financeira – Municípios da Bahia, 2011
(continuação)

Município	Total	Raiz	Razão das Raízes	IIF	Classificação
Jaguaripe	1,02	1,01	0,99	0,01	Baixa
Jandaíra	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Jequié	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Jeremoabo	0,95	0,97	0,96	0,04	Baixa
Jiquiriçá	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Jitaúna	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
João Dourado	0,95	0,98	0,96	0,04	Baixa
Juazeiro	1,01	1,00	0,99	0,01	Baixa
Jucuruçu	0,97	0,99	0,97	0,03	Baixa
Jussara	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Jussari	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Jussiape	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Lafaiete Coutinho	0,93	0,96	0,95	0,05	Baixa
Lagoa Real	1,01	1,01	0,99	0,01	Baixa
Laje	1,00	1,00	0,99	0,01	Baixa
Lajedão	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Lajedinho	0,95	0,98	0,96	0,04	Baixa
Lajedo do Tabocal	1,00	1,00	0,99	0,01	Baixa
Lamarão	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Lapão	0,93	0,97	0,95	0,05	Baixa
Lauro de Freitas	0,68	0,83	0,81	0,19	Baixa
Lençóis	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Licínio de Almeida	0,98	0,99	0,98	0,02	Baixa
Livramento de Nossa Senhora	1,00	1,00	0,99	0,01	Baixa
Luís Eduardo Magalhães	0,95	0,97	0,96	0,04	Baixa
Macajuba	0,96	0,98	0,97	0,03	Baixa
Macarani	1,01	1,00	0,99	0,01	Baixa
Macaúbas	0,94	0,97	0,96	0,04	Baixa
Macururé	0,95	0,98	0,96	0,04	Baixa
Madre de Deus	0,89	0,94	0,93	0,07	Baixa
Maetinga	0,82	0,91	0,89	0,11	Baixa
Maiquinique	1,03	1,01	1,00	0,00	Baixa
Mairi	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Malhada	1,00	1,00	0,99	0,01	Baixa
Malhada de Pedras	0,75	0,86	0,85	0,15	Baixa
Manoel Vitorino	0,84	0,92	0,90	0,10	Baixa
Mansidão	0,98	0,99	0,98	0,02	Baixa
Maracás	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Maragogipe	0,97	0,99	0,97	0,03	Baixa
Maraú	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Marcionílio Souza	0,86	0,93	0,91	0,09	Baixa
Mascote	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa

Tabela A5 – Índice de Inclusão Financeira – Municípios da Bahia, 2011
(continuação)

Município	Total	Raiz	Razão das Raízes	IIF	Classificação
Mata de São João	0,95	0,97	0,96	0,04	Baixa
Matina	1,00	1,00	0,99	0,01	Baixa
Medeiros Neto	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Miguel Calmon	1,01	1,01	0,99	0,01	Baixa
Milagres	0,94	0,97	0,95	0,05	Baixa
Mirangaba	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Mirante	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Monte Santo	1,01	1,00	0,99	0,01	Baixa
Morpará	0,86	0,93	0,91	0,09	Baixa
Morro do Chapéu	0,97	0,99	0,97	0,03	Baixa
Mortugaba	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Mucugê	0,98	0,99	0,98	0,02	Baixa
Mucuri	1,03	1,01	1,00	0,00	Baixa
Mulungu do Morro	0,88	0,94	0,92	0,08	Baixa
Mundo Novo	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Muniz Ferreira	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Muquém de São Francisco	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Muritiba	0,95	0,97	0,96	0,04	Baixa
Mutuípe	0,97	0,99	0,97	0,03	Baixa
Nazaré	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Nilo Peçanha	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Nordestina	0,95	0,97	0,96	0,04	Baixa
Nova Canaã	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Nova Fátima	0,91	0,95	0,94	0,06	Baixa
Nova Ibiá	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Nova Itarana	0,97	0,99	0,97	0,03	Baixa
Nova Redenção	0,80	0,90	0,88	0,12	Baixa
Nova Soure	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Nova Viçosa	0,94	0,97	0,95	0,05	Baixa
Novo Horizonte	0,49	0,70	0,69	0,31	Média
Novo Triunfo	0,95	0,98	0,96	0,04	Baixa
Olindina	1,00	1,00	0,99	0,01	Baixa
Oliveira dos Brejinhos	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Ouriçangas	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Ouroândia	0,90	0,95	0,93	0,07	Baixa
Palmas de Monte Alto	0,97	0,99	0,97	0,03	Baixa
Palmeiras	1,00	1,00	0,99	0,01	Baixa
Paramirim	1,01	1,00	0,99	0,01	Baixa
Paratinga	0,94	0,97	0,95	0,05	Baixa
Paripiranga	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Pau Brasil	0,97	0,99	0,97	0,03	Baixa
Paulo Afonso	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa

Tabela A5 – Índice de Inclusão Financeira – Municípios da Bahia, 2011
(continuação)

Município	Total	Raiz	Razão das Raízes	IIF	Classificação
Pé de Serra	0,68	0,83	0,81	0,19	Baixa
Pedrão	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Pedro Alexandre	1,03	1,02	1,00	0,00	Baixa
Piatã	1,00	1,00	0,99	0,01	Baixa
Pilão Arcado	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Pindaí	0,93	0,96	0,95	0,05	Baixa
Pindobaçu	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Pintadas	0,91	0,95	0,94	0,06	Baixa
Piraí do Norte	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Piripá	0,68	0,83	0,81	0,19	Baixa
Piritiba	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Planaltino	1,03	1,02	1,00	0,00	Baixa
Planalto	0,98	0,99	0,98	0,02	Baixa
Poções	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Pojuca	1,01	1,01	0,99	0,01	Baixa
Ponto Novo	0,91	0,96	0,94	0,06	Baixa
Porto Seguro	0,82	0,91	0,89	0,11	Baixa
Potiraguá	0,91	0,96	0,94	0,06	Baixa
Prado	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Presidente Dutra	0,97	0,99	0,97	0,03	Baixa
Presidente Jânio Quadros	0,86	0,93	0,91	0,09	Baixa
Presidente Tancredo Neves	0,94	0,97	0,96	0,04	Baixa
Queimadas	0,96	0,98	0,97	0,03	Baixa
Quijingue	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Quixabeira	0,96	0,98	0,97	0,03	Baixa
Rafael Jambeiro	0,87	0,93	0,92	0,08	Baixa
Remanso	1,01	1,01	0,99	0,01	Baixa
Retirolândia	0,92	0,96	0,95	0,05	Baixa
Riachão das Neves	1,01	1,01	0,99	0,01	Baixa
Riachão do Jacuípe	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Riacho de Santana	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Ribeira do Amparo	1,00	1,00	0,99	0,01	Baixa
Ribeira do Pombal	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Ribeirão do Largo	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Rio de Contas	1,01	1,01	0,99	0,01	Baixa
Rio do Antônio	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Rio do Pires	0,93	0,97	0,95	0,05	Baixa
Rio Real	1,02	1,01	0,99	0,01	Baixa
Rodelas	0,93	0,96	0,95	0,05	Baixa
Ruy Barbosa	1,02	1,01	0,99	0,01	Baixa
Salinas da Margarida	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Salvador	0,21	0,45	0,45	0,55	Alta

Tabela A5 – Índice de Inclusão Financeira – Municípios da Bahia, 2011
(continuação)

Município	Total	Raiz	Razão das Raízes	IIF	Classificação
Santa Bárbara	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Santa Brígida	0,95	0,98	0,96	0,04	Baixa
Santa Cruz da Vitória	1,03	1,01	1,00	0,00	Baixa
Santa Cruz de Cabrália	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Santa Inês	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Santa Luzia	0,93	0,96	0,95	0,05	Baixa
Santa Maria da Vitória	0,87	0,93	0,92	0,08	Baixa
Santa Rita de Cássia	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Santa Teresinha	0,98	0,99	0,98	0,02	Baixa
Santaluz	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Santana	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Santanópolis	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Santo Amaro	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Santo Antônio de Jesus	0,92	0,96	0,94	0,06	Baixa
Santo Estêvão	0,95	0,98	0,96	0,04	Baixa
São Desidério	1,02	1,01	0,99	0,01	Baixa
São Domingos	0,95	0,97	0,96	0,04	Baixa
São Felipe	0,95	0,98	0,96	0,04	Baixa
São Félix	0,97	0,99	0,97	0,03	Baixa
São Félix do Coribe	0,90	0,95	0,93	0,07	Baixa
São Francisco do Conde	1,01	1,00	0,99	0,01	Baixa
São Gabriel	0,92	0,96	0,94	0,06	Baixa
São Gonçalo dos Campos	1,01	1,00	0,99	0,01	Baixa
São José da Vitória	0,91	0,95	0,94	0,06	Baixa
São José do Jacuípe	1,01	1,00	0,99	0,01	Baixa
São Miguel das Matas	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
São Sebastião do Passé	1,02	1,01	0,99	0,01	Baixa
Sapeaçu	0,97	0,99	0,97	0,03	Baixa
Sátiro Dias	1,01	1,00	0,99	0,01	Baixa
Saubara	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Saúde	1,02	1,01	0,99	0,01	Baixa
Seabra	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Sebastião Laranjeiras	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Senhor do Bonfim	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Sento Sé	0,97	0,99	0,97	0,03	Baixa
Serra do Ramalho	0,91	0,96	0,94	0,06	Baixa
Serra Dourada	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Serra Preta	0,91	0,96	0,94	0,06	Baixa
Serrinha	0,97	0,99	0,97	0,03	Baixa
Serrolândia	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Simões Filho	0,97	0,99	0,97	0,03	Baixa
Sítio do Mato	0,93	0,96	0,95	0,05	Baixa

Tabela A5 – Índice de Inclusão Financeira – Municípios da Bahia, 2011
Continuação

Município	Total	Raiz	Razão das Raízes	IIF	Classificação
Sítio do Quinto	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Sobradinho	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Souto Soares	0,90	0,95	0,93	0,07	Baixa
Tabocas do Brejo Velho	0,94	0,97	0,96	0,04	Baixa
Tanhaçu	0,97	0,99	0,97	0,03	Baixa
Tanque Novo	1,01	1,01	0,99	0,01	Baixa
Tanquinho	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Taperoá	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Tapiramutá	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Teixeira de Freitas	0,94	0,97	0,96	0,04	Baixa
Teodoro Sampaio	1,01	1,01	0,99	0,01	Baixa
Teofilândia	0,94	0,97	0,96	0,04	Baixa
Teolândia	1,03	1,01	1,00	0,00	Baixa
Terra Nova	1,01	1,00	0,99	0,01	Baixa
Tremedal	1,00	1,00	0,99	0,01	Baixa
Tucano	0,87	0,93	0,92	0,08	Baixa
Uauá	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Ubaíra	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Ubaítaba	1,00	1,00	0,99	0,01	Baixa
Ubatã	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Uibaí	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Umburanas	0,88	0,94	0,92	0,08	Baixa
Una	0,98	0,99	0,98	0,02	Baixa
Urandi	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Uruçuca	1,01	1,01	0,99	0,01	Baixa
Utinga	0,95	0,98	0,96	0,04	Baixa
Valença	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Valente	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Várzea da Roça	1,02	1,01	0,99	0,01	Baixa
Várzea do Poço	0,91	0,95	0,94	0,06	Baixa
Várzea Nova	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Varzedo	1,01	1,00	0,99	0,01	Baixa
Vera Cruz	0,95	0,98	0,96	0,04	Baixa
Vereda	0,94	0,97	0,95	0,05	Baixa
Vitória da Conquista	0,90	0,95	0,94	0,06	Baixa
Wagner	0,93	0,96	0,95	0,05	Baixa
Wanderley	1,01	1,01	0,99	0,01	Baixa
Wenceslau Guimarães	1,01	1,01	0,99	0,01	Baixa
Xique-Xique	1,02	1,01	0,99	0,01	Baixa

Fonte: Elaboração própria.

Tabela A6 – Índice de Inclusão Financeira – Municípios da Bahia, 2012

Município	Total	Raiz	Razão das Raízes	IIF	Classificação
Abaíra	0,96	0,98	0,97	0,03	Baixa
Abaré	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Acajutiba	0,95	0,97	0,96	0,04	Baixa
Adustina	0,95	0,97	0,96	0,04	Baixa
Água Fria	0,97	0,99	0,97	0,03	Baixa
Aiquara	0,93	0,96	0,95	0,05	Baixa
Alagoinhas	0,95	0,97	0,96	0,04	Baixa
Alcobaça	0,92	0,96	0,94	0,06	Baixa
Almadina	0,94	0,97	0,95	0,05	Baixa
Amargosa	0,93	0,97	0,95	0,05	Baixa
Amélia Rodrigues	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
América Dourada	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Anagé	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Andaraí	0,91	0,95	0,94	0,06	Baixa
Andorinha	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Angical	0,98	0,99	0,98	0,02	Baixa
Anguera	0,90	0,95	0,93	0,07	Baixa
Antas	0,90	0,95	0,93	0,07	Baixa
Antônio Cardoso	0,93	0,97	0,95	0,05	Baixa
Antônio Gonçalves	1,01	1,01	0,99	0,01	Baixa
Aporá	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Apuarema	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Araças	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Aracatu	0,84	0,92	0,90	0,10	Baixa
Araci	0,58	0,76	0,75	0,25	Baixa
Aramari	0,87	0,94	0,92	0,08	Baixa
Arataca	1,01	1,01	0,99	0,01	Baixa
Aratuípe	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Aurelino Leal	0,95	0,98	0,96	0,04	Baixa
Baianópolis	0,93	0,97	0,95	0,05	Baixa
Baixa Grande	0,90	0,95	0,93	0,07	Baixa
Banzaê	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Barra	0,95	0,97	0,96	0,04	Baixa
Barra da Estiva	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Barra do Choça	1,02	1,01	1,00	0,00	Baixa
Barra do Mendes	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Barra do Rocha	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Barreiras	0,91	0,96	0,94	0,06	Baixa
Barro Alto	0,93	0,96	0,95	0,05	Baixa
Barro Preto	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Barrocas	0,94	0,97	0,96	0,04	Baixa
Belmonte	1,03	1,01	1,00	0,00	Baixa

Tabela A6 – Índice de Inclusão Financeira – Municípios da Bahia, 2012
(continuação)

Município	Total	Raiz	Razão das Raízes	IIF	Classificação
Belo Campo	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Biritinga	0,96	0,98	0,97	0,03	Baixa
Boa Nova	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Boa Vista do Tupim	0,81	0,90	0,88	0,12	Baixa
Bom Jesus da Lapa	0,82	0,91	0,89	0,11	Baixa
Bom Jesus da Serra	1,03	1,01	1,00	0,00	Baixa
Boninal	0,89	0,94	0,93	0,07	Baixa
Bonito	0,77	0,88	0,87	0,13	Baixa
Boquira	0,87	0,93	0,92	0,08	Baixa
Botuporã	0,87	0,93	0,92	0,08	Baixa
Brejões	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Brejolândia	0,77	0,88	0,86	0,14	Baixa
Brotas de Macaúbas	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Brumado	0,90	0,95	0,93	0,07	Baixa
Buerarema	1,01	1,01	0,99	0,01	Baixa
Buritirama	0,78	0,89	0,87	0,13	Baixa
Caatiba	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Cabaceiras do Paraguaçu	0,95	0,98	0,96	0,04	Baixa
Cachoeira	0,97	0,99	0,97	0,03	Baixa
Caculé	0,94	0,97	0,95	0,05	Baixa
Caém	1,01	1,00	0,99	0,01	Baixa
Caetanos	0,95	0,98	0,96	0,04	Baixa
Caetitê	0,95	0,97	0,96	0,04	Baixa
Cafarnaum	0,91	0,95	0,94	0,06	Baixa
Cairu	0,94	0,97	0,96	0,04	Baixa
Caldeirão Grande	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Camacan	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Camaçari	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Camamu	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Campo Alegre de Lourdes	0,91	0,96	0,94	0,06	Baixa
Campo Formoso	0,96	0,98	0,97	0,03	Baixa
Canápolis	0,76	0,87	0,86	0,14	Baixa
Canarana	0,93	0,97	0,95	0,05	Baixa
Canavieiras	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Candeal	1,01	1,00	0,99	0,01	Baixa
Candeias	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Candiba	0,92	0,96	0,94	0,06	Baixa
Cândido Sales	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Cansanção	0,94	0,97	0,95	0,05	Baixa
Canudos	0,88	0,94	0,92	0,08	Baixa
Capela do Alto Alegre	0,94	0,97	0,95	0,05	Baixa
Capim Grosso	0,88	0,94	0,92	0,08	Baixa

Tabela A6 – Índice de Inclusão Financeira – Municípios da Bahia 2012
(continuação)

Município	Total	Raiz	Razão das Raízes	IIF	Classificação
Caraíbas	0,90	0,95	0,93	0,07	Baixa
Caravelas	0,95	0,98	0,96	0,04	Baixa
Cardeal da Silva	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Carinhanha	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Casa Nova	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Castro Alves	1,02	1,01	0,99	0,01	Baixa
Catolândia	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Catu	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Caturama	0,85	0,92	0,91	0,09	Baixa
Central	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Chorrochó	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Cícero Dantas	0,93	0,96	0,95	0,05	Baixa
Cipó	0,94	0,97	0,96	0,04	Baixa
Coaraci	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Cocos	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Conceição da Feira	0,93	0,96	0,95	0,05	Baixa
Conceição do Almeida	0,93	0,96	0,95	0,05	Baixa
Conceição do Coité	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Conceição do Jacuípe	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Conde	0,96	0,98	0,97	0,03	Baixa
Condeúba	0,93	0,96	0,95	0,05	Baixa
Contendas do Sincorá	0,84	0,92	0,90	0,10	Baixa
Coração de Maria	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Cordeiros	0,79	0,89	0,87	0,13	Baixa
Coribe	0,88	0,94	0,92	0,08	Baixa
Coronel João Sá	0,88	0,94	0,92	0,08	Baixa
Correntina	0,93	0,96	0,95	0,05	Baixa
Cotegipe	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Cravolândia	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Crisópolis	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Cristópolis	0,83	0,91	0,90	0,10	Baixa
Cruz das Almas	0,89	0,94	0,93	0,07	Baixa
Curaçá	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Dário Meira	0,96	0,98	0,97	0,03	Baixa
Dias d'Ávila	0,94	0,97	0,95	0,05	Baixa
Dom Basílio	1,02	1,01	0,99	0,01	Baixa
Dom Macedo Costa	0,93	0,97	0,95	0,05	Baixa
Elísio Medrado	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Encruzilhada	1,01	1,00	0,99	0,01	Baixa
Entre Rios	0,95	0,97	0,96	0,04	Baixa
Érico Cardoso	0,76	0,87	0,86	0,14	Baixa
Esplanada	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa

Tabela A6 – Índice de Inclusão Financeira – Municípios da Bahia, 2012
(continuação)

Município	Total	Raiz	Razão das Raízes	IIF	Classificação
Euclides da Cunha	0,97	0,99	0,97	0,03	Baixa
Eunápolis	0,97	0,99	0,97	0,03	Baixa
Fátima	0,88	0,94	0,92	0,08	Baixa
Feira da Mata	0,74	0,86	0,85	0,15	Baixa
Feira de Santana	0,75	0,87	0,85	0,15	Baixa
Filadélfia	0,97	0,99	0,97	0,03	Baixa
Firmino Alves	0,94	0,97	0,95	0,05	Baixa
Floresta Azul	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Formosa do Rio Preto	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Gandu	0,98	0,99	0,98	0,02	Baixa
Gavião	0,78	0,88	0,87	0,13	Baixa
Gentio do Ouro	0,88	0,94	0,92	0,08	Baixa
Glória	0,96	0,98	0,97	0,03	Baixa
Gongogi	0,96	0,98	0,97	0,03	Baixa
Governador Mangabeira	0,97	0,99	0,97	0,03	Baixa
Guajeru	0,87	0,93	0,92	0,08	Baixa
Guanambi	0,91	0,95	0,94	0,06	Baixa
Guaratinga	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Heliópolis	0,88	0,94	0,92	0,08	Baixa
Iaçu	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Ibiassucê	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Ibicaí	1,01	1,01	0,99	0,01	Baixa
Ibicoara	0,81	0,90	0,89	0,11	Baixa
Ibicuí	1,01	1,00	0,99	0,01	Baixa
Ibipeba	0,95	0,97	0,96	0,04	Baixa
Ibipitanga	0,81	0,90	0,89	0,11	Baixa
Ibiquera	0,78	0,88	0,87	0,13	Baixa
Ibirapitanga	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Ibirapuã	0,98	0,99	0,98	0,02	Baixa
Ibirataia	0,92	0,96	0,94	0,06	Baixa
Ibitiara	0,81	0,90	0,88	0,12	Baixa
Ibititá	0,93	0,97	0,95	0,05	Baixa
Ibotirama	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Ichu	0,86	0,93	0,91	0,09	Baixa
Igaporã	0,98	0,99	0,98	0,02	Baixa
Igrapiúna	0,94	0,97	0,95	0,05	Baixa
Iguaí	1,01	1,00	0,99	0,01	Baixa
Ilhéus	0,94	0,97	0,95	0,05	Baixa
Inhambupe	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Ipecaetá	0,91	0,96	0,94	0,06	Baixa
Ipiaú	0,95	0,98	0,96	0,04	Baixa
Ipirá	0,96	0,98	0,97	0,03	Baixa

Tabela A6 – Índice de Inclusão Financeira – Municípios da Bahia, 2012
(continuação)

Município	Total	Raiz	Razão das Raízes	IIF	Classificação
Ipupiara	0,94	0,97	0,95	0,05	Baixa
Irajuba	0,96	0,98	0,97	0,03	Baixa
Iramaia	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Iraquara	0,77	0,88	0,87	0,13	Baixa
Irará	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Irecê	0,87	0,93	0,92	0,08	Baixa
Itabela	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Itaberaba	0,80	0,90	0,88	0,12	Baixa
Itabuna	0,89	0,95	0,93	0,07	Baixa
Itacaré	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Itaeté	0,97	0,99	0,97	0,03	Baixa
Itagi	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Itagibá	1,01	1,00	0,99	0,01	Baixa
Itagimirim	1,01	1,01	0,99	0,01	Baixa
Itaguaçu da Bahia	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Itaju do Colônia	1,03	1,02	1,00	0,00	Baixa
Itajuípe	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Itamaraju	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Itamari	0,94	0,97	0,95	0,05	Baixa
Itambé	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Itanagra	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Itanhém	0,98	0,99	0,98	0,02	Baixa
Itaparica	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Itapé	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Itapebi	0,95	0,97	0,96	0,04	Baixa
Itapetinga	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Itapicuru	0,94	0,97	0,96	0,04	Baixa
Itapitanga	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Itaquara	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Itarantim	1,03	1,02	1,00	0,00	Baixa
Itatim	0,95	0,98	0,96	0,04	Baixa
Itiruçu	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Itiúba	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Itororó	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Ituaçu	0,94	0,97	0,95	0,05	Baixa
Ituberá	0,92	0,96	0,94	0,06	Baixa
Iuiú	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Jaborandi	0,86	0,93	0,91	0,09	Baixa
Jacaraci	1,01	1,01	0,99	0,01	Baixa
Jacobina	0,95	0,97	0,96	0,04	Baixa
Jaguaquara	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Jaguarari	0,87	0,93	0,92	0,08	Baixa

Fonte: Elaboração própria.

Tabela A6 – Índice de Inclusão Financeira – Municípios da Bahia, 2012
(continuação)

Município	Total	Raiz	Razão das Raízes	IIF	Classificação
Jaguaripe	1,01	1,01	0,99	0,01	Baixa
Jandaíra	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Jequié	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Jeremoabo	0,83	0,91	0,90	0,10	Baixa
Jiquiriçá	0,94	0,97	0,95	0,05	Baixa
Jitaúna	0,88	0,94	0,92	0,08	Baixa
João Dourado	0,95	0,98	0,96	0,04	Baixa
Juazeiro	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Jucuruçu	1,01	1,00	0,99	0,01	Baixa
Jussara	0,89	0,95	0,93	0,07	Baixa
Jussari	0,95	0,97	0,96	0,04	Baixa
Jussiape	0,93	0,96	0,95	0,05	Baixa
Lafaiete Coutinho	0,95	0,97	0,96	0,04	Baixa
Lagoa Real	0,97	0,99	0,97	0,03	Baixa
Laje	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Lajedão	0,92	0,96	0,94	0,06	Baixa
Lajedinho	0,94	0,97	0,95	0,05	Baixa
Lajedo do Tabocal	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Lamarão	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Lapão	0,94	0,97	0,96	0,04	Baixa
Lauro de Freitas	0,67	0,82	0,81	0,19	Baixa
Lençóis	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Licínio de Almeida	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Livramento de Nossa Senhora	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Luís Eduardo Magalhães	0,86	0,93	0,91	0,09	Baixa
Macajuba	0,94	0,97	0,95	0,05	Baixa
Macarani	1,00	1,00	0,99	0,01	Baixa
Macaúbas	0,91	0,95	0,94	0,06	Baixa
Macururé	0,90	0,95	0,94	0,06	Baixa
Madre de Deus	0,88	0,94	0,92	0,08	Baixa
Maetinga	0,74	0,86	0,85	0,15	Baixa
Maiquiniqúe	1,03	1,01	1,00	0,00	Baixa
Mairi	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Malhada	0,91	0,96	0,94	0,06	Baixa
Malhada de Pedras	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Manoel Vitorino	0,92	0,96	0,94	0,06	Baixa
Mansidão	0,66	0,81	0,80	0,20	Baixa
Maracás	0,97	0,99	0,97	0,03	Baixa
Maragogipe	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Maraú	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Marcionílio Souza	0,71	0,84	0,83	0,17	Baixa
Mascote	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa

Fonte: Elaboração própria.

Tabela A6 – Índice de Inclusão Financeira – Municípios da Bahia, 2012
(continuação)

Município	Total	Raiz	Razão das Raízes	IIF	Classificação
Mata de São João	0,91	0,95	0,94	0,06	Baixa
Matina	0,76	0,87	0,86	0,14	Baixa
Medeiros Neto	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Miguel Calmon	1,02	1,01	0,99	0,01	Baixa
Milagres	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Mirangaba	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Mirante	0,91	0,96	0,94	0,06	Baixa
Monte Santo	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Morpará	0,95	0,98	0,96	0,04	Baixa
Morro do Chapéu	0,94	0,97	0,95	0,05	Baixa
Mortugaba	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Mucugê	1,00	1,00	0,99	0,01	Baixa
Mucuri	1,03	1,01	1,00	0,00	Baixa
Mulungu do Morro	0,88	0,94	0,92	0,08	Baixa
Mundo Novo	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Muniz Ferreira	1,00	1,00	0,99	0,01	Baixa
Muquém de São Francisco	0,95	0,97	0,96	0,04	Baixa
Muritiba	0,94	0,97	0,95	0,05	Baixa
Mutuípe	0,92	0,96	0,94	0,06	Baixa
Nazaré	0,95	0,98	0,96	0,04	Baixa
Nilo Peçanha	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Nordestina	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Nova Canaã	1,01	1,01	0,99	0,01	Baixa
Nova Fátima	0,77	0,88	0,86	0,14	Baixa
Nova Ibiá	0,92	0,96	0,95	0,05	Baixa
Nova Itarana	0,89	0,94	0,93	0,07	Baixa
Nova Redenção	0,90	0,95	0,93	0,07	Baixa
Nova Soure	0,94	0,97	0,95	0,05	Baixa
Nova Viçosa	0,86	0,93	0,91	0,09	Baixa
Novo Horizonte	0,77	0,88	0,86	0,14	Baixa
Novo Triunfo	0,80	0,90	0,88	0,12	Baixa
Olindina	1,01	1,01	0,99	0,01	Baixa
Oliveira dos Brejinhos	0,93	0,96	0,95	0,05	Baixa
Ouriçangas	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Ourolândia	0,91	0,96	0,94	0,06	Baixa
Palmas de Monte Alto	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Palmeiras	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Paramirim	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Paratinga	0,95	0,98	0,96	0,04	Baixa
Paripiranga	1,01	1,00	0,99	0,01	Baixa
Pau Brasil	0,91	0,95	0,94	0,06	Baixa
Paulo Afonso	0,91	0,96	0,94	0,06	Baixa

Fonte: Elaboração própria.

Tabela A6 – Índice de Inclusão Financeira – Municípios da Bahia, 2012
(continuação)

Município	Total	Raiz	Razão das Raízes	IIF	Classificação
Pé de Serra	0,74	0,86	0,85	0,15	Baixa
Pedrão	0,83	0,91	0,90	0,10	Baixa
Pedro Alexandre	1,03	1,01	1,00	0,00	Baixa
Piatã	0,88	0,94	0,92	0,08	Baixa
Pilão Arcado	0,90	0,95	0,94	0,06	Baixa
Pindaí	0,93	0,96	0,95	0,05	Baixa
Pindobaçu	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Pintadas	0,87	0,93	0,92	0,08	Baixa
Piraí do Norte	0,95	0,97	0,96	0,04	Baixa
Piripá	0,71	0,84	0,83	0,17	Baixa
Piritiba	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Planaltino	1,01	1,01	0,99	0,01	Baixa
Planalto	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Poções	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Pojuca	1,01	1,00	0,99	0,01	Baixa
Ponto Novo	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Porto Seguro	0,87	0,93	0,92	0,08	Baixa
Potiraguá	0,95	0,98	0,96	0,04	Baixa
Prado	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Presidente Dutra	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Presidente Jânio Quadros	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Presidente Tancredo Neves	0,84	0,92	0,90	0,10	Baixa
Queimadas	0,98	0,99	0,98	0,02	Baixa
Quijingue	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Quixabeira	0,89	0,94	0,93	0,07	Baixa
Rafael Jambeiro	0,92	0,96	0,94	0,06	Baixa
Remanso	1,00	1,00	0,99	0,01	Baixa
Retirolândia	0,89	0,95	0,93	0,07	Baixa
Riachão das Neves	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Riachão do Jacuípe	0,97	0,99	0,97	0,03	Baixa
Riacho de Santana	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Ribeira do Amparo	0,91	0,95	0,94	0,06	Baixa
Ribeira do Pombal	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Ribeirão do Largo	0,96	0,98	0,97	0,03	Baixa
Rio de Contas	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Rio do Antônio	0,88	0,94	0,92	0,08	Baixa
Rio do Pires	0,95	0,97	0,96	0,04	Baixa
Rio Real	0,98	0,99	0,98	0,02	Baixa
Rodelas	0,93	0,96	0,95	0,05	Baixa
Ruy Barbosa	0,95	0,98	0,96	0,04	Baixa
Salinas da Margarida	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Salvador	0,14	0,37	0,36	0,64	Alta

Tabela A6 – Índice de Inclusão Financeira – Municípios da Bahia, 2012
(continuação)

Município	Total	Raiz	Razão das Raízes	IIF	Classificação
Santa Bárbara	0,69	0,83	0,82	0,18	Baixa
Santa Brígida	1,00	1,00	0,99	0,01	Baixa
Santa Cruz da Vitória	1,03	1,01	1,00	0,00	Baixa
Santa Cruz de Cabrália	1,00	1,00	0,99	0,01	Baixa
Santa Inês	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Santa Luzia	0,90	0,95	0,94	0,06	Baixa
Santa Maria da Vitória	0,84	0,92	0,90	0,10	Baixa
Santa Rita de Cássia	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Santa Teresinha	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Santaluz	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Santana	0,87	0,93	0,92	0,08	Baixa
Santanópolis	0,89	0,95	0,93	0,07	Baixa
Santo Amaro	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Santo Antônio de Jesus	0,92	0,96	0,94	0,06	Baixa
Santo Estêvão	0,81	0,90	0,89	0,11	Baixa
São Desidério	1,01	1,01	0,99	0,01	Baixa
São Domingos	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
São Felipe	0,95	0,97	0,96	0,04	Baixa
São Félix	0,95	0,98	0,96	0,04	Baixa
São Félix do Coribe	0,91	0,95	0,94	0,06	Baixa
São Francisco do Conde	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
São Gabriel	0,95	0,97	0,96	0,04	Baixa
São Gonçalo dos Campos	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
São José da Vitória	0,93	0,96	0,95	0,05	Baixa
São José do Jacuípe	0,93	0,96	0,95	0,05	Baixa
São Miguel das Matas	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
São Sebastião do Passé	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Sapeaçu	0,94	0,97	0,96	0,04	Baixa
Sátiro Dias	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Saubara	0,94	0,97	0,95	0,05	Baixa
Saúde	0,97	0,99	0,97	0,03	Baixa
Seabra	0,87	0,93	0,92	0,08	Baixa
Sebastião Laranjeiras	0,91	0,96	0,94	0,06	Baixa
Senhor do Bonfim	0,90	0,95	0,93	0,07	Baixa
Sento Sé	0,94	0,97	0,95	0,05	Baixa
Serra do Ramalho	0,91	0,95	0,94	0,06	Baixa
Serra Dourada	0,94	0,97	0,95	0,05	Baixa
Serra Preta	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Serrinha	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Serrolândia	0,93	0,97	0,95	0,05	Baixa
Simões Filho	0,96	0,98	0,97	0,03	Baixa
Sítio do Mato	0,92	0,96	0,95	0,05	Baixa

Tabela A6 – Índice de Inclusão Financeira – Municípios da Bahia, 2012
(continuação)

Município	Total	Raiz	Razão das Raízes	IIF	Classificação
Sítio do Quinto	0,82	0,91	0,89	0,11	Baixa
Sobradinho	0,95	0,97	0,96	0,04	Baixa
Souto Soares	0,93	0,97	0,95	0,05	Baixa
Tabocas do Brejo Velho	0,56	0,75	0,73	0,27	Baixa
Tanhaçu	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Tanque Novo	0,93	0,96	0,95	0,05	Baixa
Tanquinho	0,81	0,90	0,88	0,12	Baixa
Taperoá	0,98	0,99	0,97	0,03	Baixa
Tapiramutá	0,95	0,97	0,96	0,04	Baixa
Teixeira de Freitas	0,92	0,96	0,94	0,06	Baixa
Teodoro Sampaio	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Teofilândia	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Teolândia	1,03	1,01	1,00	0,00	Baixa
Terra Nova	0,96	0,98	0,97	0,03	Baixa
Tremedal	1,00	1,00	0,99	0,01	Baixa
Tucano	0,85	0,92	0,91	0,09	Baixa
Uauá	0,95	0,97	0,96	0,04	Baixa
Ubaíra	0,91	0,95	0,94	0,06	Baixa
Ubaítaba	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Ubatã	0,99	1,00	0,98	0,02	Baixa
Uibaí	1,02	1,01	0,99	0,01	Baixa
Umburanas	0,90	0,95	0,93	0,07	Baixa
Una	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Urandi	0,97	0,98	0,97	0,03	Baixa
Uruçuca	1,00	1,00	0,98	0,02	Baixa
Utinga	0,91	0,95	0,94	0,06	Baixa
Valença	0,96	0,98	0,96	0,04	Baixa
Valente	0,93	0,96	0,95	0,05	Baixa
Várzea da Roça	0,93	0,96	0,95	0,05	Baixa
Várzea do Poço	0,88	0,94	0,93	0,07	Baixa
Várzea Nova	0,98	0,99	0,98	0,02	Baixa
Varzedo	1,01	1,00	0,99	0,01	Baixa
Vera Cruz	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa
Vereda	0,95	0,98	0,96	0,04	Baixa
Vitória da Conquista	0,82	0,90	0,89	0,11	Baixa
Wagner	0,80	0,89	0,88	0,12	Baixa
Wanderley	1,01	1,01	0,99	0,01	Baixa
Wenceslau Guimarães	1,02	1,01	0,99	0,01	Baixa
Xique-Xique	0,99	0,99	0,98	0,02	Baixa

Fonte: Elaboração própria.

Tabela A7 – Índice de Inclusão Financeira – Por Território de Identidade da Bahia, 2009

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	Total	Raiz	Razão das Raízes	IIF
BACIA DO JACUIPE	0,08	0,28	0,81	0,19
BACIA DO PARAMIRIM	0,11	0,33	0,88	0,12
BACIA DO RIO CORRENTE	0,12	0,35	0,90	0,10
BACIA DO RIO GRANDE	0,14	0,38	0,94	0,06
BAIXO SUL	0,10	0,32	0,87	0,13
CHAPADA DIAMANTINA	0,04	0,20	0,69	0,31
COSTA DO DESCOBRIMENTO	0,16	0,40	0,97	0,03
EXTREMO SUL	0,14	0,38	0,93	0,07
IRECÊ	0,08	0,28	0,80	0,20
ITAPARICA	0,17	0,41	0,98	0,02
LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO	0,11	0,33	0,87	0,13
LITORAL SUL	0,08	0,29	0,82	0,18
MÉDIO RIO DE CONTAS	0,09	0,31	0,84	0,16
MEDIO SUDOESTE DA BAHIA	0,12	0,35	0,89	0,11
METROPOLITANA DE SALVADOR	0,13	0,37	0,92	0,08
PIEMONTE DA DIAMANTINA	0,13	0,36	0,91	0,09
PIEMONTE DO PARAGUAÇU	0,10	0,32	0,85	0,15
PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU	0,15	0,38	0,94	0,06
PORTAL DO SERTÃO	0,13	0,36	0,91	0,09
RECÔNCAVO	0,09	0,30	0,83	0,17
SEMIÁRIDO NORDESTE II	0,09	0,30	0,84	0,16
SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	0,17	0,41	0,98	0,02
SERTÃO PRODUTIVO	0,10	0,31	0,85	0,15
SISAL	0,09	0,31	0,84	0,16
VALE DO JQUIRIÇA	0,06	0,24	0,74	0,26
VELHO CHICO	0,09	0,30	0,84	0,16
VITÓRIA DA CONQUISTA	0,08	0,27	0,80	0,20

Fonte: Elaboração própria.

Tabela A8 – Índice de Inclusão Financeira – Por Território de Identidade da Bahia, 2010

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	Total	Raiz	Razão das Raízes	IIF
BACIA DO JACUIPE	0,08	0,28	0,80	0,20
BACIA DO PARAMIRIM	0,11	0,33	0,87	0,13
BACIA DO RIO CORRENTE	0,12	0,35	0,90	0,10
BACIA DO RIO GRANDE	0,14	0,38	0,94	0,06
BAIXO SUL	0,11	0,33	0,87	0,13
CHAPADA DIAMANTINA	0,04	0,20	0,69	0,31
COSTA DO DESCOBRIMENTO	0,16	0,40	0,97	0,03
EXTREMO SUL	0,14	0,37	0,93	0,07
IRECÊ	0,08	0,28	0,81	0,19
ITAPARICA	0,17	0,42	0,98	0,02
LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO	0,11	0,33	0,87	0,13
LITORAL SUL	0,09	0,29	0,82	0,18
MÉDIO RIO DE CONTAS	0,09	0,31	0,84	0,16
MEDIO SUDOESTE DA BAHIA	0,12	0,35	0,90	0,10
METROPOLITANA DE SALVADOR	0,13	0,37	0,92	0,08
PIEMONTE DA DIAMANTINA	0,13	0,37	0,92	0,08
PIEMONTE DO PARAGUAÇU	0,10	0,32	0,86	0,14
PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU	0,15	0,38	0,94	0,06
PORTAL DO SERTÃO	0,13	0,36	0,91	0,09
RECÔNCAVO	0,09	0,30	0,83	0,17
SEMIÁRIDO NORDESTE II	0,09	0,30	0,83	0,17
SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	0,17	0,41	0,98	0,02
SERTÃO PRODUTIVO	0,09	0,30	0,84	0,16
SISAL	0,09	0,30	0,84	0,16
VALE DO JQUIRIÇA	0,05	0,23	0,72	0,28
VELHO CHICO	0,09	0,30	0,83	0,17
VITÓRIA DA CONQUISTA	0,08	0,29	0,81	0,19

Fonte: Elaboração própria.

Tabela A9 – Índice de Inclusão Financeira – Por Território de Identidade da Bahia, 2011

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	Total	Raiz	Razão das Raízes	IIF
BACIA DO JACUIPE	0,08	0,29	0,82	0,18
BACIA DO PARAMIRIM	0,12	0,34	0,89	0,11
BACIA DO RIO CORRENTE	0,13	0,35	0,91	0,09
BACIA DO RIO GRANDE	0,14	0,38	0,94	0,06
BAIXO SUL	0,11	0,33	0,87	0,13
CHAPADA DIAMANTINA	0,04	0,20	0,69	0,31
COSTA DO DESCOBRIMENTO	0,16	0,40	0,97	0,03
EXTREMO SUL	0,14	0,38	0,94	0,06
IRECÊ	0,08	0,28	0,81	0,19
ITAPARICA	0,17	0,42	0,98	0,02
LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO	0,11	0,33	0,88	0,12
LITORAL SUL	0,09	0,30	0,83	0,17
MÉDIO RIO DE CONTAS	0,10	0,31	0,85	0,15
MEDIO SUDOESTE DA BAHIA	0,12	0,35	0,90	0,10
METROPOLITANA DE SALVADOR	0,13	0,37	0,92	0,08
PIEMONTE DA DIAMANTINA	0,13	0,36	0,92	0,08
PIEMONTE DO PARAGUAÇU	0,10	0,32	0,86	0,14
PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU	0,15	0,38	0,94	0,06
PORTAL DO SERTÃO	0,13	0,36	0,91	0,09
RECÔNCAVO	0,09	0,30	0,83	0,17
SEMIÁRIDO NORDESTE II	0,09	0,30	0,84	0,16
SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	0,17	0,41	0,98	0,02
SERTÃO PRODUTIVO	0,10	0,32	0,86	0,14
SISAL	0,09	0,30	0,84	0,16
VALE DO JQUIRIÇA	0,05	0,23	0,73	0,27
VELHO CHICO	0,09	0,30	0,83	0,17
VITÓRIA DA CONQUISTA	0,09	0,30	0,83	0,17

Fonte: Elaboração própria.

Tabela A10 – Índice de Inclusão Financeira – Por Território de Identidade da Bahia, 2012

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	Total	Raiz	Razão das Raízes	IIF
BACIA DO JACUIPE	0,08	0,28	0,81	0,19
BACIA DO PARAMIRIM	0,12	0,35	0,90	0,10
BACIA DO RIO CORRENTE	0,10	0,32	0,86	0,14
BACIA DO RIO GRANDE	0,14	0,37	0,93	0,07
BAIXO SUL	0,12	0,35	0,90	0,10
CHAPADA DIAMANTINA	0,04	0,20	0,69	0,31
COSTA DO DESCOBRIMENTO	0,17	0,41	0,97	0,03
EXTREMO SUL	0,14	0,38	0,94	0,06
IRECÊ	0,09	0,31	0,84	0,16
ITAPARICA	0,17	0,41	0,98	0,02
LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO	0,10	0,32	0,86	0,14
LITORAL SUL	0,10	0,32	0,86	0,14
MÉDIO RIO DE CONTAS	0,11	0,34	0,89	0,11
MEDIO SUDOESTE DA BAHIA	0,14	0,38	0,93	0,07
METROPOLITANA DE SALVADOR	0,13	0,37	0,92	0,08
PIEMONTE DA DIAMANTINA	0,14	0,38	0,94	0,06
PIEMONTE DO PARAGUAÇU	0,10	0,32	0,86	0,14
PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU	0,16	0,40	0,96	0,04
PORTAL DO SERTÃO	0,12	0,34	0,89	0,11
RECÔNCAVO	0,10	0,32	0,85	0,15
SEMIÁRIDO NORDESTE II	0,09	0,31	0,84	0,16
SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	0,17	0,41	0,98	0,02
SERTÃO PRODUTIVO	0,11	0,32	0,87	0,13
SISAL	0,10	0,32	0,86	0,14
VALE DO JQUIRIÇA	0,07	0,26	0,77	0,23
VELHO CHICO	0,10	0,31	0,85	0,15
VITÓRIA DA CONQUISTA	0,09	0,30	0,83	0,17

Fonte: Elaboração própria.

ANEXO A - NÚMERO DE MUNICÍPIOS, ÁREAS EM KM², POPULAÇÃO ADULTA E PIB A PREÇOS CORRENTES – POR TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO ESTADO DA BAHIA, 2010

Território de Identidade	Nº de municípios	Área territorial		População adulta (2010)		PIB a preço corrente (2012)	
		(km ²)	%	Qtde	%	Milhões (R\$)	%
BACIA DO JACUIPE	14	10.718,05	1,9%	175.997	1,7%	1.026,04	0,7%
BACIA DO PARAMIRIM	9	10.155,52	1,8%	122.781	1,2%	633,53	0,4%
BACIA DO RIO CORRENTE	11	44.778,24	7,9%	147.102	1,4%	1.439,79	0,9%
BACIA DO RIO GRANDE	14	75.841,35	13,4%	285.051	2,7%	6.255,59	4,1%
BAIXO SUL	15	7.695,09	1,4%	253.477	2,4%	2.795,91	1,8%
CHAPADA DIAMANTINA	24	32.664,82	5,8%	266.464	2,6%	2.078,74	1,3%
COSTA DO DESCOBRIMENTO	8	12.131,97	2,1%	241.708	2,3%	3.231,71	2,1%
EXTREMO SUL	13	18.535,51	3,3%	301.191	2,9%	4.548,62	2,9%
IRECÊ	20	26.638,49	4,7%	288.589	2,8%	1.945,59	1,3%
ITAPARICA	6	12.343,43	2,2%	122.018	1,2%	2.351,73	1,5%
LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO	22	15.519,65	2,7%	458.992	4,4%	5.425,31	3,5%
LITORAL SUL	26	14.737,07	2,6%	577.165	5,5%	6.924,21	4,5%
MÉDIO RIO DE CONTAS	16	9.903,68	1,8%	272.657	2,6%	2.991,91	1,9%
MEDIO SUDOESTE DA BAHIA	13	11.763,09	2,1%	182.818	1,8%	1.672,93	1,1%
METROPOLITANA DE SALVADOR	10	2.779,24	0,5%	2.690.376	25,8%	63.764,96	41,3%
PIEMONTE DA DIAMANTINA	10	11.661,47	2,1%	167.856	1,6%	1.293,87	0,8%
PIEMONTE DO PARAGUAÇU	13	17.791,69	3,1%	190.728	1,8%	1.435,91	0,9%
PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU	9	14.123,03	2,5%	190.113	1,8%	1.707,58	1,1%
PORTAL DO SERTÃO	17	5.811,57	1,0%	655.853	6,3%	9.550,63	6,2%
RECÔNCAVO	20	5.221,20	0,9%	435.749	4,2%	13.574,92	8,8%
SEMIÁRIDO NORDESTE II	18	15.976,77	2,8%	295.978	2,8%	1.969,91	1,3%

Território de Identidade	Nº de municípios	Área territorial		População adulta (2010)		PIB a preço corrente (2012)	
		(km ²)	%	Qtde	%	Milhões (R\$)	%
SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	10	61.616,38	10,9%	351.259	3,4%	3.617,85	2,3%
SERTÃO PRODUTIVO	19	23.550,78	4,2%	339.022	3,3%	2.845,98	1,8%
SISAL	20	20.326,43	3,6%	414.857	4,0%	2.589,84	1,7%
VALE DO JIQUIRIÇA	20	10.286,97	1,8%	222.516	2,1%	1.556,50	1,0%
VELHO CHICO	16	45.986,46	8,1%	260.435	2,5%	1.828,56	1,2%
VITÓRIA DA CONQUISTA	24	26.272,91	4,7%	516.060	4,9%	5.282,31	3,4%
TOTAL BAHIA	417	564.830,859 Km²		10.426.812		R\$ 154.340,46	

Fonte: IBGE CIDADES@, SEI e BACEN.

ANEXO B - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS POR TERRITÓRIO DE IDENTIDADE NA BAHIA (2010, 2014)

Território de Identidade	ANO 2010					ANO 2014				
	Agências	PAB	PAA	PAE	Banco Postal	Agências	PAB	PAA	PAE	Banco Postal
BACIA DO JACUIPE	8	0	8	24	14	11	0	9	28	14
BACIA DO PARAMIRIM	9	0	3	15	9	13	0	3	18	9
BACIA DO RIO CORRENTE	12	0	5	21	11	16	1	6	29	11
BACIA DO RIO GRANDE	26	3	5	46	15	42	4	6	62	15
BAIXO SUL	15	0	6	26	14	20	1	8	36	14
CHAPADA DIAMANTINA	18	0	10	29	24	29	0	11	46	24
COSTA DO DESCOBRIM.	19	4	1	67	11	26	4	2	69	11
EXTREMO SUL	29	5	3	51	13	38	3	4	64	13
IRECÊ	19	1	8	31	20	26	0	8	38	20
ITAPARICA	10	1	2	33	6	13	2	3	38	6
LITORAL NORTE E AG. BAIANO	29	4	9	72	23	43	9	9	66	23
LITORAL SUL	49	21	10	112	27	57	22	12	133	27
MÉDIO RIO DE CONTAS	17	1	6	49	16	20	2	10	54	16
MEDIO SUDOESTE DA BAHIA	17	2	1	31	11	23	3	2	36	11
METROPOLITANO DE SALVADOR	298	159	1	807	46	352	155	4	789	44
PIEMONTE DA DIAMANTINA	12	0	3	21	10	18	2	3	29	10
PIEMONTE DO PARAGUAÇU	13	1	5	21	13	20	1	7	31	13
PIEMONTE N. DO ITAPICURU	12	2	5	24	10	16	4	8	34	10
PORTAL DO SERTÃO	47	14	4	113	19	60	16	6	125	20
RECÔNCAVO	35	5	5	61	21	44	6	8	79	21
SEMIÁRIDO NORDESTE II	18	0	6	24	18	27	0	11	42	18
SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	19	5	2	35	10	29	4	4	50	10
SERTÃO PRODUTIVO	26	4	4	44	19	38	5	6	58	19
SISAL	20	1	7	46	22	41	4	10	70	22
VALE DO JIQUIRIÇA	16	0	10	25	20	20	0	13	35	20
VELHO CHICO	15	0	5	29	17	28	1	7	41	17
VITÓRIA DA CONQUISTA	35	8	10	80	26	49	8	10	110	26
TOTAL BAHIA	843	241	144	1937	465	1119	257	190	2210	464

Fonte: DIACI/DESIG/BACEN e Gerência de Atendimento/ECT (posição em 31/12/14).

ANEXO C - PROPORÇÃO DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS E BANCOS POSTAIS POR TERRITÓRIO DA BAHIA (ANO 2014)

Território de Identidade	% de municípios	Agências bancárias	% de Agências bancárias	Municípios sem Ag. bancária	% de municípios sem Ag. bancária	Banco Postal	% de Banco Postal
BACIA DO JACUIPE	3,4%	11	1,0%	9	7,8%	14	3,0%
BACIA DO PARAMIRIM	2,2%	13	1,2%	2	1,7%	9	1,9%
BACIA DO RIO CORRENTE	2,6%	16	1,4%	4	3,4%	11	2,4%
BACIA DO RIO GRANDE	3,4%	42	3,8%	3	2,6%	15	3,2%
BAIXO SUL	3,6%	19	1,7%	5	4,3%	14	3,0%
CHAPADA DIAMANTINA	5,8%	29	2,6%	8	6,9%	24	5,2%
COSTA DO DESCOBRIMENTO	1,9%	26	2,3%	1	0,9%	11	2,4%
EXTREMO SUL	3,1%	38	3,4%	3	2,6%	13	2,8%
IRECÊ	4,8%	26	2,3%	5	4,3%	20	4,3%
ITAPARICA	1,4%	13	1,2%	2	1,7%	6	1,3%
LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO	5,3%	43	3,8%	7	6,0%	23	5,0%
LITORAL SUL	6,2%	57	5,1%	10	8,6%	27	5,8%
MÉDIO RIO DE CONTAS	3,8%	20	1,8%	6	5,2%	16	3,4%
MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA	3,1%	23	2,1%	1	0,9%	11	2,4%
METROPOLITANO DE SALVADOR	2,4%	352	31,5%	1	0,9%	44	9,5%
PIEMONTE DA DIAMANTINA	2,4%	18	1,6%	2	1,7%	10	2,2%
PIEMONTE DO PARAGUAÇU	3,1%	20	1,8%	3	2,6%	13	2,8%
PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU	2,2%	16	1,4%	4	3,4%	10	2,2%
PORTAL DO SERTÃO	4,1%	60	5,4%	0	0,0%	20	4,3%
RECÔNCAVO	4,8%	46	4,1%	5	4,3%	21	4,5%
SEMIÁRIDO NORDESTE II	4,3%	27	2,4%	3	2,6%	18	3,9%
SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	2,4%	29	2,6%	1	0,9%	10	2,2%
SERTÃO PRODUTIVO	4,6%	38	3,4%	3	2,6%	19	4,1%
SISAL	4,8%	39	3,5%	6	5,2%	22	4,7%
VALE DO JIQUIRIÇA	4,8%	20	1,8%	8	6,9%	20	4,3%
VELHO CHICO	3,8%	28	2,5%	5	4,3%	17	3,7%
VITÓRIA DA CONQUISTA	5,8%	50	4,5%	9	7,8%	26	5,6%
TOTAL BAHIA	100%	1119	100%	116	100%	464	100%

Fonte: DIACI/DESIG/BACEN e GERAT/ECT (posição em 31/12/14).

ANEXO D - NÚMERO DE PONTOS DE ATENDIMENTO POR 1.000 KM² E POR 10.000 ADULTOS – BAHIA, DEZ/2014

Território de Identidade	Agências / 1.000 km²	Agências / 10.000 adultos	Banco Postal / 1.000 km²	Banco Postal / 10.000 adultos
BACIA DO JACUIPE	1,03	0,63	1,31	0,80
BACIA DO PARAMIRIM	1,28	1,06	0,89	0,73
BACIA DO RIO CORRENTE	0,36	1,09	0,25	0,75
BACIA DO RIO GRANDE	0,55	1,47	0,20	0,53
BAIXO SUL	2,60	0,79	1,82	0,55
CHAPADA DIAMANTINA	0,89	1,09	0,73	0,90
COSTA DO DESCOBRIMENTO	2,14	1,08	0,91	0,46
EXTREMO SUL	2,05	1,26	0,70	0,43
IRECÊ	0,98	0,90	0,75	0,69
ITAPARICA	1,05	1,07	0,49	0,49
LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO	2,77	0,94	1,48	0,50
LITORAL SUL	3,87	0,99	1,83	0,47
MÉDIO RIO DE CONTAS	2,02	0,73	1,62	0,59
MEDIO SUDOESTE DA BAHIA	1,96	1,26	0,94	0,60
METROPOLITANO DE SALVADOR	126,65	1,31	15,83	0,16
PIEMONTE DA DIAMANTINA	1,54	1,07	0,86	0,60
PIEMONTE DO PARAGUAÇU	1,12	1,05	0,73	0,68
PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU	1,13	0,84	0,71	0,53
PORTAL DO SERTÃO	10,32	0,91	3,44	0,30
RECÔNCAVO	8,43	1,01	4,02	0,48
SEMIÁRIDO NORDESTE II	1,69	0,91	1,13	0,61
SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	0,47	0,83	0,16	0,28
SERTÃO PRODUTIVO	1,61	1,12	0,81	0,56
SISAL	2,02	0,99	1,08	0,53
VALE DO JIQUIRIÇA	1,94	0,90	1,94	0,90
VELHO CHICO	0,61	1,08	0,37	0,65
VITÓRIA DA CONQUISTA	1,87	0,95	0,99	0,50
MÉDIA BAHIA	1,98	1,07	0,82	0,45

Fonte: IBGE, BACEN e ECT (posição em 31/12/14).

ANEXO E – ABERTURA DE CONTA-CORRENTE, DEPÓSITOS EM POUPANÇA (R\$1.000) E EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS À PESSOAS FÍSICAS (R\$ 1.000) POR TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DA BAHIA (2009 – 2014)

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	QUANTIDADE CONTA CORRENTE							DEPÓSITOS EM POUPANÇA (R\$ 1.000)							EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS À PESSOAS FÍSICAS (R\$1.000)						
	2014	2013	2012	2011	2010	2009	% C/C TOTAL	2014	2013	2012	2011	2010	2009	% POU TOTAL	2014	2013	2012	2011	2010	2009	% EMP TOTAL
BACIA DO JACUIPE	1.149	2.808	2.236	1.665	2.376	2.622	2,8%	12.628	9.228	6.403	14.981	16.048	13.564	4,7%	88	126	75	598	567	421	2,6%
BACIA DO PARAMIRIM	503	1.283	1.641	1.101	2.152	1.926	1,9%	12.155	8.925	6.082	15.561	13.506	11.040	4,4%	56	74	25	324	433	292	1,7%
BACIA DO RIO CORRENTE	1.245	2.013	2.175	1.437	2.717	1.600	2,4%	12.203	10.961	9.154	12.218	12.152	10.129	4,3%	125	237	94	400	310	327	2,1%
BACIA DO RIO GRANDE	2.929	5.363	3.697	3.434	6.326	4.304	5,7%	13.420	10.442	6.223	7.002	6.606	5.639	3,2%	138	200	76	771	525	451	3,0%
BAIXO SUL	1.551	2.805	2.627	1.660	2.057	2.470	2,9%	5.352	4.249	3.566	8.518	8.379	7.325	2,4%	108	193	39	1.109	793	729	4,1%
CHAPADA DIAMANTINA	2.729	4.684	4.051	3.686	5.406	4.484	5,5%	26.095	18.660	13.065	32.309	27.338	21.400	9,0%	271	457	163	1.738	1.406	1.288	7,3%
COSTA DESCOBRIM	1.656	2.294	2.102	1.205	1.575	2.530	2,5%	3.724	3.483	2.426	5.374	5.249	4.767	1,6%	38	117	17	513	452	424	2,2%
EXTREMO SUL	1.331	2.065	2.255	1.714	2.216	2.089	2,6%	5.104	3.952	3.025	6.410	6.698	5.425	2,0%	140	169	79	961	953	731	4,2%
IRECÊ	2.441	4.249	2.835	2.550	3.749	2.559	4,0%	15.452	11.854	7.741	12.964	12.878	9.741	4,6%	112	190	29	1.021	826	752	4,0%
ITAPARICA	302	865	859	973	1.443	1.018	1,2%	2.535	2.203	1.567	4.999	4.537	4.370	1,3%	33	52	29	197	171	110	0,8%
LIT. NORTE E AGRESTE	2.198	4.574	3.155	2.750	3.123	2.982	4,1%	8.033	6.746	5.167	9.406	10.201	8.274	3,1%	243	183	86	625	477	465	2,9%
LITORAL SUL	3.061	4.551	3.192	2.062	3.133	3.626	4,3%	8.599	7.002	5.005	11.864	12.260	11.052	3,6%	217	261	38	1.078	1.060	1.028	5,1%
MÉDIO RIO DE CONTAS	1.564	2.174	1.809	1.854	3.211	4.267	3,3%	6.550	4.658	3.280	7.382	6.922	5.507	2,2%	103	134	59	1.734	1.632	1.368	6,9%
MÉDIO SUDOESTE	825	1.839	1.363	1.122	2.561	2.472	2,2%	3.333	1.970	1.364	5.023	5.700	4.766	1,4%	72	135	16	605	576	539	2,7%
METROP. DO SALVADOR	8.062	16.488	11.529	3.909	7.113	5.998	11,6%	12.309	11.426	8.410	21.146	22.819	17.469	6,1%	259	438	60	483	466	373	2,9%
PIEMONTE DA DIAMANTINA	1.047	1.584	1.169	1.459	2.195	1.908	2,0%	7.444	5.895	3.287	4.967	5.540	4.664	2,1%	144	180	24	816	598	587	3,2%
PIEMONTE DO PARAGUAÇU	1.272	2.515	1.711	2.049	2.475	2.328	2,7%	11.799	7.861	4.570	13.049	10.777	8.159	3,6%	135	249	107	932	841	775	4,2%
PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU	955	2.848	1.464	1.915	2.025	1.324	2,3%	6.275	5.185	3.397	8.052	7.470	6.889	2,4%	76	139	8	548	465	380	2,2%

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	QUANTIDADE CONTA CORRENTE							DEPÓSITOS EM POUPANÇA (R\$ 1.000)							EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS À PESSOAS FÍSICAS (R\$1.000)						
	2014	2013	2012	2011	2010	2009	% C/C TOTAL	2014	2013	2012	2011	2010	2009	% POU TOTAL	2014	2013	2012	2011	2010	2009	% EMP TOTAL
PORTAL DO SERTÃO	2.257	4.784	3.313	1.645	3.022	2.937	3,9%	9.588	9.052	6.343	11.131	11.643	8.958	3,7%	245	365	150	589	502	463	3,2%
RECÔNCAVO	2.207	3.674	2.358	2.323	2.884	3.357	3,7%	6.210	5.491	3.973	8.980	10.183	8.743	2,8%	78	158	36	1.156	1.133	949	4,8%
SEMIÁRIDO NORDESTE II	1.912	3.399	2.621	2.320	3.442	2.491	3,5%	17.091	13.778	8.467	11.985	12.581	8.595	4,7%	190	153	39	860	732	620	3,6%
SERTÃO DO SÃO FRANCIS	1.621	3.725	1.964	1.770	1.818	1.744	2,8%	5.785	4.522	3.384	5.463	5.575	4.077	1,9%	38	126	41	692	578	473	2,7%
SERTÃO PRODUTIVO	2.810	5.176	4.104	3.232	4.352	2.963	4,9%	14.482	11.315	6.958	16.051	14.879	13.144	5,0%	129	260	55	753	1.000	512	3,7%
SISAL	1.851	4.341	3.589	2.748	4.047	3.410	4,4%	12.912	10.220	9.723	16.422	14.699	12.458	5,0%	104	191	39	1.077	891	626	4,0%
VALE DO JIQUIRIÇA	2.377	3.652	2.384	1.907	2.417	2.462	3,3%	7.930	6.137	4.044	9.725	9.062	5.966	2,8%	224	306	68	1.189	1.174	876	5,3%
VELHO CHICO	2.048	3.501	2.740	3.057	3.541	3.979	4,1%	15.128	10.045	6.853	12.912	14.107	11.935	4,6%	82	156	91	2.021	1.158	811	5,9%
VITÓRIA DA CONQUISTA	3.066	5.185	5.497	2.502	3.741	4.464	5,3%	12.851	10.222	7.328	28.510	30.924	25.136	7,5%	229	288	136	881	870	1.059	4,8%
TOTAL BAHIA	54.969	102.439	78.440	58.049	85.117	78.314	100%	274.988	215.481	150.804	322.405	318.733	259.191	100%	3.675	5.536	1.679	23.670	20.591	17.428	100%

Fonte: Elaboração própria, com dados da ECT.